



A Assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República

HIGIENISMO, EDUCAÇÃO E FILANTROPIA CIENTÍFICA

ADRIANO ROSA DA SILVA





Editora-chefe: Me. Bárbara Aline Ferreira Assunção - São Paulo, Brasil. Apoio Técnico: Fernando Mancini - São Paulo-SP, Brasil.

Jornalista Grupo Editorial Aluz: Bárbara Aline Ferreira Assunção - São Paulo, MTB 0091284/SP.

Bibliotecária Responsável: Sueli Costa - CRB-8/5213 (SC Assessoria Editorial, São Paulo, Brasil).

Edição

2025

EBPCA - Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz

https://submissoesrevistacientificaosaber.com/livros/

A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: HIGIENISMO, EDUCAÇÃO E FILANTROPIA CIENTÍFICA

ADRIANO ROSA DA SILVA

Editora

© 2025 by EBPCA - Editora Brasileira de Publicação Científica
Aluz Capa: Editora
Edição: Bárbara Aline Ferreira Assunção
Design: Editora
Diagramação: Bárbara Aline Ferreira Assunção
Revisão inicial: Autor
Revisão final: Editora

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP) de acordo com ISBN

SILVA, Adriano Rosa da
A assistência à infância no Rio de Janeiro na primeira república: higienismo, educação e filantropia científica
1ª ed. Vol. 1 – São Paulo: EBPCA - Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, PDF (edição digital), 2025
Inclui bibibliografia.
DOI: 10.51473/ed.al.aaa
ISBN: 978-65-8593
Índices para catálogo sistemático: infância, Rio de Janeiro, história
CDD: 990

Índice para catálogo sistemático:

1. Infância

2. Rio de Janeiro

3. História

EBPCA - Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz

https://submissoesrevistacientificaosaber.com/livros

editoraaluz@gmail.com

Todos os direitos reservados à EBPCA - Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz

Nossas edições seguem o Novo Acordo da Língua Portuguesa.

Este ebook é derivado da Dissertação de mestrado apresentada à banca e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), como parte dos requisitos para o curso de mestrado em História.
Orientador: Prof. Dr. Norberto Ferreras



PPGH

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, fonte da minha vida, inspiração e sabedoria.

Aos meus pais José (in memorian) e Terezinha pelos ensinamentos, estímulos, valores, exemplo e amor incondicional. Dedico-vos este trabalho, com todo o carinho.

Aos meus professores pelos profícuos momentos de aprendizagem e pelos conhecimentos compartilhados, em especial, ao professor Norberto Ferreras pela orientação, incentivo, insistências, dedicação e pelo auxílio sempre generoso ao longo da elaboração deste trabalho. Aproveito para registrar minha admiração e respeito.

Aos meus familiares e amigos por estarem sempre ao meu lado me apoiando e incentivando, deixando em minha vida marcas indeléveis.

À editora Aluz pelo tratamento à obra, concretizando o sonho que nutro desde a defesa do mestrado. A edição do livro constituiu-se em um trabalho primoroso, dentro de um padrão de excelência. Sou muito grato.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente colaboraram de maneira relevante para o desenvolvimento deste trabalho. Expresso aqui minha profunda gratidão aos que se fizeram não só presentes como importantes para a sua realização.

Um país que cuida da sua infância, que cerca o berço de seus filhos do carinho, do zelo e da assistência, que prepara os seus cidadãos para o porvir, é um país feliz, é uma pátria que se impõe aos olhos do mundo civilizado.

Arthur Moncorvo Filho

PREFÁCIO

Esta obra busca compreender a relação entre higienismo infantil, puericultura e educação civilizatória, no Rio de Janeiro na Primeira República, a partir da perspectiva da caridade científica e seus rebatimentos na exequibilidade da assistência à infância pobre, tendo em vista que as discussões a respeito da infância ganham crescente importância na agenda política e científica no início do século XX.

A pesquisa se apoiou em dados quantitativos e qualitativos acerca do objeto analisado, tendo por objetivo suscitar debates e interpretações. Assim, investigou-se, nesse estudo, como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro (IPAI-RJ) se traduziu nas páginas dos jornais do então Distrito Federal em um importante espaço na rede de proteção e assistência filantrópica, considerando também a trajetória de seu fundador, o médico higienista Arthur Moncorvo Filho.

Examinou-se ainda como as ações desse instituto dialogam com as questões debatidas nos Congressos Pan-Americanos da Criança naquele contexto. Para elucidar essas questões, buscou-se referencial teórico mediante material bibliográfico atinente a essa temática.

SUMÁRIO

Introdução 9

1 Formação social urbana na Primeira República 24

2 Elementos de compreensão da educação brasileira na Primeira República 135

3 Assistência à infância em nome do desenvolvimento da Nação 198

Considerações Finais 344

Referências 353

Introdução

Com o fito de engendrar estudos que problematizem as ações públicas e privadas de proteção e assistência à infância no período compreendido entre as décadas de 1890 e 1920, interessa observar que se configura, pois, como recorte espaço-temporal desta pesquisa, a cidade do Rio de Janeiro na transição do Império para a República. Sendo um processo investigativo acerca das propostas de assistência médico-social à infância até então vigente, nucleado por uma abordagem de diálogo interdisciplinar com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Nessa senda, objetivo desenvolver um texto argumentativo e interpretativo atinente ao campo da História Social, cujo setor temático corresponde à "História Contemporânea II". Diante disso, considero basilar delimitar cada etapa a ser analisada.

Nesta perspectiva, esta obra, dentro dos seus limites, ambiciona examinar aspectos concernentes às redes de sociabilidade construídas entre determinada instituição na cidade-capital na Primeira República e médicos filantropos que, mobilizados pela cruzada civilizatória da infância, colocaram-se em defesa de sua

proteção e educação. Com este intento, esses intelectuais em sua missão civilizadora elegeram e constituíram espaços de atuação a partir dos quais criaram condições para fomentar projetos de intervenção social visando promover a modernização do país. Interessa, ainda, tencionar as matrizes que orientaram e conformaram a organização de dispositivos de atendimento, de proteção e de educação da infância considerada "desvalida" e "desdada da sorte" na cidade do Rio de Janeiro.

Sob esse prisma, objetivo investigar o pauperismo e o problema social da infância na Primeira República, bem como as relações entre os intelectuais e o Estado, o público e o privado, a caridade científica e a diversidade de aspectos da vida social e cultural num determinado contexto da sociedade brasileira, destacando as diferentes formas, relações e práticas de poder. Entendendo esse processo como uma história de constante transformação e readaptação ligadas às transformações políticas e sociais no Brasil, bem como às relações econômico-sociais geradoras de desigualdades. Assim, a ênfase desse livro recai sobre questões afetas à gênese das experiências educacionais que forneciam assistência e proteção institucionalizada às crianças

consideradas desvalidas, em que tais experiências buscavam amparar e socorrer materialmente essas crianças desoladas e abandonadas. Nesta via, o esforço interpretativo visa analisar as estratégias elaboradas a partir das quais as infâncias foram perspectivadas como objetos de pensamento, de intervenção e de profilaxia social.

Por conseguinte, destaco que o eixo central que constitui o meu objeto de estudo no âmbito da História Social refere-se ao modelo filantrópico assistencial na Primeira República, o qual se apresenta como uma "caridade científica", com vistas a prestar assistência médico-social às crianças vulnerabilizadas na Capital Federal. Refere-se às várias dimensões pelas quais o conjunto de trabalhadores é pensado, tendo em vista que este é um período caracterizado por forte efervescência quanto aos movimentos sociais trabalhistas, numa atmosfera de greves e circulação de ideias reivindicatórias, sobretudo entre o operariado urbano. Com isso, ganham centralidade em meus estudos, a educação, a assistência e a proteção à infância no Brasil republicano, na perspectiva da filantropia científica e da puericultura.

A fim de delimitar ainda mais o recorte espaço-temporal do meu objeto de estudo, importa destacar que tenciono perscrutar e esboçar as relações imanentes à educação civilizatória e ao higienismo infantil, enquanto categorias de análise, destacando-se a história da infância e da criança no Brasil. Nessa direção, o ponto de partida da minha investigação teórica tem como marco temporal os momentos marcados pelo advento no Brasil do período republicano, em que as mudanças políticas e sociais, instituíram um terreno fértil para a propagação da defesa de que, para materializar uma sociedade promissora, a proteção à infância era essencial. Assim, retorno a este período no sentido de investigar e entretecer as raízes que sustentam tal discurso referente à construção de uma nova sociedade, isto é, de um Brasil "moderno" e "civilizado".

Quanto à periodização proposta, essa se sustenta em duas perspectivas de análise. A primeira, de que no período delineado entre os anos de 1890 a 1920, as iniciativas direcionadas às infâncias estiveram marcadas pela presença da filantropia assistencial prevalecendo, em parte, a ideia de que estas dependiam mais da vontade individual dos que se devotaram à causa da

infância pobre do que de iniciativas públicas. A segunda, de que a partir da década de 1920, teria ocorrido o processo de judicialização das infâncias e de formulação de políticas assistenciais e protetivas sob o predomínio do Estado tutelar. Não obstante, esse recorte temporal não é estático, nossa abordagem fará movimentos de retorno e avanço ao recorte citado para fundamentar as hipóteses que serão desenvolvidas.

Tendo por escopo proceder a uma problematização do tema investigado, explicito que a presente obra histórica pretende contribuir para o conhecimento das condições concretas de existência dos trabalhadores urbanos, abordando a relação entre a proteção e a assistência à infância, a partir da historiografia da educação no Brasil republicano, centrado no período concernente ao início do século XX. Importa considerar que busco, como procedimento metodológico, suporte teórico, mediante revisão bibliográfica aderente ao tema ora apresentado, a partir da leitura de livros, artigos e teses, além de fontes a partir de um *corpus* documental relacionado com a minha área de interesse em História Social, em instituições arquivísticas e congêneres,

como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Nessa direção, as concepções teórico-metodológicas que embasam esse texto sobre as questões relacionadas às determinações estruturais do processo de formação social do Rio de Janeiro, à educação higiênica e civilizatória e às ações de filantropia na Primeira República, podem ser encontradas em autores como Rizzini (1995; 2002; 2018), Fausto (2016), Kuhlmann Júnior (2001; 2002), Gondra (2000; 2002; 2003; 2004; 2007), Câmara (2010), Priore (2018), Gomes (2002; 2005), Freire (2004; 2008; 2009; 2011), Chalhoub (1996; 2012), entre outros pesquisadores desse setor temático, haja vista que encontramos fecundas reflexões críticas sobre a perspectiva educacional brasileira e a assistência à infância. Considerando, pois, que a busca pela amplitude de análise sobre o tema supra dito mostrou-se tarefa complexa, que requer leitura atenta e acurada do vasto leque de conceitos e questões imbricadas, para encaminhar uma determinada leitura e interpretação dessa realidade.

Nesse prisma, cabe ressaltar que direcionamos o nosso olhar nesse estudo, buscando analisar, especialmente, as correlações e

os entrelaçamentos entre a infância pobre e o seu cotidiano no bojo da Primeira República, tendo como foco aqueles sujeitos que foram desconsiderados e, por vezes, invisibilizados, mas que compõem o fazer histórico em seu contexto. Baseio-me, por uma concepção alinhada à pesquisa da história num processo constante de investigação das fontes, com o intuito de se realizar uma narrativa histórica que aborde as falas dos trabalhadores, o que enseja em um debate necessário. Por não se ter a pretensão, com essa obra, em esgotar as possibilidades de discussão sobre o assunto, alguns pontos foram destacados, elegidos alguns materiais apropriados e levantados aspectos considerados relevantes acerca das fontes pertinentes à história e à historiografia da assistência à infância no Brasil, as quais se alargaram para além das documentações oficiais.

Diante do exposto, interessa tecer que meu enfoque se constituiu na análise dos textos sobre o período em tela, levando-se em consideração de forma precípua o contexto sociocultural de sua produção e o de sua circulação, considerando a diversidade desses contextos. Nesse ponto, reitero que o objeto de estudo, no âmbito da História Social, abarca sujeitos coletivos e a

sociedade como um todo, não apenas as figuras individuais e os "grandes homens". Vale sublinhar que busquei inter-relacionar o material bibliográfico, buscando fundamentar esses dados pela minha linha de investigação teórica. Quanto à viabilidade de acesso ao conjunto bibliográfico e documental, exponho que apesar de determinados limites e dificuldades de acesso a arquivos públicos e privados no Brasil, sobretudo com relação a como essas fontes estão organizadas, explicito que tivemos a possibilidade de coleta de informações em acervos específicos, sendo adequado ao ponto de vista do estudo que realizamos.

Cabe aqui pontuar que, como o meu horizonte de análise coaduna com o âmbito da experiência educacional e assistencial, desenvolvo uma reflexão acerca do contexto histórico do cotidiano de um instituto de amparo de crianças, de modo que as informações e dados contidos nas fontes de investigação foram identificados, selecionados e organizados durante a pesquisa, em suportes diversos, com vistas a analisar quantitativa e qualitativamente a perspectiva apontada, o que possibilitou, assim, o tratamento serial do conjunto de documentações, abrindo a possibilidade de quantificação para identificar regularidades, e

revelar as experiências vicárias que permitem generalizações naturalísticas. Esse foi o método de trabalho nesse estudo.

Quanto ao modo de fazer, ressalto que o método de estudo tem o enfoque analítico, numa dimensão que não é unidirecional, mas repleta de mediações, valendo-se, sobretudo, de notícias de jornais e revistas, como "A Noite", "A Vanguarda", "O Fluminense", "Diário Carioca", "A Crítica", "O Paiz", "O Globo", "Correio da Manhã", "O Imparcial", "Jornal do Brasil", "Jornal do Commercio", "Revista da Semana" e "Gazeta de Notícias", além de atas de sessões e reuniões em Comissões, Conselhos, Conferências e Congressos de Proteção e Assistência à Infância, bem como relatórios, pareceres e boletins de órgãos municipais da cidade do Rio de Janeiro coletados na Imprensa Nacional e de coleção de leis do período, a título de ilustração.

Cabe ressaltar que esse livro abordou fontes primárias e secundárias, as quais envolvem generalizações, análises, sínteses e interpretações da informação original, com vistas a perscrutar e circunscrever as experiências vividas pelos diferentes sujeitos em sua trajetória na Primeira República, sob a ótica de diferentes atores sociais, a partir de pesquisas e produções já realizadas.

Com isso, utilizei como metodologia o retorno às fontes, por meio de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa[1], a partir da investigação de dados documentais e bibliográficos, os quais me possibilitaram chegar a conclusões e servir de embasamento para pesquisas futuras.

Nesta perspectiva, buscando compreender a concepção de uma instituição total voltada para o campo da educação e da assistência social, mais especificamente para a proteção da infância no Brasil, procederei à análise semântica da própria linguagem desses recursos discursivos, levando em consideração o contexto social em que foram produzidos. Em face disso, acredito que o presente estudo pode fornecer uma base para delinear explicações de como se deu o amparo e proteção dos filhos dos trabalhadores mais pauperizados, lidando com as questões econômicas, políticas e sociais relacionadas aos proletariados naquele contexto brasileiro específico, onde se buscava a emancipação do trabalhador e a transformação da sociedade, e como

[1] Acerca disso, conferir Barros, 2013. p. 147-150; Cardoso e Vainfas, 1997, p. 377-383; e Martins, 2004, p. 289-300.

isso reverbera até os dias de hoje. De modo que os resultados obtidos podem ser usados para desenvolver uma teoria.

À vista disso, procedo a uma investigação teórica, como um retrovisor, centrada na educação dos trabalhadores e trabalhadoras, numa nova construção identitária e nos processos socioeconômicos e culturais dos quais eles participam, entendendo as suas várias relações sociais e de vida do modo mais diverso possível, com o fito de redesenhar novas narrativas para pensar o passado, ampliando o seu repertório, sobretudo no que concerne à proteção à infância. Ressaltando a concepção medular das possibilidades de intervenção no amparo à criança em situação de vulnerabilidade social. Nesse prisma, alinhado à perspectiva de análise atinente à História Social, cuja ênfase recai sobre as experiências dos sujeitos históricos em suas múltiplas relações e interações, não só pensando em sua relação laboral, no espaço do trabalho, mas em outros âmbitos da vida social, optei por este objeto de estudo ora problematizado.

Nesta via, a partir do levantamento bibliográfico feito até o momento, considero relevante apontar a questão que pretendo responder nessa pesquisa: como se deu o contexto de atuação

do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) às crianças pobres na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República? Configurando-se, pois, como o problema de pesquisa a ser investigado. Ao investir nessa questão, consoante com a interrogação apresentada, parto do pressuposto de que a construção da experiência educacional, por meio de uma instituição total como o IPAI-RJ, no seio da comunidade de trabalhadores urbanos na Primeira República, pôde se configurar em um importante fator de amparo à infância, bem como de enfrentamento da realidade desigual e dicotômica, ao propor uma oportunidade de proteção a essas crianças.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, destacaram-se intelectuais, políticos, lideranças religiosas ou leigas que, preocupados com a situação de uma crescente multidão de "desvalidos", mobilizavam recursos para amparar as vítimas do pauperismo. São reformadores que, além de terem atuado como filantropos, sugeriram políticas públicas a adotar no combate à pobreza. Pretende-se analisar algumas de suas obras e ter acesso ao pensamento daqueles que se empenhavam em propor ações assistenciais, de caráter público ou privado.

Objetiva-se também perceber de que forma tais reformadores encontravam-se conectados às experiências e às discussões teóricas que se processavam no continente europeu. Para esse fim, propõe-se estudo sobre a necessidade de organização da caridade, a proposta de se realizar no Brasil a filantropia científica e o papel do Estado em relação à assistência aos pobres.

Este livro tem como objetivo, portanto, analisar a assistência à infância pobre no Rio de Janeiro no início do século XX, através das ações de filantropia médica do IPAI-RJ. Este espaço foi escolhido para esta análise, haja vista que o mesmo buscou demarcar uma mudança nas formas de assistir a criança pobre, passando das instituições religiosas aos poderes públicos, inserindo-os em um movimento mais amplo de amparo e proteção à infância, considerada futuro da nação, a partir de intervenções médico-assistenciais. O período em que foi fundado era de amplo anseio reformista, sobretudo, em combate aos altos índices de mortalidade noticiados nos jornais do período. O amparo às crianças significava legitimar os saberes da medicina, eleger suas instituições como as "redentoras" da infância desamparada e controlar os comportamentos das famílias menos abastadas

em nome da saúde dos filhos, pretendia normatizar espaços, corpos e criar instituições "modernas" e "científicas", contemplando os interesses das elites.

Este livro se justifica, pois me interesso em investigar e aprofundar esse frutífero assunto sobre a experiência educacional numa perspectiva teórica e histórica que dialogue com outros campos do saber e, assim, problematize de forma interdisciplinar as questões e contradições ligadas às condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como a cartografia das ações de amparo às crianças pobres naquele contexto do Rio de Janeiro na Primeira República. Tendo em vista que a educação, nesse período, não se limitava ao espaço físico formal da escola, mas espraiava-se por todo o tecido social, por meio da ação direta dos sujeitos na comunidade. Esse objeto de pesquisa relaciona-se, assim, a uma sensibilização pessoal e uma questão que me fez pensar sobre o tema desde a graduação, tendo sido cultivado em outros estudos e cursos posteriores.

Para tratar dessas questões, exponho que a obra está dividida metodologicamente em três capítulos para melhor entendimento do estudo. O primeiro busca oferecer um panorama

geral sobre as determinações estruturais do processo de formação social urbana na Primeira República, na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Nesta via, no primeiro capítulo apontam-se os aspectos históricos acerca das condições de vida dos trabalhadores e da assistência à infância. Assim, o segundo capítulo traz alguns elementos de compreensão da educação brasileira, abarcando a influência do Iluminismo e a sua relação com os projetos educacionais da Primeira República, em nome do desenvolvimento da nação, e discute a relação entre os conceitos de puericultura, higienismo e eugenia na perspectiva da educação civilizatória, isto é, na defesa de que, para materializar uma sociedade promissora, a proteção à infância era essencial. Por fim, o terceiro capítulo resgata, dentre as experiências de assistência materno-infantil na ótica da "caridade científica", o IPAI-RJ, cujo fundador, o médico filantropo Arthur Moncorvo Filho, será visitado em sua trajetória.

1

Formação social urbana na Primeira República



1.1 Determinações estruturais do processo de formação social no Rio de Janeiro

Com vistas a analisar as determinações estruturais do processo de organização social do trabalho e dos trabalhadores urbanos na cidade do Rio de Janeiro, como ilustram nesse caso específico, autores como Chalhoub (2012) e Hardman e Leonardi (1982), procura-se destacar os principais aspectos congruentes ao primeiro período de formação de um conjunto de trabalhadores urbanos operários e fabris, a partir dos últimos anos do século XIX, conforme encontrado em Gomes (2005). Uma das assertivas principais, nesse sentido, aponta para o processo de transformação e dinamização da economia, sobretudo, em virtude de capitais oriundos da economia cafeeira[2], sendo a rede ferroviária um dos elementos impulsionadores desses grandes centros, tal como situa Fausto (2016, p. 31). Sobre isso, é importante considerar, segundo o autor, que a esse conjunto de

[2] A história da Primeira República compõe-se de uma série de acontecimentos ligados aos processos de produção e comercialização do café, o principal produto, quanto à economia brasileira e em termos amplos, quanto à sociedade brasileira como um todo (Nagle, 1976, p. 12).

trabalhadores compreende uma grande heterogeneidade étnica, cultural e linguística, proveniente das origens que a compõe[3].

Sob tal perspectiva, o esforço inicial desta pesquisa está ligado à investigação e análise acerca da organização social na capital do Rio de Janeiro, com a consolidação da República, em fins do século XIX e início do século XX. Como afirma Chalhoub (2012, p. 80), a cidade do Rio de Janeiro recebeu um contingente de estrangeiros nos anos anteriores e seguintes à abolição, os quais se estabeleceram numa cidade com grande número de negros e mulatos vivendo suas primeiras experiências como

[3] Acerca da experiência histórica das classes pobres no Rio de Janeiro no início da Primeira República, na composição étnica dos trabalhadores do Distrito Federal predominavam imigrantes portugueses – e brasileiros não-brancos – a cidade apresentava a maior concentração urbana de negros e mulatos no Sudeste. Isto significa dizer que duas das principais clivagens da sociedade colonial e depois imperial continuavam a ser parte integrante da experiência de vida popular: contradições entre "senhor-patrão branco" *versus* "escravo-empregado negro", e "colonizador-explorador português" *versus* "colonizado-explorado brasileiro". Assim, o problema das rivalidades nacionais e raciais entre os trabalhadores remete tanto a aspectos inerentes à mentalidade popular, já internalizados por brasileiros pobres e imigrantes, quanto à conjuntura de transição para a ordem capitalista na cidade do Rio de Janeiro da época (Chalhoub, 2012, p. 60-62).

trabalhadores livres[4]. Nessa direção, segundo Chalhoub (2012), o processo histórico por que passou a cidade do Rio de Janeiro na Primeira República apresentou um traço continuísta em relação aos tempos coloniais e imperiais, "a continuação da subordinação social dos brasileiros de cor, ou seja, o negro passou de escravo a trabalhador livre, sem mudar, contudo, sua posição relativa na estrutura social" (p. 88).

> Ao longo dos períodos colonial e imperial, as autoridades brasileiras buscaram, quase sempre sem lograrem muito êxito, assumir a tutela dos livres pobres. Era talvez um meio de pôr a mão forte da autoridade sobre uma população que não estava sob o jugo do poder senhorial. Mesmo porque, as camadas livres pobres, negros e mestiços, vinham crescendo aceleradamente desde o século XVIII (Fraga Filho, 1996, p. 91).

---

[4] É, portanto, sobre o antagonismo trabalho assalariado *versus* capital que se erguerá o regime republicano fundado em 1889, regime este que tinha como seu projeto político mais urgente e importante a transformação do homem livre – fosse ele o imigrante pobre ou o ex-escravo – em trabalhador assalariado. Delineia-se, então, um processo social amplo que, após muita luta e resistência por parte dos populares, levaria à configuração de relações sociais de tipo burguês-capitalista na cidade do Rio de Janeiro já nas primeiras décadas do século XX (Chalhoub, 2012, p. 46-47).

Em relação ao modelo republicano, conforme Carvalho (1987, p. 161), passado o momento inicial de esperança de expansão democrática, consolidou-se sobre um mínimo de participação eleitoral e sobre a exclusão do envolvimento popular no governo[5], assim, "consolidou-se sobre a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico" (Carvalho, 1987, p. 161). As propostas alternativas de organização do poder derrotadas foram postas de lado. Consoante com Chalhoub (2012), a emancipação dos escravos e a política imigratória configuraram os dois processos constitutivos

[5] Na República que não era, a cidade não tinha cidadãos. Para a maioria dos fluminenses, o poder permanecia fora do alcance, do controle e mesmo da compreensão. Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante. Ele se relacionava com o governo seja pela indiferença aos mecanismos oficiais de participação, seja pelo pragmatismo na busca de empregos e favores, seja, enfim, pela reação violenta quando se julgava atingido em direitos e valores por ele considerados extravasantes da competência do poder. A cidade mantinha seus nódulos de participação social nos bairros, nas associações, nas irmandades, nos grupos étnicos, nas igrejas, nas festas religiosas e profanas e mesmo nos cortiços e nas maltas de capoeiras. Estruturas comunitárias não se encaixavam no modelo contratual do liberalismo dominante na política (Carvalho, 1987, p. 162-163).

essenciais do mercado de trabalho capitalista, e dos trabalhadores, no contexto da cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, de modo que "a República proclamada em 1889 contém em si, portanto, como antagonismo fundamental, a relação trabalho assalariado *versus* capital" (Chalhoub, 2012, p. 254).

Nesta via, segundo Gondra (2003), é inatacável a assertiva de que os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX tem como marco temporal o da implantação e consolidação do mercado de trabalho livre em substituição ao escravo, do processo de industrialização e reestruturação do Estado sob o sistema republicano de governo. Desse modo, a pesquisa sobre a nossa temática coincide com as origens da industrialização e o desenvolvimento do Capitalismo no então Distrito Federal, importante cidade no período. Segundo observamos nas obras de Oliveira (2011) e Behring (2016), cabe ressaltar que, até 1912, há um período de expansão econômica, mas, em meados de 1913, termina o chamado boom da economia brasileira, havendo déficit na balança comercial. Sobre isso, para Chalhoub

(2012), a maior integração do Brasil à economia capitalista mundial, a partir dos acontecimentos de 1888-1889:

> é comprovada pelos dados de crescimento das nossas exportações: estas cresceram num ritmo de apenas 10% entre os decênios de 1871-1880 e 1881-1890, passando este crescimento para 31,6%, entre a penúltima e a última década do século XIX, e atingindo a elevada cifra de 63,7%, na primeira década do século XX (Chalhoub, 2012, p. 249).

A respeito dessa condição histórica, vale sublinhar que o Rio de Janeiro reuniu a maior concentração operária do país durante a Primeira República, sendo superado pela capital de São Paulo após 1920, conforme Fausto (2016, p. 33). Em face disso, definiu-se, como recorte espacial, a cidade do Rio de Janeiro, que, respeitando suas especificidades, concentrava um grande número de trabalhadores, sobretudo, nas fábricas nos centros urbanos, num cenário de superexploração da força de trabalho, greves e revoltas, como apontam, entre outros, os estudos de Hardman e Leonardi (1982), onde se observava o recrudescimento das formas de organização social tanto nas ruas quanto nos espaços laborais. O Rio de Janeiro como tradicional centro

administrativo e capital do país e ainda como cidade administrativa e comercial de base escravista fez-se sentir no censo de 1906, que mostra uma população ocupada em comércio, transporte, administração e serviço doméstico (Carvalho, 1987, p. 153). Nesse ângulo, a cidade do Rio de Janeiro, na época,

> ... reunia contingentes de população em proporção superior às limitadas necessidades do setor industrial e de serviços. Essa população pobre, continuamente engrossada por migrantes internos e imigrantes estrangeiros, lutava na prática com uma dificuldade ingente em arrumar emprego e tinha de se sujeitar a receber salários baixos que deterioravam ainda mais suas condições de existência (Chalhoub, 2012, p. 61).

No caso particular desse estudo, foram localizadas algumas instâncias de intervenção no espaço urbano como parte do esforço ordenador e disciplinador das camadas populares e, por conseguinte, da infância na cidade do Rio de Janeiro[6]. Sob esse

[6] As condições de precariedade em que viviam as crianças inseridas no mercado de trabalho informal não escaparam aos periódicos que alardeavam o número significativo de pequenos trabalhadores pelas ruas. Expostos a todos os riscos, essas crianças tinham a incumbência de levar dinheiro para as famílias que dependiam desses recursos para

prisma, no sentido de explicitar o recorte temporal da pesquisa, o marco inicial é o ano de 1899, com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro, num contexto de modernização urbana, com grande contingente populacional, superior às demandas da indústria e do comércio, conforme análise encontrada em Gomes (2005). O que torna relevante a consideração de que o primeiro surto industrial do Brasil, de acordo com Fausto (2016), foi o "desenvolvimento do capitalismo de base agrária, na região Centro-Sul" (p. 38). Nessa linha, como a concentração da maioria absoluta da população permanece nas atividades agrícolas, assim, "localiza-se no campo, a maioria dos setores econômica e socialmente dominados, em todo o período de predominância do polo agrário-exportador" (Fausto, 2016, p. 39).

A partir dessa base teórica, o início do século XX foi marcado por diversas transformações urbanísticas e educacionais na

sobreviver. Não era raro, à época, as ruas da cidade serem tomadas por ambulâncias dos postos da assistência municipal, transportando crianças acidentadas ou doentes em decorrência das péssimas condições de saúde e de segurança nas fábricas, nas ruas ou mesmo em residências em que se colocavam a trabalhar (Câmara, 2010, p. 47).

cidade do Rio de Janeiro, que se tornaram fundamentais, a partir de ações que ocorreram no final do século XIX, como a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889, as quais, na visão de Abreu (2018), "consolidaram a necessidade de adequação das estratégias de ordenamento e controle social para uma sociedade de homens livres, mulheres e crianças livres, ao menos teoricamente" (p. 290). Conforme esse argumento, para Nagle (1976) "o urbanismo e suas concomitantes mudanças socioculturais vão fornecer novas perspectivas para pensar o "novo" Brasil" (p. 25). Segundo Velloso (1996), a cultura de "modernização"[7] começou a entrar em vigor marcada pelas "inovações tecnológicas, como o telégrafo sem fio, o

[7] A modernização do Rio de Janeiro não teria produzido uma reestruturação significativa da sociedade, na medida em que se mostrou incapaz de proceder a incorporação dos intelectuais e das camadas populares. Estas últimas seriam identificadas com o 'espectro da desordem', incompatível com a imagem de uma cidade que se pretendia moderna. Enquanto cidade-capital, o Rio de Janeiro viveu de maneira sensível o clima controverso de instauração da modernidade. Em suma: não foram construídos canais necessários de participação e expressão social (Carvalho, 1994 *apud* Velloso, 1996, p. 26).

telefone, o cinematógrafo, a fotografia, o avião, o automóvel" (p. 22), assim, remodelando o espaço urbano[8].

Tais movimentos implicaram em modificações na sociedade onde as discussões em torno do trabalho, da reformulação da cidade e da higiene social tornaram-se necessárias devido ao aumento populacional gerado pelos imigrantes que desembarcavam no Rio de Janeiro e pelos escravos libertos que iam para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida[9]. Conforme análise de Câmara (2010), a crise de emprego, a falta de condições adequadas de vida, o surto industrial que

[8] Nesse aspecto, cabe ressaltar que, com o lema, o "Rio civiliza-se", potencializou-se o sentido máximo das iniciativas de intervenção concebidas para a cidade. A remodelação que se arquitetava edificar direcionava as iniciativas do poder público que, além de empreender um processo de demolição do que restara da "velha" e modorrenta cidade de traços coloniais, colocava como desafio a importação e a construção dos símbolos burgueses de cidade (Câmara, 2010, p. 81).

[9] A emancipação dos escravos e o movimento imigratório foram os dois processos que, ao longo de várias décadas, forjaram o homem livre – trabalhador expropriado que deveria se submeter ao assalariamento – ao longo da segunda metade do século XIX. É este homem livre – leia-se, "livre" da propriedade dos meios de produção, isto é, despossuído – que será a figura essencial da formação do mercado capitalista de trabalho assalariado (Chalhoub, 2012, p. 46).

impossibilitava os pais de cuidarem dos filhos, após longas jornadas de trabalho, a inexistência de creches e escolas, bem como de outros aparatos voltados para o atendimento das crianças, configuraram fatores que contribuíram para o aumento da criminalidade infantil, da prostituição, da pobreza e do abandono no quadro imposto pelo "progresso" e pela "civilização" (Câmara, 2010, p. 70). Nas palavras da autora:

> a doença, mendicância, o analfabetismo, a criminalidade, a vadiagem, o alcoolismo, a prostituição eram vistos como chagas que assolavam a capital do país e deveriam ser tratadas em nome do bem-estar social. Representadas como tristes, doentes, esquálidas, sujas, maltrapilhas e esfomeadas, as camadas populares constituíam-se em risco potencial para a sociedade moderna e higiênica que se objetivava instituir (Câmara, 2010, p. 77).

Ademais, as crianças abandonadas, desamparadas pelos poderes públicos, compunham um quadro social indesejável e não condizente com uma cidade em processo de modernização, de modo que, recriar uma nova paisagem, era um dos anseios das elites. Cabe ressaltar que a República, no Brasil, não se apresentou como o regime da liberdade e da igualdade, como o regime

do governo popular, mesmo sendo o Rio de Janeiro, maior centro urbano e que apresentava as melhores condições de fornecer o "caldo de cultura das liberdades civis", base necessária para o crescimento da participação política (Carvalho, 1987, p. 161). Nessa medida, tendo por base os estudos de Chalhoub (2012), com o fim da escravidão, era necessário que o conceito de "trabalho" ganhasse uma valoração positiva, articulando-se com os conceitos de "ordem" e "progresso" para impulsionar o país no sentido do "novo", da "civilização", isto é, no sentido da constituição de uma "ordem social burguesa" (Chalhoub, 2012, p. 48).

> Após a fundação do regime republicano, surgiram duas linhas de interpretação, a dos monarquistas e a dos republicanos. A interpretação de viés monarquista trata o Imperador D. Pedro II como vítima do resultado de um levante militar contrário à vontade do povo, fruto da indisciplina das classes armadas que contaram com o apoio de fazendeiros descontentes com o fim da escravidão. Já a interpretação a favor da República tratava a proclamação do novo regime como um acontecimento construído por um grupo de idealistas e corajosos que conseguiram elevar o país à condição de uma democracia (Carvalho, 1987, p. 161).

É imperioso concordar com Velloso (1996) quando afirma que a cidade do Rio de Janeiro, constituiu um dos cenários principais de reformas urbanas e da atuação dos poderes públicos quanto ao ordenamento do espaço urbano[10]. Paradigmas de "civilização" e "progresso", veiculados a partir dos referenciais europeus e norte-americanos, informavam os setores das classes dirigentes da passagem do Império para a República que buscavam construir um Estado moderno, distante do "atraso", então representado pela suposta desordem das ruas e becos sujos, escuros e estreitos das cidades coloniais. Segundo Velloso (1996), a vida urbana era intensa. Os prédios públicos construídos revelavam a imponência da ordem social "civilizada" que se pretendia fundar.

> A partir do final do século XIX, houve a proliferação de novas ideias no campo intelectual do Império, de modo que o tom das mudanças sociais foi dado pelos defensores de determinadas concepções,

[10] Quanto à cidade do Rio de Janeiro dos últimos anos do século XIX, o que se assistia era um fluxo populacional intenso, em que a maior parte da população convivia com dificuldades de todas as ordens (trabalho, habitação, saúde, transporte, abastecimento, saneamento), e sobre a qual muitas ideias foram divulgadas (Torres, 2012, p. 41).

> dentre elas, o positivismo, o cientificismo, o evolucionismo e o republicanismo [...]. A palavra "República" viria marcada com o sinal do futuro, da evolução necessária, civilização, progresso e da modernização. Um discurso que percorreria diferentes espaços e ganharia repercussão no país (Torres, 2012).

Nesta via, para Netto (2001), o ciclo grevista favoreceu os debates sobre assistência hospitalar ao levar "para a Câmara dos Deputados discussões sobre o trabalho feminino e o infantil, os acidentes de trabalho e a proteção social". Desta forma, a questão social vinculada ao processo de desenvolvimento das forças produtivas se torna e ao mesmo passo em que se converte em preocupação tanto pelos trabalhadores, quanto pela elite. Segundo o autor, a utilização da expressão "questão social", por volta de 1830, vem caracterizar o processo de desenvolvimento capitalista e complexificação social europeus. Relaciona-se ao pauperismo, no qual "a pobreza parecia acompanhar a abundância", bem como às insubordinações populares às péssimas condições de existência às quais eram submetidas às classes trabalhadoras. Urge salientar a visão de Nagle (1976) de que

> o desenvolvimento do modo capitalista de produção e de vida, durante a Primeira

> República, ocasionou o aceleramento da divisão social do trabalho e exigiu nível cada vez mais crescente da especialização de funções, de que resultaram o aparecimento de novas camadas sociais; a história do período deve ser percebida como a da evolução do proletariado industrial (Nagle, 1976, p. 26).

Nesse âmbito, consoante com Netto (2001), a "questão social" se dá quando do desenvolvimento das forças produtivas. Sua origem se encontra na relação conflitante entre capital e trabalho e suas expressões estão circunscritas na história em movimento, ou seja, aparece em diferentes estágios do espaço/tempo da sociedade capitalista, adquirindo contornos distintos a depender da conjuntura. Ocorrendo desde o século XVIII na Inglaterra, primeiro país a se industrializar, a questão social e suas expressões se firmaram na Europa a partir do início do século XIX. De acordo com Netto "a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas, em contraposição à ausência de recursos no período pré-burguês" (Netto, 2001, p. 42). Uma observação que salta do texto é que essa "nova pobreza", ou questão social, se refere ao

fenômeno da pauperização e é observada exatamente no operariado que nesse momento se formatava.

É, agora, necessário esclarecer que, ao tratar da questão social, Netto (2001) faz uso de aspas com o intuito de desassociá-la à "tergiversação conservadora" que levou à compreensão da questão social a partir de uma perspectiva moralizadora que não expressa o caráter de luta que, nas palavras do autor, seria inerente à questão social. O autor em tela define a questão social como sendo "o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura" na qual há uma progressão da coletivização da produção social e da socialização do trabalho coletivo, ao passo que o produto do trabalho e da produção é privado, concentrando-se nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Com relação à conceituação da questão social, o autor afirma haver uma recorrente aproximação desta às mazelas sociais, sendo compreendidas como "problemas sociais", sendo essa a visão divulgada durante a Primeira República. Os problemas sociais se associavam à "carência de recursos materiais e intelectuais que possibilitem a sobrevivência dos indivíduos por sua própria conta".

Dada a individualização dos "problemas sociais" oriundos da pobreza, suas soluções também estavam circunscritas à esfera individual ou privada (Netto, 2001). Entretanto, o autor critica a responsabilização dos indivíduos a partir da perspectiva dos "problemas sociais", ao destacar que a questão social foi vinculada à "emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político", discorda da perspectiva de que os "problemas sociais" são de responsabilidade dos indivíduos, pois essa abordagem levaria à perda da dimensão coletiva de isenção da "sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais" (Netto, 2001). O fenômeno da questão social aparece no Brasil no final do século XIX, se intensificando a partir da década de 1920, com a industrialização e a consequente acentuação do processo de urbanização[11].

[11] O fenômeno da concentração urbana, no Brasil, no período que interessa a este trabalho, pode ser percebido pela comparação entre a população urbana de 1890 a 1920. Os dados censitários obtidos nas duas datas revelam que a população urbana passou de pouco mais de um milhão e duzentos mil para pouco mais de três milhões. Assim, o incremento da população urbana no espaço de trinta anos foi da ordem de duas vezes e meia (Nagle, 1976, p. 24-25).

Trataremos, assim, da questão social a partir das primeiras décadas do século XX tendo em vista as formas de enfrentamento de suas expressões. A pobreza a qual os trabalhadores eram submetidos tornou-se pauta de reformadores sociais. De acordo com Viscardi (2011), as reformas sociais brasileiras neste período partem de uma dualidade. A pobreza era vista por alguns como fenômeno social e por outros como sendo natural ou moral. Esse dualismo seria próprio "de um país que transitava para a modernidade capitalista, embora mantendo ainda muito rígidas as concepções próprias de seu passado escravista, ameaçado pelo rápido processo de urbanização, industrialização e modernização" (Viscardi, 2011, p.195).

Pode-se compreender que dentre as particularidades da questão social no Brasil, configura-se o fato de que a mesma está intimamente relacionada ao desenvolvimento das forças produtivas e "à generalização do trabalho livre em uma sociedade em que a escravidão deixa marcas" (Viscardi, 2011). A industrialização brasileira não se inicia, entretanto, quando da Proclamação da República. O declínio da monarquia foi forjado em um período de grande expansão das forças produtivas, o que

ocorreu nas últimas décadas do regime, com aumento da produção agrícola baseada na exportação cafeeira. Segundo a autora, ainda em meados do século XIX, o Estado passou a se aliar a setores privados e ao capital internacional, inclusive tomando empréstimos para a realização de empreendimentos "modernos", como a implementação de ferrovias e do sistema de telégrafos. O governo imperial atuou como "empresário", levantando fundos internacionais, especialmente ingleses e incentivando a entrada do capital estrangeiro no Brasil (Prado Junior, 2012, p. 145).

De acordo com Prado Junior (2012), apesar de o Brasil ser um país agroexportador, a industrialização brasileira já começava a se desenvolver com mais vigor neste momento. Conforme o autor, a exportação de café colocou o país em boa posição no cenário econômico internacional e fez crescer cidades e centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Com efeito, Nagle (1976) destaca que "até certo momento, inexistiam outras alternativas de organização da atividade econômica, além da de investir cada vez mais na produção do café" (p. 13). O Estado atuou em função do capital internacional, assim como das

oligarquias agrárias. Apesar dos atritos entre as frações agrárias, financeiras e industriais oriundos das polêmicas políticas de valorização do café[12], a prosperidade do setor cafeeiro teve forte influência no processo de industrialização brasileiro no início do século XX (Nagle, 1976).

> A situação do café na economia brasileira era preponderante. A economia cafeeira se forma no segundo e terceiro quartéis do século XIX, quando surge como nova fonte de riqueza para o País. Principalmente depois da instalação do regime republicano, o café constituía a principal mercadoria que, no comércio exterior, fornecia a maior quantidade de divisas (Nagle, 1976, p. 13).

Nesse esquadro, cabe pontuar que, segundo Viscardi (2011), parte da força de trabalho da indústria era proveniente dos movimentos imigratórios que se instalaram no setor agrário, e esses mesmos imigrantes vieram ampliar as necessidades de consumo

[12] A política de valorização do café transformou-se no principal "instrumento do domínio de uma classe sobre toda a máquina do Estado" - domínio de uma classe, pelo domínio de determinados Estados (Nagle, 1976, p. 12-13).

no mercado interno[13]. Além disso, com a Primeira Grande Guerra, em 1914, a limitação aos bens de consumo até então importados e a consequente dificuldade de exportação do café forçaram o Brasil a incentivar a produção interna, o que foi também possível, graças a investimentos oriundos do mercado cafeeiro (Viscardi, 2011). Sobre isso, Nagle (1976) aponta que "a partir de meados da década de 1910, a industrialização entra em outra fase de desenvolvimento, gerada pelas condições inerentes ao desenvolvimento da produção cafeeira" (p. 14). A industrialização brasileira que desde a última década do período imperial vinha dando passos significativos (nesse período o número de indústrias chega a triplicar) se adensaram nos primeiros cinco anos do primeiro período republicano, sendo o

[13] Elemento importante e impulsionador de alterações no setor social foi o processo imigratório, cujo período áureo pode ser situado entre 1888-1914. A imigração foi elemento importante na alteração do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, e representou nova modalidade de força de trabalho, diferente daquela formada nos quadros da produção escravagista. Este fato vai explicar o aparecimento de novos sentimentos, ideias e valores no processo de integração social (Nagle, 1976, p. 23-24). O fenômeno da imigração também indicava a vicejante ideologia do "branqueamento" da população mestiça como solução aos problemas que assolavam o país.

Distrito Federal, correspondente à cidade do Rio de Janeiro, que teve maior concentração da atividade industrial. A indústria tomou novo fôlego e passou a "ocupar um lugar de relevo na economia do país" (Prado Junior, 2012).

Entre os anos de 1915 e 1919, ou seja, período no qual ocorria a Primeira Guerra Mundial, 5.936 estabelecimentos industriais foram criados, atingindo um total de 13.336 no censo de 1920 (Prado Junior, 2012, p.198-199). O incentivo à industrialização brasileira se relaciona à mudança do sistema político, com a Proclamação da República, sendo tecido durante a Constituinte um debate, "da defesa de um processo de industrialização" de forma a superar o caráter colonial agrário da economia brasileira (Prado Junior, 2012). A República foi instaurada de cima para baixo, ou seja, foi conduzida pelas classes dominantes as quais não pretendiam realizar alterações efetivas no status quo, mas manter a ordem social vigente, dando novo lustro ao sistema político recém-implantado, mas sustentando os privilégios da elite oligárquica. A própria adoção do modelo republicano federativo teria sido feita com o intuito de manter a autonomia dos governos locais. Buscava-se a modernização do país,

que "pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes" (Prado Junior, 2012).

Como apontado, não houve ruptura efetiva com as bases políticas que estruturavam o Império quando da Proclamação da República, pela própria manutenção das estruturas oligárquicas de poder e favorecimento dos interesses agrários pelo Estado. A construção do ideário de nação estava presente na obra dos doutrinários e políticos que, pregando ou antevendo a Independência, refletiam sobre a organização da sociedade brasileira (Prado Junior, 2012). Segundo Viscardi (2011), a primeira Constituição republicana, datada de 24 de fevereiro de 1891, tinha caráter liberal, pela noção individualista embasada na ideia de federalismo, da não intervenção econômica estatal e da descentralização logo nos primórdios republicanos[14]. O ideário liberal da

[14] A arquitetura política carioca, nos primeiros anos republicanos, marcada pela presença de diferentes poderes, fossem eles municipais ou federais, revela o quanto foram amplas e, ao mesmo tempo, complexas as relações que estabeleceram o desenho institucional do centro político do novo Estado brasileiro, que estava por se constituir. O complexo jogo de forças envolvendo as diferentes instâncias presentes

Primeira República se expressou quando da organização da carta constitucional de 1891. A responsabilidade para com a saúde não é explicitada no referido documento, não havendo detalhamento acerca das competências para com as políticas de saúde e assistência, visto que estas não eram consideradas funções da União. O Estado poderia auxiliar os estados da Federação, entretanto, em caso de calamidade pública (Viscardi, 2011). Sobre isso, em meio a discursos, debates e reformas,

> ... A última década do século XIX pode ser considerada como um período fundamental na história de construção do Brasil como um país republicano. Ela se tornou, por excelência, uma fase de desafios, em que pesavam as disputas entre diferentes projetos pela primazia de modelar o novo regime e as condições materiais que o país abrigava naquele momento para tornar efetivas suas pretensões. Era preciso legitimar a jovem República, dar sentido e significado à ruptura estabelecida no campo político, em que se faziam presentes os fatores de ordem econômica, religiosa, social e cultural. Para isso, era

---

na cidade, percebido na passagem do século XIX para o XX, tem sua gênese na própria indefinição surgida após a Proclamação da República, levada a cabo em novembro de 1889 (Torres, 2012, p. 75).

> necessário construir um novo Estado e elaborar o perfil que daria forma à nova Nação (Torres, 2012, p. 49).

Depreendemos, pois, que o Estado Brasileiro consolidado a partir do modelo federativo atendia aos anseios das elites oligárquicas "que detinham o controle de todos os níveis de poder, do central ao local" (Prado Junior, 2012), ou seja, a descentralização deixava a cargo dos governos locais as tomadas de decisão acerca das políticas a serem empreendidas. Mas se, como apontado, a saúde pública não era função estatal na Primeira República, dado seu modelo federalista e liberal, a atuação do Estado se restringia ao controle de epidemias e a subvenções episódicas a estabelecimentos de saúde. Conforme Netto (2001), no Brasil republicano, as expressões da questão social vinham se acirrando progressivamente e demandavam que ações fossem tomadas para a concretização do projeto nacional. A pobreza, a sujeira, as doenças eram consideradas incompatíveis com a sociedade brasileira que se desejava formatar: civilizada e moderna, inspirada no modelo europeu. Desde o século XIX havia uma preocupação com "os hábitos alimentares, o vestuário, o lazer, a higiene pessoal, a habitação, o ambiente de trabalho, a

vida sexual". Criou-se, então, uma gama de regulamentações as quais se associavam ao campo da medicina e informava uma tendência que persistiu no século posterior, qual seja, a preocupação com a higiene (Cavalcante, 1985).

Nos primeiros anos do século XX, a cidade do Rio de Janeiro, capital da República, sofria com as epidemias. Para Cavalcante (1985), a cidade do Rio de Janeiro do início do século XX era o retrato do caos urbano. Havia nesse momento uma elevada concentração populacional, uma crise econômica a qual era conjugada pela alta inflação, pelos baixos salários, pelo desemprego. Para a autora, a proposta higienista orientou a saúde pública no que se refere a questões espaciais, como a Reforma Urbanística na cidade do Rio de Janeiro. Nessa direção, a cidade, símbolo do progresso, deveria ser saneada e reorganizada não apenas no que tange à questão espacial, mas com relação à normatização de hábitos e comportamentos. Segundo Cavalcante (1985), "era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do novo Brasil". A febre amarela foi controlada por Oswaldo Cruz, por meio da implementação de medidas

sanitárias que buscavam focos de mosquitos transmissores da doença, fato que também causou reações populares.

A partir dessa dinâmica, tomando como parâmetro a obra de Cavalcante (1985), a preocupação com as epidemias no início do período republicano dá origem à criação da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) em 1896, que foi regulamentada pelo Decreto nº 2.458, de fevereiro de 1897. No período imperial, a questão sanitária era tratada pelo Conselho Superior de Saúde Pública, constituído a partir da Inspetoria Geral de Higiene e da Inspetoria Geral de Saúde dos Portos, em 1886. Assim, em 1904, o Decreto nº 1.151 reorganizou a DGSP, ampliando suas funções no Distrito Federal. Ao governo foram facultadas ações que colocassem em prática princípios higiênicos. Segundo a autora, ficava sob responsabilidade da DGSP, "tudo que no Districto Federal diz respeito a hygiene domiciliar, policia sanitaria dos domicilios, logares e logradouros publicos, tudo quanto se relaciona a prophylaxia geral e especifica das moléstias infectuosas" (Cavalcante, 1985). Além disso, o referido decreto autorizou a promulgação do Código Sanitário. Aliada à nova codificação da

Saúde Pública, alterações no espaço urbano foram uma das principais ações no Distrito Federal.

Conforme o pensamento de Carvalho (1987) se torna necessário pensar numa série de interrogações sobre a Reforma Urbana no Rio de Janeiro, conhecida como "Bota-Abaixo", a qual foi iniciada em 1903 pelo Prefeito da cidade, Pereira Passos[15]. O que se pode suscitar ao verificarmos, à luz do autor supracitado, que as políticas higienistas efetivadas em prol da saúde pública atuavam como um mecanismo de estratificação e controle social. O autor ainda sugere que a mercantilização espacial foi concretizada nas ações de expropriação e retirada desses indivíduos, que são "reassentados" nos subúrbios, ou ainda, que, descontentes com os novos locais para onde são enviados, passam a ocupar cada vez mais os morros nas regiões estratégicas da

[15] Ao demarcar e inscrever na paisagem da cidade os ideais modernizantes, higiênicos e saneadores proclamados pela República, os reformadores urbanos, a exemplo de Pereira Passos e seus sucessores, sobretudo engenheiros, procuraram estabelecer os referenciais para uma nova simetria urbana. O que trouxe forte impacto sobre a organização espacial da cidade, uma vez que esta foi objeto de vários projetos de reforma de sua paisagem urbana (Câmara, 2010, p. 83).

cidade. Dessa forma, Carvalho (1987) aponta que o projeto de urbanização se aliou às políticas sanitárias repressivas. Em vista disso, a reforma

> ... abriu avenidas, endireitou e alargou ruas, reformou o porto. Centenas de casas foram derrubadas, deixando os moradores sem teto. Na área da saúde, Oswaldo Cruz atacou primeiro a febre amarela pelo combate aos mosquitos que a transmitiam, aproveitando método recente aplicado em Cuba. Dezenas de funcionários percorriam a cidade desinfetando ruas e casas, interditando prédios, removendo doentes. Foram visados cortiços, conjuntos de habitações anti-higiênicas onde se aglomerava parte da população pobre. Muitos foram condenados à demolição (Carvalho, 1987).

Depreende-se, assim, com base no autor, que Pereira Passos também proibiu o comércio de ambulantes e demoliu diversos cortiços, conhecidos na época como cabeças-de-porco. Em 1904, Oswaldo Cruz era o condutor da vacinação contra a varíola, a qual, por sua obrigatoriedade e devido a muitos opositores políticos do governo, desencadearia a Revolta da Vacina, em novembro do mesmo ano (Carvalho, 1987). É a partir desse contexto, então, que podemos compreender a mobilização

social e política, cuja tônica foi a inserção de novas questões no rol das discussões que procuravam tratar dos problemas que afetavam a vida da população. Diversos fatores concorreram para isso. Sobre este tema dissertaremos a seguir.

1.2 Breve conceituação sobre as condições de vida dos trabalhadores

À luz da perspectiva de análise de Gomes (2005), ao final do século XIX, em um período de constituição do capitalismo no Brasil, com a instauração do trabalho livre e o desenvolvimento da urbanização, em uma sociedade que empreendia sua "modernização", a questão social se coloca como a questão maior a ser discutida, diagnosticada e equacionada, especialmente nos principais centros urbanos do período, como o Rio de Janeiro, constituindo-se, pois, num dos mais importantes problemas políticos da época. Conforme observa Fraga Filho (1996), o Rio de Janeiro era a maior cidade do Império, entretanto, "era uma riqueza construída ao custo do empobrecimento da maioria da população" (p. 15). Num período em que, para o autor, a economia se mostrou pouco flexível à incorporação da mão de obra

livre ao mercado de trabalho, como também ocorreu em outras sociedades escravistas, concorrendo para isso havia um contingente populacional em permanente crescimento (Fraga Filho, 1996, p. 15). Por conta disso, o homem livre assumia a condição de verdadeiro "deslocado"[16], situação que reverberou para o regime republicano. Na visão do autor, a sociedade escravista

> ... se caracterizou pela dilapidação permanente de sua população trabalhadora. O fluxo crescente de escravos e a necessidade de maximizar lucros alimentou um sistema altamente sucateador da população negra escravizada. [...] A sociedade escravista não oferecia espaço suficientemente amplo para absorver produtivamente a maioria do povo livre pobre. Essa situação agravava-se com as crises econômicas conjunturais, que produziam a diminuição da oferta de empregos (Fraga Filho, 1996, p. 78 e 95).

[16] Ao alcançar a liberdade o negro ficava reduzido à condição de verdadeiro pária, pois o mundo do "senhor branco" não garantia oportunidades para atender as suas necessidades de maneira eficiente. Em meio às ocupações esporádicas mal remuneradas e a criminalidade, a mendicância podia ser o recurso de sobrevivência possível (Carneiro *apud* Fraga Filho, 1996, p. 78).

Conforme Soares (2019, p. 470), no pós-abolição, a liberdade não representava na prática o direito ao trabalho, pois, para a autora, esse novo sistema disporia também de organização do trabalho sob o regime do mercado[17]. Sobre isso, Mello e Souza (1986 *apud* Fraga Filho, 1996) tem razão ao observar que "a extrema fluidez, a instabilidade, o trabalho incerto e aleatório, foram os traços mais marcantes dessa camada social" (p. 90). As cidades agora se encontravam lotadas pelo contingente de escravos libertos, forros, brancos pobres, e, somado a isso, haveria uma massa de imigrantes - trabalhadores livres - vindos, da Europa para substituir a mão de obra escrava. Tendo como norte a afirmação de Fraga Filho (1996), "as crises econômicas frequentes, ao longo do século XIX, lançaram nas ruas muita gente à procura de trabalho" (p. 98). A necessidade de abrigo nas

[17] Diante de uma realidade adversa, os africanos libertos buscaram estabelecer laços de solidariedades que pudessem protegê-los da indigência. Essas alianças eram tecidas a partir da própria experiência do cativeiro. [...] Se essas alianças não foram suficientes para reverter a situação de pobreza, serviram pelo menos para atenuar e enfrentar uma realidade muito dura. Para muitos, à beira do abismo da indigência, essas alianças foram o único recurso de que puderam se valer (Fraga Filho, 1996, p. 84-85).

cidades resultava em habitações diversas, que se tumultuavam para prover a sobrevivência desses cidadãos. Ruas populosas eram tomadas por habitações superlotadas, como cortiços e estalagens, a título de ilustração.

> É certo que a população estrangeira foi contratada, originalmente, para engrossar o trabalho na lavoura rural; no entanto, com a crise da agricultura, boa parte desse contingente deslocou-se para as cidades, atraído não só pelas novas oportunidades, como pelas especializações profissionais que traziam de seus países de origem (Schwarcz, 2012, p. 43).

Sobre o período republicano, Sevcenko (1998, p. 8) afirma que, "de fato, nunca, nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos". Com o anseio pelas promessas de um futuro mais próspero para o Brasil, cuja ênfase gravitava em torno da "civilização" da sociedade, as elites - Militares, Cafeicultores, Políticos, somados aos Cientistas, Médicos, Engenheiros, Arquitetos, Administradores, entre outros - indicavam o caminho em busca

do progresso que estava traçado na industrialização e modernização do país. Sob esse mesmo aspecto, dentre as mudanças mais incisivas nesse período, Carvalho (1987) destaca as alterações quantitativas:

> A primeira delas foi de natureza demográfica. Alterou-se a população da capital em termos de número de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional. A abolição lançou o restante da mão de obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados (p. 16).

A segregação social foi-se impondo através de diversas medidas do projeto urbanístico. Não apenas pelas demolições, resultando nos despejos da população pobre, como também pela elevação dos valores dos aluguéis, do aumento dos impostos, a restrição dos meios de trabalho - tal como a proibição dos ambulantes -, ou meios de subsistência através de plantio ou criação de animais. Essas questões estavam ligadas às famílias mais necessitadas, que não tinham condições de se reestruturar nas habitações dos subúrbios. O próprio alargamento das ruas e avenidas, realizado de modo a extinguir os becos e vielas que eram tomados pela massa "perigosa", foi uma medida que

continha intenções que iam além da preocupação sanitária (Sevcenko, 2010). Eis o que publicou a Gazeta de Notícias, em setembro de 1899, sobre a cidade:

> Esta cidade do Rio de Janeiro está a pedir uma reforma profunda. Precisa ser voltada do avesso, raspada, lavada com lixívias fortes, para atingir o *desideratum* de ser uma cidade decente, por dentro e por fora. O Sr. Prefeito do município tem dedicado o melhor dos seus esforços ao alto e importante problema do saneamento do Rio de Janeiro. [...] Se, porém, o saneamento físico do Rio é uma necessidade indiscutível, há outro saneamento que se impõe aos deveres das autoridades respectivas... Referimo-nos a limpeza moral de certos becos e ruas. [...] Causa dó ver as melhores ruas da Capital infestadas por mulheres de vida alegre, que não têm ao menos a discrição de esconder a sua miséria, fazendo ao contrário gala em mostrar as gangrenas da sua existência (Saneamento da cidade. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 09/09/1899).

Nessa "desordem" que tanto ameaçava os planos da elite moderna, as classes desfavorecidas, excluídas do planejamento social, ganharam a imagem de "classe perigosa", classe viciosa - que se tornaram sinônimos para a palavra "pobre" (Chalhoub,

1996). Massa de cidadãos que não possuíam por muitas vezes trabalhos fixos, e por isso não seriam bons trabalhadores, viveriam na ociosidade e nos vícios, e dessa forma só ocasionariam problemas[18]. Nesse ponto, Fraga Filho (1996) assevera que essas atitudes "recobriam comportamentos considerados ameaçadores à estabilidade social" (p. 89). Tinha-se a noção de que a violência havia aumentado e seria devido à liberdade dada a essa população, e "não por acaso, a concepção predominante era que a mistura de novas culturas, valores e costumes trazia o desequilíbrio, o desamparo e o descontrole" (Schwarcz, 2012, p. 36). Sobre isso, Rago (1985) demonstra as condições de vida dessa população pobre, enfatizando o proletariado, trabalhador das fábricas, e o quanto essa condição de pobreza era vista enquanto "ameaça", tornando-se um motivo irrefutável para que fossem

[18] No intuito de negar o status de cidadão e de evitar a discriminação declarada das camadas livres "de cor", recorriam-se a categorias como "vadios e ociosos", ou "desordeiros", para justificar as medidas de controle social. Contudo, na perspectiva dos pobres livres, o que era considerado vadiagem, e ociosidade, poderia ser uma forma de não se deixar explorar ou dominar. Não trabalhar ou, na perspectiva senhorial, "viver em vadiações", podia significar para os pobres a reafirmação do status de livres (Souza *apud* Fraga Filho, 1996, p. 91-92).

postas em prática medidas mais contundentes de "moralização" da população e "purificação" da cidade para a superação dessa "condição indesejável", ou seja, dos elementos ligados à pobreza e suas consequências imediatas.

Acerca dessa concepção, segundo Viscardi (2011), a população pobre nas áreas urbanas, sejam os operários, organizados ou não, ou mesmo as "massas de vadios", constituía uma "classe perigosa", digna de intervenção policial. Ao analisar notícias de crime entre os anos de 1880 e 1910 publicadas no jornal O Estado de São Paulo, Viscardi (2011) percebe uma vinculação entre "classes pobres" e "classes perigosas", discurso que foi sido difundido com o objetivo de "transformar a sociedade, idealizando novos sujeitos" que se enquadrassem no projeto societário em construção (Viscardi, 2011). A autora trata não só da cidade de São Paulo, que figurava entre as mais populosas e urbanizadas do país, mas também do Distrito Federal. O fenômeno da desqualificação dos pobres ocorreu nas duas localidades. De acordo com Viscardi (2011), um pobre ocioso, por si só, era um suspeito, por sua condição de pobreza. Ao esforço em estigmatizar as "classes perigosas" por seu estado de pobreza,

associou-se à composição étnica da população como mais um fator justificador da causa do seu atraso. O acelerado crescimento urbano, por sua vez,

> ... aliado à precariedade que caracterizava o dia a dia da população mais pobre, passou a ser visto como um "perigo social", contra o qual as autoridades republicanas empreenderam uma ampla política de intervenção. O combate à ociosidade, à vadiagem, à pobreza e à mendicância se tornou um tema recorrente de discussão, desdobrando-se em medidas de controle da população e dos espaços nos quais ela circulava (Torres, 2012, p. 41).

Conforme Carvalho (1987), a cidade do Rio de Janeiro, sendo capital da República, possuía grande densidade demográfica, nas regiões centrais. Era em 1890, a cidade mais populosa do país, com mais de 520 mil habitantes, cifra que seria mais que duplicada na década de 1920[19]. De acordo com Cavalcante

[19] Segundo os dados do censo de 1890, podemos estimar que, nesse período, contava-se na cidade uma população com mais de 520 mil habitantes. Indivíduos vivendo em um cenário híbrido, onde circulavam ex-escravos, homens livres e pobres, nacionais e estrangeiros, os quais conviviam com a falta de saneamento da cidade, e com problemas de moradia, de alimentação e de trabalho. Da mesma forma que os discursos do progresso vinham acompanhados de inovações

(1985), a massa de trabalhadores urbanos se apertava em cortiços insalubres e a estrutura da cidade não era apropriada para os planos civilizatórios da elite republicana que se inspirava no modelo civilizatório europeu. Para a autora, como não só as doenças transmissíveis, mas as comportamentais assolavam as grandes cidades, cabe ressaltar que, por vezes, comportamentos considerados inadequados eram tratados como sendo da seara psiquiátrica. A promiscuidade sexual, o uso de álcool, a vadiagem, dentre outros comportamentos passam a fazer parte da agenda higienista, sendo tratadas como patologias passíveis de tratamento médico como qualquer outra doença. Tuberculose, varíola, malária, sífilis, hanseníase, peste bubônica e toda sorte de doenças contagiosas se espalhavam pela cidade, que agora também passa a receber cada vez mais imigrantes (Cavalcante, 1985). Outrossim, o campo também era assolado por endemias.

---

materiais, como os melhoramentos portuários, a introdução de ferrovias e a expansão de novas tecnologias, efetuadas desde as décadas anteriores, boa parte dessa população convivia com a ameaça das epidemias, com a insalubridade das habitações e com o analfabetismo que atingia a maior parte dos habitantes da cidade e era uma realidade compartilhada pelas demais regiões do país (Torres, 2012, p. 70).

O médico sanitarista Miguel Pereira, em discurso proferido em 1916, se referindo à situação do saneamento do país em termos continentais, afirmou naquele momento que "o Brasil é ainda um imenso hospital" (Dias, 2007). Em 1918, o país foi vitimado pela pandemia de gripe espanhola. Além da questão das epidemias e endemias que se estendiam pelo país, a pobreza exacerbada, o desemprego e a degeneração, no sentido de imoralidade, inquietam a elite intelectual. Vista como um entrave ao desenvolvimento de uma nação que pretendia ser "civilizada", a pobreza extrema tornou-se alvo de críticas dos membros proeminentes das diversas classes de intelectuais, inclusive da área médica. Este quadro é, como apontado, compatível com os projetos higienistas que foram implementados na Capital (Dias, 2007). Diante dessa conjuntura, segundo o autor, os espaços intelectuais dialógicos também aumentaram, bem como as discussões acerca dos "problemas sociais" que afligiam a República nascente. As discussões giravam em torno da intervenção estatal na vida da população. O Estado liberal brasileiro, por sua própria gênese, limitava seu papel no campo da saúde a situações catastróficas, como é o caso das epidemias e "à fiscalização

do exercício profissional, dos gêneros de consumo e dos remédios" (Sevcenko, 2010).

Vale sublinhar que a cidade do Rio de Janeiro experimentou agitações no campo político, num contexto de acirramento das expressões da questão social. Faz-se necessário recordar que a pobreza, como expressão da questão social no Brasil na Primeira República, era vista como "caso de polícia" e tratada por meio dos aparelhos repressivos do Estado. Assim também, observa-se nas primeiras décadas do século XX a questão social assumindo importância no debate entre políticos e intelectuais republicanos, de modo que a solução dos problemas sociais deveria passar por propostas de cunho reformistas, articulando-se com o debate que já se processava na Europa sobre alternativas de combate à pobreza, havendo o interesse governamental em racionalizar as ações assistenciais. De modo que a questão social passou a ser central no palco de debates das organizações de trabalhadores e da elite intelectual e política brasileira.

Com relação à atuação de uma burguesia urbana em formação no país, Gomes (2005) indica que não havia uma coerência teórica com relação ao liberalismo, orientando-se por uma visão

de total "pragmatismo". Consoante com essa autora, havia poucas medidas relacionadas à proteção e assistência ao trabalho, desde o início do período republicano, como a questão do trabalho do menor e os benefícios destinados aos funcionários públicos, a título de exemplo. Contudo, Gomes (2005) aponta que essas primeiras iniciativas, de explícita preocupação sanitária e moral, destinavam-se aos empregados do Estado, não atingindo, portanto, o trabalhador da iniciativa privada, não situando-se, assim, no campo da formação de um direito social.

Nessa linha de entendimento, a burguesia se legitima conseguindo a não efetivação dos direitos obtidos pelos trabalhadores. O que torna evidente a diferença entre a garantia de direitos em lei e a sua efetiva implementação (Behring e Boschetti, 2016). Havia, pois, um estado insalutífero do trabalho adulto e infantil nos ambientes fabris, com corriqueiros acidentes e controle violento dos menores, conforme ilustrado na citação abaixo extraída do jornal A Voz do Trabalhador, em 1908.

> Vão aos centros industriais, e verão como nas fábricas trabalham crianças de 6 a 12 anos em trabalhos superiores às suas forças, e que, muitas vezes inexperientes devido à sua idade deixam-se facilmente

> apanhar pelas máquinas; noutras, com medo do azorrague dos contramestres se não mostrarem serviço, vêm-se esses pequenos operários na contingência de fazerem limpeza das máquinas com elas em movimento do que resulta ficarem despedaçados nas engrenagens (Jornal *A Voz do Trabalhador*, 01/07/1908).

Como se pode perceber, observamos que os casos relacionados aos ambientes insalubres das fábricas, não raro, apareciam noticiados em forma de denúncia na imprensa vinculada aos trabalhadores. Exemplo disso é reforçado na citação abaixo extraída do jornal Correio Operário, em 1910.

> Contra o espírito da lei, tudo isso se pratica impunemente. Vamos em todas essas fábricas e oficinas que por aí existem sem ar, sem luz, verdadeiros cemitérios do esquecido proletariado, pobres crianças obrigadas a trabalharem de 6 da manhã às 6 da tarde. Perversidade sem nome! Para maior escarneio desta mesma lei, consentem que gananciosos e ricos senhores de fábricas de cigarros, de fósforos e de outras matérias nocivas, ocupem na maioria crianças de ambos os sexos (Jornal *Correio Operário*, 01/09/1910).

Com base em Fausto (2016), tem-se que os trabalhadores buscavam, de modo geral, uma possibilidade de delinear

caminhos para a conquista da liberdade, sendo, com isso, contrários a qualquer forma de coerção e dominação, tendo em vista que, para Gomes (2005), há, na Primeira República no Brasil, a ação estatal na forma de um "Estado policial" privado e elitista. Nessa direção, destacam-se, de acordo com Hardman e Leonardi (1982), as formas de mobilização caracterizadas pela ação direta do operariado subalternizado, por meio de movimentos populares, que reinventavam os valores advindos das organizações internacionais, conforme suas vivências e experiências particulares. Vale ressaltar que esse período é marcado por mobilizações do proletariado fabril[20], considerando aqui o conjunto mais amplo dos trabalhadores urbanos, cuja origem dessas manifestações é o agravamento das condições materiais

[20] A formação do proletariado industrial está ligada a multiplicidade de condições. A abolição da escravatura, a introdução do trabalho livre, as tentativas de industrialização e expansão dos núcleos urbanos provocaram aumento no contingente de mão de obra disponível e de baixo custo, que é empregada nas modalidades cada vez mais diferenciadas do trabalho artesanal e industrial. Com o estabelecimento do regime republicano e com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a nova camada tende a evoluir (Nagle, 1976, p. 28).

de existência, considerando-se, sobre esse aspecto, em especial, os debates de Fausto (2016)[21].

Nessa esfera, como as questões dos trabalhadores são questões centrais em todos os momentos da história, destaca-se que a História deixa de ser "uma coleção de fatos mortos, consumados, como nos empiristas, ou o relato dos feitos de reis, príncipes, imperadores, para ser o processo real da vida humana" (Ciavatta, 2019). Nesse particular, para Michel de Certeau (*apud* Ferreras; Secreto, 2013), configuram-se os operários em diferentes dimensões da vida social, isto é, como vizinho, morador, aluno, mãe, habitante de determinada cidade. Há, portanto, um interesse de investigação sobre o *modus vivendi* desses trabalhadores urbanos em seu cotidiano, fora das fábricas, enfatizando a questão da criança e da infância nesse contexto[22].

---

[21] As condições gerais do trabalho urbano no Brasil nos trinta primeiros anos do século XX, correspondem, nas empresas maiores, ao modelo de acumulação da primeira fase do capitalismo industrial (Fausto, 2016, p. 126).

[22] Os termos "criança" e "infância", utilizados neste estudo, referem-se à população infanto-juvenil, tal como aparecem nos textos produzidos durante o recorte de tempo escolhido, podendo em alguns casos não

Durante as primeiras décadas do século XX, as mudanças na estrutura econômico-social brasileira são sentidas no fortalecimento dos movimentos sociais. Diante deste processo, ganham relevância as investigações sobre como os trabalhadores reagem e resistem a esse sistema de dominação e controle social[23], por meio de novas narrativas que não apaguem esses sujeitos como protagonistas da História. À vista disso, é importante considerarmos que a situação de repressão, trabalho exaustivo e espoliação, por que passa o operariado constitui-se num ponto para analisarmos os movimentos sociais de nosso tempo, porque, segundo Oliveira (2011), ela é a marca mais visível da nossa

corresponder às definições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990.

[23] O problema do controle social da classe trabalhadora, numa sociedade capitalista, compreende todas as esferas da vida, as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema da normatização e regulação das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando também pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular, e passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial (Chalhoub, 2012. p. 31 e 147).

miséria social. Com isso, o autor joga luz para o fato de que toda a questão do desenvolvimento foi vista

> ... pelo ângulo das relações externas, o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (Oliveira, 2011, p. 33).

Nesse campo de estudo, como todo o conhecimento e interpretação da realidade relacionam-se a uma perspectiva socialmente determinada, observa-se a prevalência quanto ao processo de precarização das condições materiais da classe trabalhadora, o que leva à alienação desses mesmos trabalhadores[24], em que só a luta em determinados momentos históricos

[24] Sobre o trabalhador recai a extração do excedente como o leva a uma contínua insegurança. Em regra, nada impede a despedida imediata após longos anos de serviço, os acidentes não são indenizados, inexiste a previdência social; no horizonte, não se desenha a expectativa da aposentadoria, por mais magra que seja. Na indústria mecanizada, desaparece a relativa satisfação no trabalho e a tendência a identificar-se com o produto. Incorporado como apêndice vivo a um mecanismo morto, o operário é submetido à rotina em que repete o mesmo processo mecânico. O produto se configura, em sua consciência, como

permitiu que esse processo fosse mitigado devido a regulamentos legais e conquistas de direitos pelo operariado[25]. Nesta via, segundo Fausto (2016), é importante considerarmos nos estudos sobre a história da classe operária, que ela é parte constitutiva de uma história mais ampla, considerando nesse estudo, aspectos concernentes "às condições materiais de existência e à mentalidade coletiva, que ganha forma em uma ideologia, em comportamentos e atitudes" (Fausto, 2016, p. 24).

Em linhas gerais, cabe ressaltar que os trabalhadores sempre estiveram em busca de melhorias para a sua vida e de sua família, de modo que, segundo Ciavatta (2019), "o fato histórico fundamental é a existência humana ao prover todas as suas necessidades" (p. 13). Nessa ótica, como a crescente participação dos trabalhadores na sociedade industrial foi um processo que se produziu de diferentes modos nas regiões do mundo que se industrializaram, a vida social dos trabalhadores urbanos

---

resultado da atividade das máquinas, guardando uma relação distante com os apêndices vigilantes (Fausto, 2016. p. 126 e 140).

[25] Vale sublinhar que as condições da vida operária parecem ter tido maior atenção na década de 1920. O operariado que se insurgia, aberta ou veladamente, refletiu acerca de sua condição (Decca, 1987, p. 87).

demonstra ser complexa e não linear, modificando e sendo modificada ao longo do tempo[26].

1.3 A infância como questão nacional e o cuidado da criança na Primeira República

Como afirma Priore (2018), a invenção do moderno conceito de infância é um legado do século XVIII, ao passo que, no século XIX a infância pobre não possuía as mesmas oportunidades que os filhos da elite[27]. De acordo com Gondra (2000), após a instauração da República, o chamado problema da infância, caracterizado, em especial, pela elevada mortalidade infantil, tornou-se intolerável, segundo as novas sensibilidades e

[26] A maneira como o operário e/ou pobre foram vistos na sociedade capitalista foi responsável, de certa forma, pela maneira com que foram tratados pelos tipos de legislação, administração e formas de políticas públicas e privadas que afetaram sua vida e condição (Decca, 1987, p. 50).

[27] No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. No final do século XIX, o trabalho infantil continua sendo visto pelas camadas subalternas como 'a melhor escola' (Priore, 2018, p. 10).

exigências civilizatórias, e passou a representar uma ameaça ao ideal de construção da nação. O novo valor atribuído à infância e a consequente necessidade de protegê-la fundamentaram uma convergência de ações no campo da saúde e da educação, que uniu a intelectualidade urbana na elaboração de propostas reformadoras cujo eixo orientador era a higiene (Gondra, 2000). A infância passava a ser percebida como problema social e político e o modelo de assistência, cunhado no ideário nacionalista característico na Primeira República, relacionava a sua proteção à prevenção das mazelas sociais.

Considerando as questões expostas, Kuhlmann Junior (2002) afirma que o conceito de infância não é um fenômeno estático e universal, pois se relaciona ao contexto em que a criança está inserida, sem que com esse entendimento seja ignorado que crianças têm necessidades e características próprias. Para o autor, a forma como o mundo adulto imaginou a particularidade do universo infantil até mais ou menos o século XVI ilustra um tipo de sentimento de infância baseado na ignorância acerca do mundo da criança e sublinha o conceito de infância como resultado de uma estrutura social, política e econômica.

A ausência da compreensão da especificidade do tempo de ser criança explica em boa parte o atendimento precário às crianças, o descaso com o alto índice de mortalidade infantil devido ao perigo constante de óbito pós-natal e as péssimas condições de saúde e higiene da população em geral e das crianças, em especial, em vários momentos da história. Convém ainda destacar, com base em Priore (2018), que a infância como uma etapa de atenção particular com a criança, destacada do mundo adulto, longe do trabalho e educada nas escolas atingiu primeiro as crianças das classes abastadas.

Nesse movimento, segundo Priore (2018), é na Modernidade que acontece uma intensificação de novas ideias sobre a criança e a infância por meio de estudos que desenvolvem novos saberes e entendimentos a respeito de práticas sobre como educar e conhecer as crianças. Estes conhecimentos produzem outros modos de entender e atender a infância no âmbito familiar e institucional que foram marcando as práticas da assistência à infância de diferentes momentos históricos e em diferentes contextos. Diante do exposto, Gondra (2000) complementa discorrendo que a inserção concreta das crianças e seus papéis variam

com as formas de organização da sociedade. Neste viés, a ideia de infância não existiu da mesma maneira. Ao contrário, a noção de infância surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que se modificavam a inserção e o papel social da criança na comunidade (Gondra, 2000).

Kuhlmann Junior (2002) reforça a estreita relação entre a história das instituições de educação infantil e as demandas da história da infância, da sociedade, da família, do trabalho, da urbanização, entre outros. Assim, há uma relação intrínseca entre o histórico da atenção à infância no Brasil e a concepção de criança e de sociedade manifesta no atendimento assistencialista, passando pelo atendimento compensatório ou preparatório e, no tempo presente, com a concepção educativa que legalmente engloba cuidados e educação. Para o autor, em todas as épocas, as concepções dos propositores de políticas públicas, os interesses econômicos e políticos e as visões dos professores sobre as crianças e a infância são juízos que se relacionam a determinados modos de compreendê-la e de proporcionar atendimento e de educá-la por meio das práticas escolhidas. O autor propõe uma reflexão sobre o atendimento à infância e à criança no

Brasil que, "entre anacronismos e progressos, tem decorrido em meio ao abandono, à pobreza, ao favor e à caridade" (Kuhlmann Junior, 2002). Interessa fazer entender que a concepção de criança e de infância norteia o tipo de acolhimento instituído e que se transmuta sendo condicionada e tangenciada pelas questões sociais, econômicas e políticas de cada período histórico.

Conforme Arantes (1995), a história da assistência à criança e adolescente pobres no Brasil é antiga, remontando ao período colonial, com a presença da Companhia de Jesus fazendo frente às medidas de amparo às crianças desvalidas. Isto porque até meados do século XIX as políticas de amparo à infância pobre no Brasil tinham um caráter religioso, estando vinculadas, na maioria das vezes, à Igreja Católica. Isto posto, interessa observar que, em meados do século XVIII, são fundadas as primeiras instituições de assistência à infância, como Roda dos Expostos e Casas de Recolhimento para meninas pobres geridas pelas Irmandades das Misericórdias (Arantes, 1995).

Nessa direção, a segunda fase da institucionalização da assistência à infância, denominada filantropia, segundo a autora, foi marcada pela incipiente presença do Estado na organização do

movimento de assistência, quando as províncias do Império implantaram um novo modelo, que incluía a instrução primária e a profissional para meninos e meninas. É nessa fase que a saúde da infância se tornou o principal foco das instituições de assistência, e os médicos, como homens de ciência, exerceram um papel relevante no combate à mortalidade infantil e nos cuidados com a mulher mãe de família. Já a fase de bem-estar social se dissemina no século XX. As políticas destinadas à infância, no Estado Novo, configuraram ações de tutela e proteção, ampliadas pela regulamentação e pela criação de diversas instituições públicas voltadas à primeira infância (Rizzini, 2011).

Destaca-se como pano de fundo desse contexto que, na sociedade colonial e escravista, a cultura da infância associava-se, em parte, à pobreza, à doença, à fragilidade das estruturas familiares, ao trabalho e à violência doméstica. Infanticídio e abandono de crianças eram práticas correntes, e ainda que o amparo à infância desvalida fosse considerado responsabilidade das câmaras municipais, o problema era enfrentado, sobretudo, pela sociedade civil, por meio da adoção informal. Conforme Priore (2018), durante o regime imperial, esse padrão foi sendo

gradualmente modificado pela intervenção do Estado, com a formação de uma rede de assistência composta por instituições como as Rodas dos Expostos, também chamadas Casas das Rodas, os Recolhimentos para Meninas Pobres e os Colégios de Órfãos. Esses estabelecimentos, apesar de submetidos à administração privada, sobretudo das irmandades das Misericórdias, recebiam subvenção e regulação públicas. Tal arranjo, longe de constituir uma situação atípica, expressava a relação que o Estado brasileiro estabeleceu com as Misericórdias, instituições privadas que exerciam uma função pública (Arantes, 1995).

À luz de Rizzini (2011), a tônica da legislação nas primeiras décadas no Brasil Império que se refere à infância gira em torno da preocupação com o "recolhimento de creanças órphãs e expostas", fundada na ideologia cristã de amparar a infância órfã e abandonada. Desde 1521, por ordem de D. Manuel, coube às Câmaras Municipais cuidar das crianças abandonadas, podendo, para tanto, criar impostos. Muitas vezes, os vereadores, representantes das elites, pertenciam à irmandade da Misericórdia e nem sempre conseguiam harmonizar a ação política da Câmara com a da Santa Casa, no tocante às decisões quanto aos

custos de manutenção desta forma de assistência, de modo que, para a autora, a Assistência Social no Brasil tem origens sob a égide da Caridade[28]. Foi assim que a Santa Casa de Misericórdia implantou o sistema da "Roda" no Brasil, um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa (Rizzini, 2011). Para a autora o objetivo era esconder a origem da criança e preservar a honra das famílias. Tais crianças eram denominadas de enjeitadas ou expostas.

> A roda tem o formato de cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno de um eixo vertical. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma espécie de campainha exterior era colocada nas proximidades para que a pessoa que desejasse entregar um recém-nascido pudesse acioná-la avisando à pessoa de plantão. O recém-nascido era

[28] A palavra vem do grego *charitas* ou caritas, embora seu conceito esteja associado a um período anterior aos gregos. Simbolizando a maior das virtudes teologais, o termo caridade significaria, antes de São Paulo, o amor ao próximo. A ideia de caridade era associada ao amor a Deus, ou seja, "[...] ato pelo qual fazemos bem ao próximo pelo amor de Deus" (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s.d., V. XI:334). Já para os gregos, caridade tinha o sentido de virtude social, fundamentada no amor ao gênero humano (Rizzini, 2011).

> levado para o interior da Santa Casa de Misericórdia pelo mecanismo de fazer o cilindro girar em torno de si mesmo até virar para fora o seu lado aberto, e a criança ali ser depositada. Em seguida, continuando o movimento até girar o cilindro até sua parte aberta se voltar para dentro novamente (Marcílio, 2006).

Conforme Marcílio (2006), a Roda foi criada em 1758 na França, para acolher crianças órfãs ou abandonadas. Era formada por um dispositivo cilíndrico contendo um recipiente voltado para a rua, o qual, quando girado em torno do seu eixo, era direcionado para o interior do estabelecimento. Permitia, portanto, que ali fossem depositadas crianças enjeitadas sem que fosse revelada a identidade do depositante. As Rodas se multiplicaram em todo o mundo ocidental; eram instaladas na entrada de hospitais. Para a autora a primeira Roda, no Brasil, conhecida como Casa dos Expostos, foi instalada no Rio de Janeiro em 1783, por Romão de Mattos Duarte. Situada nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, passou para um prédio próprio apenas em 1811. Até o final do século XIX foram criadas 15 instalações desse tipo, em cidades brasileiras, e algumas funcionaram até meados do século XX (Marcílio, 2006).

Segundo essa autora, a primeira Santa Casa de Misericórdia foi criada em Salvador, no ano de 1726, posteriormente, no Rio de Janeiro, em 1738, no Recife, em 1789 e em São Paulo, em 1825[29]. Eram instituições católicas de cunho caritativo que receberam crianças abandonadas, essencialmente filhos de escravas, em um dispositivo denominado Roda dos Expostos (Marcílio, 2006), como explicamos anteriormente. Cabe destacar que este era um local público que legitimava o desamparo anônimo de crianças indesejadas, nomeadas de "os expostos", e onde eram colocadas, em vez das pessoas as deixarem nas ruas, lixeiras, portas de igrejas ou casas (Rizzini, 1995). Na opinião de Marcilio (2006), a Roda dos Expostos teve um papel importante no atendimento às crianças abandonadas, para a sociedade da época, por distintas razões:

> A roda foi instituída para garantir o anonimato do expositor evitando-se na

[29] Durante o século XIX, subsistiam ou foram criadas algumas instituições religiosas que se dedicavam ao recolhimento de crianças órfãs ou enjeitadas. Sem dúvida, foi a Santa Casa de Misericórdia a instituição mais importante. Desde o período colonial, ela assumira o recolhimento de menores enjeitados, uma responsabilidade que os poderes públicos procuravam eximir-se (Fraga Filho, 1996, p. 135).

> ausência daquela instituição e na crença de todas as épocas, o mal maior, que seria o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia servir para defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. Alguns autores atuais estão convencidos de que a roda serviu também de subterfúgio para se regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade (Marcílio, 2006).

Marcílio (2006), em seus estudos, assevera que a "Roda dos Expostos" configurou-se em um consórcio firmado entre o governo através de seu poder legislativo e a Casa de Misericórdia, de cunho religioso, pode ser considerada a primeira iniciativa que marcou um legado assistencialista-religioso. Para a autora, a influência das ideias europeias, com o advento do positivismo e a força das teorias evolucionistas que reinterpretaram o mundo, concebendo através da ciência a origem do homem e positivamente seu comportamento (visto como fato social resultado de fatores biopsicossociais), fez-se sentir em território brasileiro nas últimas décadas do século XIX (Marcílio, 2006).

Nessa direção, conforme Holanda (1995), a tônica das declarações públicas, das leis e dos escritos de intelectuais que

abordavam problemas sociais em geral, no Brasil, era de buscar no exemplo dos países já "civilizados" e "cultos" as soluções por eles visualizadas. Nessa esteira de reflexão, o autor analisa a transposição e acrítica de soluções advindas da Europa, quando destaca os contrastes "povo culto" *versus* "ignorante", "civilizado" *versus* "embrutecido" ou "povo bárbaro", o que é explicado pela relação de dependência mantida com a Europa, em razão de um sentido tênue de nacionalidade (Holanda, 1995).

De acordo com Marcílio (2006), entre os séculos XVIII e XIX, era comum, no entanto, a morte de muitas crianças abandonadas na "Roda", como mostra o quadro abaixo a quantidade expressiva de mortes de crianças no Rio de Janeiro quando comparado a outros lugares que também possuíam Casa dos Expostos, devido à ausência de condições mínimas de higiene e saneamento na Santa Casa, sendo que as sobreviventes eram entregues a "criadeiras externas". Segundo Priore (2018), nesta época, as Câmaras Municipais do Brasil designavam uma verba ao acolhimento de crianças negras, mestiças ou brancas abandonadas, as chamadas "crianças enjeitadas". O pagamento de amas-de-leite e criadoras ocorria para criassem as crianças até

os nove anos. Segundo a autora, as crianças indígenas ainda eram alvo do projeto educativo de catequização, como forma de garantir a civilização dos povos indígenas. Em suma, a essência da atenção dispensada à criança e à infância nesta etapa da história se deu sob a forma de caridade, proveniente dos religiosos católicos e de grupos de leigos filantrópicos. Cabe pontuar também que o Estado não teve participação na assistência, não criou instituições e nem regulamentou as existentes (Priore, 2018). A título de ilustração, podem ser observados no quadro a seguir, dados acerca do quantitativo de óbitos nas Casas dos Expostos.

Quadro 1 - Mapa das Mortes nas Casas dos Expostos

Local	Anos	Existiam	Entraram	Total	Faleceram	Mortalidade
Rio de Janeiro	1852-53	70	560	630	515	82
	1853-54	53	552	605	462	76
	1854-55	76	528	604	275	45
Campos	1853-54	224	65	289	33	12
Porto Alegre	1853-54	186	72	258	45	14
Bahia	1853-54	74	75	149	40	27
Pernambuco	1853-54	274	119	393	79	21
Portugal	1851-52	33.010	14.957	47.967	9.468	19
	1852-53	33.832	15.358	49.190	9.899	20
Lisboa	1853-54	--	--	1.843	347	19
Coimbra	1853	833	470	1.303	152	11
	1854	962	600	1.562	181	12
Madeira	1853	978	212	1.190	125	10

França	1855	96.788	25.239	122.027	12.592	11
Paris	1852	14.039	3.303	17.342	2.006	11,5
Madri	1854	4.957	1.860	6.817	1.596	23,5

Fonte: Gondra, 2000, p. 105.

À luz do mapa reproduzido no quadro 1 acima, são postos em relevo os alarmantes índices de mortalidade no Rio de Janeiro, em que a maioria dos expostos morria durante o primeiro ano do abandono. Dados mostravam que o destino dessas crianças não era nada promissor, das que eram entregues às Rodas, apenas 20% a 30% chegavam à idade adulta, de forma que a entrada no circuito da Roda significava quase uma "condenação à morte" (Marcílio, 2006). Uma excepcionalidade quando comparada com o que ocorria em casas assemelhadas em outras cidades do Brasil e do exterior. Não havia qualquer preocupação com os preceitos de higiene que faziam parte dos preceitos médicos e da elite urbana brasileira, embora as instituições caritativas tivessem como finalidade evitar ou minimizar o impacto social de práticas consideradas impiedosas, como aborto e infanticídio. Essas instituições de caridade ditas "salvadoras da infância" acabaram, pela pobreza de suas instalações, convertendo-se em verdadeiro "berço de morte", como vimos, para a

maioria das crianças ali deixadas. Ante a tais condições, muitas destas, mesmo amparadas pela caridade, continuavam perecendo de fome, frio e outras doenças (Marcílio, 2006).

A criação dos "enjeitados", de maneira geral, ficava a cargo de nutrizes mercenárias[30]. As políticas de Estado para a Assistência à Infância "desvalida" só começaram a aparecer por volta da segunda metade do século XIX, com a criação de instituições na cidade do Rio de Janeiro, destinadas à assistência de crianças e adolescente pobres, tais como: "Imperial Instituto de Meninos Cegos (1854); Imperial Instituto de Meninos Surdos (1855); Escola de Aprendiz de Marinheiro (1873); Asilo de Meninos Desvalidos, posteriormente Instituto profissional João Alfredo (1875); Escola Quinze de Novembro (1889)" (Arantes, 1995, p. 195), incluindo a Casa de Detenção, o Asilo de Mendicidade e a Colônia Correcional, para onde os meninos eram encaminhados, caso fossem considerados "problemáticos". Após meados

[30] O termo "mercenária" referia-se àquelas mulheres que se entregavam à prática do aleitamento em função de recompensa. Para dedicar-se à amamentação mercenária a ama deixava o filho natural aos cuidados de outra mulher, apelidada de "criadeira" (Marcílio, 1998).

do século XIX, os que completavam 12 anos e permaneciam nas Casas dos Expostos passaram a ser encaminhados pela Santa Casa de Misericórdia a alguma dessas escolas de "aprendizes".

A partir de finais do século XIX, essas instituições começaram a receber atenção maior dos poderes públicos, assim, no contexto do Rio de Janeiro, muitas instituições foram criadas para o acolhimento das crianças abandonadas e órfãs, mas a responsabilidade de assistir à infância recaiu sobre a iniciativa religiosa (Gondra, 2000). Muitas congregações abraçaram a missão de cuidar e educar um contingente de crianças órfãs e "enjeitadas". As representações sobre a infância pobre e a infância "desvalida", e as práticas de cuidado sobre este segmento social ganharam destaque e foram alvo de preocupação durante o início da República. Constituíram-se, a partir da consolidação do Estado republicano brasileiro e na confluência com a afirmação da medicina enquanto profissão especializada, bem como no engajamento dos profissionais da pediatria, segmento da medicina visando a legitimação profissional e reconhecimento público. Acerca dessa concepção, ainda que as representações sobre o ser caridoso fossem importantes, houve um crescente

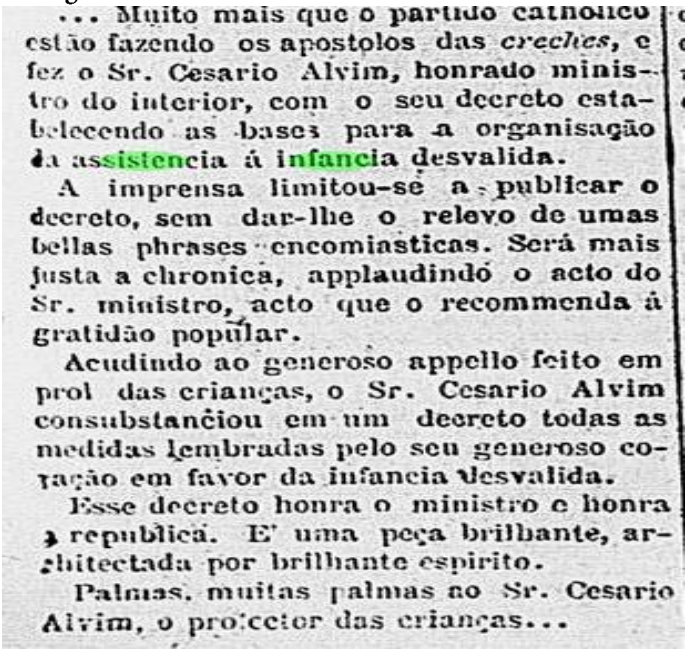
interesse em laicizar as práticas sob o projeto de desenvolver a Nação (Gondra, 2000).

Com o intenso processo de urbanização e industrialização no Rio de Janeiro, nos finais do século XIX, a sociedade da Capital Federal vivia transformações nos campos político, econômico e cultural. Essa economia provocou um intenso processo migratório, fazendo com que a população crescesse consideravelmente. Eram pessoas vindas de muitas partes do Brasil e do exterior, que traziam consigo suas crianças e procuravam, mediante as dificuldades enfrentadas, um lugar para acolhê-las. Tal acontecimento obrigava o poder público a tomar medidas para garantir a ordenação da cidade e atender a uma elite urbana, que impunha um novo modelo de vida baseado em ideias trazidas das cidades europeias (Velloso, 1996). Para essa autora, ao tempo em que a população crescia em um ritmo acelerado, normas eram estabelecidas para que nada interferisse no projeto de modernização na Capital Federal.

Para Gondra (2000), os esforços foram direcionados para integrar e delimitar novos espaços de circulação dos sujeitos alvos da atenção da assistência social à infância, de modo que as novas

perspectivas foram desenvolvidas via concepções de racionalização médica. Segundo esse autor, os médicos com as políticas higienistas foram sobremaneira relevantes para o atendimento da infância com medidas que pretendiam diminuir a mortalidade infantil. Eles defendiam práticas educativas que tinham o intuito de salvar a criança com o conhecimento da ciência. Tal evidência é confirmada por Wadsworth (1999) ao sinalizar que as medidas caritativas, de assistência e proteção à infância desvalida foram pensadas para "salvar a criança", como se observa na Figura 1, ilustrando matéria publicada no jornal Gazeta de Notícias, sobre iniciativas incipientes de proteção à infância desvalida, remetendo a figuras públicas e privadas que se devotavam a essa causa, como o ministro Cesario Alvim, na segunda página, entre noticiários da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Assistência à Infância na Gazeta de Notícias



... Muito mais que o partido catholico estão fazendo os apostolos das *creches*, e fez o Sr. Cesario Alvim, honrado ministro do interior, com o seu decreto estabelecendo as bases para a organisação da assistencia á infancia desvalida.

A imprensa limitou-se a publicar o decreto, sem dar-lhe o relevo de umas bellas phrases encomiasticas. Será mais justa a chronica, applaudindo o acto do Sr. ministro, acto que o recommenda á gratidão popular.

Acudindo ao generoso appello feito em prol das crianças, o Sr. Cesario Alvim consubstanciou em um decreto todas as medidas lembradas pelo seu generoso coração em favor da infancia desvalida.

Esse decreto honra o ministro e honra a republica. E' uma peça brilhante, architectada por brilhante espirito.

Palmas, muitas palmas ao Sr. Cesario Alvim, o protector das crianças...

Fonte: *Gazeta de Notícias*, RJ, jun. 1890 (Hemeroteca Digital).

De acordo com Rizzini (2011), a concepção médico-higienista, que embasava o projeto civilizador do final do século XIX, e que se estendeu para as primeiras décadas do século XX, estabelecia muitas diretrizes para a formação de uma nova sociedade. A criança era o foco principal para o estabelecimento dessa nova sociedade e as ações de assistências e proteção começavam a ser pensadas para elas. No Rio de janeiro do início do

século XX, houve uma migração de estrangeiros que traziam consigo suas crianças, a maioria trabalhadores pobres e já apresentando um estado de saúde debilitado pela má alimentação e pelas péssimas condições de vida. Atrelado às condições físicas fragilizadas, as crianças eram vítimas de epidemias e de doenças infectocontagiosas, doenças trazidas pela miséria, má alimentação, falta de cuidado e, no caso dos imigrantes, de um meio ambiente hostil, em relação ao ponto de partida.

Nesse horizonte, segundo Rosavallon (1997), as condições para que o Estado equacionasse a assistência foram conhecer quem precisava ser assistido e implementar as instituições. Em relação à primeira condição, a hipótese é de que o desenvolvimento da probabilidade estatística possibilitou ao Estado protetor /providência "gerir os riscos e os acasos com a mesma facilidade com que gere as regularidades a que está acostumado" (Rosavallon, 1997, p.23). Assim, segundo o desembargador Ataulpho de Paiva (1867-1955), por não haver no Brasil preocupação com a efetiva prevenção da pobreza, os pobres encontravam-se relegados à própria sorte ou entregues à boa vontade de alguns indivíduos "benfeitores" (Paiva, 1922). Sem poder

contar com essa boa vontade lhes restaria se submeterem às ações assistenciais das corporações policias, que eram comuns no período, embora, segundo Paiva (1922), essas corporações não deveriam se envolver com a questão da assistência.

Em relação à visão desse autor sobre a caridade e os caridosos do Brasil, demonstra a situação dos destituídos no Brasil como de descaso. Nesse particular, outro problema relativo à assistência pública no Brasil, segundo Paiva (1922), era que essa resumia-se ao combate de epidemias e à difusão dos preceitos de higiene, permitindo perceber suas limitações. Diante disso, uma das soluções apontadas era o princípio da "discriminação da caridade". Conforme esse autor, em vários países europeus, desde o período medieval, discriminava-se o bom e o mau pobre para que os recursos destinados à caridade não fossem desperdiçados com aqueles que não os merecessem. Ele defendia a proposta de que os indigentes inválidos deveriam ser ajudados, cabendo aos demais responsabilizar-se por si (Paiva, 1922).

Tal ideia também esteve presente nas propostas de Paiva (1922), de realização de inquéritos sobre a situação material e moral dos mendigos. Impedindo a doação de esmolas sem a

realização prévia desses inquéritos que deveriam ser feitos pelas "comissões encarregadas da realização de visitas domiciliares e cujos resultados deveriam ser enviados para uma comissão central que fiscalizaria as ações de socorro público" (Paiva, 1922, p.51). Tendo em vista que os brasileiros sensíveis às duras condições de vida dos pobres, agiam de forma desorganizada, desperdiçando recursos. Acreditava-se, assim, que a "esmola disciplinada" impediria o desperdício de dinheiro. A solução, portanto, seria a organização das iniciativas de caridade, com a discriminação dos pobres, só ajudando aqueles que merecessem ajuda. Destarte, não é apenas a ação individualizada dos sujeitos por meio de esmolas que ensejará no arremate das mazelas sociais e da miséria, tal como exposto a seguir.

> A esmola, porém, nunca foi o remédio eficaz para debelar a epidemia de miséria. É como se cada um de nós, caçando os mosquitos que nos perseguem de noite no quarto, houvéssemos pretendido exterminar a febre amarela. Só uma organização oficial poderosa com um programa executado pode atingir resultados sérios (Revista da Semana, 13/03/1915).

Com efeito, para Paiva (1922), a assistência aos pobres no país necessitava de ampla reforma, sobretudo quanto à organização. Embora os brasileiros fossem generosos, faltava-lhes sistematização, ou seja, predominava o sentimentalismo e a espontaneidade quanto às práticas assistenciais brasileiras até então (Paiva, 1922, pp. 9-10). Tais comportamentos levavam à desorganização das atividades de assistência e geravam poucos resultados no combate à pobreza (Paiva, 1922, p. 11), sendo um sistema assistencial "antiquado". Sobretudo, devido à falta de direcionamento e de organização das ações de assistência e à ausência de um método capaz de centralizar as iniciativas fragmentadas e de produzir resultados compensadores.

Nesse ponto, consoante com Gondra (2000), desde fins do século XIX, observa-se o crescimento de ações voltadas para o amparo da criança desvalida. Assim, para esse autor, um conjunto de acontecimentos que estavam em curso, como a industrialização, a urbanização, as mudanças nas relações de trabalho, possibilitaram a emergência da forma racionalizada de pensar a assistência estatal, sendo formas de proteção

heterogêneas, tanto as ações de ordem do governo geral quanto aquelas promovidas pelos governos locais.

> O Brasil, se asseverou em outro lugar, é a terra produtiva e fertilizante da filantropia e da caridade. [...] O senso social do coletivismo, embora sob fórmulas rudimentares, teve entre nós um cultivo muito especial e uma estima cariciosa [....] Por toda a parte espalham-se as casas de beneficência, os asilos, os orfanatos, os estabelecimentos hospitalares, os dispensários, as casas pias, as associações religiosas, os socorros mútuos, as devoções, as ordens e as irmandades (Paiva, 1922, p.1).

Sobre isso, Paiva (1922) aponta que a ideia de se criar um instituto voltado para a organização de toda a assistência social, configurando um relativo avanço na organização dos serviços de assistência pública do país e evitando-se a dispersão de iniciativas assistenciais, fora proposta pelo ministro J.J. Seabra, no governo presidencial de Rodrigues Alves (1902-1906). Além dessa iniciativa de âmbito federal, Paiva (1922) destaca que, no Distrito Federal, o prefeito Pereira Passos se antecipara, criando, em 1903, o Ofício Geral de Assistência, com o fim de conferir certo nível de sistematização aos socorros existentes no Rio

de Janeiro, mantendo, no entanto, a autonomia das diversas instituições privadas de caridade.

Conforme Rizzini (2011), passaram a vigorar na questão do menor a justiça e assistência, dando origem ao Código de Menores[31]. Ataulfo de Paiva, influenciado por ideias positivistas e por movimentos em diferentes partes do mundo, que revolucionariam a concepção e o papel de justiça na época, percebe a necessidade de reformular a justiça para menores no Brasil, pois considerava o aumento da criminalidade infantil como fato inconcusso. As mudanças visam à humanização da justiça e do sistema penitenciário, sendo questões colocadas por Evaristo de Moraes, em 1898, durante visita à Casa de Detenção, quando ficou chocado com o quadro de corrupção (Rizzini, 2011).

[31] O Código de Menores, de autoria de Mello Mattos, foi apresentado na Câmara Federal pelo senador Mendonça Martins e aprovado em julho de 1926. O projeto foi submetido e sancionado pelo presidente da República no de 1º de dezembro de 1926 e transformado na Lei nº 5.083. No dia 12 de outubro de 1927 foi instituído o Decreto nº 17.943, que consolida o Código de Menores e nessa data se passou a comemorar o Dia das Crianças (Falcão, 1995 *apud* Soares, 2019, p. 487-488).

Em 1908, a prefeitura do Distrito Federal promoveu um Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada[32]. O evento foi organizado por Olavo Bilac e Ataulpho de Paiva com o objetivo de fomentar um processo de organização e uniformização de todas as atividades de assistência pública e privada existentes na Capital Federal. Em 2 de janeiro de 1913, o então prefeito do Distrito Federal, general Bento Ribeiro, solicitou um levantamento estatístico geral de todos os estabelecimentos e instituições de caridade e de assistência pública e privada na capital do país (Paiva, 1922). A obra resultante desse trabalho,

[32] O congresso reuniu interessados na questão do combate à pobreza. Foram convidadas algumas instituições, como sociedades científicas, faculdades, corporações, hospitais, associações mutualistas e instituições de caridade. O evento foi dividido em quatro seções de discussão, cada uma privilegiando uma modalidade de assistência: pública, médica, à infância e externa. As teses defendidas no congresso de 1908 se assemelhavam às propostas de Ataulpho de Paiva em sua publicação de 1922. Portanto, é possível notar que entre a realização do congresso (1908) e as comemorações do primeiro centenário da independência (1922) pouca coisa havia mudado e que as propostas de Paiva, expostas em 1922, eram compartilhadas por boa parte da sociedade brasileira, que se reunira no congresso de 1908 (Prefeitura do Distrito Federal. *Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada.* Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Profissional Masculino. 1908).

realizado por Ataulpho de Paiva, levou quase dez anos para ser concluída e teve sua publicação incluída nas comemorações do centenário da independência brasileira.

Por conseguinte, interessa observar que a riqueza de informações aponta que o autor não se limitou ao levantamento estatístico, mas também analisou as instituições levantadas e expressou sua avaliação em relação aos serviços de assistência aos pobres do Rio de Janeiro, propondo alternativas para melhorá-los (Paiva, 1922). Assim, podendo ser um bom material a conferir acesso ao modo como pensavam as pessoas que se preocupavam com a pobreza e se mobilizavam para amenizá-la. Nessa direção, o trabalho demonstrava o conhecimento de Ataulpho de Paiva sobre o assunto. Conhecia também os serviços de assistência à pobreza na Europa, por ter representado o Brasil em dois congressos internacionais voltados para a discussão do tema, um em Paris (1903) e outro em Milão (1906).

1.3.1 As políticas internacionais e o seu impacto no Brasil na Primeira República

No Primeiro Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada, realizado em Paris, no âmbito da Exposição Universal

de 1889, foram lançadas as primeiras bases de uma aliança entre a assistência pública e a assistência privada, de acordo com Behring e Boschetti (2016), sendo o filantropo Ataulpho de Paiva o maior divulgador dessas ideias no Brasil. Contudo, no bojo da sociedade brasileira marcada por desigualdades sociais, essas ideias reformistas assumiram dimensões ainda mais conservadoras, introduzindo novas modalidades de atuação social que acabavam por expandir as estruturas do capitalismo.

Com base em Câmara (2010), na passagem do século XIX ao XX, médicos, juristas, educadores e políticos em geral, enfim, homens que não mais falavam apenas em nome da fé e da caridade, mas sim em nome da ciência e do desenvolvimento da nação, passaram a requerer o controle da assistência à infância pobre[33]. A elevada mortalidade infantil, em particular, era considerada um grave problema e foi assumida como

[33] A partir da República, as políticas de Estado para a assistência à infância pobre foram implementadas. A preocupação passa a ser com a ordem nas cidades. O Estado estava preocupado não somente em amparar as crianças e adolescentes pobres, mas, sobretudo, prevenir a sociedade contra os "delinquentes", através de um controle sistemático da "vadiagem". A questão central era combater a violência e a criminalidade (Gondra, 2000).

responsabilidade de enfrentamento pela elite republicana, assunto que será retomado posteriormente. Como integrantes dessa elite reformadora republicana, médicos higienistas propuseram o combate à mortalidade infantil, através de um amplo projeto de higienização da maternidade e da infância. Os médicos identificaram como principal causa da mortalidade infantil os problemas de saúde gastrointestinais, de uma maneira geral, associado a erros alimentares das crianças. Em paralelo ao incentivo a que as mulheres cuidassem dos seus próprios filhos, buscava-se divulgar então esses princípios da puericultura, que seriam as normas técnicas de criação dos filhos (Gondra, 2000).

O que remete ao fato de que a estratégia dos higienistas se dava pela separação dos corpos, em lugares específicos, ou seja, pela segregação, e pela determinação de uma disciplina moral que os moradores deveriam seguir. Assim, Sevcenko (2010) afirma que a opressão gerada pelos planos de remodelação da capital se faz completa com a atuação do médico, que recebe liberdade total para, junto à polícia sanitária, fiscalizar, invadir, aplicar vacinas, multar, intimar e demolir imóveis considerados insalubres, utilizando-se de autoridade truculenta para realizar

as devidas medidas. Essa relação entre os problemas de higiene pública e a noção de que existe um caminho de aperfeiçoamento da civilização aponta, segundo Chalhoub (1996), para a concepção de Higiene enquanto uma ideologia, ou seja, o combate às questões sociais e políticas, sob um viés cientificista, que seria justificado em prol da evolução e bem-estar do país.

Diante desse discurso de regeneração, os novos intelectuais brasileiros - bacharéis - buscavam justificar o comportamento do povo, suas práticas cotidianas, através das teorias racistas e deterministas da Europa, buscando meios de modificar essa cultura (Costa, 1999). Essa emergente preocupação com o processo preventivo das doenças denota a nova concepção da medicina, que não se mantém nos debates da cura. Essa medicina moderna estaria preocupada com os meios possíveis de impedir o alastramento das doenças e estaria centrada na higienização do país. Essa atuação não se dá pelos cuidados pessoais, individuais do paciente, na consulta médica, pela clínica, pois a dinâmica da higiene se dá no coletivo e nas transformações que podem ser feitas pelo cuidado em massa. Logo, "O homem não é apenas organismo vivo, ele integra um organismo social" (Machado,

1978, p. 281), e assim, a medicina ganha um caráter abrangente, que se organiza para manter a saúde e a civilidade da sociedade.

Foucault (2017) apresenta esse deslocamento da medicina ainda no século XVIII na Alemanha, na França e na Inglaterra, que começa a atuar em vários espaços da sociedade. Denominada de Medicina social, torna-se um instrumento de influência estatal, que passa a deliberar sobre a disposição das cidades, no público e no privado, interferindo, inclusive, na vida e valores dos indivíduos, indicando as regras do bem viver. Nessa direção, é interessante a construção teórica de Rosen (1979) ao apontar a trajetória da medicina social – ou higiene social como foi inicialmente denominada – na Europa e suas modificações do século XVIII, ao longo das décadas em vários países e por diversos intelectuais da medicina. Ele afirma que, "Historicamente, o conceito de medicina social apareceu como resposta aos problemas de doença criados pela industrialização" (p. 138) e apresenta dois principais aspectos, o descritivo e o normativo.

> Como ciência descritiva ela investiga as condições sociais e médicas de grupos específicos e estabelece as relações causais que existem entre estas condições; como ciência normativa, estabelece padrões

> para os vários grupos que estão sendo estudados e indica medidas que podem ser tomadas para atenuar as condições existentes e alcançar os padrões que foram determinados (Rosen, 1979, p. 138).

Sendo assim, como abordado, muito do intuito dessa formação de se manter uma ordem, uma disciplina, corresponde ao que, segundo Foucault (2017, p. 180), seria "uma nova maneira de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças ao sistema de poder suscetível de controlá-los". O termo "social" estaria ligado às causas e consequências das doenças neste âmbito, relacionado à violência, ao suicídio, ao desemprego, ao vício, "no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos" (Laurell, 1983 p. 137). Machado (1978) aponta o momento de nascimento dessa medicina social no Brasil, constituindo-se no início do século XIX. A fim de ilustrar,

> o século XIX assinala para o Brasil o início de um processo de transformação política e econômica que atinge o âmbito da medicina, inaugurando duas de suas características, que não só tem vigorado até o presente, como tem-se intensificado cada vez mais a penetração da medicina na sociedade, que incorpora o meio

> urbano como alvo de reflexão e da prática medicas, e a situação da medicina como apoio científico ao exercício do poder do Estado (Machado, 1978, p. 155).

Como o autor indica, a medicina se torna necessária para o exercício do poder do Estado, para que este possa fazer inferências na sociedade a partir de seus interesses, tendo a cientificidade ao seu lado para verificar suas decisões. Em troca, os médicos possuem voz e poder de atuação para trazer à tona métodos inauditos, e seguir os caminhos da medicina moderna.

> O médico torna-se cientista social integrando à sua lógica a estatística, a geografia, a demografia, a topografia, a história; torna-se planejador urbano: as transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão de saúde; torna-se, enfim, analista de instituições; transforma o hospital – antes órgão de assistência aos pobres – em "máquina de curar"; cria o hospício como enclausuramento disciplinar do louco tornado doente mental; inaugura o espaço da clínica, condenando formas alternativas de cura; oferece um modelo de transformação à prisão e de formação à escola (Machado, 1978, p. 155-156).

É o que o autor chama de uma "medicalização da sociedade", em que a medicina está em todo lugar, intervindo, gerando uma nova tecnologia de poder, uma nova forma de assistência, mas também de controle (Machado, 1978). Ainda que o projeto higienista visasse à melhoria da saúde pública e dos espaços gerais da cidade, as possibilidades interventivas abertas nesse processo de maior influência social e governamental dos médicos e engenheiros permitiram que sua interferência também alcançasse os espaços privados dos indivíduos.

Para o autor, além das questões habitacionais e sanitaristas, o cotidiano, os costumes e as relações sociais se tornaram também pontos de atenção da classe médica. A imundície seria enfrentada em seu sentido duplo, considerando as atividades e relações que aconteciam dentro desses espaços habitados pela população menos favorecida, um meio que, para os higienistas, estaria repleto de atos nefastos, promiscuidade, vícios e doenças. A partir da interdisciplinaridade, com as ferramentas para a análise do discurso, notamos a linha tênue entre a formalidade profissional e a opiniões particulares da elite médica, que pela força de suas palavras emana verdade e poder (Machado, 1978).

No sentido de pôr em relevo a política de assistência e proteção à infância desvalida na cidade do Rio de Janeiro, do período que se estende do Império à República, no século XIX, conforme Marcílio (1998 e 2006), a infância deveria ser assistida na Capital Federal em decorrência da política idealizada e implementada pela elite. Assim, a infância que precisava ser assistida era designada de "órfã" e "exposta". A primeira, dizia respeito, também, à criança que tinha perdido um dos pais, e a segunda, chamada, também, "enjeitada" ou "desvalida", correspondia à criança que alguém não quis cuidar ou receber, sendo expressões de uso corrente, encontradas em determinados jornais e documentos oficiais do período. Para o final do século, o termo "desvalido" passou a ser mais utilizado, significando a "criança miserável" (Marcílio, 1998).

É importante destacar que no século XIX não existia uma relação direta entre a falta de condição dos pais em criar os filhos e o abandono, pois nem todas as crianças pobres da Capital Federal eram deixadas nas instituições de abrigamento. Muitos pais, por razões relacionadas à ausência de recursos materiais para criá-las, recorriam a essas instituições como uma forma de

seus filhos receberem uma educação profissional. Por todo o Brasil a infância abandonada deveria ser assistida pelas Misericórdias, por meio da Roda e Casa dos Expostos, e pelas políticas de assistência das províncias (Marcílio, 2006). Consoante com Carneiro (2000), as campanhas através do campo médico social se direcionaram não apenas a essa criança, mas apontavam também preocupações com a mulher, mãe das crianças desvalidas, e suas condições de vida.

Nesse percurso, também era foco de atenção o controle à natalidade, o acompanhamento da gravidez e do nascituro, controle de doenças venéreas e doenças de ordem degenerativas, como as pestes, a lepra, entre outras enfermidades. Com fulcro em Wadsworth (1999), com a intenção de afastar a criança de um ambiente sociofamiliar conturbado, em que estivesse circundado por alcoolismo, prostituição, criminalidade e vida insalubre, os médicos higienistas, com apoio social dado à repercussão das matérias jornalísticas, organizavam modos de atendimento doméstico e domiciliar, a fim de cuidar da infância pobre, mas reconhecendo seu campo de atuação na cidade do Rio de Janeiro. Neste viés, embora a propagação das ideias

médico-higienistas ter sido o impulsionador da assistência à infância pobre é relevante assinalar que a ação desse grupo era, acima de tudo, assegurar um campo científico, assim, legitimando-se naquela sociedade (Wadsworth, 1999).

Nessa perspectiva, conforme Behring e Boschetti (2016), os segmentos mais pobres eram "tutelados" pelo Estado e/ou pela filantropia. Quanto à filantropia, esta era uma forma de relação público/privado onde uma nova elite urbana, vinculada às esferas políticas, articulava-se em prol da criação de instituições privadas, via subsídios do setor público, reconhecidas pela condição de atuar em benefício "dos mais pobres e necessitados". Para as autoras, essa nova elite utilizou a filantropia como um dos operadores de sua legitimação social. De tal forma que a apropriação do público pelo privado através de iniciativas filantrópicas movidas pelo dever moral configurou-se como o modelo de assistência adotado na Primeira República.

Segundo Viscardi (2011), no período que se denomina de Brasil Império (1822 até 1889), a sociedade se deparou com um crescente aumento da criminalidade causado pelo aumento das populações que vinham do campo para as cidades e pela

economia que trouxe queda na qualidade de vida. A criança desvalida foi obtendo mais visibilidade (Viscardi, 2011). Neste momento histórico, conforme Rizzini (1995), os adultos e crianças infratoras eram conduzidos ao mesmo local, sendo a criança vista como um ser marginal em miniatura, a exemplo da Constituição de 1824, que não dispensava atenção especial à criança e que necessitaria ser submetida ao controle policial, disciplinador. Nessa dinâmica, conforme a autora, em 13 de fevereiro de 1861 foi fundado, na Casa de Correção da Corte, o Instituto de Menores Artesãos encarregado de abrigar trezentos menores.

Aqueles que cometiam algum delito, os reputados de má índole ou aqueles cujas famílias não davam uma educação considerada apropriada, eram reclusos para receberem educação moral e religiosa (Rizzini, 1995). A partir da leitura que realiza, a autora afirma que os menores aprendiam uma profissão, além de música, desenho e estudo. Na verdade, o Instituto de Menores tinha a finalidade de "disciplinar os corpos" por meio do uso de castigos corporais, a fim de tornar a mente obediente. Nessa linha, o Estado tutelava a criança pobre como se fosse "delinquente" e passava a ensinar-lhe ofícios. Com o passar do tempo,

eram encaminhadas a essa instituição todas as crianças em situação de rua, sendo elas infratoras ou não (Rizzini, 1995).

Consoante com a autora supracitada, em 1826, na França, foram também criadas as salas de asilo (depois nomeadas de escolas maternais), cujas finalidades de atendimento se organizavam em torno de cuidados, educação moral e intelectual às crianças de três a seis anos de idade, ao passo que as creches passaram a existir para atender às crianças de até três anos. Já em Portugal, desde sua fundação, em 1834, as casas de asilo da infância funcionavam com função pedagógica, no sentido instrucional, além de oferecer os cuidados com a alimentação e o corpo. Nas repúblicas italianas e na Holanda, há registros de instituições semelhantes para diferentes faixas etárias no decorrer da primeira metade do século XIX (Rizzini, 1995). No entanto, conforme Kuhlmann Jr. (2002), as creches, as salas de asilo, depois chamadas escolas maternais, e os jardins-de-infância de Froebel, foram os mais disseminados.

No ano de 1848, surgiram na França as chamadas escolas maternais com a intenção de substituir o termo sala de asilo e de alterar o tipo de atendimento para as crianças pobres, as

quais eram expostas a um atendimento precário e a cansativos exercícios de escrita (Kuhlmann Jr., 2002). A orientação das escolas maternais era de caráter educativo e priorizavam o desenvolvimento integral das crianças, contrariamente, as salas de asilo existiam, para guardar um sem-número de crianças. A escola maternal francesa deveria efetuar a proposta de Froebel por meio de um ambiente agradável e de ensino, mas a tradição do termo sala de asilo continuou a ser do uso cotidiano e o modo de atendimento não mudou. Para esse autor, o preconceito do governo francês em relação às instituições que atendiam crianças pobres e abandonadas foi o motivo pelo qual foi proposta a alteração da denominação da sala de asilo. Seu objetivo foi tornar a escola maternal acolhedora repelindo a ideia de desamparo com a adoção da nova designação (Kuhlmann Jr., 2002).

Em síntese, as famílias "deserdadas da fortuna", sobretudo, regidas por outras perspectivas e vivendo outras formas de relacionamento e organização, passaram a ser o foco da preocupação de sentido moralizante e ordenador por parte da sociedade abastada e do Estado, que naquele momento eram claros em dizer que a segurança das pessoas bem assentadas socialmente

dependia em parte do controle das famílias pobres e da vigilância sobre as suas crianças (Kuhlmann Jr., 2002).

1.3.2 Os errantes da cidade e a missão civilizadora

Importa considerar que o Brasil tem uma longa história de exploração da mão de obra infantil. Assim, na visão de Rizzini (2018), as crianças pobres trabalharam para seus donos, no caso das crianças escravizadas da Colônia e do Império, para os 'capitalistas' do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas, a partir do final do século XIX, para os grandes proprietários de terras como boias-frias, nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola, nas casas de família, e nas ruas, para manterem a si e as suas famílias (Rizzini, 2018, p. 371). À luz das contribuições de Câmara (2010, p. 51), outro aspecto das precárias condições e brutalidades a que estavam expostas as crianças pobres referia-se aos castigos a que eram submetidas em atividades de

prestação de serviços para pessoas ou famílias que as contratavam, a troco de diminutos salários ou de comida[34].

No início do século XX, as grandes capitais do Brasil conviviam com o crescimento industrial e, com a explosão demográfica. Os trabalhadores das indústrias moravam em locais precários, chamados cortiços ou vilas operárias, localizados próximos às indústrias, onde residiam as pessoas, como um dos reflexos dos baixos salários. As jornadas de trabalho eram extenuantes e também vivenciadas por crianças, pois o trabalho infantil era comum (Rizzini, 2018). Para Soares (2019) o trabalho infantil

[34] Muitos estabelecimentos industriais recorriam à força de trabalho infantil, inclusive em atividades complexas como operar máquinas em linha de produção, com salários baixíssimos. A entrada das crianças pobres no mercado de trabalho concretizou um dos anseios do empresariado que, diminuindo os custos de produção, aumentava os seus lucros. O tom preventivo do trabalho era acionado, uma vez que, segundo eles, esse se constituía num antídoto aos malefícios advindos com o ócio e o vício. Embora essa visão moralizante do trabalho como antídoto aos perigos decorrentes do vício e do ócio às crianças pobres e desocupadas, que se encontravam vagando pelas ruas, fosse compartilhada pelos jornalistas, médicos e sanitaristas, é possível afirmar que esses não deixaram de formular críticas à violência, à exploração e aos riscos de acidentes que as crianças estavam expostas nesses espaços de trabalho (Marques, 2003, p. 58-59).

não foi uma novidade nos anos que se seguiram à proclamação da República, "a infância pobre sempre trabalhou, na Colônia e no Império, crianças escravas e até as livres foram sempre empregadas por seus donos, pais, tutores, mestres artesãos e mesmo o Estado em suas instituições" (p. 473). A novidade é que na primeira década do século XX eclodem denúncias de exploração dessa mão de obra, "por parte, dos jornais de pequena ou de grande circulação, de alguns homens da política e até mesmo por parte das crianças que recorriam à polícia para registrar ocorrências" (p. 474). Assim, as ocorrências policiais, as denúncias de violência e os pedidos de mudança de tutela nos anos que se seguem à abolição da escravatura, indicam um movimento de reação dos trabalhadores menores visando proteção legal (Soares, 2019, p. 477).

> Caso a averiguar [...] falecimento de um menino enterrado sem atestado - desleixo policial. Era um empregado do professor João Antunes Alves, em Guaratiba, o menor de 14 anos Francisco Manoel da Rocha, filho de Josepha Alves Mirandella, também ali residente. Francisco morava há tempos em casa do patrão, onde se ocupava de afazeres domésticos, mediante uma pouca remuneração mensal,

> com que auxiliava sua progenitora. No dia 9 do corrente estava em casa, quando lhe apareceu o filho quase sem poder falar, articulando com dificuldade as palavras e deitando sangue pelos ouvidos e fossas nasais, com o rosto inchado e congestionado [...] Josepha, em vista disso, começou a colher informações, sabendo então que seu filho havia sido vítima de uma surra que lhe dera o patrão, pondo-o em seguida pela porta a fora [...] Tudo isto com mais rapidez sabemos nós do delegado do 26º distrito, que até agora ignora, ou se sabe, para não se incomodar, não tratou de fazer averiguações precisas, concordando por esta forma, com o seu silêncio, para a impunidade, talvez de um crime repelente (O Paiz, 18/01/1908).

Nestes termos, esse é, pois, um campo de estudo que aponta a materialidade das relações sociais, ao investigar, dentre outros aspectos, as múltiplas relações entre a infância, o seu cotidiano e os mundos do trabalho. Isto posto, Barbosa (2007) sinaliza que, desde os anos de 1910, os jornais passaram a expor notas sensacionalistas relatando os horrores do cotidiano, através de manchetes, páginas, crônicas, ilustrações e fotografias, fazendo com que o leitor fosse capaz de integrar-se e identificar-se ao mundo narrado pela reportagem, o Rio de Janeiro nesse

momento, passava a ser "construído de lugares existentes e personagens identificáveis" (2007, p.49). Diante desse processo, faz-se necessário recordar que as reportagens permitiam a aproximação de seus leitores com os sujeitos atuantes da sociedade. De sorte que os personagens das reportagens, na medida em que eram apresentados tornavam-se protagonistas das histórias e construíam a história social do Rio de Janeiro[35].

> Estava a menor internada na Santa Casa, quando de lá foi tirada pelo dentista Angelo de Castro Alves. Empregou-se na casa do cirurgião, que pouco depois mudou para o Rio de Janeiro, à rua Umbelina, nº 33. Na casa do dentista, trabalhou

[35] Quanto aos personagens das reportagens, vale destacar que, constituindo-se como espaços de circulação e de sobrevivência para as camadas populares, composta por trabalhadores autônomos, semiassalariados e assalariados, as ruas eram marcadas pela heterogeneidade dos seus frequentadores, em parte, emigrantes rurais e imigrantes estrangeiros que lhes davam um caráter de hibridação, próprio de um grande centro. Vendendo jornais, bilhetes de loteria ou doces nas ruas, fazendo carretos nas feiras, engraxando botas nas esquinas, servindo de ajudante no comércio, entregando encomendas ou realizando extensas jornadas de trabalho nas fábricas, em casas de espetáculos e circos, sem garantia, segurança e a troco de ínfimos salários ou, em alguns casos, da comida e de um teto para abrigá-las, as crianças eram, muitas vezes, vítimas de violências, castigos, mutilações e de aliciamento (Araujo, 1995, p. 162).

> durante oito meses, realizando trabalhos domésticos. Lavava a roupa de todos da casa, limpava e tomava conta das crianças. Quando adoeceu, sendo diagnosticada com pneumonia, foi encaminhada para o Posto Central e a três dias estava se alimentando de café e leite que os empregados da casa lhe davam (A Noite, 21/11/1925).

Diante do exposto, segundo Câmara (2010, p.79), nos jornais, os casos noticiados refletiam os temores presentes pelas mudanças que se vinham processando na cidade, tingida pelo medo do crime, intolerância à desordem e indignação pelo abandono criminoso das crianças.[36] Para essa autora, a ordem e a desordem se revelavam como aspectos de uma cidade que corrompida, insegura e degenerada, revigorava-se pelas iniciativas de modernização e civilização formuladas pelos poderes

[36] No início do século XX, as questões sociais eram inseridas num universo repressivo; investimentos para ampliar o raio de controle social foram implementados sobre o contexto urbano e seus personagens das ruas, vistos pela perspectiva do que era criminalizado. A ordem demandava a conformação do trabalhador e parâmetros para a classificação polarizavam representações sociais sobre trabalho, profissões e conjunto de relações sociais em que se inseria (Oliveira, 2000, p. 1-2).

públicos.[37] Consoante com Câmara (2010, p.63), "à visão imaculada da infância contrapôs-se outra infância perspectivada como pervertida, desamparada, viciosa, imoral e abandonada". Nesta via, abandonadas, exploradas e vítimas, em sua maioria, de maus tratos, as crianças traçavam um itinerário de exclusões sucessivas. Uma infância descrita pelos jornais como aparência maltrapilha, suja, descabelada, portadora de comportamentos agressivos, dissonantes em relação aos valores instituidores de uma cidade que, ao sagrar a imagem de ordem e progresso, negava o seu contrário (Câmara, 2010, p. 52).

> A acção do juiz de menores, Dr. Mello Mattos, contra os indivíduos sem alma e sem escrúpulo que utilizam crianças na indústria da mendicidade, é daquelas que fazem jus aos maiores encômios. Um dos espectaculos mais irritantes do Rio é, esse, de encontrar-se a cada esquina uma criança de mão estendida, implorando á

[37] Em seu emaranhado social, a cidade constituía-se como campo fértil para práticas de solidariedade e de socialização alternativas, estabelecendo uma perigosa geografia do contato entre os frequentadores. As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores ambulantes, jornaleiros e vendedores firmavam-se como de alta periculosidade à sua integridade física e moral, pela possibilidade de contaminação social. (Da Mata, 1991, p. 64).

> caridade pública. Mulheres já, habituadas a esse modo de vida, que têm ao seu serviço oito e, até dez criaturinhas, meninos e meninas. E não há carioca que não conheça aquella mendiga da rua Gonçalves Dias, a qual tem sempre ao braço um pirralho de mezes, - piralho que, ao atingir um anno, é logo substituído por outro. [...] Contra esses exploradores é que deve agir o juiz de menores. E as penas devem ser severas, para que desapareçam do Rio taes scenas, que depõem de modo lamentável contra as nossas tradições de cultura (O Imparcial, 10/02/1925).

Em face do exposto, para Câmara (2010, p. 52), a infância passou a ser concebida e descrita como perigosa ou em perigo, nos discursos que construíam e asseveravam determinadas representações acerca do seu papel social.[38] Assim, segundo Faria Filho (1999, p. 33), os periódicos em circulação destacavam as

[38] A rua aparecia como principal agente de contaminação da população pobre, da infância desamparada, numa cidade que convivia com os problemas advindos do seu processo de urbanização acelerado. Insalubridade, alta taxa de mortalidade infantil, epidemias diversas e dizimadoras, empobrecimento crescente de um quantitativo significativo da população que não conseguia inserir-se no mercado formal de trabalho, apareciam como aspectos justificadores da implementação compulsiva de projetos de reforma da cidade e de intervenção sobre sua população (Alvim e Vallares, 1988, p. 4).

situações envolvendo a infância "deserdada da sorte", a que se encontrava em situação de abandono[39]. Para esse autor, a imprensa teve um papel fundamental na produção de determinadas representações da infância, bem como na socialização do "terror", como aspectos, a partir dos quais, práticas foram justificadas em prol de um projeto civilizador para o país[40]. Os jornalistas foram ativos colaboradores, em meio a denúncias de maus tratos e perigos que as crianças corriam, em face da exposição à imoralidade que eram submetidas por seus pais, indicativo de uma mentalidade de intervenção pública no âmbito

[39] O abandono moral e material em que se encontrava a infância, bem como o crescimento da exploração realizada de diferentes formas nas fábricas, nos subempregos, na prostituição, na mendicância, no próprio seio familiar, compunha um cenário nefasto e entristecedor que impulsionava as crianças a ingressarem no mundo da delinquência e do vício (Câmara, 2010, p. 40).

[40] Confrontando a imagem desejável da cidade moderna ao "horror" representado pela "malta dos desocupados" que compunha o cenário formador dessa geração de homens e mulheres do amanhã, Octávio Werneck, a exemplo de muitos jornalistas de sua geração, procurou de maneira arguta descrever a miséria que, estampada no cenário da cidade, denegria a ideia de progresso, constituindo-se como entrave à civilização (Câmara, 2010, p. 76).

privado das famílias, reconhecendo a questão da criança como coisa pública, como problema público.

> [...] Considerando que o Codigo dos Menores no art. 111 estatue, que os menores do sexo feminino, que tiverem menos de 18 annos, não podem dar representações públicas em theatros, ou quaisquer outras casas de diversões públicas; e que, pelo art. 29 do Regulamento das Casas de Diversões Públicas, nas companhias de espetáculos, sejam ou não infantis, compreendidas as companhias equestres, de acrobacia e prestidigitação, não será permitida admissão de menores de 16 anos. [...] Considerando que, pelo art.115 n. 1 do Código dos Menores e pelo art. 29 § 2º do Regulamento das Casas de Diversões Públicas, os empresários ou responsáveis pelos espetáculos apresentarão á autoridade, fiscalizadora autorização, em devida forma, dos paes ou representante legaes dos menores, para que estes tomem parte nas representações. (Jornal do Commercio, 09/06/1931).

Nessa direção, os sentidos da infância, para Câmara (2010, p. 66), configuram-se como marcas "do seu pertencimento no

mundo"[41]. De modo que as preocupações relativas ao número de crianças pelas ruas e à precariedade em que viviam em seus lares acabavam por associar o empobrecimento e a miséria dos pais a um destino natural para seus filhos, qual seja, a miséria, a delinquência, a vadiagem.[42] Ao recorrer à estigmatização das crianças desviadas, marginais, abandonadas, procurou-se confirmar a normalidade de outras, mas conceber múltiplas diferenciações das rotulações estabelecidas (Câmara, 2010, p. 68).

---

[41] A multiplicidade de adjetivações utilizadas para caracterizar a infância desvalida que circulou pelos diversos jornais da capital do país deve ser vista enquanto elemento que corroborava para a composição e socialização dos sentidos e significações que lhe foi atribuída. O que se verificou foi a construção de identidades específicas para as crianças pobres, num amplo processo de demarcação das fronteiras entre o normal e o anormal, entre o feliz e o infeliz. (Fernandes, 2000, p. 67).

[42] A partir da segunda metade do século XIX, o que se compreendia como vadiagem de menores estava também relacionado aos meninos e meninas ocupados em ofícios considerados pouco dignos. Eram os vendedores de bilhetes de loterias e os condutores de cegos cuja ligação com o jogo e a mendicância os aproximava da condição de vadios. Para esses adolescentes, a vadiagem era uma forma de rebelar-se contra as imposições do mundo adulto. Rebeldia que se expressava no desprezo pelo trabalho, na preferência pela rua em detrimento da casa e no gosto pelas bebidas alcoólicas (Fraga Filho, 1996, p. 117).

Nessa perspectiva, Rizzini (2011) descreve e analisa o entendimento acerca da criança, no início do período republicano, como um ser moldável, como um paradoxo de o "perigo de ser", em que representava perigo à sociedade e outro "perigo a si mesma", estabelecendo-se, segundo a autora, objetivos para funções específicas. De acordo com a autora, essas funções eram de prevenção (vigiar a criança, evitando a sua degradação, que contribuiria para a degeneração da sociedade), de educação (educar o pobre, moldando-o ao hábito do trabalho e treinando-o para que observe as regras do "bem-viver"), de recuperação (reeducar ou reabilitar o "menor", percebido como "vicioso" através do trabalho e da instrução, retirando-o das garras da criminalidade e tornando-o útil à sociedade) e de repressão (conter o "menor delinquente", impedindo que cause outros danos e visando a sua reabilitação, pelo trabalho)[43].

[43] Desde o período da sociedade escravista não se ofereciam alternativas de ascensão para as gerações novas de livres e libertos. Para os meninos negros, a escravidão continuava a impor-lhes papéis subservientes e serviçais, nas tendas dos mestres de ofício, por exemplo, eram submetidos a uma rigorosa disciplina, a castigos corporais e a tarefas estafantes. Diante disso, as vadiações e peraltices de rua que se descortinavam também no regime republicano apareciam como um misto

Nessa ótica, Araújo (2013, p. 82) aponta que o discurso jornalístico é produtor de ideias, o que torna fundamental "problematizar o quanto de autonomia é necessário para se tornar tão formulador quanto propagador, afinal sem a 'autonomia' seria um mero reprodutor dele mesmo ou de outros discursos" (p.82). Consoante com Câmara (2010, 42), os jornais atestavam os males identificados ao problema da infância[44], entre eles: "o descaso das famílias, a falta de instituições escolares para atendê-las, as suas condições de sobrevivência e a ausência de políticas públicas, por parte do Estado" (p. 42). Tal como mostra os fragmentos a seguir:

> É confrangedor, com efeito, o criminoso abandono em que se vêem, nas ruas do Rio, essas pobres criancinhas de ambos os sexos, entregues às misérias da mendicância e aos perigos da vadiagem, sem que para elas se estendam as mãos da piedade ou da proteção para arrancá-las

---

de desdém, indiferença, protesto e resistência a um mundo adulto de horizontes limitados (Fraga Filho, 1996, p. 116).

[44] As ocorrências envolvendo crianças povoavam o imaginário da época, reforçando a ideia de que era preciso reprimir os maus exemplos e a exploração, expressas pela indústria da esmola e pelo *caftismo* a que estavam expostas e subordinadas (Câmara, 2010, p. 41).

> dessa escola de vícios e de crime em que, vivem (Rio Jornal, 02/10/1924).
> Quem percorrer as estalagens, as casas de cômodos - casarões humildes, sem ar, sem luz, quem se der ao incômodo de peregrinar pelas baiúcas da favela, da "Nova Portugal", pelo morro de Santo Antonio, pelas ruas mais humildes da Saúde, da Praia Formosa, de Catumbi, do Rio Cumprido, dos subúrbios da Central do Brasil e da Leopoldina, compreenderá melhor o pensamento dos que vêm crianças miseráveis, sem amparo, mirando-se na solidez ou educando o espírito no vício que as rodeia, dia a dia sem o menor apreço das autoridades competentes (Jornal do Brasil, 31/01/1925).

Nessa linha de entendimento, segundo a autora, nas sucessivas matérias publicadas pelos jornais da época, é possível detectar uma ênfase direcionada ao abandono da infância e aos riscos que isso representava "para a paz social e para o desenvolvimento do país" (Câmara, 2010, p. 39). Em que velar pela criança significava assegurar-lhe proteção e cuidado através de um programa voltado para a implementação de medidas em nome da moralidade pública, conforme apontado por Câmara (2010, p. 39). Acerca disso, torna-se relevante o seguinte excerto:

As ocupações dos menores nas ruas dão-lhes máos costumes e os encaminham para a perdição. É facto provado que as ruas das grandes cidades são escolas de imoralidade e estufas de corrupção de menores, que nelas contrahem a aversão ao trabalho e á disciplina moral, aprendem a beber, a jogar, a falar numa linguagem abjecta, a esmolar, a furtar, a praticar outros crimes e vícios; e são caminhos de degradação para as meninas, que se vêem expostas aos maiores atentados, e são arrastadas para a prostituição. O menor que passa grande parte do dia na rua, entregue a si mesmo e sob a influencia de outros jovens, corrompidos ou criminosos, é forçosa e irremessivelmente um candidato a delinquência. Todas as profissões da rua são perigosas para os menores; umas actuam rapidamente, outras mais lentamente, porém nenhuma deixa de ter inconvenientes. A de vendedores de jornais é a profissão típica dos menores na rua [..] em alguns paizes adeantados os menores só podem vender jornais e exercer ocupações nas ruas depois de 18 anos, em outros depois dos 16 ou 14 anos. Adotemos esta ultima edade, atendendo a que os nossos meninos têm um desenvolvimento precoce, e que essa é a edade fixada pela lei de assistência e proteção para terminação da infância e começo da adolescencia (O Globo, 28/01/1926).

Diante do exposto, concebendo a imprensa como uma prática social e um dos espaços privilegiados de produção de memórias, as matérias chamavam a atenção para que o amparo urgente se aplicasse de modo a limpar as ruas, ganhando destaque a educação como possibilidade de enfrentar os problemas da infância desamparada, a partir da ideia de construção de um povo por meio da associação entre médicos e educadores.

> A frequentação da rua é uma das mais comuns e poderosas causas de corrupção dos menores; por isso, na quase totalidade dos paizes que se preocupam com a assistência moral á infância e adolescência, lhes são prohibidas as ocupações que se exercem nas vias publicas, como a de engraxador, vendedor de jornaes, doces, de bilhetes de loteria, etc. E, no projecto de lei que tive a honra de elaborar por incumbência do pranteado ministro Alfredo Pinto, inclui um artigo nesse sentido; mas, na autorização legislativa, concedida ao governo para regular a assistência e proteção dos menores, foi eliminado aquele artigo, o que impediu que o seu dispositivo figurasse no regulamento em vigor. De sorte que, em face da lei, cuja execução me está confiada, não posso adoptar as medidas que tão me aconselhais (O Paiz, 31/01/1925).

Nesse âmbito, retratando o desamparo com que se deparavam contingentes da população infantil, "os jornais cariocas evidenciavam a premência em se corporificar políticas públicas de atendimento às crianças" (Câmara, 2010, p. 40). Com frequência, os artigos publicados, além de mostrarem um cenário desumano sobre a situação de doença, fome, exploração e maus tratos a que estava exposta a infância pobre, apresentavam "possíveis articulações entre os problemas vividos na cidade e as desigualdades produzidas pela sede de progresso e civilização" (Câmara, 2010, p. 40). Evidenciando, aos olhos da imprensa da época, medidas que envolvessem ações do poder público e da iniciativa privada no campo da assistência.

> A assistência e proteção aos menores envolvem infinitos e complexos aspectos que exigem uma fiscalização constante e difícil. Nem sempre a autoridade competente é sabedora do que a respeito ocorre. Felizmente, porém, sempre que deles é informado o integro magistrado que dirige esse serviço, às providências surgem imediatas. O público deve, por isso, auxiliar o juiz de menores, fazendo-o conhecedor dos actos de vergonhosa exploração que, infelizmente, ainda se registram em vários lugares e se registrarão até que

> a educação da massa atinja o necessário grau de aperfeiçoamento (Jornal do Brasil, 01/06/1927).

Nessa direção, como aponta Câmara (2010, p. 42), os periódicos evidenciavam o incômodo causado pela presença de crianças de diversas faixas etárias que, embora em idade escolar, "encontravam-se ao abandono moral e material pelas vias públicas" (p. 42). Sobre isso, Alvim e Valladares (1988, p. 4) destacam que, diante da situação de exploração, doenças, penúria e desespero que os arrastavam, algumas vezes, para a morte, o alcoolismo, a loucura e o suicídio, essas crianças organizaram resistências que se apresentavam nas formas como driblavam as adversidades da vida cotidiana.

> Nada mais pavorosa do que este meio em que há adolescentes de dezoito anos e pirralhos de três, garotos amarelos de um lustro de idade e moçoilas púberes sujeitas a todas as passividades. Essa criançada parece não pensar e nunca ter tido vergonha, amoldadas para o crime de amanhã, para a prostituição em grande escala. (Rio, 1995, p. 131).

Nesse quadro social, é possível perceber que as correlações entre pobreza, menoridade e abandono faziam parte do

universo discursivo do início do século XX[45], como revelam os relatos apresentados por cronistas e jornalistas sobre a situação de desamparo e analfabetismo em que se encontrava a infância pobre da capital do país, conforme Câmara (2010, p. 42). Importante salientar também que a crítica a essas condições materiais impostas aos trabalhadores no Brasil foi problematizada por autores como Ferreras e Secreto (2013) que investigam, de forma ampla, os movimentos sociais e as políticas sociais no Brasil e nos demais países da América Latina, tendo como horizonte de análise o *modus vivendi* dos trabalhadores como

[45] Convém mencionar que, nos anos iniciais da Primeira República, a referência ao problema da criança desvalida é recorrente, não somente na cidade do Rio de Janeiro. O político e jornalista Quintino Bocaiúva (1836-1912), enquanto presidente do Estado do Rio de Janeiro (1900-1903), afirmava que a massa da população não deve permanecer mergulhada nas trevas da ignorância. Já que o mais superficial e desatento observador impressiona o número considerável de meninos vadios, abandonados da solicitude paterna, pela pobreza, pela inconsciência de seu dever, ou pelo relaxamento, desde a mais tenra infância aos vícios próprios dos adultos e os defeitos inerentes à ausência de qualquer educação Assim, Quintino Bocaiúva discursava para a Câmara dos Deputados no sentido de mobilizar outros políticos para o problema do analfabetismo da maioria da população, bem como acerca do problema das crianças abandonadas (Bocaiúva, In: Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro do ano de 1902).

categoria teórica. Assim, acerca dos aspectos materiais atinentes às condições de vida desses sujeitos, a despeito do processo de embelezamento e remodelação implementado na cidade-capital, cabe pontuar a seguinte visão de um periódico da época:

> Nós já nos acostumamos a ver as ruas cheias de mato, as praias entulhadas de detritos de toda a natureza, as sarjetas imundas, os muros caindo e cheios de inscrições obscenas, os casebres em ruína, os animais de toda espécie criam-se em pleno centro da cidade, as estrumeiras servindo de veículo às moscas e aos mosquitos que nos atormentam a um horror sem fim (O Fluminense, 10/01/1904).

Em contrapartida, de acordo com Behring e Boschetti (2016), um fato que merece destaque são as mudanças significativas nos processos de produção. Uma dessas mudanças é que propiciou maior poder coletivo aos trabalhadores, que passaram a requisitar acordos coletivos de trabalho (2016, p. 68). A assistência à infância pobre passou a enfatizar a necessidade de intervenção neste segmento a fim de conseguir elevar o Brasil à condição de civilização. Quanto ao sistema social da caridade,

para Marcílio (1998)[46], do período colonial até meados do século XIX, vigorou a fase caritativa,

> ... o assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações. Os mais abastados, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o status de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas (Marcílio, 1988, p. 134).

À guisa de conclusão, abordou-se no transcurso deste capítulo, a política social tal como foi efetivada no Brasil, isto é,

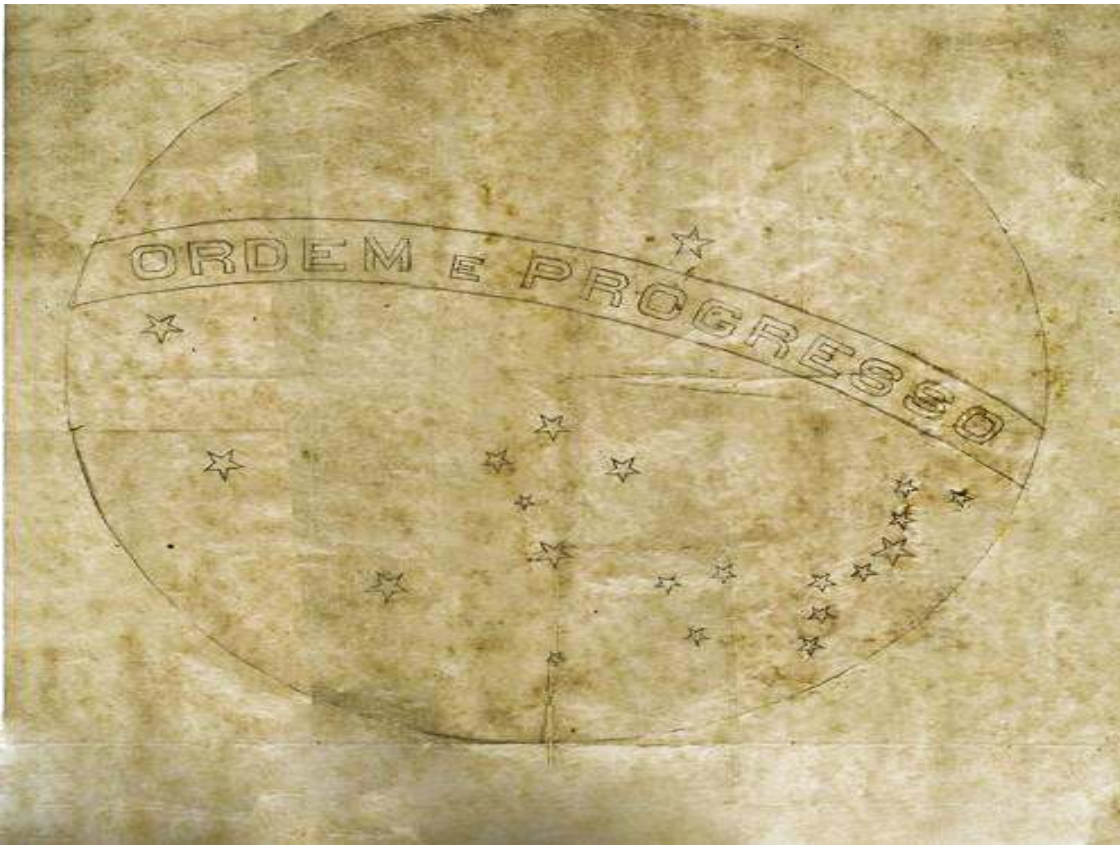
[46] O histórico da assistência à criança desvalida é dividido em três fases: a Caritativa, que tem início com o cristianismo, durante o Império Romano, e vai até meados do século XVIII. A segunda fase, denomina-se Filantropia Científica e engloba o período que vai do século XVIII até meados do século XX. A última fase é a do Estado do Bem-Estar Social, que se encerra na década de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Marcílio, 1998).

conforme debatido por Behring e Boschetti (2016), cujo objetivo é a intervenção nas questões sociais[47]. Destacando-se a importância do saber médico e do saber jurídico tanto na construção do ideário do chamado "Brasil Moderno", como numa constituição embrionária das políticas de assistência à infância na Primeira República. Ao refazer o percurso histórico da prática da institucionalização, verificou-se no estudo a continuidade de uma cultura de exclusão de crianças que se inicia no âmago das políticas ditas de proteção. É nessa perspectiva que penso serem relevantes as características apontadas neste tópico da obra. Por conseguinte, cabe mencionar que essa discussão será retomada ao longo do livro, como no debate do terceiro capítulo sobre experiências de proteção e assistência à infância no Rio de Janeiro, à luz de Câmara (2010), entre outros teóricos.

[47] Durante toda a Primeira República é inquestionável a luta árdua dos trabalhadores pela conquista da regulamentação do mercado de trabalho no Brasil. Todos os projetos políticos que postularam maior presença e participação dos trabalhadores no cenário social e político do país passaram pela formulação de demandas que significavam a intervenção do Estado sobre o mercado de trabalho (Gomes, 2005. p. 179).

2

Elementos de compreensão da educação brasileira na Primeira República



2.1 O Iluminismo e a sua relação com os projetos educacionais da Primeira República

Tomando o fio condutor apontado no capítulo anterior e no sentido de abordar alguns elementos de compreensão acerca da educação brasileira no contexto da Primeira República, serão abordadas neste segundo capítulo, inicialmente, características afetas às mudanças que introduziam as relações capitalistas de produção no Brasil e que também se fizeram sentir no âmbito da educação[48], conforme alguns teóricos como Gadotti (2001), Saviani (2011) e Torres (2012). Tendo como parâmetro essa base teórica, as declarações que denunciavam o atraso em que se encontrava o ensino no país

> ... procuravam chamar a atenção das autoridades públicas para a realidade "pouco edificante" à qual o povo

[48] Entre os cânones vislumbrados como ponto de sustentação da República, a educação constituiu-se como eixo articulador dos princípios que deveriam orientar e organizar a nação brasileira. Era preciso desenvolver iniciativas que possibilitassem a organização da educação e do ensino a serem gerenciadas pelo poder estatal na condução de uma proposta que conseguisse representar a ampliação da escolarização elementar às massas que, até então, estiveram excluídas da escola (Câmara, 2010, p. 126).

> brasileiro estava submetido. Em seus discursos, essas autoridades defendiam ser prementes a criação de estabelecimentos de ensino, o zelo pela moralidade e pela higiene nesses espaços, o cuidado com a formação dos professores e a adoção de um programa compatível com as modernas práticas pedagógicas. Seu intuito era atingir o progresso conquistado pelas sociedades mais desenvolvidas daquele período, seu objetivo era igualar o Brasil às nações civilizadas (Torres, 2012, p. 38).

Neste argumento, buscava-se difundir e aperfeiçoar o ensino com vistas a garantir o desenvolvimento do país, "instruir todas as classes significava romper com as trevas do atraso e da barbárie" (Torres, 2012, p. 67). Concebendo a educação, na perspectiva pedagógica que remonta ao Iluminismo[49], como uma prática social de valor incontornável a serviço das necessidades

[49] O Iluminismo foi um fenômeno intelectual que teve lugar na Europa, em meados do século XVIII. Tinha por principal baliza a referência da crítica, compreendendo o mesmo conceito de crítica como o reconhecimento das possibilidades, mas também dos limites da capacidade humana de conhecer. Mais do que isso, os iluministas compreendiam que a instrução conduziria não apenas a um acréscimo de conhecimento no sujeito, mas também a um aprimoramento moral do indivíduo que se instrui (Boto, 2017, p. 27).

humanas, tendo por escopo viabilizar a conquista da liberdade dos sujeitos e o caminho do progresso por meio da instrução[50]. Essa ideia remete à análise de Boto (2017), de que "as concepções de ciência, infância e escola compõem o que há de mais fundamental na dimensão pedagógica do pensamento iluminista" (p. 344), sendo os intelectuais iluministas os seus "intérpretes" (p. 346). Isso remete à ideia, presente em diversos discursos da época, a qual Torres (2012, p. 53) joga luz, qual seja, "o país do futuro depende de seus futuros cidadãos", defendida por um conjunto de intelectuais e autoridades cariocas na Primeira República sustentados pela ideologia do progresso. E foi esse olhar para o futuro que permeou boa parte dos projetos envolvendo a instrução pública nos primeiros anos republicanos.

> O entusiasmo era latente nos discursos dos que se apregoavam como os primeiros representantes dos interesses do povo. De modo enfático tentavam

[50] No alvorecer dos tempos republicanos, as questões educacionais – e, em especial, a que se referia à difusão da instrução pública – ocuparam posição destacada na agenda de intelectuais e políticos comprometidos com os mais diversos projetos voltados para a viabilização do Brasil como nação capaz de trilhar os caminhos do progresso e da civilização (Torres, 2012, p. 17).

> construir uma imagem positiva, que refletisse seu esforço em adequar o cotidiano da cidade às exigências que os novos tempos traziam. Enquanto civilizar a população se mantinha como a palavra de ordem, instruir o povo era o investimento necessário (Torres, 2012, p. 53).

De acordo com Carvalho (2012), nos debates que circulavam no movimento ilustrado do século XVIII[51], a ação do Estado no campo educacional despontava, de tal modo que, para muitos iluministas, há interlocução direta entre a democracia e a educação. Segundo Boto (2017), "a educação é, para o século XVIII, projeto civilizador. Essa era a vocação daquele tempo. E nisso havia consenso entre os iluministas" (p. 345). Sob esse ângulo, Torres (2012) afirma que "no contingente das mudanças reclamadas estavam os debates em torno da instrução pública, ela se constituiria em um importante braço do repertório reformista"

[51] É a partir do movimento ilustrado que o conceito de civilização nasce em diferentes línguas no século XVIII e é uma de suas ideias-força. Existe uma concepção otimista de mundo, que faz crer que os progressos da razão são o progresso das ciências e técnicas. Sendo assim, tende-se a acreditar que o presente é melhor que o passado e que o futuro será melhor que o presente, como se houvesse um movimento na história tendente ao aperfeiçoamento (Torres, 2012, p. 155).

(p. 42), de sorte que a diferença entre os termos "instrução" e "educação" foi, em medida, estabelecida pelas reformas francesas, apoiadas nas definições de Condorcet[52], segundo ele,

> ... a instrução era o conjunto de conhecimentos que o Estado tinha o dever de proporcionar aos cidadãos, e educação se referia aos sentimentos morais e religiosos, cuja transmissão deveria ser uma competência da família. No caso do Império brasileiro, tudo indica que esta distinção não se realizou de fato. No processo de formação e construção do Estado, cuja direção também se valeu do processo de formação da população, foi legado ao governo o desempenho nas funções de educar e instruir a população. Durante os primeiros anos republicanos, essa separação também não estava estabelecida na prática. Ao governo era atribuída a tarefa de educar e instruir a população e os "futuros cidadãos" (Mattos, 1994 *apud* Torres, 2012, p. 67).

[52] Condorcet, no seio do movimento da França revolucionária, qualifica o papel da escolarização no erguimento do estado nacional moderno. A escola prepara a cidadania, cimenta a democracia e alicerça o terreno para a existência política (Boto, 2017, p. 345).

Esse entendimento é importante, pois repensar o Iluminismo exige interpelar os conceitos da Modernidade[53]. Em face disso, segundo Boto (2017), "o Iluminismo legitimava uma semântica da racionalidade como critério metodológico da interpretação das ações humanas" (p. 340). O que indica que apenas uma educação racional que abarcasse a todos poderia produzir virtudes democráticas, como igualdade, justiça e liberdade, ganhando força a ideia de que "os pais já não podiam oferecer aos seus filhos a "verdadeira riqueza" que eles precisariam no futuro, era preciso a intervenção dos poderes públicos" (Torres, 2012, p. 92). Nesse âmbito, no que tange à tarefa atribuída à instrução pública, nos termos proferidos por dirigentes do Estado, sobretudo, no último quartel do século XIX:

> Educar tornava-se, pois, a ação por meio da qual cada um dos alunos deveria adquirir os princípios éticos e morais

[53] Dentre os conceitos da Modernidade, a perspectiva de "progresso" foi uma presença constante no discurso de intelectuais na virada do século XIX para o XX. Boa parte dos textos produzidos nesse período apontava para o caráter "civilizador" da educação, chamando a atenção de seus leitores para a importância de preparar os alunos para o bom desempenho de suas funções cívicas e para os benefícios sociais que, por meio dela, a nação conquistaria (Torres, 2012, p. 39).

> considerados fundamentais à convivência social, aderindo de modo consciente ao espírito de associação. Era assim o complemento do ato de instruir, que propiciava a cada indivíduo os germes de virtude e a ideia dos seus deveres como homem e cidadão. Instruir e educar eram, em suma, uma das maneiras – quiçá a fundamental – de fixar os caracteres que permitiriam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil, assim como os que lhe eram estranhos, para além da fria letra do texto constitucional (Mattos, 1994 *apud* Torres, 2012, p. 45).

Nessa senda, para Carvalho (2012), a instrução pública deveria promover a equidade, a razão autônoma, o talento individual. Esses princípios tornaram-se referência para projetos e parâmetros reformadores da instrução pública em vários dos países da Europa e das Américas a partir do século XIX[54], não tendo caráter homogêneo e de absoluta convergência e similitude. Para essa autora, no caso particular do Brasil, a partir dos

[54] No contexto de fortalecimento e legitimação do Estado Imperial brasileiro, no século XIX, não faltaram argumentos que apontassem para a necessidade de o país assegurar a ordem e difundir a civilização. Relacionada a essa perspectiva estava a instrução pública (Torres, 2012, p. 67).

processos da Independência e da República, foram notórios os esforços de reformas da instrução pública, com projetos voltados para a constituição de uma escolarização laica, gratuita, pública, para ambos os sexos e universalizada, pautada na concepção de formar um "homem novo" para um "Brasil novo"[55].

> Sem apagar o passado, teve início um delicado processo de seleção daquilo que deveria ser eliminado, bem como dos elementos que poderiam ser absorvidos do regime derrubado. Era preciso conquistar o "novo". "E o novo para a sociedade que se forma, desde os anos de 1880, é o "não tradicional". Criticava-se a sociedade hierarquizada e organizada com base no trabalho escravo; defendia-se a construção de uma outra ordem. No discurso, projetava-se a ideologia do progresso: a intenção era agregar a ideia de novo à "civilização", comparando-a com as atitudes europeias, especialmente as francesas. Do conjunto de temáticas que acabaram sendo incorporadas pela República, e sobre a qual pairava certo "otimismo" na

[55] Associada à grandeza, à prosperidade e ao progresso nacional, a instrução representava as Luzes da Razão, o caminho do apaziguamento entre os homens e a superação de todos os males que mantinham o país longe da qualidade de Nação Civilizada (Torres, 2012, p. 45).

> aquisição desses "novos valores", estava a "educação" (Torres, 2012, p. 50).

Nesta via, vale ressaltar que Rousseau desenvolve reflexão no contexto do Iluminismo que inaugura um novo olhar sobre a infância[56]. Para Ozouf (1989 *apud* Boto, 2017), "a ideia de homem novo tinha por plataforma o pensamento de Rousseau" (p. 182). O "homem novo", nessa concepção, seria aquele que adquirisse, para além de conhecimentos, "valores" e "princípios" que fossem compatíveis com os "anseios mais supremos da nação", como assinalado, por meio do trabalho harmônico entre instrução e educação (Torres, 2012, p. 36). A fim de ilustrar,

> a condição de escolar atribuída à infância sancionava a afirmação de uma identidade própria a ser assumida pela criança pobre no espaço da escola. Reafirmando-se o papel da escola na construção do país como nação civilizada e moderna, constituindo-se os pressupostos de uma infância asséptica. Encontraria o Estado, por

[56] A infância é, para Rousseau, uma categoria escolhida para operar o pensamento acerca da condição humana. [...] A infância tem etapas, articuladas umas às outras, cada com características peculiares. Nesse sentido, parece a Rousseau fundamental compreender as formas de ser criança em cada etapa constitutiva da vida (Boto, 2017, p. 201).

> esta via, terreno propício para edificar a consciência comum da nação (Azevedo, 1948, p. 190).

Uma questão que nos parece importante, desse modo, se refere ao fato de que o papel da escolarização, nos termos do Iluminismo, "é sempre vinculado a uma dada compreensão de conhecimento e a uma específica imagem de infância, sem os quais a própria escola não faria sentido" (Boto, 2017, p. 346). Entretanto, convém ressaltar que, a despeito do entendimento de que para "construir o Brasil" era necessário "educar a infância brasileira", a tarefa de "construir a nação" não foi atribuída exclusivamente à escola (Gondra e Schueler *apud* Torres, 2012, p. 67). A esse respeito, as intervenções sociais, em nome do desenvolvimento da nação, não se limitaram a ações implementadas no campo da instrução pública, haja vista que "a erradicação dos cortiços também se constituiu em um importante mecanismo de intervenção social, cujo objetivo era conter a desordem urbana" (Chalhoub, 1996).

> As iniciativas de difusão da instrução pública, sobretudo entre as classes populares, podem ser entendidas como um dos instrumentos encontrados pelas autoridades para conter o avanço das ameaças

> do chamado "perigo social". Procurando estender a instrução a um número cada vez maior de indivíduos, os defensores de sua ampliação acreditavam na possibilidade de impedir que os males da indigência atingissem os habitantes da cidade, sobretudo os elementos mais desprovidos de renda (Torres, 2012, p. 41).

Carvalho (2012) realça que os diferentes projetos educacionais e reformas da instrução pública, na Primeira República, chegaram a resultados localizados, limitando-se a cada Estado ou unidade escolar. Por esse entendimento, as reformas educacionais naquele período, visando unificar a nação brasileira, ao mesmo tempo em que se voltavam para normalizar, profissionalizar e sistematizar a escolarização das camadas populares[57], buscavam homogeneizar hábitos e costumes, em um sistema de ensino dirigido e controlado[58].

---

[57] A valorização crescente da escola intensificou a ideia de que, para bem educar, era preciso espaços projetados para essa finalidade, profissionais capacitados, métodos eficazes, alunos em idade apropriada, enfim, conjunto de elementos que favorecesse o aprendizado dos educandos e se desdobrasse em ganhos para toda a sociedade (Torres, 2012, p. 92).

[58] Não bastava instruir os alunos, era preciso "educar o povo", moldar-lhe os costumes e inspirar-lhe bons sentimentos. Ou seja, cada vez com

2.1.1 Instrução e educação da infância no Rio de Janeiro

A economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e na mão de obra escrava teve implicações de ordem social e política profundas, como pode ser visto em Fausto (2016). Ela favoreceu um sistema de produção, de vida social e de poder representado por uma complexa dualidade social, consoante com Gadotti (2001), em que a elite, detentora do poder político e econômico, detinha também os bens culturais importados. Assim, no período analisado, monarquistas e republicanos compartilhavam de um mesmo ideário, próprio da conjuntura de final do século XIX e primeiras décadas do século XX, e apontava que, com a emergência de novos atores sociais, como operários e imigrantes, era preciso que os segmentos sociais dominantes articulassem respostas consistentes e capazes de

maior ênfase, entre os parlamentares se atribuía ao governo a tarefa de cuidar do "enriquecimento intelectual" dos alunos, sem que fossem esquecidas, no entanto, suas "inclinações morais". Nesse processo, se concedia uma atenção especial aos "filhos das classes populares" que, por sua condição social, poderiam impedir que a construção de um Brasil "civilizado" fosse realizada (Torres, 2012, p. 36).

equacionar as complexas demandas geradas pelas contradições econômicas, políticas e sociais da modernidade.

Como se pode perceber, para Saviani (2011), nos anos iniciais da República, a instituição da escola calcada no princípio dessa dualidade social foi sofrendo os impactos do crescimento e complexificação dessas camadas sociais. Segundo Gadotti (2006), essa dicotomia do sistema educacional brasileiro, se, de um lado, representava a dualidade da própria sociedade escravocrata, de onde acabara de ser proclamada a República, de outro, representava a continuação dos antagonismos em torno da centralização e descentralização do poder[59].

[59] O sistema de instrução pública que começou a ser implantado após a Independência, sob a direção de um Estado imperial centralizador, foi um sistema descentralizado. Cabia ao governo central a instrução primária e secundária apenas na Corte. Além disso, era de sua competência cuidar do ensino superior em todo o país, porque esse ensino se destinava à formação da elite política e social nacional. Quanto ao ensino secundário, o governo central acabou tendo um controle indireto, pois desde a fundação do primeiro colégio oficial de instrução secundária, o Colégio Pedro II, em 1837, criou-se um modelo a ser seguido por todas as demais instituições secundárias, tanto públicas quanto privadas (Gomes, Pandolfi e Alberti, 2002. p. 388).

A par dessa dualidade, a Primeira República tentou várias reformas para a solução dos problemas educacionais mais graves, tal como exposto em Saviani (2011). Nessa medida, na análise daquelas legislações, entre 1870 e 1910, houve centenas de debates, dezenas de projetos e quatro reformas educacionais apenas no âmbito da Assembleia Geral e do Governo Central (Império), depois Congresso Nacional e Governo Federal (República). Contudo, segundo Gomes, Pandolfi e Alberti (2002) "a diversidade e a desigualdade existentes no ensino do Brasil desde o século XIX tornam difícil um balanço mais preciso sobre a situação da educação quer no Império, quer no início da República" (p. 390).

> A importância que o tema da educação ganhou desde o início da República não significou uma melhoria substancial da situação do ensino nos vários níveis então existentes. Uma das grandes dificuldades para a implementação e a avaliação de políticas nessa área foi, durante muito tempo, a ausência de dados estatísticos confiáveis sobre a situação do ensino no país. Ainda assim, vários levantamentos foram produzidos, gerando impactos sobre o conhecimento e planejamento do

> sistema educacional brasileiro (Gomes, Pandolfi; Alberti, 2002. p. 405).

No Brasil, a transição do Império para a República foi um momento marcado pela implantação do capitalismo, no contexto pós-abolição, bem como por reformas políticas e educacionais, por revoltas populares e militares. Nesse sentido, a educação escolarizada é um elemento incontornável, pois auxilia na construção de novas formas de dominação que objetivavam dar conta de uma problemática colocada desde a abolição da escravatura e instauração do regime republicano. Dessa maneira, podemos visualizar, em particular no interior das escolas primárias da cidade do Rio de Janeiro, segundo Saviani (2011), um espaço privilegiado de práticas sociais, comportamentos, posturas, disciplinas, a partir das quais se difunde uma forma de se pensar a organização social e a valorização do trabalho e da ordem com o intento de assegurar uma dada paz social. Sendo assim, à luz de Gomes, Pandolfi e Alberti (2002, p. 389), "ainda no Império, surgiram experiências de instrução primária em várias províncias e cresceram as preocupações do Estado com o papel da educação na formação da nacionalidade".

Uma questão importante que ganhou espaço nos projetos foi a defesa em torno da "reconstrução da Nação" e da "formação da nacionalidade". Tanto que, os reformistas que atuavam na área da educação, em geral advogados, médicos e professores, conforme Gadotti (2006), formulam um tipo particular de preocupação com o disciplinamento e controle social dos alunos voltado para a construção de uma nação "moderna" e "civilizada" no âmbito da construção da ordem burguesa no Brasil, a partir de algumas reformas educacionais promulgadas pelo governo central imperial e pelo governo federal republicano. Reformas de ensino que levassem, via um saber escolarizado, as crianças, futuros cidadãos e trabalhadores, a respeitarem a ordem liberal burguesa implantada no Brasil. Isto demonstra que tanto no Império quanto na República a educação foi associada à difusão da "ordem, civilização e progresso"[60].

[60] Na virada do século XIX para o XX, a escolarização doméstica ainda atendia a um número grande de pessoas, ultrapassando mesmo a rede de escolas públicas, fossem elas imperiais ou republicanas. Naturalmente, ao lado dessas iniciativas, havia as escolas mantidas pelo poder público, cujos professores eram nomeados e pagos por órgãos responsáveis pela instrução pública. Todos esses tipos de escolarização conviveram lado a lado durante muitas décadas, vindos do Império e

> Educar e instruir a criança com brandura e sem prejudica-las em seu desenvolvimento físico é uma das leis escolares mais delicadas em seus efeitos e, por isso, de grande ponderação. É neste ponto gradativo e proporcionado do ofício do mestre que bem se pode chamar a 'dosagem do ensino', para compará-la com as gotas de ciência médica em que o profissional tanto melhor acerta quanto mais bem mede e pesa, em seu doente, a idade, robustez, hábitos, clima, ambiente etc., a fim de alcançar o desejado efeito, que é a saúde (O Fluminense, 25/07/1915).

Tratava-se de um projeto civilizador cuja ferramenta principal a ser utilizada seria a educação. A partir desse contexto, de acordo com Carvalho (2012), o Ministro da Instrução Pública, general Benjamin Constant, em articulação com o novo cenário político-econômico inaugurado em 1889, implantou o regime republicano e teve, com a Reforma Benjamin Constant (1890-1891), decretos pautados em ideias do positivismo

---

permanecendo na República, que lentamente foi tornando o que conhecemos como a "escola moderna" uma instituição. Ela é, nesse sentido preciso, uma instituição republicana, projetada para ser a imagem e a referência dos novos tempos que se anunciavam. República e educação escolar estavam associadas à crença na civilização e no progresso (Gomes, Pandolfi e Alberti, 2002. p. 387).

reformulando o currículo das escolas primárias da capital federal na formação de um "novo indivíduo": o cidadão republicano. Nessa direção, a fim de ilustrar outra proposta reformista no período, segundo essa autora, a Reforma Nilo Peçanha (1909), com a construção da primeira rede nacional de ensino primário, demonstra a presença da União no ensino primário, tanto pelo medo da conquista da massa de trabalhadores operários, autônomos ou desempregados por movimentos políticos contestatórios à ordem democrático-liberal estabelecida, como pelo desejo de parcela da elite à época em disciplinar e controlar os trabalhadores pela via da educação escolar[61].

> O remédio é a assistência a esta infância desvalida, a estes míseros rapazes, futuros criminosos pelo abandono em que se veem. Façam isto, que muito diminuirão o crime, que muito abrandarão o horror. Cure-se-lhe o corpo, mate-se-lhe a fome, eduque-se-lhe o espírito, moralize-se-lhe

[61] A nova preocupação com os currículos disciplinares envolvia tanto seus conteúdos substantivos quanto seus objetivos pedagógicos. As chamadas escolas profissionais eram aquelas voltadas para a formação de mão de obra para trabalhar no campo ou em ofícios industriais, e que se destinavam a crianças mais pobres ou mesmo órfãs e abandonadas (Gomes Pandolfi Alberti, 2002, p. 400).

> o caráter ao criminoso que será um cidadão (Leão 1909 p. 21).

Sem perder de vista o processo de constituição da escola primária moderna, seriada, graduada, circunscrita em espaços e tempos específicos, no intento de adequar a escola à realidade da criança, ao mesmo tempo em que realizavam o assistencialismo. Nesse prisma, para Câmara (2010, p. 135), a preocupação crescente com a expansão da instrução pública pelas reformas de instrução demonstrava a necessidade de se conferir à escola um lugar fulcral no processo de intervenção na cidade e no meio social. É importante destacar, com base nos estudos de Câmara (2010, p. 128), que o advento da República não foi capaz de superar o caráter elitista e excludente da educação brasileira herdada dos séculos anteriores, tal como Ciavatta (2019), apesar de todas as reformas realizadas no início do século XX, e a despeito, como afirma Nagle (1976), do "aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico" (p. 99):

> de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas

> da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (Nagle, 1976, p. 99-100).

A concepção da criança como o futuro da nação e de que deveria ser educada para se tornar útil à sociedade ganhou projeção social em consonância com o desejo de controlar as camadas populares, sobretudo no regime republicano brasileiro[62]. Diante disso, com base em Rocha (2003), desde a criação da Inspeção Médica Escolar, em 1916, tinha-se como premissa fundamental zelar pela saúde das crianças mantendo as condições higiênicas do meio escolar e difundindo os princípios gerais de higiene, norteados pela ideia de profilaxia. As sugestões visavam "purificar-lhes" as práticas s que, na concepção de médicos e educadores, caracterizavam o cotidiano das camadas populares,

[62] Regime político que se acreditava uma manifestação de progresso e que desejava civilizar o povo, formando seus corpos, suas mentes e almas. Na época, desejava-se que, através das crianças, um conjunto de valores chegasse aos adultos, para que se estabelecesse uma nova sociabilidade e civilidade (Gomes, Pandolfi; Alberti, 2002, p. 399).

convocando-os a aderirem a valores, ensinando-os uma nova moral capaz de redimir das doenças, da pobreza, do atraso e da ignorância (Rocha, 2003, p. 48-54). Assim, a situação de saúde e crescimento das crianças como a indicação dos seus hábitos higiênicos deveria servir como parâmetros de identificação dos padrões de normalidade e anormalidade. Os dados coletados visavam defender a adoção de hábitos sadios à formação de uma "infância útil" ao meio escolar e social (Leão, 1926, p. 58).

> Ancorada no discurso da prevenção, a educação deveria realizar a transformação do homem cabendo à escola, através das suas práticas educativas, sancionar representações de infâncias incluídas e disciplinadas a serem assistidas através das iniciativas de solidariedade, caridade e assistência pública e privada. A escola, em sua função educativa, deveria dar lições de cultura nacional, educando os costumes, os hábitos e instaurando um novo perfil de aluno, de professor e de espaço escolar associado aos referenciais de civilização e modernidade que se pretendia instaurar (Boletim da Prefeitura do Distrito Federal, 1926, p. 182-183).

Nesse ângulo, como o objetivo de dar enfoque à educação dos trabalhadores urbanos no Brasil, na cidade do Rio de

Janeiro, consoante com Ciavatta (2019), constituiu-se importante campo de debate conceber a escola como espaço necessário à formação e à realização intelectual, profissional e social em sentido integral, e tendo o trabalho como um instrumento organizador e emancipador para os indivíduos. Nessa direção, na década de 1920, a escola pública, com os programas de habitação, de medicalização da família e do combate ao alcoolismo, fazia parte de um amplo conjunto de disciplinação social[63] que partia da interpretação de que as mazelas sociais eram resultado da resistência das camadas pobres às normas de asseio, de moral e dos bons costumes (Nunes, 1984, p. 543). A fim de exemplificar, Rago (1985) assevera que, na habitação popular,

> ... os indivíduos se amontoam assim como o lixo; os fluxos não circulam, os miasmas pútridos estagnam. A aglomeração de gente, de cheiros fétidos, de detritos e de animais domésticos

[63] Importa considerar que a medicalização da infância veio como consequência da higienização e, nesse sentido, educação e saúde se uniram como elementos inseparáveis na implantação de um programa de normalização e moralização, que visava manter um forte pilar social, a ordem, pelos bons hábitos. Desde então, a educação passou a ser alvo do poder médico, consequência de toda uma história envolta nos preceitos higienistas e eugenistas (Rocha, 2003).

> congestionam o cortiço e o bairro operário, impedindo a livre circulação do ar e da água, penetração salutar dos raios solares, elementos fundamentais para garantir a saúde do organismo (Rago, 1985, p. 165).

Ademais, cabe ressaltar que, como as transformações socioeconômicas por que passou o país se refletiram no âmbito da educação, a organização escolar no período da Primeira República recebeu forte influência das ideias liberais e positivistas. De maneira que, conforme o pensamento de Gadotti (2001), o liberalismo político, econômico e educacional provocou desigualdades acentuadas nos diferentes estados, o que acabou por representar um fracasso republicano no campo educacional, no sentido de uma reprodução das desigualdades sociais já existentes, à luz de Bourdieu (1989 e 1992). Logo, constituindo-se numa discussão crítica sobre a educação brasileira. Haja vista que, para esse autor, a educação escolar se transformou em instrumento de controle social e de veiculação ideológica a fim de neutralizar os conflitos, controlar a cisão política e manter a estabilidade social, em nome do bem comum.

Dado o exposto, urge salientar que a desigualdade que gravitava sobre o tecido social como um todo, incluindo a educação, apresentava um caráter dual e arbitrário, ao cindir educação intelectual e manual, conforme Carvalho (2012). Para a autora, nessa esfera educacional educar e emancipar devem ser tarefas conjuntas, que se complementam para a construção de um projeto de sociedade emancipatório. Sem perder de vista que esse pensamento é defendido por trabalhadores organizados lutando por melhores condições de vida, dadas as suas pauperizadas condições de existência, num cenário de subordinação e dominação da maioria da população.

Nessa direção, na concepção de Carvalho (2012), "existe um consenso na historiografia da educação brasileira de que, até a década de 1930, não houve, por parte do governo central, uma preocupação com a instrução popular e com a unidade política [...]" (p. 118). Assim, a estrutura e funcionamento das escolas em cada um dos Estados possuíam especificidades próprias, não havia uniformidade a não ser na defesa de que a educação seria capaz de treinar e disciplinar a mão de obra necessária para as novas forças produtivas que estavam surgindo o que viria a

diferenciar a educação enquanto habilidade social adequada para civilizar e controlar, tendo a instrução como forma de aquisição dos conteúdos produzidos pela humanidade (Carvalho, 2012).

2.2 Puericultura, eugenia e educação civilizatória

Sob a ótica de Câmara (2010, p. 134), a compreensão da escola como necessária à "cicatrização" das chagas sociais ratificou a emergência de se tecer a redefinição das políticas de educação promovidas pelo estado, através da assistência oferecida, da estrutura material produzida, das cooperativas de auxílio e das atividades peri-escolares. À luz de Schueler (1999, p. 4), desde meados do século XIX, a educação das crianças das camadas populares constituiu-se um dos projetos discutidos pelos dirigentes do Estado e por outros setores da sociedade imperial. Demonstrativo dessa ênfase na instrução e na educação pública foi a construção de escolas e colégios e o desenvolvimento da escolarização, como parte de uma série de iniciativas de intervenção, da esfera estatal, nas formas de vida dos setores mais pobres da população.

A partir dos anos de 1850, muitas instituições foram criadas para abrigar as crianças consideradas perigo para a sociedade. Para Rocha (2003), esses espaços destinados ao acolhimento e ao cuidado de meninos e meninas órfãs e abandonadas sofreram mudanças de cunho ideológico no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, quando as práticas em relação à assistência foram incorporadas ao discurso e à ação dos higienistas, provocando o esmorecimento do caráter da misericórdia (Rocha, 2003). Essas instituições de caridade de natureza filantrópica que, num primeiro momento tinham caráter assistencialista, passaram a assumir, também, a missão de instruir seus internos, oferecendo, no caso das meninas, conhecimentos rudimentares em primeiras letras, práticas manuais e aprendizagens domésticas. Essa estratégia serviu para afastar das ruas muitas crianças que começavam a causar transtornos e má impressão aos moradores dos centros urbanos, principalmente das principais cidades brasileiras, que se encontravam em processo de formação (Abreu e Martinez, 1997).

Nesse esquadro, segundo Câmara (2010), cabe mencionar que o cuidado com a infância pobre no Rio de Janeiro, através

da caridade, teve, na atuação da Santa Casa de Misericórdia, um dos principais locais de assistência social do período colonial à República. Por ser instituição ligada à Igreja Católica através da representação leiga da Irmandade da Misericórdia, não é possível dissociar sua intervenção na vida de crianças pobres de uma ação caritativo-religiosa. As Santas Casas de Misericórdia são os locais mais antigos no Brasil de assistência aos pobres. Inspiradas nas 14 obras da Misericórdia, as Santas Casas deveriam, sob o signo da Fé e da Caridade, prestar assistência a viúvas, presos, indigentes, enfermos e órfãos.

Essa assistência aos pobres era baseada nos princípios da caridade cristã, pois segundo Rizzini (2011), entendia-se como condição primordial para a "salvação da alma" uma atitude caritativa, de piedade e compaixão, para com os pobres. A contribuição através de esmolas e doações constituía, portanto, uma obrigação do indivíduo, seja no mundo Ocidental (Igreja Católica) ou no Oriente (Igreja Islâmica), possibilitando, assim, o que Mollat denominou de um 'monopólio monástico'[64]. A

[64] Sobre isso, a ideia de salvação da alma remonta ao dogma cristão de pecado original, segundo o qual o indivíduo é portador de más

assistência à infância constituía-se em ações caritativas, como a criação de orfanatos e pela ação de particulares que se compadeciam com o abandono de crianças nas ruas, como ressaltou Marcílio (2006), evitando que perecessem de fome ou frio. Segundo essa autora, as crianças não constituíram um segmento privilegiado, para onde se voltavam os olhares dos adultos. Sua condição física mais frágil fazia com que ficassem à mercê da boa sorte ou do pouco azar de nascerem em um meio que as permitisse crescer. Nasciam em uma sociedade com altos índices de mortalidade infantil e que não dispunha de meios técnicos para prevenir esse cenário, como já foi dito anteriormente. Aos adultos, restavam-lhes rezar para que as crianças sobrevivessem ou, caso morressem precocemente, que pelo menos fossem batizadas (Marcílio, 2006).

---

inclinações ao nascer, para explicar o enraizamento da noção de necessidade de salvação da alma. A concepção do ser humano como pecador nato veio justificar as formas de intervenção que incidiram sobre a família e sobre a criança, tendo por base a versão Agostiniana e Calvinista da doutrina do pecado original, segundo a qual a depravação inata e as paixões da criança precisavam ser controladas, tendo em vista sua salvação e boa ordem social (Rizzini, 2011, p. 97).

É no final do XIX que as teorias que pensavam a diferenciação entre as raças ganham força. Segundo Carneiro (2000), a psiquiatria nascente se ocupará com os alcoólatras, as histéricas, os homossexuais, enquanto que a higiene mental passa a ser considerada fundamental para a produção de uma raça produtiva. Por outro lado, a degenerescência implicará em outros estudos como a hereditariedade, o que formulará as ideias primordiais para o discurso eugenista, a saber, a ciência dos "bons nascimentos" (Carneiro, 2000). Com isso, para o autor, os focos estão posicionados: "a relação sexual, a mulher grávida e as crianças". Dr. Adolphe Pinard, ginecologista e obstetra pasteuriano, será o precursor neste foco, introduzindo os estudos da puericultura intrauterina, o qual tem como objetivo principal pesquisar conhecimentos relativos à reprodução, conservação e de melhoramentos e robustez da espécie. Por sua definição, poderíamos concluir que se trata de eugenismo, no entanto, no Primeiro Congresso de Eugenia em Londres, em 1912, Pinard traz o conceito de "puericultura antes da procriação" (Carneiro, 2000). Os estudos de Darwin foram apropriados por Francis Galton (1822-1911), que criou o termo "eugenia", em 1883, para

definir o estudo dos agentes que, "colocados sob controle, poderiam melhorar ou empobrecer as qualidades raciais, tanto as físicas como as mentais, das futuras gerações" (Dias, 2007).

Para Carneiro (2000), pode-se dizer que o cuidado com a criança, e com a mãe, é a espinha dorsal tanto para os higienistas quanto para os eugenistas, de modo que a preocupação com a mãe, e com a criança se coloca como uma constante. A eugenia parte sim, das mesmas problemáticas da higiene, no entanto ela nasce como uma ciência nova que se estabelece, com olhar atento à procriação humana, a saber, a relação sexual, a gravidez, o parto, e ainda, o desenvolvimento da criança. Grosso modo, a eugenia estaria dividida em duas facetas: a "eugenia positiva", que buscava incentivar os casais considerados eugênicos a procriar o maior número possível de filhos, e a "eugenia negativa" que consistia em desencorajar a união e a procriação dos seres considerados inferiores, defendendo inclusive a prática da esterilização (Dias, 2007). Nesse sentido, quando se fala em eugenia - pelo menos na França - é possível que se esteja falando em puericultura. Isso porque, a preocupação eugenista na França começa com Pinard, que se atenta às preocupações

relativas à procriação e melhora da espécie, o qual insiste por chamar essa ciência não de eugenia, mas sim de "puericultura antes da procriação" (Carneiro, 2000).

Entretanto, segundo Dias (2007), o programa da puericultura não se encerra na procriação, ele se estende na gestação até o desenvolvimento posterior da criança. Para tanto, a emergência de outros tipos de ciência foi inevitável, ou seja, que outros dispositivos de controle entrassem em ação. Assim também, esse programa, que se pode entender como puericultura, tem uma característica bem específica, uma vigilância que se reporta às práticas de prevenção, uma vez que funciona dentro dos moldes pasteurianos de higiene (DIAS, 2007). A pediatria, por exemplo, entra para controlar as taxas de mortalidade infantis, com métodos pasteurianos de esterilização do leite e também através do conhecimento da bacteriologia faziam o controle das doenças transmissíveis.

À guisa de esclarecimento, de acordo com Dias (2007), a "puericultura" de Pinard se trama e ganha força na medida em que se relaciona com outras áreas do conhecimento e de interesse do Estado. Para a autora, essa rede se estabelece dentro do

campo da saúde secularizado. Experiência inaugurada pela ciência da higiene, a qual estatísticos, juristas, deputados, médicos, antropólogos, biólogos, todos, determinam medidas para a melhoria da sociedade. A relação entre a política e a saúde continua. Em face do exposto, cabe pontuar que o bem-estar da sociedade é papel inerente do Estado (Cavalcante, 1985).

Segundo Dias (2007), desde 1874, uma série de programas, decretados por lei, é colocada em funcionamento na França. O resultado foi uma ação conjunta entre os estudos Pinard e as ações do Estado em prol do desenvolvimento da criança. Caron, em 1865, já havia lançado as mesmas ideias, a saber, a vulgarização dos métodos de higiene, a mortalidade infantil, ou seja, as preocupações que deram o passo inicial para o desenvolvimento da Puericultura. Entretanto, as medidas do governo vieram a passos mais lentos e Pinard é quem toma a frente desta empreitada. Isso porque, além de Pinard estar envolvido com as reflexões sobre Eugenia, foi só a partir do começo do século XX que as leis começaram a atender a exigências em torno de um projeto de Puericultura que previa um arcabouço moral, pedagógico e institucional (Dias, 2007).

Para essa autora, pensar o discurso eugenista na França é também se reportar às práticas higienistas de individualização, pois estas se desdobram nas noções de saúde, e, por conseguinte, na construção da ideia de raça pura. No seu entender, esta prática de individualização envolve uma reconfiguração do espaço da cidade e dos corpos, sendo esta última dada como foco o cuidado com a criança. É através da criança que a França destaca seus esforços para a manutenção da raça, ou seja, é nela que estarão depositadas todas as esperanças quanto ao futuro de uma nação (Dias, 2007).

Nessa perspectiva, de acordo com Freire e Leony (2011), a preocupação com a mortalidade infantil foi associada, em graus variáveis, a elementos de ordem demográfica, sanitária ou patriótica e também ao maternalismo - fenômeno de caráter mundial que defendia a preponderância do sexo feminino no cuidado infantil, em virtude da natureza específica das mulheres para a maternidade. Os empreendimentos protecionistas foram implementados de forma mais expressiva nas primeiras décadas do século XX, na Europa e nos continentes americanos, em resposta a múltiplas e complexas necessidades percebidas no

âmbito da economia, da ordem social, das correntes intelectuais e de questões específicas a cada contexto. Conforme Thébaud (1986) citada por Freire e Leony (2011), as estratégias protecionistas desenvolvidas no período entreguerras europeu visavam, sobretudo, "salvar a semente" e garantir a raça.

Conforme Thane (1991), *apud* Freire e Leony (2011), na França, a mortalidade infantil, assim como a queda da fertilidade, foi considerada ameaça potencial de despovoamento e tornou-se um dos alvos da política desenvolvida no período, quando a maternidade foi transformada em questão de Estado. Leis e iniciativas de proteção social voltadas para mães e filhos foram também influenciadas pelos movimentos feministas maternalistas, cujas formulações teóricas e práticas reivindicatórias tinham a maternidade como ponto central, encontrando o seu apogeu nos anos 1920, embora em países como Inglaterra não tivesse obtido o mesmo impacto. Em sintonia com as singularidades da sociedade inglesa e seu modus operandi, organizações civis desenvolveram formatos assistenciais inovadores – como visitas domiciliares, reuniões de mães, centros de proteção

infantil e escolas para mães –, posteriormente incorporados pelo *Welfare State* britânico (Freire; Leony, 2011).

Segundo Birn (2006), *apud* Freire e Leony (2011), os países latino-americanos não apenas estabeleceram boas adaptações locais dos modelos europeus, como desenvolveram iniciativas próprias exemplares, o que os transformou em polo exportador de ideias. Esse foi o caso do Uruguai, que criou o primeiro Instituto Internacional de Proteção à Infância (IPI) em 1927, levando o país à posição de núcleo de saúde internacional, capaz de influenciar a inserção da saúde infantil na agenda mundial. A ferramenta analítica proposta por Birn (2006), *apud* Freire e Leony (2011, p. 201), no que se refere ao papel da circulação de ideários, conhecimentos científicos e práticas de saúde no desenvolvimento da saúde pública nacional e internacional, é útil na compreensão da construção da rede institucional de assistência à saúde no Brasil.

De acordo com Sanglard (2008), *apud* Freire e Leony (2011, p. 201), no Brasil, as singularidades do movimento de proteção infantil vinculavam-se ao cenário econômico, político e social. Conforme a historiografia especializada, na sociedade colonial

e escravista a cultura da infância associava-se, em parte, à pobreza, à doença, à fragilidade das estruturas familiares, ao trabalho e à violência doméstica. Para Freire e Leony (2011), infanticídio e abandono de crianças eram práticas correntes, e ainda que o amparo à infância desvalida fosse considerado da alçada das câmaras municipais, o problema era enfrentado, sobretudo, pela sociedade civil, por meio da adoção informal.

Durante o regime imperial, esse padrão foi sendo modificado pela intervenção do Estado, com a formação de uma rede de assistência composta por instituições como as Rodas dos Expostos – também chamadas Casas das Rodas –, os Recolhimentos para Meninas Pobres e os Colégios de Órfãos. Esses estabelecimentos, apesar de submetidos à administração privada, sobretudo das irmandades das Misericórdias, recebiam subvenção e regulação públicas. Tal arranjo, longe de constituir uma situação atípica, expressava a relação que o Estado brasileiro estabeleceu historicamente com as Misericórdias – instituições privadas que exerciam uma função pública (Freire e Leony, 2011). Os primeiros movimentos que apregoavam a extinção das rodas de exposição de enjeitados, na Europa, foram

movimentos que buscaram laicizar a assistência a pobres, tornando-a também atribuição do Estado[65].

Acrescido a isto, Gondra (2007) assevera que na passagem para o século XX, com a proclamação da República, mudou a inserção do Estado na assistência às crianças desamparadas, pela campanha e ações empreendidas por médicos e juristas. O amparo à infância pobre como atribuição de cunho caritativo-religioso passou por transformações graduais, quanto ao local em que se prestava esse tipo de assistência[66]. Importa considerar

---

[65] O Estado liberal passaria a condição de um Estado mais interventor, criando políticas para atuação sobre esse segmento desassistido. A construção das nações passava também pela defesa da vida das futuras gerações que povoariam o território e serviria de braços úteis para a realização de um projeto nacional, tanto na formação do quadro de trabalhadores quanto na formação de exércitos nacionais. Contudo, no Brasil, as campanhas de extinção das Rodas ocorreram no século XIX com a proximidade da Proclamação da República, tendo seu maior vigor no início do século XX com as campanhas pró-infância e contra mortalidade infantil (Marcílio, 2006).

[66] O resultado das ações da filantropia e da caridade consistia em que, ao longo dos séculos, foram construídos hospitais, asilos, orfanatos etc. Por seu turno, caridade está circunscrita à esfera da ação: a do cristianismo, conquanto a filantropia tenha um fator limitador: a ação do Estado. A existência de um Estado de bem-estar social acaba por restringir as ações de instituições de caráter voluntário e filantrópico (Ross, 1974, p. 783).

que a diferenciação entre dois tipos de concepções e medidas de intervenção para a infância, uma abastada e uma pobre, evidenciada ora pela preocupação com crianças expostas, ora com a higiene nos colégios, em critérios biológicos e psicológicos, deve ser considerada pelo historiador, conforme expõe Gondra (2007), como fruto de um contexto social historicamente construído pela cultura e pela experiência dos que definem o lugar de ser criança, bem como enfocar quais as oportunidades são facultadas às crianças a viverem essa experiência.

A conjuntura em que se instaurou a República no Brasil foi conturbada, sendo um momento de esperança de libertação. Era um clima que demandava o controle por parte do Governo, visto que as contradições que se faziam presentes no início da República eram evidentes. Uma delas apontava para a oportunidade da concretização do projeto civilizatório. Nas palavras de Rizzini (2011, p. 203) "tomaria o rumo de uma nação culta, civilizada", a outra apresentava a população em geral como "indolente", possuidora de "debilidade física e moral", "ignorante" e "promíscua". Nesse ângulo, os menores eram acusados de ociosos e criminosos, tendo no trabalho a solução, começando pela

infância. Rizzini (2011) chama a atenção para o fato de que a internação do menor abandonado em instituições de prevenção baseava-se na suposição de que um ambiente saudável evitaria que sua herança patológica aflorasse. Diante disso, o governo republicano teve na esfera jurídica a busca de soluções para o problema da infância pobre e abandonada, mantendo o enfoque religioso e caritativo (Rizzini, 2011). Nas palavras da autora:

> A estratégia jurídica assemelhava-se à médico-higienista: intervir na família através da criança; divulgar o quadro real do aumento da criminalidade e a possível proliferação desta, caso as devidas providências não fossem tomadas; sentenciar que a gênese do problema está na família, que incapaz de criar os filhos abandonava-os; sinalizar para a prevenção social como solução dos problemas do menor. A aliança entre justiça e assistência buscou definir as funções de cunho social, afastando-se do caráter punitivo-repressivo, baseado na necessidade de novos modelos de intervenção junto às populações pobres (Rizzini, 2011).

Na visão de Rizzini (1995), desde a época colonial, eram bem vindas as opiniões predominantes na Europa sobre atendimento à infância, contudo, já se faziam presentes as diferenças

no atendimento destinado a crianças brancas e negras. Assim, este fato marcou o início da nossa histórica do atendimento à criança com o crivo da desigualdade (Rizzini, 1995). Ante a tais condições, os filhos de escravos, chamados de "crias" e "moleques", seguiam para o trabalho a partir de cinco anos, devendo aprender algum ofício. Para a autora, as crianças brancas da casa grande, nomeadas de "meninos", "filhos de família", quase sempre eram cuidadas por amas, recebiam instrução jesuítica a partir dos seis anos, aprendiam as primeiras letras com professores particulares, usavam trajes adultos e sua educação se apoiava nos castigos corporais. Aspectos representativos da divisão de classes e das diferenças socioeconômicas que caracterizavam o tipo de atendimento a elas dispensado (Rizzini, 1995).

A partir do século XVIII, os asilos foram instalados no Brasil e atendiam às crianças nascidas de relacionamentos ilegítimos entre senhores e escravas ou, aos filhos das escravas, para que estas pudessem ser alugadas como mães de leite (Marcílio, 1998). No século XIX, o mundo atravessava transformações significativas, nos domínios econômicos e sociais que alteraram o cenário mundial. No mesmo período, o Brasil viveu mudanças

político-sociais, iniciadas com a vinda da Família Real para o Brasil (1808), que promoveu a abertura dos portos às nações amigas e a criação de cursos destinados à qualificação dos habitantes com base em necessidades brasileiras, provendo o processo de rompimento com o ensino jesuítico do Brasil colonial (Priore, 2018). No contexto político e econômico do início do século XIX, o Brasil começou a viver um período de impasse em relação à educação das crianças menores de sete anos, assinalado por acontecimentos em dois campos: um deles tem a ver com a partida da Família Real para Portugal, seguida da regência do Brasil e pela proclamação da independência da coroa portuguesa, por D. Pedro, em 1822 (Kuhlmann Junior, 2002).

Acerca dessa concepção, Kuhlmann Jr. (2002) aponta que o outro campo apresentava vários aspectos, como o momento econômico do início do século, de expansão da lavoura cafeeira e o crescimento capitalista interno localizado nas cidades; a criação da primeira escola oficial do Rio de Janeiro (1880); a chegada de imigrantes aos milhares à procura de trabalho assalariado, a assinatura pela Princesa Isabel da lei que aboliu o sistema escravo no país em 1888 (Kuhlmann Junior, 2002). No entanto,

com a lei do ventre livre e a pobreza das famílias, muitas abandonavam seus recém-nascidos ou os deixavam na "Roda dos Expostos", como explicitado anteriormente. Cabe lembrar que, nesta época, as crianças menores de sete anos eram cuidadas e ensinadas pela mãe. Assim, segundo o autor, a partir da metade do século XIX, o índice de mortalidade das crianças desamparadas era elevado, fato que incitou os abolicionistas e higienistas a desaprovarem a prática da roda e as amas. O atendimento educacional ainda não existia para os filhos dos pobres. Seu destino era se tornarem cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos da elite eram instruídos por professores particulares (Kuhlmann Junior, 2002).

É interessante assinalar que, para as mães das classes abastadas, era exaltado o direito à maternidade, sendo que, para mulheres pobres, cabia o mundo do trabalho e a incerteza sobre onde e com quem deixar seus filhos, fossem escravas ou não (Rizzini, 2018). A busca por grupos para a adoção das creches nos moldes franceses para abrigar crianças pobres e abandonadas tomavam corpo nesse período no bojo de um sentimento de urgência em criar espaços para a guarda destas crianças. O

projeto político de construção de um Brasil moderno vicejava no âmbito das ideias liberais do final do século XIX. Nesse contexto, para Kuhlmann Junior (2002), as instituições de Educação Infantil surgiam como uma proposta moderna[67].

2.3 Higienismo infantil e Educação em debate: escolarizar para moralizar

Para Gondra (2003), a palavra higiene deriva do grego *hygeinos*, utilizada pela medicina, a qual tem sua tradução mais próxima daquilo que é salutar. Segundo o autor, a história da higiene pode ser observada desde a Antiguidade. Assim, para Gondra (2007), no século XVII, por exemplo, o asseio se remetia a um olhar imediato denotado pela vestimenta. O fato é que, apesar da mudança dos comportamentos ao longo do tempo, a higiene se passa sempre na relação do corpo a práticas de intervenção sobre ele. A noção de higiene se faz na medida em que a

[67] A creche para as crianças foi vista mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças (Kuhlmann Jr, 2002).

noção de corpo também se transforma (Gondra, 2007). O autor sugere que a prática higienista começa a ganhar força entre 1750 e 1780, quando grandes cidades, como Paris, entram num processo de explosão demográfica e crescimento urbano. Impelidas por um novo sistema econômico nascente, a necessidade da organização dos espaços, que concerne à habitação, agrega questões de salubridade para a organização do meio urbano.

Destarte, os médicos higienistas do começo do século XX tinham como justificativa ideológica o fator genético e o casamento eugênico como princípios para a saúde dos filhos. Nesse contexto republicano, de acordo com Arantes (1995), surgem as ideias relacionadas à Puericultura, com um discurso médico de preocupações com a alimentação, brinquedos, tratamento diferenciado, dentição, bem como desenvolvimento físico e moral da criança. Portanto, segundo a autora, em razão da mortalidade infantil houve por parte dos higienistas e sanitaristas a emergência de se promover a conscientização de que as crianças necessitavam receber cuidados especiais. Essa mentalidade orientou os comportamentos dentro de uma perspectiva de desenvolvimento. Acredita-se que a assistência aplicada aos

"desvalidos" ou órfãos, será não apenas caridade, mas significará "defesa da sociedade e proteção ao homem honesto e de bem" (Arantes, 1995, p. 200), assim justificaram-se as iniciativas por parte do Estado. Nesse ângulo, podemos inferir que a caridade confrontada com a nova realidade econômica e social tem por objetivo a prevenção da desordem.

Segundo Arantes (1995), a medicina higienista se insere no ideário positivista republicano que pregava a ordem e o progresso, dando cientificidade aos postulados racionais ora apresentados, no momento em que as transformações e emergência de um movimento médico empreendia o saneamento do país. Para a autora, o higienismo se preocupará com as doenças, a sociedade e o ambiente, tendo a saúde da população e a salubridade dos espaços como foco para a formação de uma nação forte. A evolução do Brasil como nação, que agora, republicano, buscava ordem e progresso se dava a partir da contenção das epidemias, do saneamento social, do controle dos corpos, da civilização dos indivíduos e dos espaços. Prevenir e higienizar eram palavras de ordem e zelar pela constituição moral, física e

intelectual das crianças, um dever patriótico (Dias, 2007). Diante disso, o propósito de civilizar é para os médicos higienistas

> ... o objetivo da humanidade, sua tendência, seu destino. Ela representa a conquista de uma trindade - ciência, virtude, felicidade e se define como desenvolvimento intelectual e moral, de que são formas externas a religião, leis, costumes, o governo, artes, ciências etc. (Dias, 2007).

É importante observar que, desde a Proclamação da República, a criança é considerada como "base fundamental para a construção da Nação" (Abreu e Martinez, 1997, p. 26). Dias (2007) aponta que essas ideias eram resultado das influências de valores sociais vindos da Europa bem como do conhecimento científico lá produzido. No campo da ciência médica, para essa autora, os profissionais brasileiros tinham forte influência da medicina francesa e germânica, exemplos para a realização dos anseios de transformação social e desenvolvimento de uma sociedade "moderna". Uma referência que possibilitaria uma ruptura com traços coloniais, um passado rural marcado pela

escravidão, produzindo uma espécie de "higiene social"[68] e permitindo a constituição de uma sociedade civilizada (Dias, 2007). A escola seria um dos lugares de ação desse poder científico, que viria para "reformar" os cidadãos e afastar do caminho do progresso as "enfermidades" morais. Tentaria construir na criança higienizada um corpo apto, constituído com vigor resultante do cultivo dos hábitos sadios (Dias, 2007).

> Os preceitos higienistas influíram na montagem dos currículos, estando presentes numa rígida orientação disciplinar que fiscalizava os cuidados com o corpo, com os gestos e com as roupas e sapatos dos alunos, além de exigir posturas corretas para o exercício de todas as atividades

[68] À luz do conceito de "higiene social", abordado por outro teórico, cabe ressaltar que os higienistas acreditavam que o meio dominaria os indivíduos. Segundo Gondra (2000), após um tempo, com o aprofundamento dos seus estudos científicos, perceberam, porém, que cuidar da higiene modificando o meio, os costumes e os hábitos, além de organizar as cidades, controlar as doenças e reformular todo o contexto politico-cultural não era o suficiente para fazer nascer o progresso. Era preciso cuidar de algo que independia da higiene, a genética, a semente hereditária, enfim, a eugenia. Os higienistas procuravam o branqueamento da raça, por associar o branco a um corpo saudável, sexualmente forte e regrado. Já o negro era ligado ao descontrole social, a um intelecto empobrecido e a uma moral e uma constituição física e mental desagregadas (Gondra, 2000).

> escolares. A escola, que se queria estimulante, tinha também uma outra face, a da dura disciplina, que compreendia inclusive castigos físicos e psicológicos, como os "bolos de palmatória" e as "orelhas de burro", aplicadas aos alunos considerados pouco estudiosos e malcomportados (Gomes, Pandolfi e Alberti, 2002, p. 401).

Destarte, para civilizar o país, os higienistas sabiam que não bastava erradicar a mortalidade. Para tornar-se uma nação "moderna", era preciso ir além da saúde dos corpos e começar a investir na formação de uma nova mentalidade, mais sadia, mais normalizada (Kuhlmann Júnior, 2001). Assim, a higienização da infância, que perpassava a higiene sanitária, inaugurava aos poucos um novo caminho: "a higienização das mentes, por meio da educação higiênica" (Rocha, 2003). Partindo das reflexões do autor, é interessante notar que a medicina, ao ampliar seu escopo de ação, desdobrou-se em muitas especialidades e fez da higiene mental a via de acesso à formação do homem saudável. Com efeito, para os higienistas, a criação de hábitos saudáveis na população passava pela educação das crianças.

Vale sublinhar que, no Brasil, o projeto educacional começa a delinear contornos próprios e significativos entre o final do

século XIX e início do século XX, influenciado ainda pelo modelo europeu de uma educação voltada aos cuidados medico-assistencialistas que, marcada pelo período pós-Primeira Guerra, teve como preocupação iniciar programas que atendessem também aos órfãos, com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil (Kuhlmann Júnior, 2001). Em face disso, a crescente preocupação com a mortalidade infantil e a "descoberta" desse problema social em meados do século XIX teriam desencadeado iniciativas destinadas a garantir a sobrevivência das crianças, as quais englobavam medidas de saneamento, alimentação, legislações e medidas concretas de proteção materno-infantil, com a criação de organismos internacionais, fundação de instituições de assistência e propostas de educação das mulheres para o exercício da maternidade.

Sobre isso, Kuhlmann Júnior (2001) pontua o surgimento das instituições educativas infantis como consequência de articulações de interesses jurídicos, empresariais, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos, em torno de três influências básicas: a jurídico-policial, a médico-higienista e a religiosa (Kuhlmann Jr, 2001). Assim, as primeiras décadas do século

XX, no Brasil, foram marcadas por debates em torno da reconstrução da identidade nacional, em meio a um quadro sanitário-educacional precário, tanto em zonas urbanas quanto rurais. Com isso, desencadeou-se um verdadeiro movimento pela saúde e saneamento do Brasil, marcado pela presença da doença como o obstáculo a ser superado, articulada com os temas da natureza, do clima, da raça (Kuhlmann Jr, 2001). Para Rocha (2003), contudo, a educação higiênica gerou um processo de hierarquização social da inteligência e das boas maneiras. Cada vez mais a educação foi se desenhando nas ideias geneticistas, para a qual a hereditariedade já trazia, *a priori*, informações estigmatizantes sobre a criança.

Dessa forma, para esse autor a infância passou a ser mais valorizada, sendo alvo de cuidados por meio de controle. Se esse "controle" do corpo tinha como principal meta obter uma infância protegida e higienizada para que houvesse a defesa da sociedade, pensando a criança como o "adulto do amanhã", como um aparelho social eficiente, isto é, um cidadão que contribuísse para o avanço de sua nação com suas práticas progressistas e salubres (Kuhlmann Jr, 2001). Segundo esse autor, a escola foi

vista como o local apropriado que pudesse dar continuidade à ordem social. A ética e os valores ordenavam as condutas no convívio social, modelando o indivíduo para que sua vida privada e familiar seguisse atrelada aos anseios políticos de uma determinada classe social, a burguesia. Assim, para Kuhlmann Jr (2001), a escola se tornou o lugar apropriado para cultivar os bons hábitos na infância, cujo objetivo seria "buscar a harmonização do corpo e do espírito com o alcance da disciplina", sendo a principal preocupação da educação infantil naquela época:

> A preocupação com a formação dos bons hábitos, do cultivo da docilidade, estava presente no jardim. As crianças eram alvos da constante intervenção e vigilância dos adultos; a educação moral, voltada para a disciplina, a obediência, a polidez, era o núcleo da formação, mesmo que no interior de um ambiente pedagógico rico e diversificado. Para ensinar a moral não se valia da coerção, mas de modelos normativos, da aprendizagem de rituais para inserção social e dos exemplos de atitudes que são passados no próprio momento do ensino como, por exemplo, no momento de escolher e contar uma história. (Kuhlmann Jr, 2001, p.159)

Nesse entendimento, as primeiras décadas do século XX testemunharam a idealização de aparatos que prometiam proteger e promover a infância, com vistas a fazer do Brasil uma grande nação[69]. Segundo Câmara (2010, p. 126), a ênfase direcionada à instrução das crianças associava-se ao caráter essencial da educação para o aprimoramento da raça e para o engrandecimento da pátria. De acordo com Câmara (2010, p. 143), "a imagem idealizada de uma infância transformada pelo bem do país corporificou-se na representação de uma criança forte, bem-comportada e livre do estigma da pobreza e do atraso" (p. 143). Em que "a ideia de salvação da criança confundia-se com a ideia de salvação do país, tendo em vista serem ambos identificados como material maleável e moldável" (Rizzini, 2002, p. 36). Assim, para Cavalcante (1985, p. 98), por meio da instrução primária e do

[69] Vislumbrada pelos intelectuais como panaceia para o progresso e civilização do país, a educação foi perspectivada como fórmula mágica capaz de contribuir para a superação dos problemas sociais relacionados à infância pobre, delinquente, abandonada, criminalizada e analfabeta. O crescimento industrial e urbano bem como a onda migratória que chegava aos centros urbanos, especialmente a capital do país, foram apresentados como fatores preponderantes no agravamento desses problemas. (Câmara, 2010, p. 127-128).

ensino profissional procuraram promover a ordem instituída pelo poder público na superação do atraso como expressão "da desordem, do feio e do doente".[70]

> Atuar sobre as condições em que se encontrava a infância significava encaminhar um programa modernizador acionado pelas campanhas cívicas da década de 1920, bem como a ampliação da instrução pública como instrumento capaz de promover a moralização, a educação e a disciplina da infância do país. O que se viu foi a prevalência nas reformas da instrução de um sentido regenerador do povo e do país pela educação. (Carvalho e Faria Filho, 2000, p. 128).

Nessa ótica, à luz de Cavalcante (1985), no final do século XIX e início do século XX, a transformação do cenário urbano e o aumento do operariado passam a fazer parte da agenda de

[70] Transformar-se numa sociedade moderna e civilizada significava, entre vários aspectos, suplantar-se o viver de acordo com os conhecimentos e ensinamentos de um grupo que se destacava do conjunto, por ter o domínio deste conhecimento. Este era o critério para diferenciar a ordem da desordem. Os higienistas pretendem erigir-se assim como a razão nesta ordem. A desordem associada à ignorância das regras de higiene é desqualificada e justificada a ênfase na questão da educação. (Cavalcante, 1985, p. 102).

ações das elites científicas e intelectuais cariocas. Conjuntamente a esse processo, temos um recrudescimento das organizações filantrópicas, encabeçadas por homens e mulheres das classes médias e altas urbanas. A preocupação com a infância maternidade, que se esboçava no pensamento médico-científico desde meados dos anos 1850, adquire nova tônica, sendo conduzida a partir de noções higiênico-sanitárias.

Com base em Câmara (2010, p. 156), a assistência científica deveria pautar-se na defesa fundamental do Estado no encaminhamento e direção de políticas de proteção e assistência à infância, uma vez que o problema da criança era considerado um dos mais importantes problemas do Estado. Nesse contexto, para essa autora, ao serem propostas intervenções científicas e racionais sobre a sociedade, defendia-se a criação de aparatos e práticas de controle e de vigilância sobre os indivíduos e as populações, tornando-os higiênicos, saudáveis e disciplinados[71].

[71] No pensamento higienista deveriam existir três princípios básicos: o status social, uma boa saúde física e uma boa formação moral. Esses "pré-requisitos" atenderiam o objetivo principal da ordem higienista-médica, para possibilitar condições de produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos domesticados, higienizados e

Sob a mesma lógica, cabe ressaltar que no início do século XX, os grandes centros urbanos tinham recebido um contingente de imigrantes europeus, os quais passaram a se integrar ao conjunto de trabalhadores urbanos no período, como abordado no primeiro capítulo. Nas cidades, de acordo com Gadotti (2001), além das lutas políticas e sociais que esses trabalhadores protagonizaram, passaram a reivindicar escolas para seus filhos.

Um termo utilizado nas fontes deste período, para identificar as crianças e jovens em situação de pobreza, foi a palavra "menor"[72] que demarcava a condição jurídica de um sujeito ainda não responsável civil e criminalmente por seus atos, um não adulto, aparecendo nas fontes no contexto de pobreza,

---

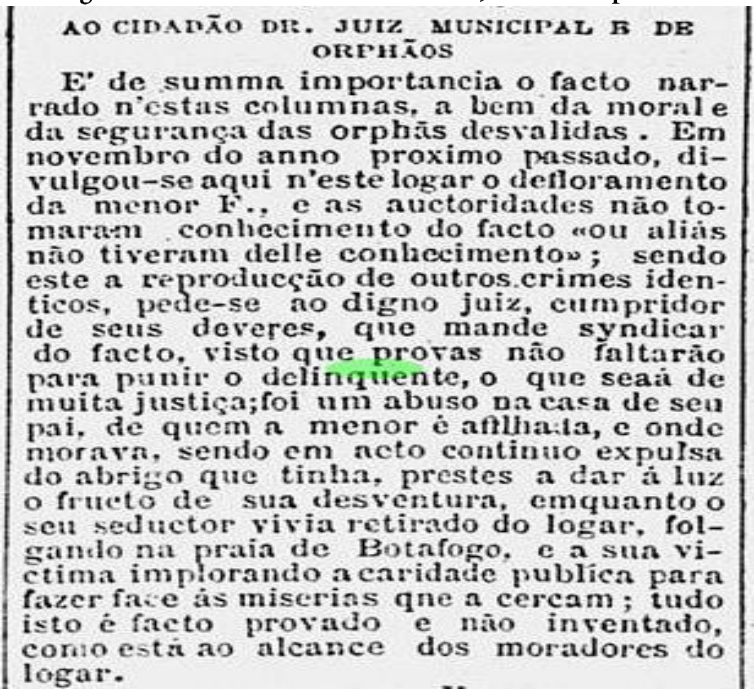
individualizados, que se tornariam aptos a colaborar com o progresso da cidade, do Estado e da Pátria. O pensamento higienista seria, então, uma das formas disciplinares com o objetivo de reestruturar o núcleo familiar, mas isso só ocorre através do poder médico, que se insere na política e no espaço da lei e da norma (Rocha, 2003).

[72] A partir do fim do século XIX e no começo do XX a palavra "menor" aparecia no vocabulário jurídico brasileiro. Antes dessa época o uso da palavra não era comum e tinha significado restrito. A partir de 1920, até hoje em dia, a palavra passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e direitos que lhe correspondem (Londoño, 1995).

demarcando sua condição social nas camadas subalternizadas (Londoño, 1995). Sendo um termo legalmente aceito encontrado com recorrência em legislações, na imprensa e em documentos oficiais do período[73]. Agregado a esse termo e a essa camada social, surgiram outras tipologias de criança, dentre elas sobrestava a expressão "delinquente", também de uso corrente, encontrada em determinados jornais, como pode ser observado na Figura 2, matéria publicada em *A Imprensa*, na primeira folha do jornal, ao centro da página, entre noticiários do cotidiano, o termo "menor" utilizado para retratar a criança vítima de abuso, em nome da "moral e da segurança das órfãs desvalidas".

[73] A categorização do termo "menor" significou trazer à tona uma melhor definição e caracterização referentes ao termo, tendo em vista que o Código de Menores atribuiu sentidos à memorização da infância e implementou diferenciais na descrição e nas formas de classificação no que tange às crianças pobres. O termo "menor", a partir do Código, passou a ser uma categoria social de análise. Dessa forma, a situação social do indivíduo com menos de 18 anos passou a ser identificada a partir de dois grupos: menores abandonados, como os desamparados, vadios, mendigos e libertinos; e os menores delinquentes, que praticavam ou eram cúmplices de crimes, pervertidos. O Estado se responsabilizava em proteger e tutelar o menor e a fiscalizar por vias judiciais a criação de hábitos salutares em busca de preservar e regenerar a infância (Câmara, 2010 *apud* Soares, 2019, p. 488).

Figura 2 - Usos do termo "Menor" no Jornal A Imprensa



AO CIDADÃO DR. JUIZ MUNICIPAL B DE ORPHÃOS

E' de summa importancia o facto narrado n'estas columnas, a bem da moral e da segurança das orphãs desvalidas. Em novembro do anno proximo passado, divulgou-se aqui n'este logar o defloramento da menor F., e as auctoridades não tomaram conhecimento do facto «ou aliás não tiveram delle conhecimento»; sendo este a reproducção de outros crimes identicos, pede-se ao digno juiz, cumpridor de seus deveres, que mande syndicar do facto, visto que provas não faltarão para punir o delinquente, o que seará de muita justiça; foi um abuso na casa de seu pai, de quem a menor é afilhada, e onde morava, sendo em acto continuo expulsa do abrigo que tinha, prestes a dar á luz o fructo de sua desventura, emquanto o seu seductor vivia retirado do logar, folgando na praia de Botafogo, e a sua victima implorando a caridade publica para fazer face ás miserias que a cercam; tudo isto é facto provado e não inventado, como está ao alcance dos moradores do logar.

Fonte: *A Imprensa*, Rio de Janeiro, abr. 1899 (Hemeroteca Digital).

Mudanças nas representações sobre o pobre, inclusive em faixas etárias infanto-juvenis, já vinham ocorrendo desde meados do século XIX. A laicização e o higienismo transformaram aqueles excluídos, em sujeitos perigosos, um entrave para a modernização. Além da ociosidade, os mendigos representavam outros perigos. Para os ideólogos do higienismo oitocentista, os pedintes se apresentavam como ameaça à salubridade da cidade.

O combate aos "focos de infecção", proposto pelos médicos, incluía a extinção dos pontos de mendicância existentes na cidade (Londoño, 1995). As diligências policiais se voltariam também para a mendicância infantil. No decorrer da década de 1840, muitas crianças que esmolavam pelas ruas foram recolhidas pelas patrulhas. Na época, o chefe de polícia justificou a prisão como medida preventiva destinada a evitar os "maus hábitos" que resultariam da sua condição de pedinte.

A ausência de políticas de proteção para crianças e adolescentes, filhos dos operários é evidenciado inclusive pelos industriais como justificativa para manter os menores no trabalho (Arantes, 1995). Com base na autora, observamos que o trabalho infantil era fundamental para complementar a receita familiar, de modo que as crianças na fábrica estão sob contínua vigilância de seus pais. Despedidos iriam ficar desacompanhados e ociosos, em suas casas ou no meio da rua. No entanto, foi a partir de finais do século XIX que instituições de proteção para crianças e adolescentes começaram a receber atenção maior dos poderes públicos, de sorte que o movimento higienista, ocorrido no início do século XX, contribuiu para pressionar o Estado

quanto à necessidade da criação de uma rede profissionalizante de ensino separada da assistência aos "desvalidos". Já que, até então, estas instituições ofereciam algum tipo de ensino manual, prático, artesanal ou profissionalizante. Segundo Arantes (1995, p. 196), a assistência prestada aos "desvalidos" era marcada por preconceitos religiosos e racistas.

Vale sublinhar que, segundo jornalistas, médicos, juristas e educadores, o Estado deveria criar mecanismos para cuidar e controlar a criança pobre, entre corrigir e não deixar desviar (Rocha, 2003). A proposta para as crianças pobres era desenvolver suas virtudes, evitar os vícios herdados dos pais ou os adquiridos com seu grupo social e, com eles, "construir o futuro da nação"[74]. Controlar a criança desviante, criando instituições governamentais que atuassem sobre ela, numa perspectiva educativa em vez de intervir apenas na esfera punitiva. Para isso, deveria ser elaborado um aparato médico-jurídico-assistencial

[74] A construção do Brasil e dos brasileiros, associada à difusão do ensino, faz parte de um longo processo, marcado por tensões e conflitos, os quais não se resumem em um único projeto de nação, nem mesmo de educação. Até porque, [...] essa questão envolveu forças educativas distintas, em espaços e tempos distintos (Torres, 2012, p. 65).

que "buscasse prevenir a degeneração física e moral da criança, "produzir" o cidadão para o trabalho, proteger o menor dos vícios, recuperar o vicioso e repreender o criminoso" (Rocha, 2003). Sobre isso, à luz da perspectiva educativa apontada acima, o professor, fazendo desfilar a classe diante de si,

> ... deveria esquadrinhar o corpo de cada aluno, examinando-lhe mão, unhas, cabelos, orelhas e, ainda, as roupas e os sapatos. Marcar a importância do asseio, explicar em que consiste, incentivar a repetição das noções, examinar chamando a atenção para as falhas e louvando os acertos são os elementos que compõem essa prática, por meio da qual se buscava conformar os corpos e gestos infantis, produzindo comportamentos considerados "civilizados" (Rocha, 2003, p.49).

Consoante com Câmara (2010), a ação médico-assistencial foi um dos dispositivos para atingir esse segmento da população. A estratégia era que a medicina higienista, utilizando recursos pedagógicos, educaria a família para que ela exercesse um papel vigilante em relação a seus filhos[75]. A criança deveria

[75] Sobre esse aspecto, a eugenia modelando os corpos físicos modelaria o corpo social, pelo revigoramento orgânico e construção da

receber um maior cuidado de seus familiares, que deveriam afastá-la de perigos, fossem físicos ou morais. Os médicos e juristas começaram a cobrar do Estado maior atuação na assistência às crianças em risco, fossem crianças órfãs, abandonadas ou que fossem apenas pobres. Uma das ações empreendidas era projetar a escola como lugar de regeneração física e mental.

> O que são as chamadas obras de preservação escolar senão instituições de dupla prevenção contra os dois grandes males – o analfabetismo e a degeneração da raça? É sua missão conservar ou restaurar a saúde e o vigor escolar [...]. É seu escopo proteger e assistir esse deserdado da sorte, desde o início até o fim da escolaridade. Torna-lo forte e são, de corpo e de espírito útil portanto, à sociedade e à Pátria (Jornal do Commercio, 14/12/1923).

Nessa vertente analítica, as novas instituições de assistência não seriam mais desenvolvidas ou organizadas com base em ações de caridade, mas, sim, de filantropia, que, em tese, seriam voltadas para o bem comum, para o bem-estar social. Para

---

consciência do cidadão. Estabeleceria o lugar dos diferentes grupos na sociedade, mas com a possibilidade de outras posições assim que atingissem o branqueamento, disciplina e normalização (Marques, 2003).

Mestriner (2001), "a filantropia constitui-se, pois no campo filosófico - moral dos valores - como o altruísmo e a comiseração que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação" (p.15). Contudo, demonstrou-se neste capítulo, a filantropia como forma de intervenção social representativa da abordagem liberal da questão social, modelo predominante de assistência no Rio de Janeiro durante a Primeira República e que será o cerne do nosso próximo capítulo. Numa associação entre higiene e filantropia que revela um caráter ordenador e disciplinador, como já foi dito. Nessa direção, ressalto que no capítulo subsequente, abordarei as ações de assistência e atenção à infância pobre, a partir das experiências concretas de um Instituto na perspectiva da filantropia científica, tencionado trazer à luz elementos que contribuam para melhor compreender o foco desse estudo.

3

Assistência à infância em nome do desenvolvimento da Nação



3.1 Experiências de assistência materno-infantil no Rio de Janeiro: "O menino é a esperança, protegei a semente"

Neste terceiro capítulo são abordados, alguns conceitos gerais sobre a assistência à infância na conjuntura brasileira no início do século XX, no intuito de dedicar um estudo a fim de melhor caracterizar a assistência às crianças pobres no Rio de Janeiro na Primeira República, seguindo a perspectiva de análise dos capítulos anteriores, visto tratar-se do objetivo precípuo desse trabalho. É importante lembrar que historicamente a assistência foi tratada como uma ação traduzida pela ajuda aos carentes e pela prática compensatória, daí se infere que a assistência é marcada em sua história por ações com caráter de benemerência, constitutivas de uma sociedade que historicamente considera a pobreza um atributo individual, como abordado nos capítulos anteriores. Ante a tais considerações, a sociedade acaba naturalizando a desigualdade social, a qual persiste em um contexto político-econômico de acumulação de capital. Vale salientar que a característica de dádiva/ "benesse" é a

marca mais tradicional e expressiva da assistência desde sua origem em nosso país (Mestriner, 2001).

Sob esse ângulo, a assistência é legitimada como ação emergencial e restrita aos pobres, limitando-se à concessão, prevalecendo o interesse pessoal numa lógica de submissão. Segundo Mestriner (2001), constituem ações concebidas como ajuda nas dificuldades e privações, atribuídas ao âmbito privado de cada necessitado, e não campo de responsabilidade social do Estado, permanecendo numa situação de ambiguidade entre a caridade pública e a privada. Para essa autora, a assistência institucionalizou-se e foi implementada como prática descontínua e desarticulada, com um financiamento incerto para atender aos necessitados. Sua concepção e exequibilidade foram sempre presididas por um modelo afirmando o controle e a dominação sobre os sujeitos (Mestriner, 2001). Ao fim e ao cabo, proteger a infância tornara-se fundamental para o reordenamento de uma nova sociedade, ou seja, "civilizada", "moderna".

Nessa linha, a problemática da elevada mortalidade das crianças era algo inaceitável pela elite urbana reformista, uma vez que estava em desacordo com os anseios republicanos de

"ordem" e "progresso" instalado em todo o Brasil. É nesses pontos que pretendemos nos deter. Vale ressaltar que foi no século XIX, em decorrência da urbanização que os médicos passaram a se preocupar com mais intensidade com os cuidados e a higiene dos locais e das pessoas, tais como a localização de cemitérios, controle dos espaços físicos, controle das epidemias, cuidados com as crianças e as mulheres. Nesta via, a preocupação era neutralizar os "perigos" que ameaçavam a saúde da sociedade. Nesse âmbito, as medidas higienistas abrangiam os cuidados com a saúde da criança nos primeiros anos de vida, cuidados com a gravidez e o parto, além de cuidados com a amamentação realizada pelas amas de leite (Gondra, 2000).

Freire e Leony (2011) oferecem um estudo atento acerca dessa problemática e ressaltam que na França a mortalidade infantil e a infertilidade foram tidas como "ameaças em potencial" que provocariam o despovoamento, ficando as duas no alvo das ações do Estado com campanhas "pró-natalismo" (p. 200). Quanto ao Brasil, acreditava-se que a chave para evitar o despovoamento e fazê-lo progredir era a educação popular. Diante disso, "cuidar da gestação, da mãe e das crianças era a forma de

garantir futuro digno para o país e para a população na defesa da assistência à infância pobre"[76]. A solução encontrada para o problema era o ensino da puericultura que deveria ser ensinada em diferentes graus, desde a escola primária e objetivava educar as crianças para o cuidado com o corpo e com a higiene.

Marcílio (2006, p.132) sugere uma grade analítica para a história da institucionalização da assistência à infância no Brasil, dividindo-a em três fases, caritativa, filantrópica e de bem-estar social, que expressam a crescente intervenção do Estado. Na primeira fase, que durou até meados do século XIX, predominaram ações movidas pela piedade cristã, cujo maior símbolo foi a Roda dos Expostos (Marcílio, 2006). Na fase filantrópica, presente até a década de 1960, notam-se a preocupação com a saúde das crianças e o desenvolvimento de práticas de assistência baseadas nos princípios da higiene, com pequena participação,

[76] Se nos Estados Unidos e na Europa as questões econômicas foram forças motrizes para a assistência materno-infantil, na América Latina, ela parece ter sido o resultado de uma combinação de vários elementos, entre os quais uma predisposição cultural de proteção a mães e filhos, as peculiaridades do movimento feminista, a influência preponderante da medicina francesa e a liderança ocupada pela comunidade médica (Birn, 2002 *apud* Freire e Leony, 2011, p. 200).

mas gradualmente crescente, do poder público. O papel dos médicos higienistas que se mobilizaram na crítica às condições sanitárias das instituições caritativas tradicionais, em especial a Roda, destacou-se nesse cenário. Esses médicos condenavam, em particular, a prática do aleitamento mercenário, por considerá-la a maior responsável pela elevada mortalidade das crianças asiladas, e defendiam uma associação entre higiene e filantropia, que seria concretizada em novas instituições de assistência que operariam em bases científicas e sob orientação e controle do Estado (Marcílio, 2006).

Desse modo, interessa observar que ao longo de sua história, as ações assistenciais, embora nasçam de demandas sociais, necessidades ou privações, não são reconhecidas como direito. Nessa lógica, a pessoa adquire a condição de assistido, favorecido, beneficiado e não a de alguém que faz uso de um serviço que é seu por direito (Mestriner, 2001). Nessa direção, segundo Rizzini (2011), a infância pobre e suas necessidades, apesar de se constituírem um campo real para a assistência, não se configurava como uma prioridade social, embora presenciamos a ascensão de um campo de ação específico. Assim podemos dizer,

por meio desse estudo, que foi a partir das ações do campo médico que oficialmente, no período republicano, se inicia uma prática de assistência com a criança pobre no Rio de Janeiro. Faz-se necessário considerar que o movimento de proteção a mães e filhos foi um fenômeno de caráter mundial e dominou todo o mundo ocidental, sobretudo, a partir de meados do século XIX. Nesta via, de acordo com Marcílio (1998), circunstâncias variadas, de ordem política, econômica e cultural, contribuíram para que, ao longo do século XIX, a assistência mudasse seu foco, se afastasse do domínio exclusivo das Irmandades da Santa Casa e incorporasse uma dimensão médico-assistencial.

À luz de Viscardi (2011), a assistência à saúde passou a ser considerada um assunto ser tratado pela esfera estatal e a problematização da questão da infância, a qual desde o final do século XIX já se constituía em uma temática a ser resolvida, foi incorporada à organização da Saúde Pública. Esse processo se relaciona ao fato de que a nação que se pretendia formatar necessitava de um povo "forte" e de "boa moral" (Viscardi, 2011). As altas taxas de mortalidade infantil, a subnutrição, a questão

da maternidade e da lactação se tornaram preocupações constantes dos médicos higienistas e sanitaristas.

Nesse movimento, segundo Viscardi (2011), os discursos sobre a legislação, as propostas e as medidas efetivadas por médicos higienistas, os quais ocupavam o papel de "reformadores sociais", nesse período, devem ser observados a partir de uma leitura de classe e gênero. As ações propugnadas pela classe médica e científica, seja por meio de associações privadas ou via departamentos governamentais, tendiam a se constituir a partir de premissas voltadas para a subordinação e adequação das classes subalternas. Nesse processo de amoldamento dos trabalhadores, as mulheres são instrumentalizadas na edificação da civilidade pretendida (Viscardi, 2011). Para Silva Jr. e Garcia (2014), nas faculdades de medicina, lócus da construção dos discursos médicos higienistas, "a figura do médico e do cientista social se confundem", dando margem à consubstanciação da medicina e da política. As classes operárias deveriam corresponder ao modelo higiênico proposto pelos médicos. Nesse contexto, formatou-se o ajustamento das mulheres pobres e os papeis que deveriam desempenhar enquanto mães e esposas. Aos

médicos caberia assegurar a existência de condições para o desempenho da função materna (Silva Jr.; Garcia, 2014).

Por conseguinte, a construção de hospitais-maternidades e as ações assistenciais se associaram a fim de adequar os trabalhadores ao projeto societário engendrado pela elite, quando da complexificação das forças produtivas no país (Viscardi, 2011). Desta forma, o acirramento das relações de trabalho no país no começo do século XX acompanhado de um crescimento urbano e da problematização da 'questão da mulher' pelos médicos e intelectuais proporcionaram as condições necessárias para a divulgação do ideário reformista da assistência médica, resultando na construção de maternidades em várias cidades brasileiras a partir da primeira década do século XX (Viscardi, 2011).

> Nas duas primeiras décadas do século XX, foi estabelecida uma aliança entre Justiça e Assistência – uma associação, cujos reflexos são detectáveis no discurso relativo à infância e que deu origem à ação tutelar do Estado. No que se refere à Justiça, buscou-se definir suas funções de cunho social, repudiando-se seu caráter punitivo-repressivo; o que foi feito através da aproximação com os promotores da filantropia, aproveitando-se de seu acesso ao segmento de pobres e

> necessitados, sobre o qual era preciso intervir. Por sua vez, os representantes da ação filantrópica viam nos promotores da Justiça a solução para dar conta da evidência de periculosidade da população pobre que lhe cabia assistir. Portanto, a aliança entre Justiça e Assistência vai se dar com base na necessidade de mudança dos modelos de intervenção sobre a população pobre – aliança concebida como um desdobramento do movimento filantrópico moralizador instituído a partir da lógica da nova ordem política, econômica e social que se estabelecia (Rizzini, 2006).

No recorte acima é nítida a aproximação entre a infância e a pobreza, tomadas como equivalentes. A citação também trará um elemento essencial para entendermos as representações e ações sobre a infância no período, pois deixará patente a necessidade da forte ação tutelar do Estado sobre a infância. Então ao Estado, para seu próprio bem e para o progresso geral, caberia assumir a assistência aos pobres e às crianças, sob o risco de que se não o fizesse faltassem braços para o trabalho e sustento da própria maquinaria estatal. Esse modo de pensar, coerente na lógica liberal que se instalava, é debatido por outros estudos sobre a infância do início de século XX. Como bem argumenta

Rizinni (2006), ao analisar as intervenções estatais sobre as crianças "moral e materialmente abandonadas", afirma que

> a intervenção do Estado junto a esse segmento da infância era defendida como uma ampla 'missão saneadora, patriótica e civilizatória' em prol da reforma do Brasil. A missão era idealizada como parte do projeto de construção nacional desde os primeiros anos de instauração do regime republicano. O discurso predominante continha uma ameaça implícita - a de que o país seria tomado pela desordem e pela falta de moralidade, se mantivesse a atitude de descaso em relação ao estado de abandono da população, em particular a infância (Rizzini, 2006).

Acerca dessa concepção, os elementos oferecidos pelo recorte acima citado fortalecem os argumentos encontrados na obra de historiadores e pesquisadores da infância que localizam nas ações de assistência e amparo à infância uma face utilitária e estruturada, com fins de manutenção da estratificação social e não da promoção da igualdade. Sob esse aspecto, a infância passou a ser concebida e descrita como perigosa ou em perigo, nos discursos que construíam e asseveravam determinadas representações acerca do papel social, sendo perspectivada, ora como

"sementeira do futuro" ora como "sementeira fecunda de vícios e demais germens criminosos" (Câmara, 2010, p. 52).

No entanto, ainda que parte significativa das fontes encontradas coadune com tais princípios, é possível localizar fontes em que determinados personagens políticos assumirão uma postura crítica diferente diante da situação das famílias pobres e seus filhos, buscando levantar nas plenárias as possíveis causas do abandono e da precária responsabilização dos pais sobre a saúde e educação das crianças. Esses discursos serão pautados pela lógica de que a ação eficiente do Estado e da sociedade na promoção das famílias pobres estaria não em paliativos assistenciais, mas em um enfrentamento direto às questões estruturais da pobreza e carências, tais como: desemprego, salários baixos, más condições de trabalho, moradias precárias, saneamento deficiente, entre outras.

> Parece existir uma contradição nesse discurso que elevava a família à condição de unidade da sociedade e, ao mesmo tempo, destruía a estabilidade das famílias de classes baixas. Torna-se evidente que as elites brasileiras associavam família ao padrão das classes médias e altas, que precisavam ser protegidas das

> camadas baixas que, pelo fato de existirem, representavam uma ameaça para a família brasileira, entendida em sentido restrito. No começo do século XX, os homens que construíram o discurso nacionalista e a ideologia da assistência à infância excluíram as famílias de classe baixa da definição oficial de família. Assim, conseguiam justificar tanto as intervenções do Estado no mundo familiar dos menos favorecidos, quanto as propostas que preconizavam a necessidade de o governo assumir o papel de pais das crianças pobres brasileiras, o que minava a legitimidade dos genitores, a figura paterna, substituídos pelo poder público (Wadsworth, 1999).

Disto, decorre que o assistencialismo e as preocupações com a infância pobre no início do século XX no Brasil configuravam uma proposta que ignorava as causas estruturais da desigualdade - salários baixos, pouco ou nenhum acesso à terra, mecanismos opressivos de controle social e coronelismo - concentrando-se apenas nos sintomas ou manifestações do problema, tais como saúde precária, falta de moradia e educação, saneamento inadequado, conduta criminal. Observa-se que a preocupação das classes abastadas com relação aos menores pobres

não tinha o objetivo de beneficiá-los, mas preservar a ordem social e proteger o futuro dos filhos (Wadsworth, 1999).

Com o advento da República, a mortandade infantil tornou-se um problema mais discutido, uma vez que a infância foi concebida como o "embrião" do país, o sujeito que necessitava ser "saudável", "forte" e "robusto" para ser capaz de contribuir para o progresso da Nação, por isso, as crianças, enquanto "as sementes do futuro", necessitavam ser cuidadas e higienizadas. É nesse cenário que surge a preocupação com a infância, que passava a ser considerada importante para o progresso e desenvolvimento do país, ou seja, descobre-se a infância, e a necessidade de se constituir uma sociedade sadia, moral e fisicamente forte, que pudesse dar continuidade aos processos de modernização do Brasil (Gondra, 2000).

Considerando as questões expostas, no início do século XX, a ciência moderna começa a se preocupar com a mortalidade de crianças, ao produzir estudos referentes às descobertas da origem de muitas doenças, assim como de métodos preventivos e medicamentos para tratá-las, e no caso da infância, alguns pesquisadores começaram a produzir estudos voltados para esse

seguimento social, os quais se referiam à alimentação da criança, à saúde das mães, ao parto, às peculiaridades do recém-nascido, ao banho, às vestimentas e às pesquisas que se ocuparam das doenças que acometiam as crianças (Rizzini, 2011).

Nessa direção, a leitura que Rocha (2003) realiza é a de que o movimento em prol da higienização social se vincula aos princípios propagados por organizações filantrópicas que atuavam no apoio à infância e à maternidade. Ao lançar o nosso olhar sobre essas experiências, o fato de no Estado liberal da Primeira República a assistência social e a assistência à saúde não serem consideradas funções públicas, impulsionou a organização de um movimento filantrópico. Médicos, muitos deles higienistas, passaram a encabeçar organizações benemerentes. Eram apoiados por membros da elite, inclusive, de mulheres que, seja pela arrecadação de fundos, seja pelo trabalho dedicavam-se ao auxílio a mães e crianças desassistidas (Rocha, 2003).

> Enquanto não se dá solução para esse problema, embora da maior impotência sob o ponto de vista da vitalidade do povo; enquanto não consegue dar leite barato e abundante a todos os habitantes do Distrito Federal, os poderes públicos podem auxiliar a sua distribuição entre

> aqueles que mais precisam [...]. A prefeitura por intermédio da Diretoria de Instrução Pública, criaria o copo de leite, instituição conhecida em outras terras, e que consiste na distribuição de copo de leite aos alunos das escolas públicas. Com essa simples medida, os higienistas americanos têm conseguido aumentar o peso das crianças que frequentam escolas sustentadas pelo estado, favorecendo o desenvolvimento progressivo da raça (Correio da manhã, 03/08/1924).

3.2 Os filantropos da nação e a caridade científica

Esforçando-nos para elucidar a historicidade do fenômeno estudado, após a instauração da República, o problema da infância, caracterizado pela elevada mortalidade infantil, tornou-se intolerável, segundo as sensibilidades e exigências civilizatórias, e passou a representar uma ameaça ao ideal de construção da nação, como apontado nos capítulos anteriores. Nesse ambiente ideológico pautado pelo higienismo, surgiram as primeiras iniciativas modernas de assistência às crianças. Médicos e higienistas, sensibilizados pelo problema da infância e apoiando-se num discurso que mesclava concepções sobre a assistência à

infância e o progresso social, tomaram para si a função de promover a proteção e amparo à saúde de mães e filhos e reduzir a indiferença da sociedade à mortalidade infantil (Freire, 2009).

Considerando as questões expostas, as estratégias propostas abrangiam também a educação das mulheres de forma a garantir a formação física e moral dos filhos, por meio da aplicação dos princípios da puericultura. Quanto aos filantropos, para esse autor, atuavam no que para eles se constituía na modernização de concepções e instituições sociais, na medida em que eles se colocavam como inovadores no campo da assistência, ao propugnarem a necessidade de novas condutas sociais para a garantia da moralidade pública. Nesse cenário, sobressaía-se o papel dos médicos higienistas no atendimento das crianças pobres. Dispostos a enfrentar o "problema da infância" por meio de medidas higienizadoras, tais médicos defendiam não apenas a assistência materno-infantil, mas também proposições a respeito da educação das mães, com vistas à formação física e moral dos filhos (Freire, 2009).

Segundo Dias (2007), a atuação desses médicos higienistas foi o que instituiu o novo modelo filantrópico de assistência,

que iria combinar intervenção pública, filantropia e ciência médica. Fundam-se nessa época as bases da puericultura no Brasil, definida como a ciência que trata da higiene física e social da criança. Nascido na Inglaterra e na França no século XVIII, a base da puericultura era na orientação à higiene da maternidade e da infância. Para essa autora, a racionalização da assistência era um imperativo do século XIX. No Rio de Janeiro, assim como por todo o Brasil, o ideário republicano destacava a criança como sujeito de processo de civilização. Salvá-la das mazelas sociais era um dos objetivos centrais. Daí a necessidade da criação de inúmeras instituições para abrigar, educar e proteger a infância. Nessa senda, a questão da racionalização da saúde do menor é levantada devido às altas taxas de mortalidade infantil, tanto na sociedade em geral quanto nos asilos (Dias, 2007).

Nesse prisma, para Marcílio (2006), a filantropia surgiu fundamentada pela ciência com a finalidade de organizar a assistência conforme necessidades sociais, políticas, econômicas e morais, as quais vieram com o advento da República. Com práticas que promoveram a fusão entre o interesse individual, ou de grupos, e interesse geral, a filantropia possibilitava ações que

não interferiam nos interesses da ordem, ao contrário, ajudavam a minimizar o papel do Estado em relação à pobreza (Marcílio, 2006). Nesta via, a organização de médicos higienistas na criação de instituições de assistência e proteção à infância faz parte da tendência filantrópica, cujo projeto societário, é a formação de uma nação forte e higienizada (Mestriner, 2001).

A filantropia, como aponta Duprat (1993), é um conceito que vai se modificando de acordo com o tempo e assume diferentes características semânticas em determinados momentos e espaços sócio-históricos. Distingue-se da caridade por não possuir a dimensão da piedade e, sim, da utilidade social. Desse modo, é na virada do século XIX para o XX que a filantropia se desenvolve como um princípio legitimador de uma nova elite urbana em formação no país (Marcílio, 2006). Para a autora, a filantropia se desenvolveu com a dominação política de uma nova elite urbana, constituindo-se como ideologia de instituições e também como um ideário para a sociedade na Primeira República. Nesse ângulo, segundo Duprat (1993), a filantropia pode ser entendida, grosso modo,

> como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que

> teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das fortunas entre os principais filantropos. Contudo, tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados (Duprat, 1993).

Para Duprat (1993), a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma, "visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores" (Duprat, 1993, p. 54). Sobre isso, autores como Mestriner (2001) e Wadsworth (1999), apontam que a laicização da caridade acabaria por incorrer na filantropia, inferindo que a caridade cristã e sua postura de resignação ante a pobreza, caracterizada nas ações individuais, coletivas e mesmo institucionalizadas, não se coadunam com o novo espírito científico. É interessante observar que a medicina higienista e filantrópica atuou, a partir de 1870, baseada em

modelos de assistência à infância em fóruns nacionais e internacionais e ancorados no espírito nacionalista da época (Gondra, 2000). Esse projeto, embora desenvolvido por médicos higienistas e pela filantropia laica, ganhou legitimidade crescente entre setores da elite intelectual e política, que passaram a reivindicar do poder público maior atenção a esse grupo.

Nessa dinâmica, acerca da questão do financiamento às ações de proteção à infância, segundo Mestriner (2001), Asilos, Orfanatos, Casas de Misericórdia, de gestão da Igreja Católica recebiam doações da Coroa Portuguesa desde os tempos coloniais. A destinação de recursos a essas obras caritativas era comum entre os seguidores da fé católica. Nesse âmbito, a caridade, expressa pela benemerência católica, não ocorria apartada do aparelho estatal. Diante desse processo, faz-se necessário destacar que a benemerência pode ser situada a partir de uma perspectiva de institucionalização, além da caridade exercida individual por meio de esmolas (Mestriner, 2001).

Cabe apontar que Dias (2007) desenvolve críticas aos objetivos dos filantropos, utilizando-se do exemplo francês de filantropia no século XIX, a autora aponta que filantropia é

instrumentalizada pelas elites de forma a domesticar e despolitizar a população. Nessa linha de entendimento, afirma a autora que as organizações filantrópicas neste período se organizavam em torno de núcleos que permitem um posicionamento estratégico "entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população" (Dias, 2007). Dessa maneira, a autora aponta polos sobre os quais os filantropos se apoiavam para lograr seus objetivos. O primeiro seria o assistencial, que alicerçado no liberalismo estatal, transferiria "para a esfera privada as demandas que lhe são formuladas em termos de direito ao trabalho e à assistência". O segundo polo é o médico-higienista, que ao invés de tentar conter a atuação do Estado, o instrumentaliza para evitar desmantelamento social, o qual ocorreria por conta do "enfraquecimento físico e moral da população, do surgimento de lutas, de conflitos" (Dias, 2007).

Através das práticas filantrópicas, havia a preocupação da sociedade que a praticava em preservar a imagem da Capital Federal limpa das mazelas causadas pelo pauperismo. Nessa vertente, apesar de sua raiz humanitária, a filantropia foi se consolidando, desde os primórdios do liberalismo, mas possui uma

base na sensibilidade moral como modo de aproximar a miséria e a ordem. "Com isso, a filantropia elabora, uma referência ao interesse coletivo, de natureza moral, que é o de reduzir a miséria e o perigo social que ela representa" (Marcílio, 2006). Nessa direção, Marcílio (2006), em seus estudos, ao referir-se à "gestão filantrópica da pobreza urbana" nas primeiras décadas do século XX no Brasil, aponta para uma preocupação com "a devassidão dos costumes, a indisciplina cívica e a desobediência civil" no período ao qual nos remetemos.

Assim, Marcílio (2006) aponta que a filantropia se faz em um território complexo: "a percepção da cidade como lócus de decadência moral". Por essa linha de pensamento, congruente à lógica liberal, com o fim da escravidão, a imagem de uma sociedade cindida entre senhores e escravizados, sustentada em linhas de sociabilidade que preservavam a distância e a hierarquia, fundamentos de uma ordem autoritária e desigual, dissipa-se. Em seu lugar, emerge uma imagem difusa de horror e medo, em que os pobres invadem o espaço urbano, comparecendo com suas idiossincrasias, os maus costumes, a ignorância, a insubordinação, a incompreensão dos valores prevalecentes

em uma civilização, atrapalhando a marcha do progresso, depondo contra as virtualidades futuras da nação. O que se reflete em uma imagem de medo que se espelha em verdadeira caçada aos "comportamentos periféricos", objeto de intimidação policial, de sanção judiciária, de ação filantrópica (Marcílio, 2006).

Sob esse ângulo, para Rizzini (2011), o Estado concentrava suas ações em iniciativas isoladas, a partir do princípio de "subsidiariedade", ou seja, subvencionando as organizações filantrópicas, com doações de imóveis, isenções de impostos e direcionamento de verbas. Até fins do Brasil Império, esses serviços eram prestados quase que exclusivamente por ações de caridade da Igreja Católica, vinculada ao governo imperial (Rizzini, 2011). Nesse contexto, segundo Freire e Leony (2011), a filantropia prosperou no país e a intervenção estatal passou, em um segundo momento, a se tornar parte dos clamores de boa parte da elite, o que só ocorreria sob o governo de Getúlio Vargas no Estado Novo. Isso porque o projeto modernizador republicano compreendia a pobreza extrema como um entrave ao desenvolvimento de uma nação que pretendia ser "civilizada". Assim, Freire e Leony (2011) apontam ainda que nesse momento "os

problemas sociais são da esfera da filantropia" e que "a questão social é tida e havida como objeto da filantropia (mais uma vez das elites que dispunham recursos para tanto), à qual se associava prestígio social" (Freire e Leony, 2011).

Nesta via, conforme Silva Jr. e Garcia (2014), etimologicamente, a palavra filantropia significa "amor à humanidade", sendo oriunda do grego *philo* (amor) e *anthropos* (humanidade). Essa definição, atribuída a Platão, possuía ainda, de acordo com Gondra (2002), os aspectos de saudação, ajuda e hospitalidade, tendo sido o aspecto da "ajuda" a acepção acolhida na modernidade. Analisando a obra de Aristóteles, ele define a filantropia como sendo "uma disposição difusa para simpatizar com os outros, que quando refinados pelo julgamento podem tornar-se piedade" (Gondra, 2002). Sobre a filantropia aristotélica, argumenta ainda o autor que "todos os indícios parecem apontar para a mesma conclusão: que a filantropia significa um sentimento de solidariedade generalizado e indiscriminado pela humanidade" (Gondra, 2002).

Tendo como norte a afirmação de Wandsworth (1999), "a filantropia constitui-se, pois no campo filosófico, concernente à

moral dos valores, como o altruísmo e a comiseração que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação" (Wandsworth, 1999). A filantropia, como aponta Viscardi (2011) é um conceito que vai se modificando de acordo com o tempo e assume diferentes características semânticas em determinados momentos e espaços sócio-históricos. Para a autora, assim, distingue-se da caridade por não possuir a dimensão da piedade e, sim, da utilidade social. Pondo em relevo a divergência entre caridade e filantropia, enquanto a primeira era campo exclusivo das Irmãs de Caridade, a segunda tem compromisso com os preceitos científicos, iniciando-se uma campanha contra os asilos de caridade e o sistema de Roda, levada a cabo por médicos e juristas (Rizzini, 2011).

Nesse esforço interpretativo, conforme aponta a autora supracitada, a caridade "reflete o temor a Deus e uma atitude de resignação ante a pobreza", em uma perspectiva de "minimização do sofrimento alheio" (Rizzini, 2001). Para Viscardi (2011), a filantropia, em contrapartida, é uma virtude laicizada, é uma ação continuada, refletida e não isolada. Além disso, enquanto a caridade tem na Igreja e em irmandades as vias pelas quais são

realizadas as obras de caridade, a filantropia se constitui em um movimento organizado em torno de suas obras de utilidade social no qual seus participantes se reúnem em torno "de um mesmo movimento de expressão e de identidade do doador: elas se remetem às convicções, o situam em um espaço social, o inscrevem no seio de um grupo de relações" (Viscardi, 2011).

Sobre isso, Marcílio (2006) aponta que se no século XX as expressões caridade e filantropia como se referia, "às vultuosas doações a qualquer espécie de instituição não-lucrativas", no século XVIII, essas expressões poderiam ser confundidas tanto com o amor ao próximo, como com as ações práticas de ajuda ao próximo. Para a autora, o termo caridade teria sido utilizado para denominar esforços individuais centrados na moralidade cristã de ajuda aos necessitados, ou ainda, vinculado à ideia da benevolência, sendo então a filantropia aqui entendida como a prática e a caridade como a dimensão abstrata desta. A filantropia no século XVIII se referiria, pois, "a esforços seculares, institucionalizados, ou ao menos, à sistematização dos esforços da caridade" (Marcílio, 2006). De acordo com a autora, entretanto, os termos teriam se tornado, neste momento, sinônimos e a

mesma aponta utilizá-los indistintamente, seguindo a direção dada pelas referências textuais com as quais trabalha. Pensando no humanitarismo americano, Dias (2007) considera a filantropia como uma expressão coletiva da caridade, enquanto Gross diferencia filantropia de caridade, apontando serem estas diferentes modalidades de serviço social. "Caridade e filantropia estão em polos opostos: um concreto e individual, o outro abstrato e institucional" (Dias, 2007).

Outrossim, Dias (2007) aponta que tanto na França, como na Inglaterra, o termo filantropia é utilizado para "distinguir a intenção política do dever religioso" (Dias, 2007). De acordo com a autora, se originalmente a filantropia teria sido difundida como uma virtude individual cristã, em um segundo momento, o termo passa a representar uma ação mais social, cuja noção rivalizará com outras expressões as quais também se vinculam ao "doar", quais sejam a generosidade, sociabilidade, ajuda, assistência, benevolência e liberalidade. Apesar de existir uma convergência entre a caridade, a beneficência e a filantropia, essas expressões também concorrem entre si. Para a autora, a filantropia não tem como principal propósito a assistência aos

pobres. De acordo com Dias (2007), ajudar os pobres não é o principal objetivo da filantropia. Trata-se de iniciar uma ação moralizadora ou cultural, de popularizar a inovação e de realizar campanhas sociais e humanitárias. Durante a Revolução Francesa, a noção de filantropia assumiu um significado muito amplo para designar, em geral, qualquer benfeitor da Humanidade, seja um inventor, um explorador, um cientista ou um homem generoso (Dias, 2007).

Nessa linha, Marcílio (2006) particulariza a caridade com relação à filantropia. Para ela, a filantropia possuía uma dimensão pragmática do conselho, enquanto a prática caritativa possuiria um caráter mais subjetivo do dom. A filantropia seria capaz de, fazendo uso da ciência, traçar objetivos concretos e investir na assistência a um determinado grupo em detrimento de outro. "Assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens, pois, em longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar futuros gastos" (Marcílio, 2006). Em contrapartida, a caridade não desempenha este papel, visto que sua essência se encontraria na "extremada miséria, com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de

receber, em troca, através do consolo imediato que fornece o sentimento de engrandecimento do doador" (Marcílio, 2006).

Importa observar que alguns trabalhos historiográficos, como Gondra (2000; 2022), Freire e Leony (2011) e Rizzini (2006; 2011), que perceberam as transformações de uma assistência caritativo religiosa a uma assistência baseada na caridade científica[77], no Brasil do final de século XIX ao início do XX, apontam que uma das justificativa "era o bem coletivo do desenvolvimento nacional." Foi um debate bem divulgado entre camadas letradas e elites em geral, esta defesa da proteção à infância desamparada como necessária ao progresso da nação brasileira republicana. A filantropia, com seu aparato científico, se converteu na pedra de toque das ações de amparo à infância no Brasil. Em face do exposto, para Marcílio (1998), a filantropia científica, ao contrário da caridade, via, nos conhecimentos científicos, possibilidade de garantir a sobrevivência das crianças desvalidas. Propagava, portanto, a importância de zelar pela saúde física e mental das crianças. Entretanto, diante dessas

[77] Termo cunhado por Moncorvo Filho para designar a verdadeira caridade admissível nos tempos modernos (Freire e Leony, 2011, p. 223).

premissas que se descortinam, é inequívoco que o processo de constituição da rede de proteção e atenção à infância no Brasil não deve ser analisado isoladamente, mas articulado ao desenvolvimento da assistência social como um todo[78].

Compondo a reflexão, encontram-se as discussões de Marcílio (2006) sobre a atuação desses "médicos-filantropos" que instituiu um novo padrão de assistência, materializada pela combinação de intervenção pública, filantropia e ciência,

[78] Uma revisão da história da assistência à infância no Brasil, desde o período colonial, mostra-nos que toda prática assistencial voltada para crianças pobres se pautava no trabalho. As crianças índias eram catequizadas enquanto aprendiam a trabalhar; os pequenos escravos, desde muito cedo, passavam a servir aos seus senhores; as crianças abandonadas recebiam "proteção" das Santas Casas de Misericórdia até os sete anos de idade e depois eram entregues para o trabalho; as crianças órfãs eram destinadas aos asilos, onde aprendiam a desenvolver o "sentimento de amor ao trabalho". Também se mantiveram a aplicação de castigos violentos e as péssimas condições de vida em que as crianças eram submetidas. Exemplos dessa situação não faltam na história brasileira de "atenção" à criança e ao adolescente. A resistência à catequese era capitulada na lei portuguesa como motivo suficiente para o uso da força; as crianças escravas, além de submetidas a frequentes castigos, morriam com facilidade, devido às precárias condições em que viviam seus pais; nas Rodas dos Expostos, a mortalidade era elevada em função da falta de condições adequadas de higiene, alimentação e cuidados em geral (Rizzini; Pilotti, 1995).

protótipo da rede de cuidado materno-infantil e das políticas públicas de assistência desenvolvidas na Primeira República. Para a autora, no início do regime republicano, esse grupo social busca legitimar-se na sociedade e ascender politicamente, utilizando-se da assistência como um poderoso campo operador do seu reconhecimento. Um dos principais exemplos desse grupo de médicos filantropos, os quais entendiam poder colaborar para a construção de uma nação forte por meio da reprodução de uma prole saudável, foi Moncorvo Filho, cuja trajetória profissional e parte das propostas por ele formuladas quanto à proteção e assistência à infância, serão analisadas no tópico a seguir.

3.2.1 Moncorvo Filho e o problema da infância na Primeira República

> *Todos os problemas da vida gravitam em torno do berço da inocente criança, o cidadão do futuro, a risonha esperança da pátria, a energia e a força.*
> *Moncorvo Filho (1914, p.67)*

Nascido em 13 de setembro de 1871 na cidade do Rio de Janeiro, Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) passou os seus primeiros anos de vida na Europa, principalmente em Paris, onde

seu pai, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, considerado o Pai da Pediatria brasileira, estagiava nos serviços de Pediatria dos professores Eugène Bouchut e Henri-Louis Roger e só conheceu sua cidade natal e aprendeu a língua portuguesa aos três anos de idade, quando voltou para o Brasil. Sua mãe se chamava Izabel da Silveira Ferreira e Figueiredo. Moncorvo Filho planejava seguir a carreira militar, mas, influenciado por seu pai, diplomou-se médico em fevereiro de 1897, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo a tese "Das linfangites na infância e suas consequências". Durante a graduação, trabalhou na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, instituição fundada, em 1881, por seu pai e outros médicos de renome lotados na cidade. Antes de concluir a graduação, já havia escrito mais de dez textos científicos, publicados tanto em periódicos nacionais quanto estrangeiros (Silva Jr. e Garcia, 2014).

Com o falecimento do seu pai, passou a comandar o serviço de moléstias de crianças e tornou-se diretor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Ainda que reconheça os relevantes serviços prestados pela mais antiga das instituições de caridade no Brasil, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Moncorvo Filho

(1926) aponta o alcance limitado dessas ações e os graves problemas, decorrentes, entre outros aspectos, da superlotação e contiguidade das enfermarias, condições incompatíveis com os princípios higienistas. Foi membro efetivo de diversos conselhos médicos. Interessa observar que, desde o início de sua carreira, manifestou preocupação com a assistência médico-social à criança pobre, por meio de críticas às instituições de amparo à infância existentes. No seu entender, essas crianças viviam sem o menor preceito de higiene, contrariando os princípios científicos e sociais que deviam presidir essas instituições (Carneiro, 2000). Propõe, então, a organização de uma iniciativa de assistência à infância com ações de filantropia científica, em um instituto voltado para o atendimento às crianças "desvalidas", por meio de práticas especializadas de saúde e cuidado, como ilustrado na Figura 3, desenvolvidas pelo médico-higienista Moncorvo Filho, que formulou modelos ideológicos e institucionais que podemos considerar representativos da percepção dos médicos da época sobre a assistência à criança, constituindo-se em uma ação de utilidade pública, com reconhecimento na figura do seu fundador.

Figura 3. Dr. Arthur Moncorvo Filho em atendimento no Dispensário



Fonte: Arquivo do IPAI-RJ, s.d. (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

No Brasil, o movimento de proteção materno-infantil ganhou força no período republicano, integrando o projeto reformador e modernizador de construção da nação brasileira. Desta forma, em 24 de março de 1899, o médico Arthur Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ)[79], o qual se converteu em um

[79] Funcionando como dispensário desde 1899, o IPAI-RJ foi inaugurado em julho de 1901. Em um prédio alugado à Rua Visconde do Rio Branco, nº 22, a cerimônia contou com a presença de personalidades proeminentes da época, como o então Presidente da República Campos Sales. Contou também com a presença de Arthur Azevedo,

importante fator de filantropia, higienismo e caridade científica[80]. Instituição privada pioneira na construção de um modelo assistencial voltado para as crianças das camadas populares no Brasil, mas não sendo voltada apenas para uma atuação baseada na caridade[81]. Solicitava o recebimento de verbas ao Estado, mas o financiamento dessa nova caridade recaía sobre a iniciativa

---

Alcindo Guanabara, Carlos Chagas, Coelho Netto, Evaristo Moraes, Hermes da Fonseca, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Lauro Müller, Lopes Trovão, Nilo Peçanha, Olavo Bilac, Quintino Bocaiúva, entre outros. Com o IPAI-RJ, Moncorvo Filho tencionava inaugurar uma nova fase na assistência à infância no Brasil. Assim, buscando estabelecer a legitimidade do Instituto, Moncorvo Filho demonstrou em seu discurso a carência do país no campo da assistência e proteção à infância (Carneiro, 2000, p. 113-115).

[80] O IPAI-RJ fora importante para implementação de políticas públicas para a infância. Moncorvo filho em 1919 desenvolveu um projeto de caráter nacional para, sobretudo, pensar e estimular a intervenção do Estado na causa da assistência à criança pobre. Seu projeto, em se tratando de estatística e organização foi a base para a implementação do Departamento Nacional da Creança (Wadsworth, 1999).

[81] Houve, pois, a mudança de uma assistência caritativo-religiosa a uma assistência baseada na caridade-científica, no Brasil do final de século XIX ao início do XX, sendo uma das principais justificativa "o bem coletivo do desenvolvimento nacional." Foi um debate divulgado entre as camadas letradas e as elites em geral, esta defesa da proteção à infância desamparada como necessária ao progresso da nação brasileira republicana (Marcílio, 2006).

privada. Apesar do caráter de utilidade pública, concedido pelas autoridades do Rio de Janeiro em 1920, Moncorvo Filho não conseguiu maior atenção ou uma inserção na administração pública, através do recebimento de verbas. O médico frisou que o projeto fora criado e mantido por meios próprios, sem o menor auxílio, quer do Estado quer da municipalidade, para que não houvesse nenhum proveito político de quaisquer instâncias, sem contrapartida ao seu projeto (Moncorvo Filho, 1926). Carecendo análise sobre o aspecto concernente à apropriação de verbas públicas para o desenvolvimento de tarefas que ainda não estão definidas a quem correspondem.

Segundo Carneiro (2000), ao dedicar-se à pediatria seguiu os passos do pai, de quem foi adjunto na Clínica de Crianças da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Para além de sua atuação clínica, Moncorvo Filho implantou iniciativas como a Obra da Cruz Verde, na qual ministrou, em 1915, curso popular de higiene infantil, e a Obra da Cruz Branca, em 1920, voltada para o combate ao analfabetismo. Participou da criação de associações científicas, como a Sociedade Científica Protetora da Infância, a Sociedade Eugênica de São Paulo e a Sociedade Brasileira de

Pediatria. Esta última, criada em 27 de julho de 1910, foi presidida por Moncorvo Filho entre 1933 e 1934, quando teve como vice-presidente Martinho da Rocha (Carneiro, 2000, p.131). As muitas atividades associativas contribuíram para a disseminação do ideário de Moncorvo Filho e para reconhecimento entre os pares. Tais fatos lhe garantiram o título de pioneiro na bandeira de luta pela assistência médico-social da criança brasileira, conferido por militantes do campo da pediatria (p.100).

Compondo uma rede estratégica de intervenção, visando, assim, contribuir para a formação da "consciência eugênica" no seio das classes populares, Moncorvo Filho mobilizou esforços, visando realizar estudos científicos, atendimento médico e hospitalar, filantropia, inspeção às fábricas e às escolas, regulamentação das amas de leites e parteiras, orientação de higiene e profilaxia às mães, bem como divulgação científica, por meio do periódico "Archivos de Assistência à Infância", que circulou de 1902 a 1939 (Freire e Leony, 2011). Com base nas estatísticas realizadas em seu instituto, o médico assegurava que, entre os principais fatores responsáveis pela mortalidade infantil, figuravam as moléstias "ocasionadas pelos vícios de regime, [e] pela

nutrição mal digerida ou imprópria" (Moncorvo Filho, 1906). Reafirmava o papel central da alimentação no inventário prescritivo da higiene infantil e, por consequência, na construção da nacionalidade. Nesta via, segundo Freire e Leony (2011), em uma conferência médica, Moncorvo Filho apontou que o progresso moral e material e a felicidade da nação só se concretizariam ao resolvermos a questão da primeira infância, pleiteando a seus ouvintes que passassem a se preocupar com a temática.

> Força é confessar que o carinho, o desvello em toda a parte consagrado a essa enorme e fragil facção da sociedade, nos primeiros tempos de vida, pela conjuração dos desastres oriundos do preconceito, da ignorância, da falta de hygiene sobretudo alimentar e do abandono physico e moral, não era exercido entre nós, o que com destaque, contrastava com o grão de civilisação aque attingiramos. Todos, mesmo aquelles de mediocre leitura do que se passa em qualquer paiz culto do mundo sabem quanto carinho ahi merece a infancia, qual o interesse, sob o tal ponto de vista dos Homens de Estado, políticos, economistas, medicos, hygienistas, e a infinidade de instituições creadas no sentido de amparar directa ou indirectamente as creanças maxime no

primeiro dia de vida (Moncorvo Filho, 1914, p. 10-11).

Sob essa ótica, para Silva Jr. e Garcia (2014), a análise das proposições apresentadas por Moncorvo Filho permite compor um padrão de intervenção balizado na filantropia e na assistência científica. Se, por um lado, a filantropia é concebida como prerrogativa cristã da doação e da caridade promovida por homens e mulheres que tinham condições de socorrer os necessitados, por outro, a ideia que prevalece é a de que os conhecimentos advindos com a razão médica e, portanto, científica, deveriam estar na base do atendimento profissional à população (Silva Jr.; Garcia, 2014). Conforme os autores, a análise do Programa Geral do Instituto evidencia o predomínio atribuído ao discurso científico pautado e legitimado nas noções de razão, de justiça, de verdade e de ciência. O projeto assistencial organizado por Moncorvo Filho articulava ciência e filantropia como vigas de sustentação, a partir das quais travaria uma "luta" em prol da proteção à infância pobre. A primeira era desempenhada por um grupo de profissionais que, à luz da pediatria e das ciências anexas, se entregavam ao estudo dos males que acometiam a infância, contribuindo, assim, com o cabedal

científico produzido à época. A segunda foi colocada em prática por sócios, benfeitores e pelas "Damas da Assistência à Infância"[82], comissão de senhoras da sociedade, que prestavam serviços beneméritos no IPAI-RJ (Silva Jr. e Garcia, 2014).

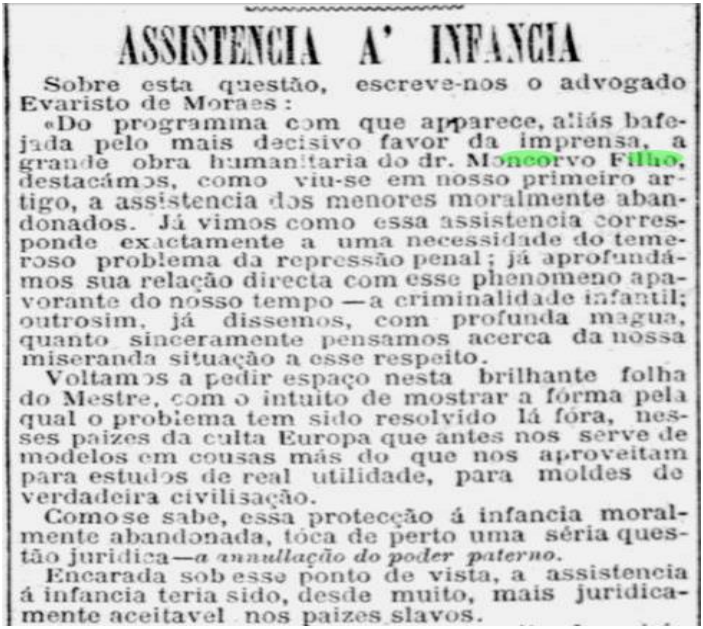
Isto posto, difundiam-se conhecimentos científicos como os resultados de análises realizadas por Moncorvo Filho e médicos estrangeiros sobre a composição do leite materno e a adequação ao organismo infantil e tabelas de crescimento de crianças amamentadas e estudos sobre a relação entre aleitamento artificial e mortalidade infantil (Freire, 2004). As práticas pedagógicas do IPAI-RJ apoiavam-se em recursos tecnológicos, como uso de projeções luminosas e dispositivos do tipo lanterna mágica, que devia contribuir para conferir caráter moderno aos seus

[82] Conforme o Artigo 2º dos Estatutos das Damas da Assistência à Infância poderiam conglomerar essa Associação "toda a senhora de moralidade reconhecida e maior de quinze anos [...]" (Archivos de Assistencia a Infancia, 1907, p. 19). Segundo o jornal Correio da Manhã, de 06 de setembro de 1906, "cerca de 1.500 nomes de senhoras da nossa melhor sociedade [...] foram convidadas para fazer parte da nova Associação". Por intermédio de suas redes de sociabilidade, as Damas da Assistência empenharam seu prestígio de classe às ações realizadas e às demandas assumidas pelo IPAI-RJ (Silva Jr; Garcia, 2014).

propósitos e garantia publicidade de suas atividades. A exibição do filme "Em torno do berço", acompanhando a conferência de mesmo nome de Moncorvo Filho em março de 1914, no cinema Odeon, assistida por autoridades, membros da elite urbana carioca e do presidente Hermes da Fonseca, é um exemplo dessa estratégia (Moncorvo Filho, 1914).

Com esse intuito filantrópico, o Instituto congregou homens e mulheres das elites e da classe média, identificados com a crença de que a solução para os problemas que acometiam a infância, como: a morbidade, a mortalidade, o abandono e o analfabetismo, deveriam advir de um combate "sem tréguas" em prol da assistência e da educação das crianças (Wadsworth, 1999). Nesse particular, observa-se na Figura 4, matéria publicada em A Imprensa, na segunda página do jornal, entre noticiários diversos, destacado bem ao centro da folha, a forma como Moncorvo Filho buscava intervir no corpo social, por meio de serviços profissionais considerados como obras humanitárias oferecidas aos "menores moralmente abandonados".

Figura 4 - Dr. Arthur Moncorvo Filho no Jornal A Imprensa



ASSISTENCIA A' INFANCIA

Sobre esta questão, escreve-nos o advogado Evaristo de Moraes:

«Do programma com que apparece, aliás bafejada pelo mais decisivo favor da imprensa, a grande obra humanitaria do dr. Moncorvo Filho, destacámos, como viu-se em nosso primeiro artigo, a assistencia dos menores moralmente abandonados. Já vimos como essa assistencia corresponde exactamente a uma necessidade do temeroso problema da repressão penal; já aprofundámos sua relação directa com esse phenomeno apavorante do nosso tempo — a criminalidade infantil; outrosim, já dissemos, com profunda magua, quanto sinceramente pensamos acerca da nossa miseranda situação a esse respeito.

Voltamos a pedir espaço nesta brilhante folha do Mestre, com o intuito de mostrar a fórma pela qual o problema tem sido resolvido lá fóra, nesses paizes da culta Europa que antes nos serve de modelos em cousas más do que nos aproveitam para estudos de real utilidade, para moldes de verdadeira civilisação.

Como se sabe, essa protecção á infancia moralmente abandonada, toca de perto uma séria questão juridica — *a annullação do poder paterno.*

Encarada sob esse ponto de vista, a assistencia á infancia teria sido, desde muito, mais juridicamente aceitavel nos paizes slavos.

Fonte: *A Imprensa*, Rio de Janeiro, abr. 1899 (Hemeroteca Digital).

Sobre isso, é importante pontuar que o apoio da imprensa a Moncorvo Filho em diferentes jornais, como A Imprensa e Correio da Manhã[83], entre outros, refletia-se nos títulos que lhe

[83] Contrariamente à alegada neutralidade da imprensa, o Correio da Manhã pretendia diferenciar-se dos demais como um periódico independente e "de opinião". Seu impacto pode ser aferido pelas expressivas tiragens alcançadas desde seu lançamento, em 15 de junho de 1901. A prestigiada sessão Pingos e Respingos, assinada por Antônio Sales, reproduziu várias entrevistas com Moncorvo Filho, com notas

eram conferidos em matérias sobre o IPAI-RJ, como o de "Benemérito da Humanidade", "Sacerdote do Bem" e "Rousseau Brasileiro" (Freire, 2004). Vale sublinhar que Moncorvo Filho (1926), para a difusão de seu ideário, contou com o apoio de segmentos importantes da imprensa, considerada por ele um representante legítimo das liberdades e interesses sociais. Em várias oportunidades expressou sua gratidão pelo empenho e pela generosidade dos jornalistas com a causa da infância, nomeadamente Alcindo Guanabara, Coelho Neto, Evaristo de Morais e Alfredo Balthazar da Silveira (Moncorvo Filho, 1926, p.232). Dito isto, o jornal Correio da Manhã, cujo fundador, Edmundo Bittencourt, era membro da Comissão de Imprensa do IPAI-RJ, teve papel singular na divulgação das ideias do Instituto e atividades ali realizadas. Isso se fez sentir em particular na campanha Pró-Infância, que entre 1905 e 1906 ensejou a

elogiosas ao seu trabalho. O mesmo não ocorria com outros personagens do período: o diretor de Saúde Pública Nuno de Andrade, por exemplo, após as sátiras de Sales publicadas no jornal, em especial o mote "Tudo passa, e o Nuno fica", foi demitido da função (Edmundo, 1957 *apud* Freire, 2004).

publicação, nas páginas do periódico, de várias conferências de Moncorvo Filho visando à educação das famílias (Freire, 2004).

> Nessa esfera, em consonância com Wadsworth (1999), coligando diferentes segmentos sociais envolvidos com a causa da infância, Moncorvo Filho, com seus colaboradores, buscou cindir estes dois vetores, ciência e filantropia, na institucionalização do que deveria ser a grande cruzada civilizadora[84]. Firmando-se a partir da vertente assistencial científica, o Instituto fomentou a validação dos aparatos científicos e do poder médico na superação de uma tradição prática obsoleta nos cuidados com a criança. Para o autor, consolidava-se desse modo, a supremacia da ciência na proteção, na cura e na regeneração da infância. A fórmula

[84] Moncorvo Filho reconheceu a missão social e o compromisso na cruzada em prol da higiene da infância e do melhoramento da raça. Assim, o Instituto tinha por objetivo amparar a infância pelo estabelecimento de medidas eugênicas a serem apreciadas em nome do ideal civilizador. Em 1905, em decorrência das ações que vinha realizando no Instituto, Moncorvo Filho foi convidado pela Câmara dos Deputados a opinar sobre o projeto de instalação da assistência pública. Quatro anos depois, a convite do prefeito Serzedelo Corrêa, pôs-se a estudar a situação da criança no Rio de Janeiro, resultando desse estudo a apresentação do projeto de criação da inspeção sanitária escolar, que se constituiu na base da organização do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar do Distrito Federal (Carneiro, 2000, p. 123-124).

> proposta requeria iniciativas no campo da cultura, das relações sociais, intervindo nas crenças arraigadas ao viver das pessoas. Para isso, a visão da ciência praticada pela Medicina instituía a prerrogativa de que era possível transformar a sociedade a partir de um movimento filantrópico livre do que consideravam serem as velhas e obsoletas concepções nesse campo (Wadsworth, 1999).

Nessa direção, afirmava Moncorvo Filho que:

> A filantropia, porém, diante dos celebres progressos da ciência, revolucionada, na metade última do século, por incomparáveis descobrimentos e o desmesurado progresso dos estudos sociais, não podia permanecer sufocada em seus antigos moldes, guardando a tradição dos seus velhos hábitos, nem tão pouco mantendo os seus sistemas sob muitas faces repudiados já pela Medicina e pela Higiene. Esta, envolveu de tal maneira, condenando os antiquados processos de distribuição da caridade, que chegou a operar em todo o orbe uma modificação das instituições existentes, criando-se uns cem números [sic] de outras e estabelecendo-se as variadas práticas a confirmarem os fins que a sociedade exigia ante conquistas dos estudos científicos e sociais (Moncorvo Filho, 1926, p. 194).

Acerca dessas concepções tracejadas acima, a mudança na assistência à infância teve relação com o desenvolvimento da medicina pediátrica no Brasil[85]. A partir da especialização e da segmentação da medicina, os campos do saber especializado, dentro da medicina, viraram terreno fértil para disputas. Conferências ocorriam e incluíam a participação de autoridades estrangeiras sobre o "assunto" (Marcílio, 1998). O desejo dos médicos de liderar movimentos de intervenção social esteve associado à afirmação dessa categoria profissional na sociedade. Esse protagonismo médico nas formas de assistir a infância foi proposto pelo pediatra Moncorvo Filho, entusiasta e tributário dessa concepção. Na exaltação do saber médico como preponderante para a construção de um novo modelo assistencial,

[85] Se até o século XIX a assistência apresentava um caráter religioso, a partir daí as políticas públicas de Assistência à infância desvalida foram atreladas ao pensamento higienista. Os médicos higienistas, a partir de então, estiveram envolvidos na criação das instituições de ensino infantil, bem como de assistência aos menores no Brasil. Buscavam não somente prestar serviços de caridade, mas visavam, ao contrário, a profilaxia e prevenção de doenças e comportamentos "desviantes", era um serviço que ia ao encontro das ideologias do Estado. Neste sentido, a assistência aos desvalidos ou órfãos significava "defesa da sociedade e proteção do homem honesto e de "bem" (Rocha, 2003).

Moncorvo Filho criou um marco fundador da pediatria no Brasil a partir da atuação profissional do seu pai, apelidado de "Moncorvo Pae", logo que o filho iniciou a sua carreira profissional (Moncorvo Filho, 2002, p. 82-84).

Diante disso, consoante com Rizzini e Palotti (1995), o Estado brasileiro, que exercia um papel fiscalizador, passou a ser instado a intervir nas questões de amparo à população desassistida. Enquanto este amparo não vinha, a iniciativa particular desses médicos alertava para a importância de seus modelos assistenciais e da intervenção junto a estas camadas como forma de construção de uma ordem social da recente república brasileira. De acordo com Freire e Leony (2011), a promoção do bem-estar das camadas populares concebida por essa elite médica foi acompanhada de um discurso sobre esses grupos.

Nesse particular, tendo como parâmetro os estudos de Wadsworth (1999), é a assertiva de que Moncorvo Filho estava ligado ao grupo de médicos higienistas que atuavam no Rio de Janeiro no início do século XX e foi atuante tanto no movimento higiênico quanto na intervenção sobre a maternidade e na proteção à infância. A ação educativa instituída buscava

associar o interesse das famílias em preservar as crianças ao interesse da pátria, uma vez que a criança era identificada como o bem maior da nação. Nas palavras de Moncorvo Filho (1926, p.361), sua cruzada pela causa da infância destinava-se a preservar o "esteio do progresso" e da Nação.

> A vós mães extremosas, cumpre procurar evitar os prejuízos que aniquilam os vossos filhos, para que tenhais a gloria suprema de constituirdes uma raça forte, preparada no físico para as escolhas da vida e dispostas às conquistas e vitórias para felicidade desta pátria. Na nutrição do recém-nascido uma série de preceitos devem ser observados de acordo com o que têm demonstrado a ciência e a experiência (Moncorvo Filho, 1903, p. 32).

Nesse horizonte, em consonância com Silva Jr. e Garcia (2014), o controle das amas de leite mercenárias, ou seja, a venda de leite foi uma temática muito debatida pelos médicos higienistas, contrários, em medida, a essa prática. Utilizavam argumentos médico-científicos, alegando que com essa prática haveria maior sujeição dos lactantes a doenças. Além disso, segundo esses autores, era incentivado o vínculo entre mãe e filho por meio da lactação, como forma de constituição do fazer

maternal vinculado a princípios burgueses (Silva Jr e Garcia, 2014). Acrescentando a essa argumentação, Moncorvo Filho (1903) demonstrou a importância da nutrição e da higiene a ser observada, apresentando o processo biológico que acontecia com a criança em relação ao aleitamento materno:

> O leite materno aspirado pela cavidade bucal, nesta mistura-se com uma insignificante quantidade de saliva com os micróbios que por acaso existem. Se houver alguma anormalidade da boca perturbações graves diversas podem advir, no caso contrário o leite ali não sofre ação química alguma. [...] Toda mãe deve, por conseguinte procurar alimentar, por si, o pequenino, ao qual dotou à natureza das necessárias condições para viver sob a tutela materna pela comunidade que estabelece a lactação; si esses laços preestabelecidos se rompem, resulta desequilíbrio que redunda em prejuízo para o mais débil. Não deixa de ser verdade que a arte neste caso vem intervir para remediar o mal [...] (Moncorvo Filho, 1903, p. 4-5).

Consoante com o que venho abordando neste capítulo, ao propor os suportes científicos a partir dos quais deveriam firmar-se a assistência e proteção à infância, Moncorvo Filho estimulou a emergência em se incrementar ações direcionadas a

promover a higiene pública social da criança (Câmara, 2010, p. 159). A medicina ganharia características preventivas através do modelo higienista, combatendo as causas de insalubridade e de sofrimento, na prevenção às doenças evitáveis (Moncorvo Filho, 2002, p. 54). Em um projeto que tinha por princípio cuidar dos corpos e moralizar a sociedade. Na consolidação desta instituição, percebeu-se o interesse das elites, a pouca intervenção governamental e uso da filantropia na construção de uma imagem da benevolência, com finalidade de promoção pública[86].

Nesta via, em consonância com Silva Jr. e Garcia (2014), Moncorvo Filho pode ser considerado exemplar representativo do modelo do pensamento médico social do período. Ao considerar a criança como o futuro da nação e, portanto, uma revalorização da infância e o caminho mais adequado para proteger a criança seria através da higienização da maternidade e da criação dos filhos. Tomando como sujeitos históricos as crianças,

[86] A proteção à infância configurou como motor impulsionador, em todo o mundo ocidental, da criação de associações e instituições para cuidar da criança, desde o seu nascimento e nos aspectos de sobrevivência, saúde e de direitos sociais (Kuhlmann Júnior, 2002, p. 464).

filhas dos trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro, através do ensino de preceitos higiênicos, não só como a prática de procedimentos assépticos, de cuidados com as crianças, mas como forma de pensar a reprodução dos filhos de forma racionalizada, dentro da concepção de puericultura[87], que seria apresentada por Moncorvo Filho como sinônimo de higiene da infância, tornando-se referência no direcionamento à educação sanitária da população. A aplicação dessa nova maneira de criar os filhos, ou seja, da maternidade científica, não poderia acontecer com base nas instituições tradicionais asilares, então tratava-se de substituir essas instituições do modelo da roda, por outras instituições modernas onde seriam aplicados os princípios da higiene.

A prestação dessa assistência à infância desamparada, ao mesmo tempo em que servia para promover o bem-estar dos assistidos na causa da proteção à infância, permitia uma aproximação e vigilância das elites sobre este segmento. Nesse

[87] A puericultura é a ciência que se ocupa de cultivar a criança [...] nasceu da colaboração efetiva dos médicos e dos filantropos [e] quem se entrega a praticá-la não se torna útil à defesa do indivíduo, estende seus serviços à causa da pátria (Moncorvo Filho, 1926, p.69).

sentido, para Dias (2007), o exercício da caridade como ação que visava à salvação da alma do benfeitor, através das obras piedosas, passou a ser no início do século XX um modelo desgastado, a falta de cientificidade, atestada pela ausência de médicos no comando dessas instituições caritativo-religiosas, e a insalubridade dos asilos passaram a fomentar os discursos que visavam à intervenção dos médicos no âmbito da assistência social.

> Um dos desejos da junta fundadora desta humanitária instituição, quando em seu princípio publicou o programa vastíssimo a seguir, foi sem dúvida alguma ensaiar e, pela primeira vez no Brasil, uma série de conferências, melhor me expressando, dizendo de conselhos metódicos dirigidos todos os meses em dia determinados, às mães pobres que têm a fortuna de recorrer a esta piedosa casa. Os médicos deste estabelecimento constituíram-se verdadeiros guias uteis e fieis para a nutrição, a educação e a salva-guarda da saúde de vossos filhos. Para que possas compreender o valor de tais benefícios é preciso que consideres dois fatores da maior importância. Um é que todos os profissionais, quer sejam médicos, farmacêuticos, dentistas, parteiras, sejam estudantes de medicina e massagistas em cujas carinhosas mãos vos entregais ou os vossos filhos, aqui estão nesta sublime

> missão, trabalhando gratuitamente, a maior parte até pecuniariamente contribuindo mensalmente com dinheiro e donativos de toda espécie para a manutenção deste exemplaríssimo templo de caridade (Moncorvo Filho, 1903, p. 31).

3.2.2 A Assistência e os reformadores sociais: entre o público e o privado

Segundo Wadsworth (1999), as iniciativas em torno da puericultura e de seu poder regenerador de gerações encontraram terreno propício para o debate nos congressos médicos e higiênicos mundo afora, não sendo diferente nos *Congresos Americanos del Niño*. Nomes muito relevantes na história destes congressos americanos da criança como o argentino Gregorio Araóz Alfaro, considerado o principal nome da pediatria argentina no início do século XX, o uruguaio Luiz Morquio, o peruano Carlos Enrique Paz Soldán, a chilena Cora Mayers e o brasileiro Moncorvo Filho terão em suas trajetórias como médicos estreita vinculação com a difusão da puericultura, ao ponto de seus nomes estarem associados com a história da puericultura em seus países. Por essa razão, Moncorvo Filho é associado à entrada do termo puericultura no Brasil, a partir das ideias

trazidas por ele dos congressos internacionais sobre saúde e proteção à infância que frequentou (Moncorvo Filho, 1926).

Nesta via, a influência dos *Congresos Americanos del Niño* sobre as propostas de divulgação da puericultura em diferentes países não é suposição, ao menos em alguns casos é possível perceber, no entrecruzamento de fontes, que alguns conhecimentos e modelos que circulavam nos *Congresos del Niño* foram levados pelos participantes para seus países e agregaram ideias, modificaram planos e instituíram modalidades de ação (Wadsworth, 1999). Sob esse ângulo, no sentido de que o tema da infância aglutina e mobiliza grupos de diferentes áreas e vertentes políticas em torno de objetivos comuns, o autor pontua que o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância que ocorreria em 1920 foi idealizado por Moncorvo Filho ainda em 1916, por ocasião do Congresso Americano da Criança, realizado em Buenos Aires[88]. Contudo, foi adiado várias vezes por conta da

[88] A revista "Caras y Caretas", "subtitulado" como "Semanario festivo, literário, artístico y de actualidades", que era a revista de maior circulação em Buenos Aires, dedicou à divulgação do comitê executivo do evento, no dia 10 de outubro de 1913, uma nota em que aparecem a Dra. Julieta Lanteri, como presidente do evento, Dr. N. Sarmiento,

demora na aprovação de um projeto de lei que auferia sobre o financiamento das despesas. A pedido da presidência da República, sua realização foi transferida para 1922, com vistas a complementar as comemorações que estavam sendo preparadas para o Centenário da Independência da República (Wadsworth, 1999). Conforme o autor, interessa tecer que Moncorvo Filho citará a influência dos dois primeiros congressos americanos da criança, como decisiva para que efetivasse a criação do Departamento da Criança no Brasil em 1919, assim como mencionará a influência direta dos debates e cartas trocadas com o uruguaio Luiz Morquio em sua trajetória como médico e filantropo.

À luz dos estudos do referido autor, a organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância celebrou o auge da carreira de Moncorvo Filho e balizou, em sua opinião, a história da proteção à infância no Brasil. Contando com a

---

vice-presidente, Srta. Raquel Camaña, secretária geral, Eng. A. Restagno, secretário do comitê de exposições, Srta. J. Douberc Routin, tesoureira, Dr. J. V. González, presidente da seção de Cultura e Educação, Dr. E. Cantón, presidente da seção Assistência à mãe e à criança, Dr. F. A. Barroetaveña, presidente da Seção de Direito, Dr. F. P. Suinico, presidente da Seção de Higiene e Dr. C. R. Etchart, presidente da Seção de Psicologia (Wadsworth, 1999).

presença de 'homens de ciência' que gozavam de distinta reputação social. Tal congresso tinha o objetivo tratar de assuntos e preocupações referentes à infância que iam desde a assistência médica, social, pedagógica e legislativa em geral, e suas relações com a família, a sociedade e o Estado. Desde a defesa da puericultura, da eugenia, até as causas da criminalidade infantil e o tratamento de crianças tidas como "delinquentes" foram temas de debates e proposições daqueles congressistas que, no geral, ambicionavam difundir suas opiniões, comungavam dos mesmos ideais e postulavam sobre as formas mais adequadas de proteger, promover e solucionar os problemas vivenciados pela infância brasileira (Wadsworth, 1999).

Em sintonia com os debates em curso nos demais países latino-americanos, Moncorvo Filho insistia na associação da saúde infantil com a situação sanitária geral e com questões sociais mais amplas. Nesse sentido, o médico não perdia nenhuma oportunidade de cobrar maior empenho do poder público em ações de saneamento e assistência. Conquanto apontasse a necessidade de reformas estruturais por parte do Estado, lembrava a corresponsabilidade do povo brasileiro na melhoria do estado

sanitário do país, quanto às mudanças de hábitos. Assegurava a soberania da higiene no combate aos diversos problemas de saúde que grassavam no território nacional, entre os quais a tuberculose, e defendia a convergência de esforços entre Estado, medicina e população (Moncorvo Filho, 1926, p.249).

Nesse contexto, em publicação de 1924, ratificou essa concepção de forma mais contundente: "O futuro da medicina residirá, é certo, no culto da mais extremada higiene. Há cerca de 30 anos que propago ideias em torno deste postulado" (Moncorvo Filho, 1924, p.10). Nesse ínterim, ao reivindicar o apoio do Estado e da sociedade a ideias e empreendimentos em defesa das crianças, Moncorvo Filho demonstrava coerência em sua trajetória de vida e o ideário de proteção à infância que inspirou seus passos e o caracterizou como um médico filantropo. Como Moncorvo Filho participou de encontros científicos nacionais e internacionais, muitas vezes em cargos de representação e/ou coordenação, foi encarregado da organização do comitê nacional brasileiro do 1º Congresso Americano da Criança, realizado em julho de 1916 em Buenos Aires, a título de exemplo. Por essa

razão, no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, ocupou a função de presidente (Moncorvo Filho, 1924).

Nesses eventos, Moncorvo Filho defendia suas ideias e proposições, que abrangiam desde medidas pontuais de proteção à saúde das crianças, como a proibição da fabricação e comercialização de chupetas, até a cobrança de ações mais gerais de saneamento das cidades. Seus pronunciamentos nos congressos eram publicados na imprensa, alimentando o debate político e social do período. Moncorvo Filho (1924), ao relatar naquele congresso os avanços em relação à proteção à infância no Brasil, visando ampliar o seu escopo de atuação, afirmou que "sem receio de contestação, que o nosso organismo social [IPAI-RJ] tem o direito de reivindicar para si uma extensa parte dos resultados conquistados" (Atas do Congresso, 1924, p. 271).

> O Primeiro Congresso Brasileiro de Protecção a Infancia, conscio de que é tempo de serem resolvidos os problemas mais palpitantes em favor da creança, considera um dever da Nação a organização immediata e perfeita da "Assistencia Publica" em todo o paiz, estatuindo de uma maneira efficiente e pratica, como um dos seus mais importantes ramos, a assistencia official a infância, por acordo da

> União com os Estados, as municipalidades e as obras de iniciativa particular do typo dos Institutos de Protecção á Infancia já fundados, devendo ser estabelecido um serviço completo ou uniforme, collimando as exigencias modernas da civilização em pról da eugenia do nosso povo (Atas do Congresso, 1924, p. 156).

Entre os inúmeros artigos e livros que escreveu, destaca-se o "Histórico da Protecção á Infancia no Brasil - 1500 a 1922", obra de 1926, em que pretendia apresentar um inventário cronológico das ações de proteção às crianças brasileiras, analisando sua efetividade e propondo inovações, com o intuito de contribuir com a comemoração do Centenário da Independência da República. Por certo, os livros "Hygiene infantil" e "Formulário de Doenças das Creanças", publicados respectivamente em 1917 e 1918, tornaram-se importantes referências na pediatria brasileira da época. As conferências que proferia eram verdadeiras aulas sobre a maneira 'científica' de criar os filhos e promoviam a vulgarização dos princípios da higiene infantil e da puericultura (Wadsworth, 1999). Faz-se necessário considerar que esses ensinamentos eram posteriormente impressos sob a forma de cartilhas e distribuídos às mães que frequentavam os serviços de

assistência. Cabe ressaltar que, nessas ocasiões, embora dirigisse suas palavras às mães, Moncorvo Filho dialogava ao mesmo tempo com as elites e o Estado, em busca de apoio ao seu projeto de institucionalização de um novo modelo de assistência e cuidado com as crianças e marcava com festividades especiais o novo valor que, em seu julgamento, deveria ser dedicado à infância (Freire e Leony, 2011).

O apogeu da cruzada de Moncorvo Filho, na ótica de Silva Jr. e Garcia (2014), parece ter sido alcançado no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em conjunto com o 3º Congresso Americano da Criança, em 1922, no Rio de Janeiro, angariando propostas que abrangiam não somente o Brasil, mas todo o continente americano. Segundo os autores, o evento, presidido pelo médico, teve impacto no Brasil e no exterior, e algumas de suas recomendações foram incluídas no Código de Menores de 1927. Na ocasião, Moncorvo Filho criou o "Musêo da Infancia", denominado Exposição da Infância, instalado ao lado do IPAI-RJ, seguindo o modelo de uma exposição que visitou na França em 1901, por ocasião das festas e

comemorações do Centenário da Independência do Brasil, sua obra mais simbólica da associação entre infância e civilização.

Para o empreendimento, Moncorvo Filho inspirou-se na exposição organizada pelo doutor Blottièri no início do século XX em Paris, um modelo que se espalhou por países como Rússia, Inglaterra, Dinamarca e EUA. O museu serviria para que os visitantes contrapusessem as práticas de proteção à infância ao longo do tempo, e pudessem, a posteriori, exaltar o progresso obtido mediante à ciência. No museu, seriam exibidas figuras, réplicas da Roda dos Expostos, quadros, coleções dos mais variados tipos de mamadeiras, reproduções em miniatura de hospitais e sanatórios para crianças tuberculosas. A inauguração ocorreu no dia 12 de outubro de 1922, em homenagem aos participantes do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e do Terceiro Congresso Americano da Creança. Dois meses e meio depois já havia recebido 78.403 visitantes (Departamento..., 1922). Sob esse escopo, cabe ressaltar que Moncorvo Filho pretendia fazê-lo mais um instrumento de mobilização social em prol da causa da infância, como elucida o trecho:

> [...] o Musêo da Infancia, longe de pretender ser um foco de exhibição da miseria e

> das agruras que assoberbam a nossa infancia, significaria maior desenvolvimento das nossas condições sociaes em face dos graves problemas da mulher-mãe e da creança, fazendo sobressair o altruismo dos dedicados em nosso vasto territorio a tão sacrosanta causa, no justo afan do aperfeiçoamento do povo brasileiro. (Moncorvo Filho, 1926, p. 375).

Considerando as questões expostas acima, em relação ao 3º Congresso Americano da Criança, (Rio de Janeiro, 1922), considerando que foi realizado em paralelo com o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e com ele dividiu parte dos trâmites administrativos, podemos inferir que, tal qual o evento nacional, teve sua medalha cunhada na Casa da Moeda por determinação do então Ministro da Fazenda, Homero Batista. Interessa destacar que as medalhas de eventos dessa natureza são em maioria cunhadas pelas Casas da Moeda dos países que sediam os congressos, recebendo cuidado destinado às moedas e selos comemorativos (6º boletim, 1924, p. 91), como amostra a figura 5. Sobre isso, a prática de emitir moedas e medalhas comemorativas passa a ser recorrente como recurso de visibilização e ritualização de datas e eventos (Hobsbawm, 1997, p. 289).

Figura 5 - Medalhão do 3º Congresso Americano da Criança em 1922



Fonte: RIOPOSTAL Antiguidades e Colecionismo. **Medalhão Comemorativo**. Rio de Janeiro - Brasil.

Nesta medalha observamos ao centro e à frente, a criança com os braços erguidos e robustez. Por trás dela a mulher, que em relevo menos aparente vela pelo pequeno. Uma frase em latim: "*Per pueros ad humanita em*", ou seja, façamos agora pela criança e ela garantirá o porvir da humanidade. A mulher representada nessa iconografia assume a face da mulher no papel volátil de protetora, papel muito difundido desde o século XIX. Com base em Hobsbawn (1997), esse tipo de artefato possui,

enquanto documento histórico, potencial para revelar muitos dos aspectos da vida social e simbólica de uma sociedade, estendendo-se ao terreno das ideias políticas e da propaganda estatal. A escolha de uma data de centenário é relevante, pois como pudemos observar, o momento do aniversário comemorativo, que Hobsbawm (1997), destaca como momento de força publicitária para a nação, é também um momento de balanço, de recuperação das promessas da independência, de encontro com as suas realidades e de se dar a ver em suas conquistas aos convidados de outros países (p. 288).

Tal evento ocorreu no Rio de Janeiro, em 1922. Nessa ótica de resgate de peças, cabe ressaltar, de acordo com Freire e Leony (2011), que o próprio projeto do Museu da Infância brasileiro foi gestado com a organização da Exposição Nacional de 1908 e da Exposição de Higiene, ambas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, ocasião em que o médico aproveitou para reunir peças, aparelhos e quadros. Para esses autores, além da difusão de conhecimentos de assuntos relacionados à criança e da exaltação dos avanços nos campos da medicina e da higiene, o Museu tinha como objetivo dar publicidade aos estabelecimentos

dedicados à assistência infantil. Era intenção de Moncorvo Filho que ele se tornasse permanente, e seu plano geral incluía 12 seções, abrangendo da história da pediatria até o comércio voltado para a infância e incluindo estatísticas das doenças infantis mais comuns (Moncorvo Filho, 1926).

De acordo com Câmara (2010, p. 167), foram inaugurados, em agosto de 1922, o 1º Congresso de Proteção à Infância[89], presidido por Moncorvo filho, e o 3º Congresso Americano da Criança, sob a Presidência de Olinto de Oliveira. O evento contou com a presença de intelectuais nacionais e estrangeiros e de representantes de diferentes países, dando mostras da importância da "causa da infância no contexto internacional" (p. 167).

[89] O propósito de organizar os congressos brasileiros de proteção à infância, desenvolvidos por Moncorvo Filho associou-se às iniciativas que vinham sendo encaminhadas, no cenário nacional e internacional, na formulação de políticas de assistência e proteção à infância pobre. Destacaram-se o Congresso de Proteção à Infância de Anvers, em 1894, de Bruxelas, em 1895 e de Liège, em 1905, além dos Congressos de Gotas de Leite, de Educação Familiar, de Educação Moral e da Educação Nova que se realizaram nas duas primeiras décadas do século XX. Em 1907, foi criada a União Internacional de Proteção à Infância da Primeira Idade, sendo, em julho de 1913, organizado o I Congresso de Proteção à Infância, na Bélgica (Kuhlmann Junior, 2001, p. 157).

Assim, de acordo com Câmara (2010, p. 168), como parte das atividades comemorativas do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, o 1º Congresso de Proteção à Infância[90], realizado no Rio de Janeiro, foi concebido como momento simbólico de reflexão e validação de modelos civilizatórios e de políticas de assistência e proteção para o país[91]. Promovido com o 3º Congresso Americano da Criança, o evento configurou-se, não

[90] Conforme proposta dos participantes do 1º Congresso de Proteção à Infância e do Congresso Americano da Criança, a data de 12 de outubro seria fixada nos países americanos como "Dia Nacional da Criança" em virtude de ser esta a data comemorativa pela descoberta da América. A data foi assim fixada pelo presidente Arthur da Silva Bernardes, em 5 de novembro de 1924.

[91] O 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, organizado por uma comissão de intelectuais de amplo reconhecimento nacional, contou com a participação de delegados de vários Estados do país. Entre os presentes havia também os membros do 3º Congresso Americano da Criança, oriundos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, EUA, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Cuba, Panamá, São Salvador, Uruguai, Venezuela, assim como um representante italiano, Ernesto Cacacce (Kuhlmann Jr, 2002). Ambos os eventos ocorreram durante a Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência, de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922. Estas distintas seções demarcaram os interesses de diferentes grupos de intelectuais, o que resultou em que muitas das recomendações do evento fossem incorporadas no Código de Menores de 1927 (Wadstworth, 1999).

só como momento de celebração dos avanços advindos com a racionalidade científica e técnica, mas como espaço de discussão de estratégias de controle e defesa social do país e em expansão, de todo continente americano. Idealizado pelo Departamento da Criança no Brasil e presidido pelo médico Arthur Moncorvo Filho, o 1º Congresso capitaneou debates do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, destacando as relações que envolviam a Família, o Estado e a Sociedade (Silva Jr; Garcia, 2014). Dividido em cinco sessões temáticas "reuniu intelectuais oriundos de diferentes campos de saberes, além de associações, corporações e estabelecimentos de ensino envolvidos com a promoção da assistência e pesquisa à infância brasileira em todo o território nacional" (Câmara, 2020, p. 168).

> Com base nas ideias divulgadas, na 3º e na 5º seções, dedicadas a Pedagogia e a Higiene, observa-se que a saúde e a educação se entrelaçam nas propostas sobre a educação das crianças, de tal modo que tornam subordinadas ao propósito de construir as bases da nação moderna. Os temas abordados giram em torno de três fundamentos que se articulam a todo o momento, ou seja, produção da nação moderna, caracterização da pedagogia e da criança, como objeto de conhecimento

> e do papel da educação como meio ordenador da sociedade. A criança, ao mesmo tempo em que é percebida pelo que lhe falta, pelas carências que apenas a maturação e a educação poderiam suprir, é vista como ser que deveria ser regulado e normalizado para o convívio social. A educação, como núcleo catalisador das propostas para a infância, ganhou espaço privilegiado em todas as seções do Congresso (Kuhlmann Jr, 2002).

Como apontou Sevcenko (2010), muitas instituições de educação higiênica e médico-social defendiam um projeto de nação moderna, mas mantinham em seu âmago uma sociedade cheia de contradições, de modo que as camadas populares não se sujeitariam passivamente ao tratamento que foram submetidas. Essa ação de agentes da medicina, buscando aproximação com os setores populares, foi acompanhada de antigas práticas assistencialistas como a doação de objetos úteis à criação dos filhos das famílias pauperizadas, fossem enxovais, brinquedos ou alimentos. De fato, a associação de sua data de aniversário a uma doação enaltecia e divulgava sua filantropia, construindo uma representação dos cuidados com a infância desamparada,

sempre presente a proposta de intervenção e vigilância dos costumes das famílias das camadas populares (Marcílio, 1998).

Nesses eventos, como os Congressos, ocorriam palestras sobre cuidados com a higiene infantil e sobre o comportamento dos pais, cujo horizonte assentava-se na disseminação em profusão de um discurso que visava atenuar a situação de precariedade da população pobre, por meio da observância aos preceitos higiênicos elementares. Esse modelo filantrópico assistencial da chamada "caridade científica"[92] incluía intervenções na privacidade dessas famílias assistidas objetivando combater tanto o abandono moral das crianças das camadas populares, quanto a alegada ignorância e vícios que cercavam a criança pobre, que, para esses médicos, eram fatores que contribuíam para a degeneração da população brasileira (Marcílio, 1998). Nesse movimento, Moncorvo Filho (1914) apontava como os três fatores

[92] A maior diferença entre os conceitos caridade e filantropia não está na ação propriamente dita, mas nos meios de realizá-la, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma: visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores (Duprat, 1993, p. 54).

de degeneração da raça humana: "a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo". Tal evidência é confirmada, visto que de 4.000 crianças observadas no dispensário, verificou que 41% destas sofriam de males resultantes de doenças nervosas dos pais, 37% dessas crianças tinham pais tuberculosos, 29% dos pais eram alcoolistas e cerca de 30% dos genitores eram sifilíticos.

Conforme análise de Alvim e Valladares (1988), a assistência médica e as doações, nesse modelo assistencial voltado para a infância desamparada, implicavam em uma ação de benemerência voltada para um projeto de sociedade almejado pelas elites, com vistas a normatização de costumes. A fim de ilustrar, o pensamento higienista,

> ... fundamentado nos valores da ciência, tinha como objetivo, em sua ação, a prevenção da desordem. As instituições de amparo social criadas para servir aos "desprovidos", aos "desvalidos", tinham como objetivo, neste sentido, prevenir a delinquência, proteger a infância e fazer de sua saúde física e de sua adaptação moral a mais grave preocupação da sociedade (Rizzini, 2011).

De acordo com Marcílio (2006), os vícios e imoralidades das camadas populares, apontados nos discursos científicos da

época, dos quais as crianças deveriam ser protegidas, indicam o lugar social onde esses discursos eram proferidos e quais práticas pretendia-se vigiar. Criava-se, assim, um terreno profícuo de intervenção social, mostrando às famílias a maneira mais adequada, racional e eficaz de cuidar dos filhos. De acordo com essa autora, outro aspecto a destacar nas propostas de intervenção no âmbito das famílias realizadas pelo IPAI-RJ, diz respeito ao aleitamento não realizado pelas próprias mães e feito mediante pagamento a terceiros. Este tipo de aleitamento foi combatido no âmbito das ideias desde o século XIX, com as diversas teses sobre aleitamento materno que eram produzidas nas faculdades de medicina do Brasil, e foi combatido pelo IPAI-RJ (Marcílio, 2006). Nesse ângulo, Moncorvo Filho (1926) apontou um esboço de um projeto de regulamentação da atividade das amas mercenárias[93], realizado pelo "Moncorvo Pae" em

[93] Termo utilizado para designar as mulheres que recebiam para amamentar filhos de outrem. Moncorvo Filho lamentava a falta de iniciativa do governo em regulamentar a prática das amas mercenárias. Para combatê-la, criou o serviço de "exame e attestação das amas de leite", o qual buscava evitar o contágio perigoso por intermédio de nutrizes não examinadas. As amas de leite além de passar pela avaliação dos médicos, fazendo exames antropométricos e tendo sua

1876, tendo sido um trabalho pioneiro e que atestava a preocupação de parte expressiva da comunidade médica com essa questão, tal como exposto por Wadsworth (1999).

Sobre isso, importa considerar que no 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, em 1900, um estudo estatístico apresentado por Moncorvo Filho mostrou que mais de 60% dos óbitos infantis eram devidos a doenças do sistema digestório e erros alimentares. A prática do aleitamento natural compunha o rol de discussões e encaminhamentos do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1922, no Rio de Janeiro, de modo que o médico reiterou a relação entre aleitamento artificial e doenças digestivas, reivindicando a regulamentação dos alimentos infantis e a criação de leis trabalhistas de proteção à nutriz (Freire, 2009). Moncorvo Filho (1903) já havia constatado que entre os anos de 1888 e 1890,

---

hereditariedade investigada, se submetiam à análise social para constatação da saúde, em virtude do aleitamento. Entre os dados investigados estavam a idade, filiação, cor, naturalidade, vacinação. Eram questionadas sobre antecedentes pessoais como menstruação, número de filhos e realização de aborto, crivos que analisavam o corpo, a intimidade da mulher e sua história de vida (Moncorvo Filho, 1926).

70% das crianças tiveram como causa de morte problemas no aparelho digestivo. A ruptura com costumes e práticas ligadas ao antigo regime somar-se-ia à palavra da ciência que depois das descobertas de Pasteur[94], centralizaria a preocupação com as crianças de primeira idade, seu aleitamento e a prevenção dos focos de contágio pelo leite, fazendo da amamentação uma prática que deveria ser normatizada e passível de ser cientificamente orientada. Como observa Marcílio (1998), as amas-de-leite mercenárias foram o "pilar de sustentação" da proteção e assistência à infância "desvalida" até finais do século XIX.

De acordo com Carneiro (2000), na preleção elaborada para o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, ocorrido no Rio de Janeiro em 1900, Moncorvo Filho discursava sobre a missão civilizadora do médico, destacando o dever patriótico e social que representava o cuidado com a criança. Na

[94] Louis Pasteur (1822-1885) foi um cientista francês que criou a "teoria germinal das enfermidades infecciosas", segundo a qual, toda enfermidade infecciosa tem sua causa num micróbio com capacidade de propagar-se entre as pessoas. Tal descoberta alterou a concepção científica sobre o aleitamento materno e delegou à medicina autoridade para inferir sobre questões relacionadas não só à mortalidade, mas à infância de maneira geral (Marcílio, 1998).

compreensão de que era a Medicina a única profissão capaz de "reconhecer as misérias humanas" e, nela, os "múltiplos e intrincados problemas" que envolviam a situação da infância (Freire e Leony, 2011). Em seu estudo, Moncorvo Filho não deixou de reconhecer como dever da sociedade constituir condições de vida e de educação para as crianças menos abastadas que, destituídas de meios materiais e higiênicos, acabavam ampliando as taxas de mortalidade infantil do País. A ênfase direcionada por ele às condições de vida das crianças, bem como ao pauperismo e à miséria da população como problemas a serem combatidos, permite estabelecer conexões com um pensamento que, em voga à época, defendia que "a melhoria progressiva nas condições de vida, higiene e educação das classes trabalhadoras" implicaria a "diminuição das taxas de mortalidade infantil, em países desenvolvidos" (Silva Jr.; Garcia, 2014).

> Todos os conselhos aqui proferidos devem ser por vós ouvidos com o maior interesse para que possas pôr em prática as medidas aconselhadas, todas tendentes, quando não seja para salvar os vossos filhos da morte que os espera, pela falta dos cuidados higiênicos, ao menos para que os tenhas sempre robustos e sadios

> podendo no futuro servir de arrimo aos pais (Moncorvo Filho, 1907, p.31).

Nessa direção, segundo Cavalcante (1985), mobilizada pelos problemas da criminalidade, da delinquência, da vadiagem, da mortalidade infantil que se acentuava com o aceleramento da urbanização e a crescente industrialização, a ordem médica procurou prescrever medidas voltadas para a normalização da cidade e dos indivíduos. Ancorado nessa concepção, Moncorvo Filho defendia ser necessário conhecer as causas da decadência da raça, requerendo de forma preventiva e regeneradora sanear os seus males (Silva Jr. e Garcia, 2014). Do mesmo modo, instituir a normatização e a higienização das condutas e dos comportamentos, estabelecendo hábitos saudáveis em consonância com os referenciais de higiene infantil, constituía-se no desafio dessa cruzada civilizadora defendida por ele. Assim, a perspectiva civilizadora encontrava-se marcada pelos ideais de aperfeiçoamento social e transformação da realidade dentro da ordem instituída. Nestes termos, a Capital Federal apresentava-se como contexto e cenário de intervenção e como campo de observação (Freire e Leony, 2011).

Em razão disso, a vinculação a um projeto de ordenamento social, o qual pretendia normatizar os costumes das camadas pobres, evidenciou o interesse implícito nas campanhas que visaram promover o bem-estar para os grupos desfavorecidos. Segundo Rizzini e Palotti (1995), a ausência dos poderes públicos no desenvolvimento de políticas amplas de proteção à infância desamparada indica a vinculação entre discurso assistencialista e uma ordenação social baseadas nesses interesses. No mesmo período, foram fundadas várias instituições, por iniciativa particular, e leis foram promulgadas, evidenciando preocupação com o problema da criança. Mas, as autoridades governamentais continuavam inertes em termos de iniciativas objetivas em favor da criança. Como aponta Marcílio (2006), ao mesmo tempo em que se assistiram os grupos subalternizados, criaram-se lugares comuns onde esses grupos deveriam se adequar. Na Primeira República, um dos lócus do discurso da filantropia científica e de sua prática foi o IPAI-RJ, como sinalizado anteriormente, o qual foi pioneiro na medicalização da assistência à infância pobre (Wadsworth, 1999), embora não tenha sido o único modelo institucional no que tange à assistência à infância

nas primeiras décadas do século XX no Brasil. No tópico subsequente dissertaremos sobre o IPAI-RJ, tomado como exemplo dessa nova forma de atendimento à infância.

3.3 O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro: "Quem ampara a infância, trabalha pela pátria"

Dentro daquele templo de caridade se fazia o mais patriótico dos serviços que a nação se poderia prestar.
Moncorvo Filho (1926, p. 231)

Na Primeira República, um dos lócus do discurso da filantropia científica e de sua prática foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), o qual foi pioneiro na medicalização da assistência à infância pobre (Wadsworth, 1999), embora não tenha sido o único modelo institucional no que tange à assistência à infância nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Cabe destacar que o IPAI-RJ é uma instituição privada, filantrópica, de reconhecida utilidade pública, nascida, sobretudo, dos valores positivistas, encontrando respaldo para sua criação em ideias da medicina

higienista. Cabe ressaltar que o Instituto era estrategicamente anunciado na imprensa e na comunidade médica como um estabelecimento científico. Durante a sua existência, buscou denunciar a desassistência pública à infância, exigiu das autoridades a assunção dos cuidados e da assistência com as crianças denominadas desvalidas e abandonadas à própria sorte, imbuída, segundo seus idealizadores, na "nobre causa da proteção à infância" e na "proteção do futuro da nação"[95]. As práticas e discursos em torno dos projetos do IPAI-RJ serviram de modelo em outras regiões e por sua repercussão merece ser destacada.

Segundo Carneiro (2000), sua finalidade básica se constituía, por exemplo, de serviços de puericultura e creche, com ênfase

[95] Para acomodar tamanhas pretensões, Moncorvo Filho concebeu o IPAI-RJ, fundado em 1899, adotando como lema "quem ampara a infância, trabalha pela pátria". O apoio à sua iniciativa emanava da alta sociedade carioca, o que prova que este anseio era compartilhado por outros homens e mulheres de seu tempo, havendo em comum os ideais higienistas e eugenistas vigentes. Foi influenciado pelo lema "redima-se a infância pela ciência, pela caridade e pelo amor", adotada por Manuel Tolosa Latour (1857-1919), pediatra espanhol conhecido nesse período por apontar a relevância da medicina para o progresso social e se dedicou à defesa de crianças pobres (Carneiro, 2000).

na ginecologia, distribuição de leite, consulta a lactantes e vacinação. Ginástica médica, cursos populares, exames de amas de leite, distribuição de leite esterilizado, doação de enxoval e outros objetos para nascituro, cursos populares, puericultura intrauterina, visitas domiciliares, vacinação e realização de cirurgias, compunham a malha assistencial concebida por Moncorvo Filho e seus colaboradores. Em ocasiões específicas do ano, realizavam-se iniciativas pontuais, como a promoção de festas de Natal, da Boa Vontade, do Ano Bom e Reis, além dos Concursos de Robustez Infantil (Carneiro, 2000). Consoante com Silva Jr. e Garcia (2014), no IPAI-RJ, Moncorvo Filho consolidou cada vez mais sua experiência na assistência médico-social à infância em congruência com os seus princípios em relação ao desenvolvimento saudável da criança. Daquele lócus, propagou suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção à infância, enfim.

As influências dos modelos de assistência e proteção à infância utilizados por Moncorvo Filho não se resumiam à pediatria francesa. Nesse momento, ele tomava também como referência instituições similares estrangeiras, dentre elas os modelos norte-

americanos como o "*Children's Bureau*". O que contribui para o entendimento de que as práticas realizadas no Instituto através dos serviços médicos oferecidos às crianças pobres, consolidou o significado das representações do saber médico naquela sociedade, pois foi através da fundação do IPAI-RJ que esse saber se tornou imprescindível ao sucesso do projeto republicano na Capital Federal dando início a uma perspectiva política de ação socioeducativa através da assistência à criança marginalizada. Como diz Wadsworth (1999) sobre esse tema, o Instituto começou a funcionar a partir da política centrada na Assistência materno-infantil, com a oferta de consultas médicas de diversas especialidades, apoio ao parto e à gravidez, distribuição de enxovais e criação de creches. Entre as principais ações desenvolvidas pelo IPAI-RJ estavam o controle e distribuição de leite, educação e propaganda negativa das amas de leite mercenárias, além da organização dos consultórios de atenção materno-infantil (Wadsworth, 1999). Nesta via, associando a proteção à infância à construção da nação brasileira, Moncorvo Filho criou o IPAI-RJ como um modelo institucional ideológico de proteção que depois serviu de exemplo para outras instituições que foram

criadas ao longo do tempo no país. Nesse prisma, a criação do IPAI-RJ foi parte integrante do projeto de saneamento que visava atingir a civilidade e a modernidade, de sorte que a puericultura era considerada como a "ciência da família, feita com a colaboração confiante da mãe e do médico, do amor materno esclarecido pela ciência" (Paiva, 1922, p.14).

> Obra magnífica de solidariedade humana ela institui o repouso, a alimentação, a vida ao ar livre, em lugares salubérrimos às crianças debilitadas por causas diversas e que, como as plantas privadas de luz, se estiolam, enfezadas nos ambientes malsãos dos centros urbanos (Jornal do Commercio, 14/12/1923).

Segundo Wadsworth (1999), o IPAI-RJ, desde sua criação, uma década após a proclamação da República, tinha como finalidade intervir e amparar, por meio de medidas eugênicas, preventivas, protetoras e educativas, às crianças pobres, doentes, "defeituosas", maltratadas e "moralmente abandonadas" da capital do País (Carneiro, 2000). De acordo com o autor, o Instituto organizava-se em um sem-número de seções e objetivava inspecionar, regulamentar, fomentar e fundar aparatos capazes de coordenar um plano geral de assistência médica, filantrópica

e educativa à infância e às famílias pauperizadas. A orientação proposta por Moncorvo Filho para a instituição apoiava-se na ideia, corrente à época, de que a razão médica deveria prevalecer sobre as diversas formas de organização da cidade e dos indivíduos. Nesse sentido, Freire e Leony (2011) afirmam que no período em que funcionou, de 1899 a 1939, o Instituto pretendeu colocar em prática um conjunto de procedimentos tendentes a difundir e preceituar os conhecimentos de higiene, de prevenção, proteção e cuidados, com relação à criança e à mulher/mãe (Freire e Leony, 2011). À luz dessas premissas, convém citar:

> Quais as leis que possuímos para proteger, na gravidez, a mulher na indústria? E as leis que entre nós garantem a vida e a saúde dos pequeninos recém-nascidos? Onde temos regulamentado o serviço das amas-de-leite? Qual a vigilância exercida aqui sobre os menores que trabalham em indústrias, muitas delas perigosíssimas e impróprias da idade. Que leis protegem entre nós as crianças abandonadas e as maltratadas pelos que as cercam? [...] O Instituto [...] envidará seus melhores esforços para conseguir dos poderes governativos uma série de medidas tendentes a amparar a infância, pelo estabelecimento de leis especiais como as que tão fecundos resultados têm produzido em outros

> países. Sob seu imediato patrocínio procurará ter o Instituto todas as crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e abandonadas de nossa capital (Moncorvo Filho *apud* Carneiro, 2000 p. 117).

Nessa esteira de reflexão, Wadsworth (1999) alcançou uma discussão de superlativa relevância sobre o modo como o IPAI-RJ se constituiu em um dos instrumentos organizados pelas organizações filantrópicas no processo de hospitalização do parto, bem como no processo "pedagógico" orientador do "ser mãe" e do "fazer maternal" (Wadsworth, 1999). Assim, o discurso de Moncorvo Filho e de outros médicos higienistas tinha na educação das mulheres pobres um de seus alvos privilegiados de ação. A princípio, o instituto funcionou em casa pertencente à própria família Moncorvo. Quando da abertura de suas portas ao público, o IPAI-RJ situava-se na região central da cidade do Rio de Janeiro, local de trânsito constante de mulheres muito pobres e de operárias, e estas, com seus filhos eram seu público principal. O caráter subsidiário do Estado já aparece após quinze anos de funcionamento em sedes provisórias: em 1914, quando o governo federal doou um terreno para a construção da sede oficial do Instituto (Wadsworth, 1999).

O eixo desse modelo do IPAI-RJ era o dispensário e havia uma série de outros serviços associados a ele, onde o papel dos dispensários é, acima de tudo, um serviço social. O primeiro dispensário para atendimento de crianças pobres foi criado em Paris em 1875, pelo Dr. Gilbert, na cidade de Havre, na França. Esse dispensário se dedicava ao tratamento gratuito de "crianças doentes e indigentes" (Moncorvo Filho, 1926, p. 144). Segundo Silva Jr e Garcia (2014), o IPAI-RJ oferecia os serviços de exame de mulheres grávidas, exame clínico infantil, distribuição de roupas, gota de leite (distribuição de leite esterilizado), exame de atestação de amas de leite e serviços diários no dispensário conforme a especialidade. O dispensário era o órgão de assistência propriamente dito, onde trabalhavam médicos, enfermeiros, farmacêuticos, dentistas, de uma forma voluntária. Segundo Wadsworth (1999), o Instituto foi criado por um grupo eclético, formado por filantropos que representavam tanto a nova elite republicana em busca de prestígio social como a elite tradicional oriunda do Império. Nesse prisma, foram selecionados, para esta análise, os seus membros fundadores, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 - Membros Fundadores do IPAI-RJ

Membros Fundadores do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI)		
Nome	**Formação/Ocupação**	**Posição no IPAI**
Abade D. João de Mercês	eclesiástico; diretor do Colégio São Bento 1893-1903	Sócio fundador
Alfredo Velloso	---	Membro fundador
Alvaro de Coutinho Vilhena	engenheiro; diretor geral dos Telégrafos em 1908	Sócio fundador
André Jorge Rangel	advogado; juiz pretor	Membro fundador
Ascanio de Oliveira Macedo	engenheiro; político (deputado)	Membro fundador
Betim Paes Leme	---	Sócio fundador
Carlos Pereira Sá Fortes	Médico	Membro benemérito
Domingos Alves Pereira	militar (coronel)	Membro fundador
Dr. João Coelho de Mello Junior	médico; Serviço de Profilaxia da Febre Amarela	Membro fundador
Edoardo Loschi	---	Membro fundador
Ermirio Coutinho	Médico	Sócio fundador
Francisco Marques da Rocha	militar (almirante)	Membro fundador
General Marcellino Bayma	médico militar	Sócio fundador
Guilherme do Valle	---	Membro fundador
Henrique José Alvares da Fonseca	engenheiro do Min. da Justiça e Negócios Interiores	Membro fundador
Herminio F. do Espírito Santo	advogado/político	Membro fundador
João Gonçalves Duarte	militar (Almirante)	Membro fundador

José Xavier Figueiredo de Brito	militar (Major)	Membro fundador
Léo d'Affonseca	nobre (Comendador)	Membro fundador
Liz Bulcão	---	Membro fundador
Luiz da Fonseca Ramos	militar (Major)	Membro fundador
Luiz da Gama Berquó	militar (capitão)	Membro fundador
Manoel Veloso Paranhos Pederneira	médico militar;	Membro fundador
Moncorvo Filho	Médico	Diretor-fundador
Moraes Barros	médico; político (senador, dep. Federal); industrial	Sócio fundador
Pedro Antonio de Menezes	---	Sócio fundador
Raphael de Vincenze	---	Membro fundador
Rozendo Julio dos Santos	---	Membro fundador
Vicente Machado	promotor público; Juiz de Órfãos; político (deputado e senador); jornalista	Membro fundador
Visconde Luiz Augusto Ferreira Almeida	industrial (dono da fábrica de tecidos São Lázaro); fundou o Asilo São Luiz em 1890;	Sócio fundador

Fonte: dados extraídos da listagem: C. A. Gil. **Filantropia no Rio de Janeiro:** propostas e discussões (1908-1922). 2008, mimeo.

À luz do quadro 2 apresentado, observa-se que o grupo de fundadores do IPAI-RJ era composto por representantes de vários setores sociais, em sua maioria, médicos e engenheiros higienistas, mas além destes, havia advogados, militares, juristas, nobres, eclesiásticos, jornalistas e industriais, sendo que vários

membros também ocupavam cargos políticos. Além disso, segundo Wadsworth (1999), havia também uma forte atuação feminina no IPAI-RJ, seja de senhoras da elite que se dedicavam à causa filantrópica, seja de parteiras e enfermeiras. É importante ressaltar que além dos sócios fundadores, membros da diretoria, sócios contribuintes e beneméritos, a instituição se estruturava através de diversas comissões que se organizavam para fins específicos, como festas, divulgação, entre outras.

De acordo com Freire e Leony (2011), dividiam-se os sócios em cinco categorias: fundadores, beneméritos, honorários, remidos e contribuintes/protetores. Eram considerados sócios fundadores aqueles que haviam assinado a ata de fundação do IPAI-RJ e colaboravam com uma quantia mensal de 2$000 (dois mil réis). Já os sócios beneméritos eram os que contribuíam de maneiras variadas para a manutenção do funcionamento do Instituto. Nesta via, a titulação de sócio honorário era concedida pelo Conselho Administrativo aos beneméritos portadores de 'atributos especiais', após aprovação dos nomes na assembleia geral. Sócios remidos eram aqueles que forneciam donativos regulares de 200$000 (duzentos mil réis) e protetores, os que

ofereciam qualquer tipo de doação mensal (Freire e Leony, 2011). No sentido de converter esses valores para os dias atuais, dois mil réis equivaleriam a cinquenta reais e duzentos mil réis a cinco mil reais, mas vale salientar que a conversão, mesmo aproximada, não pode ser considerada exata.

Para esses autores, apenas três tipos de sócios eram portadores de direitos e deveres: o fundador, o benemérito e o remido. Figuravam entre tais direitos a presença garantida nas sessões da assembleia geral; apresentar proposições; votação; candidatar-se a algum cargo do Conselho Administrativo; fiscalizar o Conselho Administrativo ou Diretoria; indicar sócios contribuintes ou protetores e até solicitar (justificadamente) a eliminação de qualquer tipo de sócio. Já os deveres consistiam na participação nas sessões, observância ao estatuto e obrigação de aceitar funções ou cargos. A análise dos direitos e deveres dos sócios, considerando-se o capital social representado pelo IPAI-RJ, por ser ele um importante ator político coletivo, leva a supor que as disputas internas eram acirradas (Freire; Leony, 2011).

Nesse contexto, o IPAI-RJ desmembrava-se em múltiplas e diversificadas instâncias, entre elas o Dispensário, órgão

prestador de assistência, a Gota de Leite Dr. Sá Fortes à qual se vinculava o gabinete de exame das amas e o consultório de lactentes, a Creche Sra. Alfredo Pinto e a Sociedade Científica Protetora da Infância, que agregava os membros da equipe técnica atuante no Dispensário e na Creche. As atividades científicas do IPAI-RJ constituíam um fórum de discussão sobre clínica, terapêutica e higiene infantis, cujo principal órgão de divulgação era a publicação trimestral Arquivos de Assistência à Infância, em circulação a partir de 1902 (Moncorvo Filho, 1926). Sustentada por anúncios publicitários, a revista funcionava também como espaço para divulgação da contabilidade do IPAI-RJ e para angariar novas contribuições.

Segundo Freire e Leony (2011), os relatórios institucionais eram divulgados, também no exterior, conforme demonstra a nota de recebimento de exemplar pela revista francesa de higiene *La Mére et l'Enfant* de novembro de 1904, com elogios à abrangência dos quadros informativos nos Arquivos. Para esses autores, a publicidade dada, nos impressos do IPAI-RJ, a seus principais patrocinadores coaduna-se com a concepção da filantropia como gesto de utilidade pública e instrumento de ação

social, ratificando-a como componente essencial da cultura da elite urbana e sinalizando seu caráter cívico-patriótico. Listas com os nomes de doadores e o valor das doações emergiam também das páginas de revistas e jornais periódicos, numa confirmação do prestígio social da filantropia. As revistas femininas também apelavam para o espírito maternal e a generosidade das mulheres no auxílio aos "desvalidos". Estabeleciam, assim, uma identificação da prática filantrópica com a modernidade e os novos papéis sociais.

Em 1918, Moncorvo Filho atuou no combate à gripe espanhola na Capital Federal, quando transformou as dependências do IPAI-RJ em um posto de assistência aos doentes (Freire e Leony, 2011). Considerada a maior e a mais avassaladora das epidemias até então, expandiu-se rapidamente não somente no Rio de Janeiro, onde atingiu cerca de 500 mil pessoas, mas em todo o mundo. Os habitantes da cidade do Rio de Janeiro enfrentavam uma série de crises de saúde causadas por outras epidemias, como as de varíola e febre amarela, ou pela iminência do alastramento da peste bubônica e da cólera. Conforme os referidos autores, o estado de calamidade sem precedentes era visível e

inequívoco. Cabe ressaltar que, nesse momento, o Brasil vivia sérias dificuldades na exportação de seus produtos, devido à crise econômica como desdobramento da Primeira Guerra Mundial. Nesse ínterim, o IPAI-RJ organizara a distribuição de donativos às famílias acometidas. Ante a tais condições, a repercussão deste episódio lhe valeu reconhecimento oficial e autoridade para pleitear apoio financeiro junto ao governo, ao divulgar a proeminência e relevância social do Instituto.

Para esses autores, à parte da Associação, espaço físico que albergava os filantropos, a instância médica do Instituto concentrava-se no Dispensário Central, onde eram oferecidos serviços de: clínicas médica, cirúrgica e doenças de pele; massagem; cirurgia dentária; enfermaria; ginecologia; proteção à mulher grávida (acompanhamento da gestação, fornecia-se enxoval para o bebê); sala de incubadoras; exame, vacinação e atestação das amas de leite; distribuição de roupas, calçados e alimentos; orientação sobre higiene infantil; creche; inspeção e cuidados com a saúde de pequenos operários; realização de partos em domicílios; realização de exames microscópicos; e fornecimento de medicamento (Freire; Leony, 2011).

Consoante com Silva Jr. e Garcia (2014), além de adotar no IPAI-RJ práticas já consagradas pela pediatria, Moncorvo Filho buscou desenvolver e implantar experiências inovadoras e equipar seu instituto com a mais avançada tecnologia científica disponível na época, para diferenciá-lo das instituições caritativas que visava substituir. Esse foi o caso, por exemplo, do primeiro solário do Brasil, instalado na rua do Areal e depois como serviço especializado de helioterapia, denominado *Heliotherapium*, na rua Haddock Lobo (Moncorvo Filho, 1926). Por este ângulo, o letreiro de sua fachada, "*Heliotherapium*", isto é, "cura pelo sol", procurava divulgar a inovação em matéria de terapêutica e cuidados com a saúde (Silva e Dalben, 2020. p. 222). No discurso de inauguração do serviço, em 4 de maio de 1914, o médico destacou o pioneirismo do IPAI-RJ na aplicação terapêutica da irradiação solar e associou essa tecnologia aos pressupostos de progresso e modernidade: "trata-se de um estabelecimento rigorosamente científico" (Moncorvo Filho, 1924, p.6).

Nesse aspecto, creditava-se a confiança no modelo científico de terapêutica e cura pela exposição ao sol - a helioterapia -, método naturalista, desenvolvida em territórios germânicos,

rapidamente se espraiou a diferentes países, defendida pelos médicos Hebert e Paul Carton. Corroborando com a terapêutica desenvolvida pelos médicos e por Moncorvo Filho, que em 1916, havia criado o primeiro *Solario* no Brasil, com serviço de helioterapia, nas dependências do IPAI-RJ, como foi dito (Moncorvo Filho, 1924). Afirmou o médico que durante todo os tratamentos pôde comprovar os valores do sol e dos raios ultravioletas no tratamento de enfermidades como "osteomielites, mal de Pott, coxo tuberculose" (Moncorvo Filho, 1924, p. 29). Atentou para o fato de que os resultados atingidos "como se vê, em pleno centro da cidade, não estando a propriedade do Instituto nem na preconizada beira-mar nem na decantada da altitude da montanha" (Moncorvo Filho, 1924, p. 29). Sob o prisma de Silva e Dalben (2020, p. 219), tratava-se de uma época na qual os medicamentos alopáticos para o combate dessa doença ainda não tinham a sua eficácia comprovada.

Figura 6 - Crianças em atendimento no Heliotherapium



Fonte: Arquivo do IPAI-RJ, s.d. (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Nesse quadro de análise, uma das preocupações era a de prevenir o contágio e o alastramento da tuberculose entre a população infantil, como solução o emprego da luz solar para o fortalecimento do corpo humano (Silva; Dalben, 2020, p. 219). Para esses autores, cabe pontuar que os conhecimentos sobre a medicina natural e as diferentes instituições infantis que se utilizavam de seus ensinamentos para o controle da tuberculose encontraram diferentes vias de circulação internacional, como nos congressos de tuberculose e de higiene escolar realizados no final do século XIX e início do século XX (p. 219). Moncorvo

Filho (1925) empenhava-se em divulgar as virtudes da heliote-rapia em todas as oportunidades, fossem eventos acadêmicos, conferências públicas ou artigos de divulgação em periódicos (Moncorvo Filho, 1925). Em matéria publicada no Correio da Manhã, para reforçar seus argumentos Moncorvo Filho afir-mou que "todas as doenças vêm à sombra, todas se curam ao sol", e completou: "onde entra o sol, não entra o médico"[96].

Para melhor funcionamento, o *Heliotherapium* era dividido em seções variadas, conforme suas finalidades, como as de radi-oterapia e diatermia, com fins curativos, e a de profilaxia pelo sol, para a prevenção da anemia e do raquitismo (p.3-4). Dez anos depois de inaugurado, o *Heliotherapium* foi assunto de co-municação de seu diretor à Academia Nacional de Medicina[97], em que discutiu a efetividade dos benefícios dos raios solares - matéria de debate na época. Segundo Freire e Leony (2011), a

[96] FIORENTINO, A. **A tuberculose na infância**. Correio da Manhã, n.1.735, p.3. 12 abr. 1906.

[97] Moncorvo Filho foi admitido como membro honorário da Acade-mia Nacional de Medicina em junho de 1919. Em seu discurso de posse, "A cruzada pela infância", afirmou que a proteção à infância era dever patriótico, obrigação nacional (Moncorvo Filho, 1926, p.300).

argumentação de Moncorvo Filho, na ocasião, demonstra a profundidade de seus estudos sobre o tema, o cuidado em reunir um conjunto expressivo de dados estatísticos e o esforço em ratificar a base científica da assistência prestada no IPAI-RJ e distingui-lo de instituições "antigas", como a Roda. Para legitimar seu serviço de helioterapia, o médico mantinha-se sintonizado com as tecnologias mais modernas e apoiava-se em expoentes do pensamento científico mais avançado no campo da pediatria mundial e em higienistas brasileiros renomados (Moncorvo Filho, 1926). Como notado por Freire e Leony (2011), tratava-se de uma estratégia para legitimar o serviço de banhos de sol prestado junto à comunidade médica e ao público em geral. Segundo Silva e Dalben (2020, p. 223), outros profissionais ligados à rede de sociabilidade de Moncorvo Filho também atuaram na organização de estabelecimentos médico-educativos ao ar livre, o que possibilitou a expansão das experiências realizadas por ele na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse prisma, além de intervenção no âmbito do corpo físico, os médicos, buscaram intervir no corpo social. A princípio, como um incentivador para a recepção destes médicos no

âmbito familiar[98]. Assim, um dos projetos, o de acompanhamento da gravidez, visava atingir as mulheres dentro do ambiente doméstico e estabelecer uma ação pedagógica tanto em relação aos cuidados físicos quanto em relação aos valores morais para a criação dos filhos. O IPAI-RJ desenvolveu para isso o serviço de "Gynecologia e Protecção a Mulher Gravida Pobre". Esse serviço se propunha a prestar puericultura intrauterina, acompanhando a gravidez da mulher no seu lar. Nesta via, é possível que houvesse uma resistência destas famílias deserdadas da fortuna em receber os agentes e médicos, estranhos ao lar e estranhos a sua condição social (Carneiro, 2000).

Em face do exposto, cabe assinalar como objetivos do IPAI-RJ, segundo os seus estatutos de 1913: preencher a lacuna

[98] A historiografia aponta o episódio da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro em 1904 como um momento significativo desse estranhamento entre as camadas populares e os agentes da medicina, que "invadiam a privacidade" dos seus lares, rompendo com normas de condutas sacramentadas, extrapolando as regras de sociabilidade vigentes. Esta aproximação, em virtude das experiências sanitárias do início do século XX, deveria ser negociada, pois havia uma desconfiança popular com a categoria médica, que foram os agentes dos poderes públicos no episódio da Revolta da vacina (Sevcenko, 2010).

deixada pelo Estado, no âmbito da assistência à infância doente, abandonada e miserável; salvar a primeira infância, garantindo sobretudo a lactação dos pobres; levar às mães noções de higiene para melhorar a criação de seus filhos; combater doenças que atingiam a infância; realizar levantamentos detalhados sobre as condições em que viviam as crianças desfavorecidas; promover a regulamentação do trabalho feminino na indústria, com objetivo de favorecer a infância; incentivar a criação de asilos de maternidade para abrigar mulheres nos últimos meses de gravidez; incentivar a criação de creches para crianças com menos de dois anos; estimular a criação de jardins de infância; inspecionar escolas públicas e privadas; criar um dispensário central de moléstia de crianças; fundar um hospital da criança; efetuar vacinação das crianças matriculadas no IPAI-RJ; regulamentar o trabalho das crianças na indústria; incentivar e favorecer a criação de sociedades protetoras da infância; exercer tutela sobre as crianças maltratadas ou em perigo moral (Moncorvo Filho, 1903; Estatutos..., 1923).

Interessa ressaltar que, no entender de Moncorvo Filho, crianças maltratadas seriam aquelas que recebessem maus-tratos

psicológicos, não tivessem de seus pais os cuidados indispensáveis, estivessem entregues à vadiagem ou exercessem ofícios perigosos para sua idade. Já as "moralmente abandonadas" seriam aquelas cujos pais apresentassem condutas escandalosas, estivessem entregues à embriaguez, vivessem na mendicância ou tivessem cometido crime de qualquer espécie (Freire e Leony, 2011). A partir do ponto de vista desses autores, cabe sinalizar que Moncorvo Filho atribuía a elevada mortalidade infantil, desde a implantação da Roda, a condições que variavam desde sua instalação em prédios considerados velhos ou em becos insalubres, até a suposta falta de zelo das administrações. Em contraposição a esse modelo considerado ultrapassado, reitero que ele desenvolveu o IPAI-RJ como um empreendimento que estivesse à altura de sua nobre missão (Freire; Leony, 2011).

Retomamos essa ideia, neste momento, tendo por escopo realçar que ao revelar o apoio financeiro recebido do industrial Albino Souza Cruz, presidente da fábrica de cigarros de mesmo nome, para a construção da sede do IPAI-RJ, reforçava-se o papel social da filantropia, tendo em vista que, conforme mencionado anteriormente, o IPAI-RJ era uma entidade filantrópica,

de caráter privado, subvencionada por verbas federais e municipais. Foi reconhecida como instituição de utilidade pública por decreto municipal em 1909, um ano após a realização do Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada. Assim, apresentam-se no quadro abaixo algumas informações quanto aos dados apurados sobre subsídios públicos, patrimônio e receita, coletados de estatísticas oficiais.

Quadro 3 - Dotação Orçamentária IPAI-RJ em 1912

IPAI-RJ - Descrição Orçamentária – 1912		
Patrimônio	Receita	
193:952$677	62:119$870	
	Dotação orçamentária Federal	30:000$000
	Dotação orçamentária Municipal	5:500$000
	Quotas de Loteria	15:053$660
	Doações	2:144$710
	Mensalidades e Rendas do Patrimônio	9:421$500

Fonte: Paiva, 1922.

No quadro 3, acima, constata-se que cerca de 80%, da receita do IPAI-RJ em 1912, era proveniente de verbas públicas, como subsídios e loterias. Por outro lado, observa-se o elevado capital acumulado da instituição, obtido, em parte, através de doações do Estado, como terreno e edificação. Nesta via, o empresário

Albino de Souza Cruz foi o principal patrocinador da construção da sede própria do IPAI-RJ. No discurso proferido na solenidade de assentamento da pedra fundamental do prédio, o empresário enfatizou o caráter patriótico da proteção à infância (Souza Cruz, 1919, p.4).

Quadro 4 - Dotação Orçamentária IPAI-RJ de 1913 a 1915

IPAI-RJ - Descrição Orçamentária - 1913 a 1915		
Ano	Patrimônio	Receita
1913	152:276$844	73:944$118
1914	158:355$400	89:174$340
1915	351:096$892	102:054$020

Fonte: Paiva,1922.

No quadro 4, acima, percebe-se uma elevação tanto do patrimônio como da receita entre 1913 e 1915. Além disso, pode-se verificar que, em 1915, tanto os valores de patrimônio como os referentes à receita duplicaram, fruto de quantias doadas à instituição. Na visão de Câmara (2010), a iniciativa do IPAI-RJ se configurou como uma das primeiras redes de assistência social à infância no Brasil com pretensão "científica". Em uma interface entre o espaço educacional e o social. Uma assistência laica que buscou justificar sua existência pela importância do

seu projeto de desenvolvimento nacional, baseado na valorização e proteção da infância como prioridade na construção de uma nação. Combatendo a mortalidade infantil, em prol de uma infância saudável, física e mentalmente, instou os poderes públicos a combater os problemas que assolavam a criança pobre e o mundo que as cercavam, inserindo a questão da assistência pública à infância na pauta do governo. Nessa direção, a partir de 1899 são verificados progressos, impulsionados por grupos interessados em envolver esferas governamentais com o problema das crianças, nos campos da higiene infantil, médico e escolar (Marcílio, 1998). A título de ilustração, podem ser observadas no quadro abaixo, algumas produções acadêmicas elaboradas no âmbito do IPAI-RJ, por estagiários doutorandos em Medicina, fruto de suas investigações científicas.

Quadro 5 - Teses de Estagiários Doutorandos do IPAI-RJ (1902-1922)

Estudantes de Medicina Estagiários no IPAI-RJ e suas Teses		
Doutorando	**Ano**	**Tese**
Roberto Gomes Caldas	1902	Das odontopatias atrópicas da infância na heredo-sífilis
Aristide de Campos Seabra	1902	Estudo médico-legal do casamento
Antonio Epaminondas Gouveia	1902	Semiótica da heredo-sífilis infantil
Levindo Eduardo Coelho	1902	Higiene alimentar da 1ª infância
Lafayette Cavalcanti de Freitas	1903	Dos dispensários no tratamento das moléstias durante a infância
Ugolino Penteado	1905	Do valor da puerimetria
Cesário Arruda	1908	Doa aleitamento artificial
Almir Madeira	1909	Etiologia e profilaxia da sífilis no aleitamento
Virgílio Monteiro Machado	1911	Contribuição ao estudo da anemia
Adhemar Adherbal da Costa	1916	A tuberculose na infância
Calazans Luz	1922	Dispensário de profilaxia ante pós-natal

Fonte: Levy, 1996. p. 85.

No quadro 5, constata-se a pertinência dos objetos de pesquisa dos estudantes de Medicina que fizeram estágio no IPAI-RJ e as questões de saúde que acometiam à sociedade da época e que eram tratadas no instituto, o que coaduna com os seus próprios objetivos institucionais. Dessa maneira, fazer parte do

"teatro de observações" (Moncorvo Filho, 1906, p. 103) conduzido por Moncorvo Filho, ser auxiliar no IPAI-RJ e vivenciar as experiências e as práticas, proporcionaram aos estagiários desenvolverem suas teses no campo médico, alinhadas aos principais problemas de saúde infantil (Levy, 1996).

Nesta via, cabe ressaltar que as metas do IPAI-RJ eram ambiciosas, não se limitavam a ser um órgão prestador de assistência, mas na mudança do paradigma da forma de ver as crianças e a maternidade. Então visava também fornecer dados sobre a infância brasileira, sobretudo a infância "deserdada da sorte", fiscalizar o trabalho infantil, dar garantias de proteção às mães quando gestante, enfim, objetivos muito amplos e audaciosos.

Embora não tenha obtido o apoio esperado na cruzada pró-infância, O IPAI-RJ foi importante para o desenvolvimento de uma assistência pública voltada à infância pobre e consequente inserção do Estado nesta questão (Moncorvo Filho, 1926). Segundo Gondra (2002), o Departamento da Criança, fundado por Moncorvo Filho em 1919, funcionou custeado pelo próprio Instituto até 1938. Dois anos depois, o Governo Federal criou, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, o Departamento

Nacional da Criança, uma instituição que centralizou, durante 30 anos, a política de assistência à mãe e à criança no Brasil, colocando em prática os objetivos do Departamento da Criança, também idealizados por Moncorvo Filho.

Ademais, como apontam Silva Jr. e Garcia (2014), a Sociedade Científica Protetora da Infância fundada em 28 de junho de 1902 por Moncorvo Filho, tinha como objetivo "discutir todas as questões referentes à infância e da qual fazem parte todos os membros do corpo profissional do Instituto." (p. 620). Fazer parte da Sociedade Científica favorecia o contato mais próximo com outros médicos de prestígio, com as teorias médico-científicas modernas, bem como tomar contato com problemas sociais que chegavam ao IPAI-RJ. A Sociedade Científica Protetora da Infância agregava os membros da equipe técnica atuante no dispensário e na creche e tendo como metodologia a discussão dos casos apresentados pelos membros (2014, p. 620).

Nesta via, para Leony e Freire (2011), além do pioneirismo de Moncorvo Filho e da abrangência que sua instituição alcançou, cabe destacar que a ruptura com um modelo caritativo religioso, com a criação do IPAI-RJ, faz dessa instituição uma peça

fundamental para se compreender a assistência pública à infância desamparada e como essa assistência que ampara e minimiza impactos sociais nos grupos pauperizados, sem, contudo, atacar os fatores estruturais desse desamparo, sobretudo a pobreza, constitui um elemento que dificulta o combate às raízes das desigualdades (Gondra, 2002).

> O Sr. Dr. Moncorvo Filho, jovem e estudioso médico que nos domínios da ciência tem já um nome que se recomenda, acaba de pôr-se à frente da mais generosa e útil das propagandas: proteger a infância. Não precisamos esclarecer os fins filantrópicos da associação que está sendo organizada por iniciativa desse distinto moço. Basta-nos por hoje assinalar os fins compreendidos no seguinte programa: [...]. Levar a cabo investigações, as mais completas possíveis, sobre as condições em que vivem as crianças pobres (alimentação, roupas, habitação, educação, [instrução] etc.) para proporcionar-lhes a instrução tratando de concentrar nesse sentido os esforços das diversas associações de caridade e coletividades religiosas que exercem sua ação filantrópica na capital. Difundir entre famílias pobres e proletárias noções elementares de higiene infantil, por meio de pequenos opúsculos, redigidos ao alcance do público,

> independente das instruções práticas que possam ser ministradas pelo pessoal do Instituto. [...] Proteger, por meios de que possa dispor inspeção higiênica e médica das escolas públicas e particulares que funcionarem na capital da República (Gazeta de Notícias, 1899, p. 2).

Visando atuar sobre o social, criticou as instituições de amparo à infância, propondo uma atuação científica e social para elas. Defensor da assistência médico-social da criança, sistematizou seus esforços com a criação do IPAI-RJ. Nesta Instituição iniciou uma campanha de educação das mães e de higiene da infância (Wadsworth, 1999). Desse modo, urge salientar que foram criadas no interior do Instituto as seções: o Dispensário Geral, a Creche Senhora Alfredo Pinto, a Gota de Leite, a Sociedade Scientífica e as Damas da Assistência (Câmara, 2010).

Como bem argumenta Wadsworth (1999), participaram da organização do IPAI-RJ os médicos Nascimento Gurgel, Leão de Aquino, Eduardo Meireles, Jéferson de Lemos, Luiz Bulcão, Leonel Rocha, Magalhães Penido, entre outros. As especialidades oferecidas eram as de clínica médica, clínica cirúrgica, moléstia de pele, clínica dos olhos, ouvidos, nariz e garganta, massagem, balneoterapia, eletroterapia, ginástica médica,

ginecologia e proteção à mulher grávida, exame e atestado de amas de leite, além de cirurgia dentária, e outros.

Nesta via, à luz da base teórica de Freire e Leony (2011), alicerçado na visão de que cabia à ciência orientar as transformações sociais, bem como na compreensão sobre o papel fundamental do médico nessa "cruzada civilizadora"[99], Moncorvo Filho propôs, em 1909, ao prefeito Inocêncio Serzedello Corrêa, a criação de um Serviço de Inspeção Sanitária Escolar para o Distrito Federal. Interessa observar que a proposta se organizava a partir da intenção de que o Serviço envidasse esforços no

[99] Parcela dos filantropos utilizavam expressões que remontam às experiências cristãs, a exemplo do uso corrente, pelos membros do IPAI-RJ, de referências às ações empreendidas pela instituição, como uma "cruzada santa" e, por outro, do uso corrente da expressão "apóstolas do Bem" para designar as Damas da Assistência. Discursos foram proferidos e sustentados na perspectiva de que se realizava um combate do Bem contra o Mal, ressaltando os princípios capazes de cooperar para a "salvação" da infância "desvalida". Por meio da "santa cruzada do Bem" deveriam atuar sobre a mortalidade e as enfermidades que assolavam a sociedade. A alusão às cruzadas, remete aos movimentos de inspiração cristã que foram organizados na Europa Ocidental, durante os séculos XI ao XIII, visando conquistar, ocupar e manter o domínio cristão sobre a Terra Santa - Jerusalém (Freire e Leony, 2011).

sentido de alargar o campo de atuação sobre a infância, irradiando os preceitos higiênicos necessários a um público mais amplo do que o assistido pelo IPAI-RJ. Com esse intuito, pretendia-se atuar sobre as escolas e os escolares, fornecendo orientações médicas quanto à organização e às práticas escolares (Freire e Leony, 2011).

A partir dos estudos desses autores, podemos depreender que o Serviço de Inspeção Sanitária Escolar criado por Serzedello Corrêa foi implementado na cidade do Rio de Janeiro em 1910. Nesse momento, intelectuais e autoridades debatiam a respeito das melhores medidas profiláticas de se assegurar a saúde dos estudantes, ante o problema da tuberculose. Moncorvo Filho (1925), ao discorrer sobre as curas pelo sol, expôs a possibilidade de sua aplicação em instituições de ensino, a exemplo do que vinha ocorrendo no exterior. E enalteceu: "os banhos de sol estenderam-se aos estabelecimentos de educação das crianças fracas, apoucadas ou pré-tuberculosas e assim se multiplicaram por toda parte as magníficas Escolas ao ar livre" (Moncorvo Filho, 1925 *apud* Freire; Leony, 2011). Nesse aspecto, cabe pontuar a pertinente recomendação:

> [...] batidas de sol e penetradas de luz e de ar, com árvores e pátios, que recebam todos os dias, antes da visita do médico ou do inspetor, a do sol que purifica e que se restitua às crianças pobres a alegria de viver e se respire, com ar livre e penetrante, a primeira lição de higiene e de conforto, emanada de ambiente educativo de aspecto pitoresco (Azevedo, 1948).

Destarte, sobre a perspectiva de atribuir o termo "cruzada civilizadora" às ações que empreendida em prol da infância, Moncorvo Filho defendia que "devemos constituir verdadeiros batalhadores d'essa cruzada do Bem a lutar pelas criancinhas desditosas, dando-lhes o conforto, o pão, a veste, o remédio, enxugando-lhes as lágrimas, levantando-lhes enfim o moral abatido pelas vicissitudes a que a ingrata natureza as arrastou" (Moncorvo Filho, 1926, p. 52). Nessas premissas, a intervenção dos filantropos sobre o social firmava-se na promoção da saúde e da higiene. Para Moncorvo Filho (1914), o papel desempenhado pelas Damas da Assistência, nessa lógica, corresponde ao de mensageiras do bem, repassadoras de valores, preceitos e regras sociais, em concordância com os discursos higienistas:

> O papel das senhoras numa cruzada da ordem desta é dos mais apreciáveis e dos

> mais nobres, e é por isso que ainda agora no último Congresso de Proteção à Infância na Bélgica realizado, com grande verdade afirmou Wiart, tratando das iniciativas a serem postas em prática, que: "O esforço científico é insuficiente, se não são vivificados pela bondade, a compaixão e a ternura! O concurso da mulher deve dominar todas as obras de proteção à infância" (Moncorvo Filho, 1914, p. 9).

Nessa lógica de compreensão, com base nas intenções que nortearam a criação do Serviço de Inspeção pelo prefeito do Distrito Federal em 1910, interessa-nos, neste texto, refletir acerca das concepções que mobilizaram a organização do decreto de sua criação, bem como problematizar a estrutura elaborada para o Serviço, com particular interesse pelas proposições acerca da atuação dos médicos e dos professores. Nesta mesma direção, compondo o cerne de debates empreendidos no 3º Congresso Brasileiro de Hygiene realizado em São Paulo, em 1926, à educação higiênica era alçada essa eminente e urgente missão, reafirmando a primazia do binômio "saúde-educação". Comprovando a ameaça que se configurava, não foram poucas as indicações de que o serviço de inspeção médico-higiênica fosse regulamentado (Freire e Leony, 2011).

Como corrobora a informação de que, também no Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada realizado em 1908, fora apresentada uma proposta de regulamentação daquele serviço a constar no relatório final do Congresso (Moncorvo Filho, 1926). Com isso, as concepções de assistência e de higiene infantil, enredadas como partes da "missão" a ser acionada, estrategicamente, na "arte de cultivar crianças" pelo médico Moncorvo Filho, ancoram-se na análise sobre a noção de higiene escolar (Silva Jr. e Garcia, 2014).

Cabe ressaltar que Moncorvo Filho, durante as duas primeiras décadas do século XX, dedicou parte de suas reflexões e escritos às temáticas da higiene escolar e infantil[100], proferindo conferências, relatórios, cursos populares e guias direcionados

[100] Moncorvo Filho desenvolveu extensa e diversificada produção científica referente a assuntos de sua especialidade. Até 1926, havia publicado mais de 300 trabalhos, versando sobre os mais variados temas relacionados à criança: coqueluche, bacteriologia, higiene profilática, linfangites, doenças parasitárias, tuberculose, moléstias de pele, emprego de sais de quinino, hérnias, febre amarela, impaludismo, mortalidade infantil, sífilis, amas mercenárias, difteria, alimentação da criança, doença de Barlow, catarata congênita, reumatismo cardíaco, a cura pelo sol e hanseníase, entre outros (Silva Jr. e Garcia, 2014).

à questão. Exemplares são as publicações das trinta conferências, por Moncorvo Filho e seus colaboradores, sob o título: Hygiene infantil as mães pobres, de 1907; das Notas para um guia do médico escolar, de 1913; do guia de orientação intitulado "Notas para um guia de hygiene escolar", no periódico Archivo de Assistência a Infância, no ano de 1913; e do livro Hygiene escolar (Freire e Leony, 2011). Nesse entendimento, a partir das fontes indicadas, bem como de outros textos publicados pelo médico, buscou-se matizar as concepções apresentadas por ele, localizando-as no conjunto dos debates produzidos à época. Nos termos de Moncorvo Filho:

> Quem, como o escritor destas linhas, tem tido a oportunidade de examinar por todas as faces o movimento operado nos países cultos em prol da infância pobre, indigente, doente, maltratada ou abandonada, não pode mostrar-se indiferente ante o quadro que, sob esse ponto de vista, é dado a observar a todos os habitantes da Capital da República. Cidade hoje de grande população, com movimento comercial e industrial já desenvolvido, o Rio de Janeiro, onde a miséria começa a iniciar os seus passos nas infelizes famílias nos deserdados da sorte, era digno, digo-o, sentindo vibrar o meu

> patriotismo, era digno, repito-o, de maiores cuidados pela infância indigente, da parte daqueles a quem incumbe salvaguardar o futuro do Brasil. À sociedade assiste o dever de cuidar desses pequeninos seres sem pão e sem lar, desses aos quais a moléstia rouba a vida por ausência de socorros médicos, e muita razão tinha Pierre Laffite quando proclamava o princípio de que: a riqueza é social em sua fonte, deve ser social em sua distribuição. Profissão alguma melhor que a do médico permite reconhecer as misérias humanas e os múltiplos problemas que depende a sua melhoria (Moncorvo Filho, 1901, p. 53).

Ao enfatizar importância do "Curso Popular" realizado em 1915 no IPAI-RJ e que se transformou no livro "Hygiene Infantil", Moncorvo Filho afirmava que seu esforço, antes de significar uma vaidade, vislumbrava proporcionar noções de higiene para as camadas populares. Por isso, nestes cursos, dispunha sempre de quadros, gráficos, dados estatísticos, procurando usar uma linguagem simples e acessível às mães para que as mesmas pudessem apreender seus ensinamentos. O programa previsto para esse "Curso Popular" envolvia a exposição de vários trabalhos já escritos por ele até aquela data, como os fatores

de degeneração humana (sífilis, álcool e tuberculose), noções de puericultura, aleitamento infantil, higiene escolar e considerações sobre a "infância moralmente abandonada". O objetivo das palestras e cursos era divulgar, por meio de linguagem popular, as teorias higiênicas, contribuindo para a instalação de hábitos saudáveis no seio das camadas populares.

Essa reflexão pode contribuir para o entendimento acerca de como diferentes saberes (médico e pedagógico) instituíram interfaces e perfis que contribuíram para a formulação de condicionantes acerca dos contornos e das perspectivas das crianças identificadas como normais e anormais na escola (Silva Jr. e Garcia, 2014). As conferências foram publicadas separadamente em vários números do periódico *Archivo de Assistência à Infância* no período de 1902 a 1907. A publicação do material em formato de livro tem a autoria de Moncorvo Filho e Nascimento Gurgel, entre outros médicos que proferiram as conferências de 1901 a 1907. Guardando a especificidade dos trabalhos, é possível estabelecer pontos de convergência quanto aos aspectos que mobilizaram a produção desses escritos (Silva Jr.; Garcia, 2014). De um lado, a preocupação marcada do autor em

registrar as ações empreendidas, bem como o seu interesse em destacar o seu suposto pioneirismo; de outro, sua intenção de construir guias destinados a prescrever procedimentos e condutas a serem adotadas na Inspeção Escolar, a fim de torná-la o mais uniforme possível (Freire e Leony, 2011).

Consoante com Wadsworth (1999), a partir da criação do IPAI-RJ, Moncorvo Filho tornou-se representante do Brasil nos assuntos dos cuidados com a infância pobre também no exterior. Segundo esse autor, o próprio lema na fachada central da entrada do IPAI-RJ, "Quem ampara a infância trabalha pela Pátria", demarcava qual o tipo de ação que buscavam, dando-lhes um caráter patriótico a inscrição pretendia legitimar para a população, para elites políticas e intelectuais e representantes do governo que o seu trabalho era uma obra em prol da nação.

No 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, concomitante ao 3º Congresso Americano da Criança realizado entre 27 de agosto e 5 de setembro de 1922, foi o presidente da Comissão Executiva, e principal expoente brasileiro da medicina pediátrica, pela experiência em eventos internacionais voltados para a proteção da infância (Moncorvo Filho, 1926). Anteriormente,

Moncorvo havia participado de outros eventos internacionais sobre a proteção da infância, como o Congresso Internacional para Proteção à Infância, na cidade de Bruxelas-Bélgica (1913) e o 2º Congresso da Infância em Montevidéu (1917).

A propósito do tema, o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância pretendeu tratar dos assuntos ligados à criança, nos pontos de vista social, jurídico, médico, higiênico, pedagógico, e nas suas relações com a família, a sociedade e o Estado, conforme dividiam-se as suas seções: "1ª Seção - Sociologia e Legislação; 2ª Seção - Assistência; 3ª Seção - Pedagogia; 4ª Seção - Medicina Infantil; 5ª Seção - Hygiene" (Silva Jr e Garcia, 2014). Era também finalidade do evento convocar o Estado a financiar a proteção à infância. Segundo Wadsworth (1999), esse evento presidido por Moncorvo Filho congregou diversos especialistas de áreas variadas para discutir os problemas da infância e apresentar propostas para solucioná-los. Neste evento lançou um livro que se tornou uma das principais referências na época sobre a história da pediatria no Brasil. Neste evento, o dia 12 de outubro, dia do descobrimento da América, foi sugerido como dia de celebração à infância e à necessidade de se voltar as atenções

para este segmento da população. Assim, sugeriu a criação de um dia para elas, o Dia das Crianças (Wadsworth, 1999).

Nesse ângulo, para Alvim e Valladares (1988), no dia 05 de novembro de 1924 foi sancionado pelo presidente Arthur Bernardes que no dia 12 de outubro deverá ser comemorada a "festa da criança", por meio do Decreto nº 4.867. O projeto de lei que resultou neste decreto foi de iniciativa do deputado federal Galdino do Valle Filho, que aproveitou as discussões do 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1922. Assim, para essas autoras, o decreto tinha apenas um artigo e sua função no âmbito da administração pública se fazia apenas como um convite a celebração de uma data comemorativa. Políticas de saúde, educação, proposições de transformações jurídicas discutidas no âmbito do referido congresso não foram aproveitadas para elaboração de mudanças legislativas. No mesmo período, Moncorvo Filho criou a Sociedade Protetora da Infância, destinada a estudar questões referentes à assistência à infância e da qual faziam parte os membros do corpo profissional científico do IPAI-RJ. Moncorvo Filho contava ainda, com um periódico próprio - os Archivos de Proteção à Infância.

Conforme o pensamento de Rocha (2003), a ênfase dada à infância como fator de desenvolvimento social surge no início do século XX, de modo que as crianças mereceram maior atenção dos países europeus a partir da conjuntura de instabilidade da 1ª Guerra Mundial, pensamento que repercutiu no Brasil, indicando a necessidade de intervenção do poder público no amparo a este segmento. Contudo, essa reivindicação não se tratava de delegar aos poderes públicos o amparo ao segmento infanto-juvenil. Nesse prisma, segundo Alvim e Valladares (1988), estes filantropos estavam mais interessados em receber auxílios do governo, para empreender seu projeto civilizatório, do que uma transferência dessa responsabilidade para políticos e legisladores. Entendiam que a assistência científica deveria ser empreendida pelos especialistas da iniciativa particular, porém, financiada pelo governo que, a partir da mudança de regime político republicano, deveria adentrar nessas questões da assistência pública. Carecendo análise sobre aspecto atinente à utilização do Estado no alavancamento de reputações privadas.

Dr. Levi Carneiro, responsável por uma comunicação no Congresso Brasileiro de Proteção à Infância deixou registro que

relata a forma como estes filantropos trataram a questão da assistência pública, indicando que estes especialistas reivindicavam o papel de interventores no ordenamento social, tendo por base não mais em um discurso religioso, mas uma ação privada de cunho científico, com amparo governamental, adentrando e normatizando as relações sociais, com destaque para questões íntimas como "as relações conjugais e materno/paternais, atividades laborais no tocante à proteção materno-infantil, à educação infantil, à hygiene individual e collectiva, e à terapêutica compulsória" (Moncorvo Filho, 1926).

De fato, esse entendimento é importante pois muitas das notícias veiculadas nos meios científicos da época eram também reproduzidas pela imprensa periódica, essas de maior alcance social. Os "filantropos da nação", além de serem sujeitos economicamente estáveis, tinham ampla penetração social, participando tanto dos circuitos científicos da época quanto pelo acesso à reprodução de suas ideias na imprensa (Barbosa, 2007). Nesta via, a iniciativa de caráter privado do IPAI-RJ emergia das elites e nelas encontrava importante apoio à causa. Segundo Moncorvo Filho, "os homens de responsabilidade tomaram a si

a tarefa de estudar o assumpnto [a infância e seus problemas], jornalistas atiraram-se à pugna incandescente pelas columnas da nossa adiantada imprensa" (Moncorvo Filho, 1926, p. 299). Por certo, à luz do Congresso dos Práticos[101], a saúde do indivíduo consistiria na saúde da sociedade. Para Moncorvo Filho (2002, p. 18), "tal questão era fundamental para o atual estado em que se encontrava a civilização e não podia ser adiado".

---

[101] O Congresso Nacional dos Práticos realizado entre 30 de setembro e 8 de outubro de 1922 integrou as atividades da Exposição Internacional alusiva ao centenário da Independência do Brasil, realizada na capital da República. A intelectualidade médica brasileira pela primeira vez reunia representantes da corporação para analisar os caminhos que deveriam trilhar. Debatiam os motivos dos avanços e atrasos no campo da medicina, assim como as formas de interlocução com os representantes do poder público. O Congresso constituiu-se em um fórum onde os temas relacionados com a dimensão do Estado em matéria de assistência médica e medicina preventiva foram debatidos por seus responsáveis. A profissão médica passava por um processo de transformação com a crescente tecnificação e a especialização do trabalho. Iniciando-se um mês e meio antes da investidura de Artur Bernardes, já eleito presidente, mas ainda não empossado. As resistências à sua eleição haviam forçado o presidente Epitácio Pessoa a decretar estado de sítio no Rio de Janeiro, dois meses antes. Um contexto de sucessão presidencial com estas características seria ideal para a elite da profissão médica apresentar sua opinião e intervir no curso dos acontecimentos, sobretudo na área da saúde (Pereira Neto, 2002).

> Ao realizar a sua primeira sessão ordinária o Instituto de Proteção e Assistência à Infancia, cumpre-nos scientificar a selecta assembléa tudo que se há passado desde a data de 24 de março de 1899, em que se fundou a caridosa instituição, até à data do corrente ano (Wadsworth, 1999).

Segundo o médico Manoel Ferreira, presente no Congresso dos Práticos, a medicina deveria ser voltada para práticas preventivas. Para ele, a ação médica deveria focar na coletividade em detrimento do indivíduo, o que significa uma visão sobre a doença que analisasse o problema antes da doença invadir o corpo da pessoa, uma medicina social e preventiva (Pereira Neto, 2002). No evento, Moncorvo Filho reiterou sua proposta de organização da assistência pública, esclarecendo tanto sua concepção de assistência quanto quem deveria ser assistido. Conforme o médico, o órgão da administração pública teria por fim "amparar os indivíduos desprovidos de recursos, cuidando das crianças abandonadas, dos alienados, dos doentes, dos velhos, dos enfermos, e até mesmo dos válidos sem trabalho" (Atas e trabalhos..., 1923, p.177).

Conforme Câmara (2010, p. 160), na década de 1920 já existia no Brasil 17 Institutos de Proteção e Assistência à Infância,

dada a amplitude de serviços que repercutiu na criação dessas instituições congêneres em ouros estados. Assim também, de acordo com Wadsworth (1999), o modelo iniciado no Rio de Janeiro em 1899 constituiu a base para o desenvolvimento de sucursais pelo Brasil e outros institutos, "à feição da oba vitoriosa do Dr. Moncorvo Filho" foram desenvolvidos na Bahia e Pernambuco os primeiros Institutos de Proteção e Assistência à Infância, fora da Capital Federal. Segundo Alvim e Valladares (1988), Moncorvo Filho enxergava no momento político de 1922 a chance de fazer lograr seu projeto de assistência à infância, o qual começou no final do século XIX no Rio de janeiro e com filiais espalhadas pelo Brasil[102], com organização própria e em consonância com a realidade regional, os Institutos

[102] Havia, até 1922, dezoito filiais ou similares espalhadas pelo país. As cidades ou Estados que contavam com filiais eram: Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão, Pará, Paraíba, São Paulo (São Paulo, Franca, Ribeirão Preto e Santos), Bahia, Minas Gerais (Belo Horizonte e Juiz de Fora), Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Niterói Petrópolis e Teresópolis) e Sergipe (Moncorvo Filho, 1926).

encontravam-se conectados, tendo como premissa os princípios estabelecidos pelo Instituto presidido no Rio de Janeiro[103].

> É mister que fomente a criação das obras úteis de caridade científica, que se estabeleça a legislação apropriada, longe do costumado caráter platônico, tornando-se uma realidade prática, operando, enfim, um movimento promissor, pela disseminação, em todo o país, dos sãos princípios que conduzirão o nosso povo, [...] Tempo já é de organizarmos de uma maneira definitiva e eficiente a Assistência Pública no Brasil e os governos, ante as nossas prementes necessidades nesse sentido. Os progressos das nações do Velho e do Novo Continente e o momento social que atravessamos têm a imperiosa obrigação de olhar para a resolução do palpitante problema, procurando, como se exige amparar a criança, o velho, o pobre, o doente, o indigente, o desvalido (Moncorvo Filho, 1926, p. 128-129).

[103] Moncorvo Filho desenhou as bases a partir das quais deveria se processar o amparo eficaz às crianças desde sua concepção pelas mães e no transcurso de toda a infância. Denunciava a precariedade da assistência até então oferecida à infância, criticando o seu caráter não científico, uma vez que não adotava os padrões advindos com a puericultura e a pediatria. (Alvim e Valladares, 1988, p. 6-7).

Acerca do tema, Moncorvo Filho privilegiava, como contra-exemplo em sua argumentação, as práticas das instituições asilares tradicionais, por ele caracterizadas como retrógradas e pré-científicas, sendo a Roda dos Expostos o objeto preferencial de suas críticas. Nesse prisma, ainda que reconhecesse seu valor, lembrando que antes da sua criação as crianças indesejadas eram sujeitas a cuidados privados de qualidade duvidosa ou à exposição nas "praças e ruas à ferocidade dos animais e intempéries do tempo" (Moncorvo Filho, 1926, p.31) considerava-a uma instituição condenada, incompatível com uma nação civilizada (p.35). Qualificava a Roda como "um poço de inconveniência", pois sob o pretexto de encobrir a desonra, o pecado ou o crime escondia seus frutos sem a preocupação de conservá-los, perpetuando a atitude de abandono e transformando-se em verdadeiro "matadouro de inocentes" (p.41). O médico insistia: "Não é de estranhar que a mortalidade infantil, sobretudo nos primeiros meses de vida, fosse ali excessiva como sempre vinham afirmando, desde quase dois séculos, administradores e médicos a ela pertencentes" (p.44).

Para Freire (2008), o Instituto funcionou, inicialmente, na residência do Dr. Moncorvo Filho, na rua da Lapa, nº 93, sendo transferido para um prédio alugado na rua Visconde do Rio Branco, nº 22. A construção da sede própria se daria em 1914, em terreno doado pelo presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, na rua do Areal nº 18, nomeada em honra ao médico fundador do IPAI-RJ, R. Moncorvo Filho. Segundo Freire e Leony (2011), a escolha do local de instalação do IPAI-RJ, que era próxima aos locais de trabalho das mulheres das classes populares, alvo de campanhas, coadunava com o objetivo de focar a assistência no conjunto de trabalhadores: "incentivar e criar condições de trabalho para as classes populares, protegendo infância e maternidade" (Freire; Leony, 2011).

Sobre essa questão, os médicos Moncorvo Filho, Clemente Ferreira e Fernandes Filgueiras chamavam a atenção dos poderes públicos quanto a uma lacuna na legislação da época, atentando para a necessidade de proteção à infância desde o momento da gestação de suas mães (Moncorvo Filho, 1926, p. 383). Tendo em vista que mulheres grávidas, trabalhadoras das fábricas, sofriam excessiva carga de trabalho, o que as faziam correr

riscos quanto aos filhos, podendo até falecer em face da fraqueza de suas mães. Moncorvo Filho, em 1919, desenvolveu um projeto de caráter nacional para estimular a intervenção do Estado na causa da criança pobre, o Departamento da Criança.

De acordo com Freire e Leony (2011), enquanto projeto, a criação do Departamento da Criança pretendia a constituição de uma espécie de "Ministério" para fazer intervenções sobre a infância considerada "sem eira nem beira" do país e suas famílias, elaborar políticas voltadas para a infância, sua saúde e assuntos relacionados à higiene e à puericultura, dentre os quais, pode-se destacar a educação, com criação de bibliotecas, arquivos e museus com materiais sobre a proteção da infância, de um centro de pesquisa, responsável por recolher dados das filias do IPAI-RJ, e de quaisquer outras instituições voltadas para a infância, para levantar demandas de cada local e criar medidas de intervenção de acordo com as necessidades apresentadas por cada localidade (Moncorvo Filho, 1926, p. 283-288).

Assim também, pretendia acompanhar dados de natalidade e mortalidade infantil; pretendia criar instrumentos jurídicos para intervir sobre a vida da criança "moralmente abandonada",

vítima de pais bêbados e "imorais"; constituir um centro de denúncia de maus tratos contra criança, fomentar a criação de instituições de amparo à criança, que fossem cientificas, como dispensários, creches, gotas de leite, consulta a lactantes, restaurantes para mães pobres que estavam amamentando, jardins de infância, colônia de férias e congressos (Moncorvo Filho, 1926, p. 283-288).

O serviço de Gotas de Leite, fundado por Moncorvo Filho em dezembro de 1901, foi uma das muitas inovações que promoveu no IPAI-RJ (Moncorvo Filho, 1903). Inspirado nas *Gouttes de Lait de Belleville*, obra desenvolvida pelo pediatra francês Gaston Variot (1855-1930), tinha como principal finalidade distribuir leite esterilizado a crianças de até três anos de idade. Assim, as *Gouttes de Lait* foram criadas em 1899 pelo barão Henri de Rothschild, médico interessado em doenças infantis, por sugestão do professor, doutor Budin. Para Rollet-Echalier (1990 *apud* Freire e Leony, 2011, p. 215), apesar de essas obras se basearem no tripé consulta/distribuição de leite/conselho, a motivação das mães que as procuravam era a obtenção de leite esterilizado. O fornecimento era garantido pela doação

diária de mais de vinte litros de leite, feita pelo filantropo Carlos Pereira Sá Forte, presidente da Companhia de Laticínios de Minas Gerais (Moncorvo Filho, 1924, p.7). Podia ser inscrita no serviço a criança cuja família declarasse situação de pobreza e necessidade de alimentação, obedecendo-se procedimentos burocráticos. Descreve Moncorvo Filho (1924):

> É ela então matriculada numa ficha, onde são lançadas todas as indicações pessoais e os comemorativos sobre a herança, as moléstias anteriores, e etc.; em seguida, a administradora do serviço insere-a num livro especial, onde são registrados todos os dados com minuciosidade, mais o peso e a estatura, etc., na data da entrada e bem assim o estado de saúde da criança" (Moncorvo Filho, 1924, p. 4).

Acentuando os aspectos concernentes ao serviço de Gotas de Leite, após a confirmação de que a mãe não podia amamentar a criança, a família passava a receber o leite esterilizado, junto com orientações sobre o preparo adequado da mamadeira. As crianças inscritas eram pesadas quinzenalmente, e os resultados alimentavam a base estatística produzida pelo Instituto, que comprovava a efetividade do serviço. As Gotas de Leite tinham uma função estratégica no projeto do IPAI-RJ, uma vez que,

assim como os demais médicos e higienistas do período, Moncorvo Filho considerava os problemas decorrentes da alimentação inadequada os principais responsáveis pela elevada mortalidade infantil no país:

> Dispondo, além da minha clínica civil, de dois teatros de observação, o Instituto de Assistência à Infância e o serviço de moléstias de crianças que dirijo na Policlínica do Rio de Janeiro, este com um stock de observações superior a 14.000 indivíduos e aquele com o de cerca de 16.000, já consegui uma certa soma de dados que me permitem ajuizar dos desastres que por aí vão acerca da alimentação das criancinhas (Moncorvo Filho, 1903, p.3).

O IPAI-RJ, complementarmente ao fornecimento de leite esterilizado, oferecia às nutrizes um serviço de exame, que, com a atestação das amas, decorriam, de um lado, do temor de contágio decorrente de transformações nas relações sociais e urbanas pós-abolição e, de outro, dos esforços em convencer as mulheres a amamentar seus filhos (Freire, 2009). Criado em 1901 com o nome de Gabinete de Exame e Atestação das Amas de Leite Mercenárias, atuava conforme vários procedimentos.

O primeiro era o registro detalhado de dados sobre as mulheres, como idade, filiação etc., e de antecedentes hereditários e pessoais quanto a menstruação, abortos e partos. Após a coleta dessas informações, procedia-se ao exame antropométrico, dos seios e do leite - exames macroscópico e microscópico, com auxílio de instrumentos como o lactodensímetro, lactobutirômetro e pioscópio. Em seguida, eram examinados os outros sistemas femininos (urinário, digestório etc.) e, por fim, o(s) lactente(s) (Moncorvo Filho, 1903, pp.278-279). Em consonância ao 5º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado no Rio de Janeiro em 1903, vale destacar que Moncorvo Filho (1903, p. 280) traçou um breve histórico do aleitamento mercenário no Brasil e apresentou à Câmara Municipal seu projeto de regulamentação do serviço das amas de leite, a ser executado por instituições privadas contratadas para esse fim, visando a saúde das nutrizes e dos seus filhos, objetivo que perseguiu.

Interessa salientar que o serviço do IPAI-RJ foi posteriormente remodelado, com a criação de uma caderneta e a redação de um novo regulamento - o qual Moncorvo Filho teve o cuidado de patentear -, e passou a chamar-se Serviço de Exame das

Amas de Leite. Entre os principais motivos que levavam as amas a serem rejeitadas estavam: insuficiência de leite ou leite pouco nutritivo, alcoolismo, condições precárias de higiene, tuberculose, sífilis e sarna. Tendo isso em vista, embora fosse baixa a procura ao serviço, as vantagens que foram atribuídas à certificação das amas acirraram a concorrência entre elas e implementaram a demanda. Para Moncorvo Filho (1903), a relevância do procedimento estava na utilização de critérios científicos que ultrapassavam o senso comum e forneciam uma tripla garantia: às nutrizes, aos patrões e às crianças. Entretanto, como apontam Ferreira e Freire (2005), a distribuição de leite e/ou atestação das amas não seriam suficientes para resolver aquele que era considerado um grave problema social. Moncorvo Filho identificava como urgente e imperiosa a necessidade de ações de caráter público e privado destinadas a corrigir hábitos culturais com relação à criação dos filhos, em especial no que tangia à alimentação e no âmbito das classes populares (Ferreira; Freire, 2005).

Como já se procurou assinalar, no intuito de corrigir vícios e erros alimentares, Moncorvo Filho desencadeou uma verdadeira cruzada educativa por meio de palestras e conferências

proferidas nas dependências do seu instituto. Posteriormente, elas foram reproduzidas em cartilhas e periódicos que ensinavam às mães as regras básicas de alimentação infantil, conforme Freire (2004). O principal elemento da campanha era o incentivo a que as mães amamentassem seus filhos. Para isso, utilizaram-se, sobretudo, a divulgação do tema na imprensa e a realização de concursos infantis (Freire, 2004). A partir desse contexto, nas dependências do IPAI-RJ, Moncorvo Filho dirigia-se "às mães ignorantes que tantas vezes deixam morrer seus filhos por falta dos necessários cuidados" (Moncorvo Filho, 1926), ao passo que nas páginas do Correio da Manhã buscava a adesão das camadas mais elevadas da sociedade para uma mudança no modo de proteger e assistir a infância (Freire, 2004). Ainda que seu discurso se destinasse nominalmente às mulheres/mães, tencionava alcançar as elites e o Estado, visando à institucionalização da puericultura.

Nessa direção, para Novaes (2009, *apud* Freire e Leony, 2011), "mais do que uma transformação concreta das práticas de criação infantil, buscava-se legitimar a autoridade da puericultura". Em novembro de 1909, ao proferir como orador

principal o discurso de inauguração do Jardim de Infância Campos Sales, o médico utilizou um discurso puericultor (Freire, 2009). Kulhmann Jr. (2002) considera Moncorvo Filho como precursor da difusão das creches no Brasil. A inauguração da Creche Srª. Alfredo Pinto ocorreu em junho de 1908 e foi inaugurada durante o aniversário do então chefe de Polícia Alfredo Pinto.

Uma das "Damas da Assistência", homenageada pelos prestimosos serviços sociais e benemerência, a Srª Alfredo Pinto, batizava, em 1908, a primeira creche popular dirigida "cientificamente". A creche funcionava num pavimento anexo ao IPAI-RJ e destinava-se a atender a crianças cujos pais eram operários. Além disso, Moncorvo Filho realizava, com o auxílio da filantropia feminina, das Damas da Assistência à Infância, três festivais anuais nos dias de Natal, Ano-novo e Reis. Nessas festas, que agrupavam, segundo o médico, cerca de mil crianças, distribuíam-se roupas, brinquedos e donativos, realizavam-se banquetes, jogos, partidas de futebol e bailes (Freire; Leony, 2011). No que tange aos eventos sociais e festivos promovidos no IPAI-RJ, eram noticiados em jornais e revistas da época.

> Com raro brilhantismo acabam de ser levada a efeito pelas incensáveis senhoras da Associação das Damas da Assistência à Infância as belas e tocantes festas de Natal, Ano Bom e Reis oferecidas a todas as crianças pobres que tiveram até hoje a felicidade de serem protegidas pelo humanitário Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro que tantos serviços de beneficência publica vai prestando, graças à colaboração valiosa de distintos cavaleiros e sobretudo senhoras da nossa melhor sociedade. Esses tradicionais festivais há cerca de 12 anos levados a efeito pela Assistência à Infância representam em nosso meio, uma encantadora nota do que valem a paz de uma bondade de coração ilimitado, refinamento dos sentimentos de altruísmo pela sorte da infância sofredora, daquela que, fora das casas felizes onde é farto o alimento, onde gargalham as sedas e os brincos enchem os quartos dos pequeninos, só encontram prazer e conforto nos carinhos dessa Assistência que tudo lhe prodigaliza nessas datas em que devem esquecer as dores e alegrar o espírito (A Faceira, 1913, n. 18).

É interessante a construção teórica de Wadsworth (1999), ao analisar que além do caráter comemorativo, os eventos eram uma oportunidade concreta de conceder socorro material às crianças "sem pão e sem lar", reunir membros das camadas

sociais mais elevadas refletindo e modelando a cultura filantrópica da elite brasileira, e conferir visibilidade e publicidade à sua obra. Nessa premissa, efetuando uma associação entre a higiene infantil e a constituição da nação brasileira, Moncorvo Filho desenvolveu um "duplo modelo, ideológico e institucional, de proteção à infância" (Wadsworth, 1999), tornando-se referência para uma rede de instituições congêneres, criadas no país.

Para esse autor, a atuação de Moncorvo Filho não se encontrava descolada do projeto modernizador amplo, capitaneado pela elite profissional e intelectual urbana que elaborou e difundiu um discurso médico, pedagógico e jurídico sobre a criança, e cimentado numa ligação explícita entre infância e nação. Em diferentes ocasiões, Moncorvo Filho manifestou o desejo de que suas ideias e instituições fossem incorporadas pelo poder público na criação de um sistema nacional de assistência à infância. Segundo Wadsworth (1999), o apoio do Estado se fazia sentir em promessas, elogios e moções de reconhecimento à sua obra, porém em poucas medidas concretas.

Assim, ao reafirmar sua crença no papel transformador da educação aliada à higiene, alertou público e autoridades

presentes para o alcance social da instituição escolar, e aproveitou o ensejo para propor um vasto programa de inspeção sanitária nas escolas da capital (Moncorvo Filho, 1926, p.179). Os relatórios e documentos produzidos nos vários congressos sobre infância e assistência realizados nas primeiras décadas do século XX revelam que esses eventos eram oportunidades ímpares para médicos e filantropos, como Luiz Barboza, Fernandes Figueira e Moncorvo Filho, externarem suas opiniões e defenderem suas propostas. De acordo com Wadsworth (1999), o intercâmbio e a cooperação de Moncorvo Filho com outros agentes no campo político e científico internacional desempenharam papel essencial em sua trajetória intelectual e institucional. No Brasil, as singularidades do movimento de proteção infantil vinculavam-se ao cenário econômico, político e social.

O IPAI-RJ foi a base do Departamento da Criança, instituição criada por Moncorvo Filho em 1919 com a finalidade de centralizar informações a respeito da situação da infância brasileira, que poderiam servir como subsídios para a ação do Estado em âmbito nacional. Embora tenha recebido subvenção pública (de forma descontinuada), o Departamento funcionou de fato

por esforços do próprio médico e com recursos privados até 1938. Dois anos depois, o governo federal criou, conforme o molde proposto por Moncorvo Filho, o Departamento Nacional da Criança. Integrado ao Ministério da Educação e Saúde, esse órgão coordenou as políticas de assistência materno-infantil no Brasil. Mais que mudanças ou adaptações pontuais, Moncorvo Filho recomendava uma transformação radical na maneira de conceber a infância e protegê-la (FREIRE, 2009). Tomando-a como a esperança da nação e concebendo a ciência como principal instrumento para conservá-la, propunha um sistema amplo e complexo de higienização da infância, focado na situação de pobreza e/ou abandono. Segundo Wadsworth (1999), na criação do ambicioso projeto do Departamento da Criança, Moncorvo Filho pretendia:

> [...] atuar como uma agência de pesquisa e recolhimento de dados. Todas as informações coletadas seriam disponibilizadas pelo governo federal. Os estatutos do Departamento estipulavam o estudo de diversos aspectos da assistência à infância: a manutenção de registros detalhados das instituições privadas e oficiais dedicadas à assistência a menores; a coleta de todo tipo de dados estatísticos e demográficos;

> a realização de congressos e o estabelecimento de uma Exposição ou Museu da Infância (Wadsworth, 1999).

À luz dos estudos de Gondra, Kuhlmann Júnior e Freitas (2002, p. 298), Moncorvo Filho empenhou esforços no sentido de demonstrar que o álcool comprometia o desenvolvimento da força de trabalho em potencial, mas também da prole quando mãe ou pai fosse viciado. Das observações advindas de sua prática, afirmava Moncorvo Filho (1928) que, dentre 4.000 crianças atendidas no IPAI-RJ, 1.167 eram vítimas do alcoolismo dos pais. O álcool concorria para o aumento da mortalidade infantil, sendo que, cerca de 40% das crianças que pereceram naquele período, eram filhas de alcoolistas. À vista disso, a leitura que Câmara (2010, p. 164) realiza é a de que, dentre os temas priorizados para as campanhas educativas realizadas pelo IPAI-RJ, a questão do alcoolismo[104] mereceu atenção especial, sendo que uma das campanhas instituída foi a antialcoólica. Acrescido a

[104] O caráter pedagógico e moralizante da campanha evidenciava-se pela forma como as personagens foram representadas, num esforço em exortar os papéis sociais a serem exercidos pelos "bons" pais, bem como responsabilizar os que, em decorrência do vício, contribuíam para a degenerescência futura da prole (Câmara, 2010, p. 166).

isto, para Gondra, Kuhlmann Jr. e Freitas (2002), "a propaganda contou com o apoio de 12 cartazes reforçando a ideia do malefício do álcool para a saúde e desenvolvimento mental da criança, a partir de informações e dados estatísticos" (p. 298). Assim, para os autores supracitados, a campanha deflagrada não se limitava em estabelecer um discurso salvacionista das crianças, mas das famílias que necessitavam de tratamento médico.

Figura 7 - Cartaz do IPAI-RJ sobre os perigos do Álcool



Fonte: Câmara, 2010. p. 422.

Propagava-se a ideia de que, se os pais estivessem alcoolizados no momento da concepção, havia probabilidade de o filho

nascer com alguma sequela e que os efeitos degenerativos prosseguiriam dizimando as várias gerações futuras, como clarifica o trecho que se segue: "Em 10 familias temperantes foram encontradas 81.9% de filhos sadios; em 10 outras familias alcoolistas a percentagem de 17.5 filhos eram normaes. Em um computo outro, em 7 gerações, dos 709 descendentes registrados, eram: mendigos 142, prostitutas 45, criminosos 77, e alienados 64" (Moncorvo Filho, 1928, p. 35). À luz dos discursos cunhados no período, Rago (1985) explicita que

> percebendo a criança como corpo produtivo, futura riqueza das nações, o discurso econômico procurava alertar os governantes para o quadro da infância desamparada e para a elevada taxa de mortalidade infantil do país, indicando que só com o apoio da medicina o Brasil poderia fazer frente a estes problemas e suprir as necessidades de produzir um maior número de trabalhadores sadios no futuro. Mas era, ao mesmo tempo, um discurso político: dar assistência médica e proteção à infância significava também evitar a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes. (Rago, 1985, p. 121).

Isto posto, além da implementação de campanhas voltadas ao combate ao alcoolismo, consoante com Wadsworth (1999),

cumpre sinalizar que a criação dos Concursos de Robustez Infantil se configurou numa estratégia para minimizar as presumidas consequências do desmame sobre a saúde das crianças. Entre tantas outras práticas que intentavam melhorar a raça, a idealização do Concurso de Robustez é o exemplo mais ilustrativo e emblemático implementado pelo IPAI-RJ. Sua iniciativa objetivava premiar as crianças pobres que representassem modelos de saúde. Os concursos ocorriam uma ou duas vezes ao ano, quase sempre durante as comemorações do Dia das Crianças. O Concurso teve por fim fomentar a alimentação materna para alcançar tipos que realizassem o ideal eugênico (Departamento da Criança no Brasil, 1926, p. 5). Idealizados por Moncorvo Filho e realizados pelo IPAI-RJ durante 33 anos, desde 14 de julho de 1902, esses concursos, dirigidos às mães "deserdadas da fortuna", conferiam uma premiação em dinheiro ao bebê mais saudável de até um ano que tivesse sido amamentado ao seio, no mínimo, até os seis meses de idade. Nesse ângulo, para Moncorvo Filho (1926), o Concurso de Robustez era um excelente meio de estimular o aleitamento natural, cujo desprestígio era "um verdadeiro problema social" (Moncorvo Filho, 1926).

Nesse sentido, de acordo com Araújo (1995, p. 166), os Concursos de Robustez infantil são competições, a princípio, voltadas para a criança pobre, incentivando o cuidado com sua saúde. Depois, a Prefeitura se encarrega de promovê-las para estimular o aleitamento materno. Conforme a autora em tal, "além de prêmios em dinheiro às crianças mais fortes, no 4º Concurso de Robustez Infantil, em 1904, oferece uma libra esterlina à criança mais frágil e àquela até 14 anos que apresentasse maior lesão cirúrgica" (Araújo, 1995, p. 166). Esse modelo foi adaptado a outros grupos e faixas etárias, sendo aliás modificado para fins comerciais, a exemplo do concurso Bebê Johnson, iniciativa da empresa de mesmo nome. À vista disso, de acordo com Wadsworth (1999), o doutor Barbosa Viana, respeitado pela comunidade médica, reduzia os concursos a exposições humanas comparáveis às exposições de animais.

Figura 8 - Concorrentes do 19º Concurso de Robustez do IPAI-RJ



Fonte: Arquivo do IPAI, s.d. (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Como último aspecto acerca do tema, interessa observar que o médico Germano Wittrock, em artigos publicados na revista "Vida Doméstica" na década de 1920, chamava-os de concurso de superalimentados, por estimularem a obesidade infantil. Assim, a validade dos Concursos de Robustez não era consenso entre a comunidade médico-higienista, ainda que ela compartilhasse de seus pressupostos eugênicos, a ponto de se confundirem as categorias higiene e eugenia.

À guisa de conclusão, foram destacados aspectos concernentes à preparação, organização e funcionamento do IPAI-RJ, em sintonia com toda a discussão teórica deste capítulo e em congruência ao debate sobre a formação social da cidade-capital e a infância como questão nacional na Primeira República, como abordado nos capítulos anteriores, tendo como foco o contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro, tema central da pesquisa. Logo, a pesquisa trouxe à luz particularidades que tiveram por escopo entender a atuação de um instituto de assistência à infância, como estratégia que integra a educação das crianças trabalhadoras na perspectiva do amparo à infância dos considerados material e moralmente abandonada, tendo em vista que as primeiras décadas do século XX testemunharam a idealização de aparatos que prometiam proteger e promover a infância, com vistas a fazer do Brasil uma "grande nação".

Considerações Finais

Cumpre-nos retomar os propósitos que motivaram a produção deste livro. Sob essa ótica, o presente estudo buscou fornecer uma base para desenvolver explicações de como se deu a relação entre higienismo infantil e as ações de educação civilizatória na transição do Império para a República, sobretudo com base no conceito de "filantropia científica", mas também abarcando outros termos, a partir das experiências de uma instituição voltada para a proteção e a assistência à infância pobre naquele cenário político-econômico. Importa considerar que ganha relevância concluir este trabalho retomando ideias centrais discutidas ao longo do texto em uma perspectiva teórica problematizadora, perpassando temas fundamentais do período. Diante disso, mostrou-se que nessa área de estudos ainda temos muito a investigar sobre o atendimento da criança. Há, para isso, muitos documentos oficiais e não oficiais que precisam ser analisados para que possamos entender parte dessa infância que foi, em certa medida, silenciada.

Destaca-se como pano de fundo desse contexto que a infância passou a ser percebida como problema social e o modelo de assistência característico na Primeira República relacionava a sua proteção e atenção à prevenção e consequente desfecho das mazelas sociais. O que coaduna com a ideia de que o conceito de infância é construído resultando de práticas sociais. Assim, eram, na verdade, as condições materiais de existência que produziam as doenças, a pobreza, dentre outras questões, exigindo políticas públicas mais efetivas e comprometidas com a superação dessa condição. Contudo, na instalação do regime republicano brasileiro a preocupação passa a ser com a garantia da ordem, visto que o Estado liberal, na condição de interventor, estava preocupado em combater a violência e a criminalidade, para além do amparo à infância pobre, afirmando o controle sobre os segmentos desassistidos por meio de incipientes e fraturadas políticas sociais.

Nesse ângulo, o que se buscou investigar neste trabalho foi que, desde a Proclamação da República, a criança é considerada a "base" para a construção da Nação, questão proeminente na época. Essa ideia era resultante de valores sociais europeus,

advindos do conhecimento científico que produziam. Na perspectiva nacionalista ganhou força a defesa das futuras gerações, sobretudo no início do século XX, com as campanhas pró-infância e contra mortalidade infantil. Compondo a elite reformadora republicana, os médicos higienistas identificaram como principal causa da mortalidade infantil os problemas de saúde associados à má alimentação das crianças e, então, propuseram o combate à mortalidade infantil por meio da higienização da maternidade e da infância, dando cientificidade aos postulados racionais ora apresentados.

À medida que nossa investigação caminhava, evidenciava-se que, na América Latina, a assistência materno-infantil parece ter sido o resultado de uma combinação de fatores, dentre os quais a expressiva influência da medicina francesa. Desse modo, essa pesquisa referindo-se a apenas um esboço de ideias, sobre a prática médico-filantrópica, pode contribuir para a compreensão de que o campo médico brasileiro teve influência da medicina francesa e germânica, que serviam como exemplo aos anseios desenvolvimentistas de uma sociedade "moderna" e "civilizada". Uma referência que possibilitaria uma ruptura com

os traços coloniais, com o passado. Assim, à concepção da criança como o futuro da nação somou-se o desejo de controle das camadas populares. A ação médico-assistencial, modelo predominante de assistência à infância naquele período, configurou-se em um dos meios para alcançar esse segmento da população, sobre o qual, propomo-nos tecer reflexões.

A partir dessa base teórica e de uma breve análise da temática, verificou-se que na passagem do século XIX ao XX a elevada mortalidade infantil era considerada um grave problema social, assim, salienta-se que médicos, juristas, entre outros intelectuais, passaram a requerer o controle da assistência à infância pobre, em nome da ciência e do desenvolvimento da nação, para a realização dos anseios de transformação social. Destacando-se, como foi dito, a importância do saber médico e do saber jurídico como "redentores" na constituição das políticas de assistência à infância na Primeira República. Haja vista que no discurso da época, projetava-se a ideia do progresso, da "civilização", comparando-a com as atitudes europeias, especialmente as francesas. Assim, o propósito de civilizar estava na ordem do dia para os médicos higienistas.

Pelos autores trabalhados, tornou-se patente no exercício da pesquisa que os médicos higienistas, visando assegurar um campo científico naquela sociedade, acreditavam que para fazer nascer o progresso era preciso cuidar da higiene modificando o meio, os costumes e os hábitos, além de ser preciso também cuidar da semente hereditária, isto é, da eugenia. Interessante assinalar que esses médicos, a partir de então, estiveram imiscuídos na criação das instituições de ensino infantil, bem como de assistência aos "menores" no Brasil, na busca por legitimar-se na sociedade e ascender politicamente. Esse novo grupo social prestava serviços de caridade e prevenção de doenças. Ao passo que as políticas públicas de assistência à infância considerada "desvalida" e "deserdada da sorte" foram atreladas ao pensamento higienista de saneamento e de profilaxia social, de contenção de epidemias, de controle dos corpos, de intervenção na questão social. Essa percepção permite lançar novas bases de análise para o entendimento de que a estratégia era que a medicina higienista educaria a família para que ela exercesse um papel vigilante em relação aos seus filhos.

No sentido de esboçar uma breve reflexão sobre as políticas sociais sobre o tema, baseando sempre a chave de interpretação no máximo de evidências, à luz das obras delimitadas e analisadas nesse estudo histórico, cabe destacar que, a partir da República, as políticas de Estado para a assistência à infância pobre constituem ações concebidas como ajuda aos necessitados, permanecendo a situação de uma prática caritativa descontínua, com um financiamento incerto. Assim, a pesquisa buscou alargar o repertório de fontes consultadas com o fito de chegar ao entendimento das inter-relações entre as determinações estruturais do processo de formação social do Rio de Janeiro, a questão da infância na perspectiva da puericultura e da missão civilizadora, na construção de uma nação forte por meio de filhos saudáveis, bem como a necessidade de organização da caridade, a proposta de se realizar no Brasil a filantropia científica, as ações médico-assistenciais de proteção à infância e o papel do Estado em relação à assistência aos pobres e à salubridade na Capital Federal, entre as décadas de 1890 e 1920. Nessa direção, os resultados alcançados no transcurso desta investigação foram

compreendidos enquanto discursos e pesquisados pelo método de análise de texto.

Em linhas gerais, ratifico que este trabalho analisou a assistência à infância pobre no Rio de Janeiro no início do século XX, através das ações filantrópicas do IPAI-RJ, o qual foi pioneiro na medicalização da assistência à infância pobre e fora muito importante para a implementação de políticas públicas para a infância. O eixo desse modelo era o dispensário e havia uma série de outros serviços a ele associados. Moncorvo Filho desenvolveu um projeto para pensar e estimular a intervenção do Estado na causa da assistência à criança desamparada, tendo sido a base para a implementação do Departamento Nacional da Criança, como um importante órgão público nesse viés da cruzada civilizatória da infância. Em face do exposto, apesar da necessidade de estudos aprofundados acerca do impacto contributivo do IPAI-RJ na construção da rede de assistência infantil no Brasil, pode-se constatar que a sua atuação estabeleceu um novo padrão assistencial através da oferta de inúmeros serviços gerados a partir da articulação entre medicina e filantropia, com ações denominadas por Moncorvo Filho como "caridade

científica", constituindo-se num fator de amparo à infância, ao propor uma oportunidade de proteção a essas crianças.

No entanto, em consonância com os argumentos encontrados na obra de historiadores e pesquisadores da infância que localizam nas ações de assistência e amparo à infância uma face utilitária e estruturada, com fins de manutenção da estratificação social e não da promoção da igualdade, observa-se que a dedicação de Moncorvo Filho, em parte recuperada neste estudo, evidencia que a pulverização das mazelas sociais não depende de ações individuais para se materializar, tampouco logrou o êxito que presumia ao esperar fazer do Brasil uma "Nação forte", por meio de filhos saudáveis. Tal preocupação, em síntese, abarca os fatores promotores da pobreza e da desigualdade no contexto societário dicotômico sobre o qual nos debruçamos, após a proclamação da República, pois não há aparato que encerre com essas mazelas sem que antes seja alterada a estrutura que as produz. Entendendo que a historicização dessas experiências é um esforço necessário para compreendermos a filantropia como forma de intervenção social imanente à abordagem liberal da questão social.

Por tudo isso, espero ter possibilitado o resgate de parte da historicidade dessas propostas e ter a chance de aprofundar esses estudos em investigações futuras. Assim, concluo este quadro de análise, apesar de sua incompletude, destacando que as características pessoais de Moncorvo Filho, cuja trajetória foi apresentada neste livro, seus vínculos pessoais, a rede de relações sociais que amparou sua cruzada pela infância e a sua circulação entre cenários e agentes dos campos político, social, profissional e acadêmico, no âmbito nacional e internacional, foram responsáveis pelo papel modelar que ele e seu instituto na Capital Federal desempenharam na proteção à infância, na Primeira República. Por fim, pude observar que há uma gama profícua de obras sobre o tema, embora não haja total consenso e convergência entre elas, de modo que, com o avançar das leituras, foi tornando-se aos poucos cada vez mais claro desvelar o processo de construção histórico-social do conceito de infância, o qual é repleto de (re)significados, e ações para a sua proteção.

Referências

Fontes primárias:

Archivos de Assistencia a Infancia. **Estatutos da Associação "Damas da Assistencia a Infância"**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, anno V, jan-fev, 1907.

Ata das Sessões Conjuntas e da Comissão Executiva de Assistência. **6º Boletim do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1921-1922)**. RJ: Imprensa Nacional, 1924.

AZEVEDO, Fernado de. **A educação e seus problemas**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

AZEVEDO, Thaumaturgo de. Legislação industrial. **Primeiro Congresso Americano da Criança,** 4º boletim, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, p.233-256.

BOLETIM **da Prefeitura do Distrito Federal**. Secretaria do Gabinete do Prefeito. Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jan/jun, 1926.

BREVE **Histórico do Juizado de Menores**. Rio de Janeiro: Juizado de Menores, s/d, mimeo.

COLEÇÃO **das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1927**. V. II, Atos do Poder Executivo, janeiro/dezembro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

CONSELHO Municipal do Distrito Federal. **Livro de registro de pareceres de 1909 a 1930.**

DEPARTAMENTO da Criança no Brasil. **Relatórios dos Anos de 1919 a 1922.** Rio de Janeiro: Imprensa Gráfica, 1922.

DEPARTAMENTO da Criança no Brasil. Instituto de Assistência e Proteção à Infância. **Relatório do 36º Concurso de Robustez.** Rio de Janeiro: Imprensa Gráfica, 1926.

GOUVEIA, A. Epaminondas de. **A missão social do médico e da mulher no Brasil.** 6º Boletim. I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1921-1922). RJ: Imprensa Nacional, 1924.

LEÃO, A. Carneiro. Educação. Conferência produzida no Salão Nobre do Ginásio de São Bento em São Paulo. **I Congresso Brasileiro dos Estudantes.** Recife: Imprensa Industrial, 1909.

LEÃO, Antonio Carneiro. A Educação no Brasil. **Revista Atlântida.** Mensário Artístico Literário e Social para Portugal e Brasil, v. III, 1916.

MINEIRO, B. Sofia. **Código dos Menores dos Estados Unidos do Brasil** - Comentado. SP: Cia. Ed. Nacional, 1929.

MONCORVO FILHO, Arthur. Hygiene publica - Da alimentação pelo leite. **Sociedade Protectora da Infancia** em 8 de novembro de 1902. São Paulo: Gazeta Clinica, 1903.

MONCORVO FILHO, Arthur. Em torno do berço. Rio de Janeiro: Conferência Médico-Social, realizada em 11 de março de

1914 no cinema Odeon. **A Tribuna Médica.** Rio de Janeiro, ano 20, n. 5, p. 85-106, mar. 1914.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Discurso do Presidente do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância**. 6º Boletim do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1921-1922). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Algumas considerações sobre a helioterapia:** comunicação apresentada à Academia Nacional de Medicina, nov. 1924. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora. 1925.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da protecção á infância no Brasil (1500-1922)**. Departamento da Criança no Brasil. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia, 1926.

MONCORVO FILHO, Arthur. **Alcoolismo infantil**. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia, 1928.

MONCORVO FILHO, Arthur. Assistência Pública e Assistência Privada. Reflexões e Regulamentações. ACTAS e Trabalhos. **Primeiro Congresso Nacional dos Práticos em comemoração ao centenário da Independência do Brasil**. 2002.

PAIVA, Ataulpho de. **Assistência pública e privada no Rio de Janeiro - História e Estatística**. Rio de Janeiro: Typografia do Anuário do Brasil, 1922.

PREFEITURA do Distrito Federal. **Programmas para as escolas primárias e Programmas dos Institutos e Escolas Profissionais.** RJ: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1929.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação, Divisão de Editoração, 1995.

RUSSEL, Alfredo. A educação dos menores. In: **Serviço Social do Juízo de Menores**. v. 1, Imprensa Nacional, RJ: 1947.

SOUZA CRUZ, Albino de. **O novo edifício da Assistência à Infancia**. Rio de Janeiro: O Social. 1919.

Jornais e Revistas:

A Crítica, A Manhã, A Noite, A Pátria, A Vanguarda, Correio da Manhã, Diário Carioca, Diário da Noite, Gazeta de Notícias, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, O Paiz, O Globo, O Fluminense, O Imparcial, Revista da Semana, Revista A Faceira e Rio Jornal.

Fontes secundárias:

ABREU, Martha. Meninas Perdidas. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 7. Ed., 4ª reimpressão, São Paulo. Editora Contexto, 2018.

ABREU Martha; MARTINEZ, A. Frota. Olhares sobre a criança no Brasil: Perspectivas Históricas. **Olhares sobre a Criança no Brasil - séc. XIX e XX**. Rio de Janeiro; 1997.

ALVIM, M. R. Barbosa; VALLADARES, L. do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais,** RJ, n. 26, 1988.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A vocação do prazer**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995.

ARAUJO, Anelise Rodrigues Machado de. As crianças estão nos noticiários: a imprensa escrita periódica na construção da história da infância. **Revista Catarinense de História** Florianópolis, n. 22, p. 74-90, 2013.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro. Editora Mauad, 2007.

BARROS, J. D'Assunção. **O campo da história:** especificidades e abordagens. 9ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 147-150.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.

BOTO, Carlota. **Instrução Pública e Projeto Civilizador:** o Século XVIII como intérprete da Ciência, da Infância e da Escola. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CÂMARA, Sônia. **Sob a guarda da República:** a infância menorizada no Rio de Janeiro na década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: **Domínios da História:** Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de janeiro: Campus, 1997, p. 377-383.

CARNEIRO, Glauco. **Um compromisso com a esperança:** história da Sociedade Brasileira de Pediatria - 1910-2000. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

CARVALHO, J. Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marta Maria de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. M. Teixeira; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. BH: Autêntica, 2000.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **Políticas públicas e gestão da educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2012.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. O pensamento sanitarista na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210. 1985.

CAVALCANTE, Berenice de O. Beleza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. **Revista Rio de Janeiro,** RJ, v. 1, 1985.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3ª ed. São Paulo: Editora UNICAMP, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **A cidade febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

CIAVATTA, Maria (org.). **A historiografia em trabalho-educação:** como se escreve a história da educação profissional. 1ª ed. Uberlândia/ MG: Navegando Publicações, 2019.

COSTA, Emília V. da. **Da Monarquia à República**. Momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1999.

DA MATA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1991.

DECCA, Maria Auxiliadora G. de. **A vida fora das fábricas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Patrícia Fortunato. Da higiene à eugenia: um percurso de salubridade francesa. **Simpósio nacional de história,** 24. Anais. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

DUPRAT, Catherine. **Pour l.amour de l.Humanité**. le temps des philantropes. Paris, Éditions du CTHS, t. I., 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social:** 1890-1920. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, Rogério. Notas em torno de retratos de criança. Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.** SP, v. 26, n. 1, jan/jun, 2000.

FERREIRA, Luiz Otávio; FREIRE, Maria Martha de Luna. **Higienismo, feminismo e maternalismo:** ideologias e práticas de proteção à infância no Brasil, 1899-1940. Estudos do século XX, Coimbra, n.5, p.301-315. 2005.

FERRERAS, Norberto O. **No país da Cocanha:** aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920). (Tese de Doutorado). Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

FERRERAS, Norberto O.; SECRETO, María Verónica. **Os Pobres e a Política:** História e Movimentos Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: MAUAD Editora LTDA, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996.

FREIRE, M. Martha de Luna; LEONY, V. da Silva. **A caridade científica:** Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). História, Ciências, Saúde– Manguinhos, RJ, v.18, supl.1, dez. 2011.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. **Mulheres, mães e médicos:** discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009.

FREIRE, M. M. de Luna; LEONY, V. da Silva. et al. Moncorvo Filho e a campanha Pró-Infância. **Anais** do 9º Congresso Brasileiro de História da Medicina, 2004, Rio de Janeiro. Jornal Brasileiro de História da Medicina, Rio de Janeiro, v.7, p.14. 2004.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. Hospital Moncorvo Filho. In: Pôrto, A. et al. (Org.). **História da saúde no Rio de Janeiro:** instituições e patrimônio arquitetônico (1808- 1958). RJ: Ed. Fiocruz. CD-ROM. 2008.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GONDRA, J. Gonçalves. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educ. Pesquisa.** 2000, v.26, n.1 p. 99-117.

GONDRA, José Gonçalves. Modificar com brandura e prevenir com cautela. Racionalidade médica e higienização da infância. In: Freitas, M. C. de; Kuhlmann Junior, M.(org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cadernos CEDES**, 23 (59), 2003.

GONDRA, José Gonçalves. **A arte de civilizar**. Medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. RJ: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; FERREIRA, A. Gomes Alves. Idades da vida, infância e a racionalidade médico-higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVIII-XIX). In: R. Fernandes; A. Lopes; L. M. de Faria Filho. (Org.). **Para a compreensão histórica da infância**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autentica 2007.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil:** das origens aos anos vinte. São Paulo: Editora Global, 1982.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. 14. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas:** a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). São Paulo: Universidade de São Francisco, CDAPH, 2001.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, M. Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, M. (org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, Everardo Duarte (org.). **Medicina social:** aspectos históricos e teóricos. São Paulo: Global Ed., 1983.

LEVY, Iete Cherem. **A trajetória de Moncorvo Filho:** puericultura e filantropia num projeto de assistência à infância (1901-1922). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo. Editora Contexto, 1995.

MACHADO, Roberto. Danação da norma. **A medicina e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726- 1950. In: FREITAS, M. C. **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2006.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Histórias de higienização pelo trabalho:** crianças paranaenses nos novecentos. Cadernos Cedes 59. Educação pela higiene. Histórias de muitas cruzadas. Campinas, v. 23, n. 59, abril, 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai/ago. 2004.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 1. reimp. São Paulo: EPU Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1976.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da "questão social"**. Temporalis, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

NUNES, Clarice. Escola primária em uma perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, v. 65, n. 151, set/dez, 1984.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires. Educar e Regenerar: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República. **I**

Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação no Brasil: História e Historiografia. RJ: UFRJ, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** O ornitorrinco. 3ª reimp. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

PEREIRA NETO, A. Faria. Palavras, intenções e gestos: os interesses profissionais da elite médica. **Congresso Nacional dos Práticos** (1922). Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. SP: Editora Brasiliense, 2012.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. Editora Contexto, 7ª ed., São Paulo, 2018.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIZZINI, Irma; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RJ: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irma; PILOTTI, F. **A lei no Brasil**. Revisitando a História (1822-2000). RJ: UNICEF-Ceppi/USU, 2002.

RIZZINI, Irma; PILOTTI, F. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: Del Priore, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. Editora Contexto, 7 ed., São Paulo, 2018.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** Raízes históricas das políticas públicas de para a infância no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. **I congresso internacional de pedagogia social.** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

ROCHA, H.eloísa H. P. Educação escolar e higienização da infância. **Cadernos Cedes**. Educação pela higiene. Histórias de muitas cruzadas. Campinas, v.23, n.59, abr. 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-providência**. Goiânia: Editoras UnB e UFG, 1997. Trad. Joel P. de Ulhôa.

ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social**. Ensaios sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ROSS, Allen. **Filantropía**. Em Enciclopédia Internacional de las Sciencias Sociales. 1974 Madri, Aguillar, vol. 4.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. 1. reimp. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. **Crianças e escolas na passagem para a República**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

SCHWARCZ, L. Moritz. População e Sociedade. In: Schwarcz, L. M. (org.). **A abertura para o mundo:** 1889-1930. História do Brasil Nação 1808-2010, v3. RJ: Objetiva, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. (org.). **História da vida privada no Brasil República:** da Belle Époque a Era do Rádio. v. 3. SP: Cia. das Letras, 1998.

SILVA JR, Nelson Gomes de Sant Ana; GARCIA, Renata Monteiro. Moncorvo Filho e algumas histórias do Instituto de Proteção e Assistência à Infância**. Estudos e pesquisas em psicologia,** UERJ, RJ, Ano 10, nº2, 2014.

SILVA, Henrique Mendonça da; DALBEN, André. Sol e ar fresco no combate à tuberculose: experiências de educação ao ar livre no Rio de Janeiro (1910-1920). **Cad. Cedes, Campinas,** v. 40, n. 112, p. 218-232, set-dez, 2020.

SOARES, Aline Mendes. A trajetória das leis de amparo à infância trabalhadora no pós-abolição no Rio de Janeiro: um caminho de lutas, conflitos e negociações (1889-1930). In: SPERANZA, C. Gontarski; SCHEER, M**. Trabalho, democracia e direitos.** V. 1. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TORRES, Rosane dos Santos. **Filhos da Pátria, Homens do Progresso:** O Conselho Municipal e a Instrução Pública na

Capital Federal (1892-1902). RJ: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

VELLOSO, M. Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**. Turunas e quixotes. RJ, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez. 2011.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da Infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 17, São Paulo, set. 1999.





A Assistência à infância no Rio de Janeiro na Primeira República

HIGIENISMO, EDUCAÇÃO E FILANTROPIA CIENTÍFICA

ADRIANO ROSA DA SILVA

